

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ARTUR DE MORAIS SILVA

VOLUNTARIADO QUE “FAZ A SUA PARTE”:

A falácia do combate à pobreza

NITERÓI
2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ARTUR DE MORAIS SILVA

VOLUNTARIADO QUE “FAZ A SUA PARTE”: a falácia do combate à pobreza.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Campo de Confluência: Movimentos Sociais e Políticas Públicas.

Orientador: Profº Dr. GIOVANNI SEMERARO

Niterói
2005

ARTUR DE MORAIS SILVA

VOLUNTARIADO QUE “FAZ A SUA PARTE”:
A falácia do combate à pobreza

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Educação. Campo de Confluência: Movimentos Sociais e Políticas Públicas.

Aprovada em julho de 2005

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Giovanni Semeraro – Orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. João Baptista Bastos
Universidade Federal Fluminense

Niterói
2005

S586 Silva, Artur de Moraes.

': a falácia do combate à pobreza / Artur de Moraes Silva. – 2005.
252 f.

Orientador: Giovanni Semeraro.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense,
Faculdade de Educação, 2005.

Bibliografia: f. 247-252.

2. Movimentos sociais urbanos. 3. Políticas públicas - Brasil. I.
Semeraro, Giovanni. II. Universidade Federal Fluminense.
Faculdade de Educação. III. Título.

DD 361.370981

AGRADECIMENTOS

Reconheço o companheirismo de meus tios e padrinhos de batismo, Dilma de Moraes e Salustiano Dominguez. Tanto nos momentos felizes, como nos períodos mais difíceis que a vida nos oferece, essas duas pessoas estiveram presentes e, certamente, aliviaram o sofrimento ou tornaram mais colorida a alegria.

Quero agradecer o apoio, principalmente no princípio deste curso, dado por minha prima Andréia Angel, professora competente da rede pública municipal do Rio de Janeiro e comprometida com a educação das classes populares, e Roberto Jacob, empresário.

Agradeço pelo amor e carinho de minha prima gaúcha Vânia Lúcia Blattner, que, a despeito da distância geográfica que nos separa, está sempre perto de mim em pensamento e dentro do meu coração.

Sou grato aos meus irmãos, Ricardo, Marcelo e Paulo, e às minhas duas cunhadas, Deise Meri e Maria do Carmo, pelo carinho e companheirismo de anos de convívio.

Agradeço também a paciência e a amizade de alguns amigos maravilhosos, que fiz nesses últimos anos: Marcus Vinicius Almeida, Ângela Rebel, Imara Freire, Fernanda Febiratto, Cláudia Santos.

Reconheço também o companheirismo de antigos amigos, das horas tristes ou felizes. Principalmente, Adolfo Carballo, André da Mangueira e Carla Alexandra.

Aos grandes amigos que fiz no curso de Língua Inglesa, do CCAA de Bangu, também envio agradecimentos. Dentre os vários colegas de turma, quero agradecer especialmente a Eliane, Ana Letícia, Gustavo, Meg, Ana Carolina e Thamires. E, também, a Camila, Silvana, Luciana, Gláucia e Aline, que, mais do que minhas professoras, tornaram-se grandes amigas.

Quero agradecer a minha prima Nádia Mara Pereira pela estada em sua casa, no momento em que realizei minha pesquisa de campo, na Cidade de São Paulo, em outubro de 2004. Foram momentos de muita felicidade, que fortaleceram nosso amor e, por isso, jamais serão apagados de nossas memórias.

Agradeço à recepção do Instituto Brasil Voluntário, para a coleta de documentos e dados, que me permitiram materializar minha pesquisa de campo deste

Curso de Mestrado. Quero agradecer especialmente ao membro da equipe de planejamento educacional do Instituto, que me recebeu com muita simpatia no instituto, de forma bastante solícita, cedendo-me um conjunto de informações e materiais de grande relevância e contribuição para o desenvolvimento deste trabalho.

Reconheço a oportunidade para mim dada pela Universidade Federal Fluminense, por meio de seu Programa de Pós-graduação em Educação da FEUFF, no sentido de realizar, entre 2003 e 2005, a meta de cursar o Mestrado em Educação, no âmbito do campo de confluência “Movimentos Sociais e Políticas Públicas”. Quero agradecer também à CAPES, que me concedeu os vencimentos necessários para que eu pudesse me dedicar exclusivamente ao desenvolvimento da pesquisa.

Quero agradecer aos professores desta casa, com os quais dividi alguns momentos importantes desta caminhada. Especialmente a Célia Linhares, Cláudia Alves, João Baptista Bastos, José Silvério Baía Horta, Lea Paixão. E, também, ao Prof. Gaudêncio Frigotto, que nos brindou a todos com sua presença e seu conhecimento, ao compor a banca de defesa deste trabalho.

Sou grato ao Coletivo de Estudos de Política Educacional do Programa de Pós-graduação desta Universidade por todo o conhecimento filosófico e científico e pelo amadurecimento, que me proporcionou durante esses anos de curso.

Agradeço especialmente ao Prof. Giovanni Semeraro. Mais do que meu professor e orientador, no desenvolvimento desta dissertação, tornou-se um grande amigo e um exemplo de comprometimento com as classes populares e a Educação, de inteligência e competência, mas, sobretudo, de humanidade e simpatia.

RESUMO

Tendo como referencial teórico uma concepção histórico-crítica, situada no campo da filosofia política de Antonio Gramsci, este trabalho concorre para desenvolver a crítica ao projeto de sociedade e sociabilidade do modelo ético-político capitalista, dos dias atuais: o neoliberalismo da social-democracia. Nesse sentido, o foco da análise será discutir um dos principais elementos que compõem esse projeto cívico, isto é, o voluntariado de combate à fome, à miséria, e de elevação dos índices de qualidade de vida dos segmentos mais pobres da sociedade. Com efeito, seu resultado será comprovar que esse voluntariado, predominante no conjunto das relações sociais brasileiras e em processo de proliferação e fortalecimento no período 1995-2005, vai se constituir como uma estratégia eficaz para reforçar o poder de dominação econômica do megaempresariado nacional e internacional e de direção política, cultural e ideológica da sociedade política, associada a essa classe burguesa.

Palavra-chave: Voluntariado.

ABSTRACT

Having as theoretician referencial a critical historic concepciton, situated in the field of the politics philosophy by Antonio Gramsci, this report concurs to develop a citical analysis to the project of society and sociability of the capitalist ethical-politician model, from nowadays: the social democracy neoliberalism. In this direction, the analysis' focus will be to argue one of the main elements that compose this civic project: the "volunteer group" that must fight the hunger, the misery, and the rise of living quality indices from the poor segments of the society. Consequently, its result will be to prove that this volunteer group, predominant in the set of the Brazilian social relations and in process of proliferation in period 1995-2005. It will consist as an efficient strategy to strengthen the power of economical domination by that national and international social group, composed by the biggest companyies' owners, and political, cultural and ideological direction by the political society, associated with this bourgeois social group.

Key-word: "Volunteer group".

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, p. 12

1. VOLUNTARIADO E “EDUCAÇÃO” DAS MASSAS NO BRASIL, p. 16

1.1. VOLUNTARIADO: DOS ANOS DE 1980 AO FIM DO PRIMEIRO GOVERNO FHC (1998), p. 16

1.2. VOLUNTARIADO: SEGUNDA ADMINISTRAÇÃO FHC (1999-2002) e GOVERNO LULA (2003-), p. 25

2. O PROCESSO DE AMPLIAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA, p. 40

2.1. O PROCESSO DE CORRELAÇÃO DE FORÇAS INTERNACIONAIS NO PERÍODO 1945-1980, p. 40

2.2. O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO PERÍODO 1965-1980, p. 48

2.3. A AMPLIAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E OS ANTECEDENTES QUE APONTAM A CHAMADA “REFORMA DO ESTADO” COMO ESTRATÉGIA PARA O CAPITALISMO REFORÇAR E APROFUNDAR SUA HEGEMONIA NO BRASIL: PERÍODO 1970-1990, p. 55

3. DA “REFORMA DO ESTADO” À CONSTRUÇÃO DO VOLUNTARIADO BRASILEIRO NOS ANOS DE 1990 E 2000, p. 63

3.1. GOVERNO DO PRESIDENTE FERNANDO COLLOR DE MELO (1990-1992), p. 64

3.2. GOVERNO DO PRESIDENTE ITAMAR FRANCO (1992-1994), p. 66

3.3. GOVERNO DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: PRIMEIRA GESTÃO (1995-1998), p. 70

3.4. PRESIDENTE REELEITO: SEGUNDA GESTÃO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1999-2002), p. 85

3.5. GOVERNO DO PRESIDENTE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA, p. 96

3.6. REFORMA DO ESTADO: UMA REFORMA “INTELECTUAL E MORAL” NO BRASIL, p. 102

4. A HEGEMONIA DO CAPITALISMO NEOLIBERAL, p. 106

4.1. O NEOLIBERALISMO ORTODOXO: A “DIREITA” HEGEMÔNICA, p. 106

4.2. A NOVA ESQUERDA REFORMISTA: OPOSIÇÃO FUNCIONAL À HEGEMONIA, p.114

4.3. A NOVA SOCIAL-DEMOCRACIA INGLESA PARA O MUNDO: A “TERCEIRA VIA” COMO A SÍNTESE DE UMA DIALÉTICA DA HEGEMONIA CAPITALISTA, p. 122

5. CONSTRUINDO UMA SOCIABILIDADE CONTRA-HEGEMÔNICA: A “SOCIEDADE REGULADA” E A “DEMOCRACIA DE MASSAS”, p. 131

- 5.1. ESTADO “RESTRITO”: MARX E ENGELS, p. 131
- 5.2. ESTADO “AMPLIADO”: ANTONIO GRAMSCI, p. 138
- 5.3. O “FIM DO ESTADO” EM MARX E ENGELS, E A “SOCIEDADE REGULADA” EM GRAMSCI, p. 143
- 5.4. A “DEMOCRACIA DE MASSAS” COMO HORIZONTE DE UM PROJETO DE SOCIABILIDADE CONTRA-HEGEMÔNICO, p. 154

6. SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA: PLURALISMO NAS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS MASSAS, p. 157

- 6.1. APARELHOS “PRIVADOS” DE HEGEMONIA, p. 157
- 6.2. ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS, p. 164
- 6.3. AS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO EMPRESARIADO EM DIREÇÃO À CULTURA CÍVICA DA “RESPONSABILIDADE SOCIAL”, p. 172
- 6.4. MOVIMENTOS SOCIAIS, p. 179
- 6.5. VOLUNTARIADO E SUA COMPLEXIDADE, p. 188

7. VOLUNTARIADO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: FORMANDO O CIDADÃO QUE “FAZ A SUA PARTE”, p. 205

- 7.1. VOLUNTARIADO ORGANIZADO NO PAÍS: A APARELHAGEM ESTATAL ATUANTE EM PROGRAMAS “SOLIDÁRIOS”, p. 206
- 7.2. VOLUNTARIADO ORGANIZADO NO PAÍS: FAÇA PARTE – INSTITUTO BRASIL VOLUNTÁRIO, p. 215

CONSIDERAÇÕES FINAIS, p. 240

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, p. 247

Introdução

Nos últimos quinze anos, os noticiários da televisão, as matérias de jornais e revistas, as páginas virtuais da Internet, etc., vêm focalizando um tipo de mobilização da sociedade civil, com novos contornos e perspectivas. Trata-se das ações voluntárias, que recebem visibilidade, principalmente, na qualidade de *serviço voluntário*. E do grupo de cidadãos que se engajam nessa modalidade de ação social, ou seja, o *voluntariado*.

Neste trabalho, o enfoque será dado a um tipo de ação voluntária, ou de voluntariado, específico, dentro do universo de ações voluntárias, que existe no contexto de uma sociedade civil “complexa”, como a contemporânea. Com efeito, vamos debater o problema do voluntariado de combate à fome e à miséria, que visa elevar os níveis de qualidade de vida dos segmentos mais pobres da população.

Esse tipo de voluntariado foi eleito como o “foco” de nosso objeto de pesquisa, e nos ajudará a compreender melhor a “cultura do voluntariado” que vem se alastrando também na escola. De fato, em escala crescente, a população brasileira vem se engajando nesses últimos anos a doar alimentos, roupas, brinquedos, dinheiro ou força de trabalho, sem remuneração e sem vínculo empregatício, para “combater” pobreza e “melhorar” a qualidade de vida da população, promovendo “solidariedade” e humanizando “mais” o regime capitalista.

Logo, percebemos que esse serviço voluntário e suas práticas de doação não se referem a ações sociais soltas no espaço, vazias de sentido, descontextualizadas. Pelo contrário, o que nos motivou a desenvolver esta pesquisa foi o interesse de desvendar a que interesses esse tipo específico de voluntariado, aqui enfocado, está a serviço e, por conseguinte, de que projeto de sociedade e sociabilidade está fazendo parte.

Assim, a “questão-problema”, que deu suporte à análise desenvolvida nos sete capítulos desta dissertação, é a seguinte: diante do crescimento e da visibilidade dessa forma de mobilização no contexto do Estado brasileiro, em torno do chamado “combate à miséria”, esse voluntariado não estaria sendo uma estratégia eficiente para o capitalismo neoliberal reforçar seu poder de dominação financeira e de direção política, cultural e ideológica sobre o conjunto das relações sociais?

A nossa investigação confirma esta hipótese, na medida em que se verifica que o Estado burguês e o empresariado compõem uma rede que “prepara”, “forma” ou “educa” a população para um projeto de sociedade e cidadania que atende a seus interesses político-econômicos, e à proporção que esse voluntariado de combate à miséria vai se inscrever como elemento integrante desse mesmo projeto.

Ora, mas por que razão a sociedade política e o alto empresariado vão estimular esse tipo de “ação-direta”? De que maneira esse voluntariado pode contribuir para que a classe dominante e dirigente reafirme e aprofunde seu poder de dominação e hegemonia? Partindo do pressuposto de que esse voluntariado consiste em uma “estratégia” para a conquista dessa finalidade, que táticas esses grupos utilizam, dentro dessa estratégia, para ampliar seu poder político-econômico sobre a sociedade civil?

De fato, buscaremos alcançar as respostas para todas essas indagações, tendo como suporte uma análise histórico-crítica da realidade. No primeiro capítulo, faremos uma rápida apresentação do desenvolvimento e crescimento de ações voluntárias, tendo como vetor o combate à pobreza, com o objetivo de expor como a população vai sendo “educada” para o civismo funcional ao poder hegemônico capitalista.

No Capítulo 2, será discutida a origem histórica desse projeto de sociabilidade hegemônico, nos países do capitalismo central. Em seguida, abordaremos como esse mesmo modelo vai chegando ao Brasil e adaptando-se ao seu conjunto das relações sociais. Nossa meta é transparecer que o voluntariado consiste em um elemento estratégico desse projeto societário, em nível internacional.

O Capítulo 3 encarrega-se de abordar a estrutura e o funcionamento desse projeto de sociedade e sociabilidade e a contextualização histórica do desenvolvimento desse voluntariado de combate à miséria, à luz do processo de “reforma intelectual e moral” operado pela Reforma do Estado, a partir de 1995. Nesse item desta dissertação, será analisado o período histórico que se verifica entre os anos de 1990 e 2005, mas, predominantemente, os últimos dez anos, a fim de mostrar que, nesses últimos, esse projeto ganhou relevo e se firmou na “estrutura” brasileira.

No quarto capítulo deste trabalho, analisaremos a evolução histórica e a sofisticação filosófica do regime hegemônico capitalista neoliberal. Nesse caminho, debateremos o desenvolvimento de três modelos ético-políticos, nos limites do

neoliberalismo, no sentido de compreender seus projetos de sociabilidade específicos, suas relações com o voluntariado de combate à pobreza e, sobretudo, de que forma se convertem em realidade prática.

O quinto capítulo apresenta a análise do nosso referencial teórico histórico-crítico. Trata-se da concepção de “Estado Ampliado”, desenvolvida pelo militante marxista do Partido Comunista d’Itália, Antonio Gramsci. Com efeito, tendo como horizonte um modelo de “sociedade regulada” para a superação dialética do “Estado-classe”, dirigido, por definição, pela classe dominante no capitalismo, esse capítulo terá como desafio evidenciar nossa oposição aos modelos ético-políticos do capitalismo neoliberal, que vêm se constituindo nas últimas décadas como força hegemônica em processo de reafirmação, e como o marxismo de Gramsci pode oferecer subsídios valiosos para combater os elementos estratégicos, que compõem o projeto de sociedade e sociabilidade, nos limites da hegemonia neoliberal, como o voluntariado da elevação da qualidade de vida.

No capítulo 6, apresentaremos nossas concepções, a partir da análise histórico-crítica construída nos capítulos anteriores, de algumas formas de mobilização e organização, que se situam na “sociedade civil” e, portanto, no interior da totalidade estatal. Nesse sentido, o texto propõe-se a definir o conceito e o papel estratégico de aparelhos “privados” de hegemonia, organizações não-governamentais, fundações e institutos empresariais “sem fins lucrativos”, movimentos sociais, a complexidade da “ação-direta” qualificada como “voluntária”, tendo como norte o processo de “ocidentalização” da sociedade civil brasileira, e, particularmente, a contextualização do voluntariado de combate à pobreza nessa complexidade.

E o último capítulo encarrega-se de apresentar como esse voluntariado de combate à miséria e elevação da qualidade de vida chega à aparelhagem escolar, no caso brasileiro. Nesse espaço, analisaremos quais sujeitos políticos coletivos impulsionam esse processo e como desenvolvem seus projetos e programas, para que a sociabilidade hegemônica seja consolidada por intermédio da “cultura do voluntariado”. Teremos como principal objeto de análise o trabalho da organização *Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário*, através de seu principal programa de voluntariado, o “Jovem Voluntário – Escola Solidária”.

Assim, a metodologia empregada, para que a pesquisa fosse realizada e materializada nesta Dissertação de Mestrado, foi composta pela análise de literatura específica, predominantemente, no campo da História, da Ciência Política e da Educação. Também pela aquisição e pelo estudo de documentos de Governo, principalmente aqueles ligados direta ou indiretamente ao processo de Reforma do Estado no Brasil, e de organismos da sociedade civil, como o Instituto Brasil Voluntário. Pela visita ao escritório desse instituto, que se situa no “Quartel-general” do Banco Itaú, localizado no coração político-financeiro do país, a Avenida Paulista. Pela entrevista com representante do Faça Parte, para coleta de dados e documentação. Além da consulta de algumas *home pages* na Rede Mundial de Computadores, a fim de captar dados e informações de difícil acesso em documento impresso.

1. Voluntariado e “educação” das massas no Brasil

Neste capítulo, será apresentado um panorama geral de como a promoção do voluntariado social-democrata, de combate à miséria e melhoramento dos níveis de qualidade de vida, vai se tornando uma ação “educadora” do Estado, compreendido em sua totalidade, ao longo da década de 1990 e dos primeiros anos do século XXI.

Nesta primeira apresentação sobre o nosso objeto de pesquisa e análise, já teremos as primeiras aproximações, com relação ao nosso objetivo central: demonstrar que a promoção do serviço voluntário, adequado ao projeto de sociedade e sociabilidade neoliberal, inscreve-se como uma das estratégias, para que a hegemonia capitalista reforce seu poder de dominação econômica e direção política, cultural e ideológica sobre a totalidade social.

1.1. Voluntariado: dos anos de 1980 ao fim do primeiro governo FHC (1998)

A partir da década de 1990, as relações entre sociedade política e sociedade civil começam a ser redefinidas no Brasil, com a ampla complexificação das relações sociopolíticas na totalidade mundial, da qual nosso país faz parte. E, nesse processo, um tipo conhecido de ação filantrópica toma fôlego, ganha novas dimensões e recebe legitimidade político-social para sua ampliação e proliferação, evidentemente, na esfera de seus novos padrões. Trata-se das “ações-diretas” de *voluntariado*.

Nesse sentido, entendendo as ações de voluntariado de forma abrangente – isto é, viabilizadas através de um conjunto de iniciativas que vão desde a doação de dinheiro até a de força de trabalho, na ajuda à população carente, em alívio aos bolsões de miséria –, desde que a administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) dá impulso ao que chama de “Reforma do Estado”, materializada pela criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), e institui o Programa de Governo “Comunidade Solidária”, aquelas ações ganharam visibilidade nacional e reconhecimento internacional, e um contingente de adeptos em franco crescimento.

Em síntese, o programa Comunidade Solidária leva a cabo o objetivo, no universo de suas atribuições, de promover legal e socialmente a concretização e a expansão do chamado “terceiro setor”, ou, no entendimento de organizações multilaterais do capitalismo norte-americano, como o Banco Mundial, do setor da

sociedade civil organizada sem fins lucrativos (GARRISON, 2000) – entendido aqui como a expressão do novo projeto de sociabilidade, ou de “uma nova concepção de cidadania” (SILVA E SILVA ET AL, 2001, p. 73), para um mundo capitalista *mais* “humanizado”, que deriva do regime democrático dos países centrais do capitalismo neoliberal. Nesse caminho, o Comunidade Solidária institui o “Programa Voluntários” em 1996, dirigido à expansão formal das ações de serviço voluntário, através do fomento e da fundação de centros de voluntariado em todo o país¹. Portanto, nesse primeiro momento da gestão FHC (1995-1998), as ações de estímulo à expansão a ação voluntária ficam basicamente a cargo do Governo Federal.

No entanto, antes mesmo de a aparelhagem estatal importar aquele projeto de sociabilidade norte-americano, movimentos sociais e aparelhos “privados” de hegemonia dos meios de comunicação de massa ou religiosos já realizavam campanhas ou programas de estímulo à ação voluntária, que não tiveram muita dificuldade para redimensionar, em sua maioria, seus fundamentos, no horizonte daquele novo projeto que se tornava concreto no Brasil, pelo impulso da Reforma do Estado.

De fato, em 1985, com o fim da Ditadura Militar, a redemocratização do país, a mobilização política acentuada do povo brasileiro, sua expectativa pela Constituinte e pela ampliação dos direitos políticos e de cidadania, como as eleições presidenciais por via direta, surgia a campanha *Criança Esperança*, veiculada pela Rede Globo de Televisão, com o apoio de organismos internacionais como a ONU², através da UNICEF e da UNESCO, na trajetória do programa de tevê “infantil” e “humorístico”, de horário nobre dos domingos, que se chamava *Os trapalhões*.

De forma jocosa e atraente, mesclando a tragédia social da criança abandonada, da mortalidade infantil, do trabalho escravo infanto-juvenil, com o humor

¹ BNDES. *Notícias*: BNDES apóia com R\$ 1,4 milhão a ampliação da rede de voluntariado organizado no país. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/noticias/not424.asp>>. Acesso em: 20 jun. 2004.

² Segundo o Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, em mensagem do dia 7 de agosto de 2004, Criança Esperança consiste numa “extraordinária campanha de mobilização social”, demonstrando “ser muito eficaz” ao direcionar “fundos a projetos que aumentam a esperança, de forma real e prática”. Ao ressaltar seu compromisso efetivo com a “erradicação da pobreza e da fome”, o “fim da desigualdade”, o combate à violência, além de parabenizar a Rede Globo pela iniciativa, Annan conclama as autoridades governamentais, as organizações da sociedade civil e o empresariado a contribuir generosamente com a campanha, cujos objetivos ele qualifica como “nobre causa”. CRIANÇA ESPERANÇA. *Notícias*. Disponível em: <<http://criancaesperanca.globo.com/CEesperanca/0,6993,VPV0-3665,00.html>> . Acesso em: 15 ago. 2004.

dos quatro atores que encarnavam os personagens-título de *Os trapalhões, Criança Esperança* tinha – e até hoje isso se mantém, embora somente um dos quatro “trapalhões” (Renato Aragão) permaneça nesse trabalho atualmente – como baluarte um grande *show* com estrelas da música. A cada ano, o programa era reeditado, para mostrar que, assim como os artistas que lá apresentavam seu repertório e “uniam-se” ao que Renato Aragão chama insistentemente de “corrente de solidariedade”, no eixo daquela “nova concepção de cidadania”, os expectadores do espetáculo já estavam contribuindo com a campanha.

Portanto, a lição de casa era: os tele-expectadores da TV Globo, assistindo em seus lares ao mesmo *show*, deveriam depositar quantias estabelecidas pela organização da campanha em contas bancárias ou, à medida que outros meios de comunicação surgiram ou se aperfeiçoaram, tornando-se mais populares, como o telefone e a Internet, debitá-las de contas correntes ou dos cartões de crédito dos voluntários, através de ligações telefônicas ou acesso à página da campanha Criança Esperança *on-line*.

Uma vez recolhidas as importâncias, a cada ano, era constituído um fundo que, por sua vez, era repassado a casas assistenciais e ONGs, através de projetos sociais de cuidado às crianças portadoras de desnutrição, da periferia das grandes cidades, facilmente atraídas para o tráfico de drogas, que trabalhavam em regime de superexploração, de redução das taxas de mortalidade infantil, de criação de clubes esportivos ou artísticos, com dança, pintura, etc.

Por outro lado, infantilizando a miséria financeira e política da população brasileira, e, mesmo assim, tendo arrecadado, nessa trajetória de quase vinte anos, R\$ 122 milhões³, “integralmente investidos em 4.570 projetos”⁴, o problema histórico e estrutural da “criança abandonada” persiste no país. Por conseguinte, como esse problema poderá ser sanado no país, mesmo acreditando na seriedade do repasse e aplicação dos recursos, provenientes do ato voluntário de cada doador, nas condições que se descortinam aos nossos olhos, senão de maneira paliativa e assistencialista?

³ CRIANÇA ESPERANÇA. *Um papel fundamental na conscientização*. Disponível em: <<http://criancaesperanca.globo.com/CEesperanca/0,6993,3664,00.html>> . Acesso em: 15 ago. 2004.

⁴ CRIANÇA ESPERANÇA. *Selos do Criança Esperança serão lançados no Brasil*. Disponível em: <<http://criancaesperanca.globo.com/CEesperanca/0,6993,1870-p-6730,00.html>> . Acesso em: 25 jul. 2004.

Basta aquele investimento para “transformar a realidade” – ou que realidade se quer realmente transformar?

Na verdade, compreendemos o programa Criança Esperança como uma ação “educadora” do Estado, integralmente desenvolvido por organizações lucrativas e não-lucrativas da sociedade civil, para a formação de uma sociabilidade “solidária” em transformação, mas ainda predominantemente ligada à ajuda ao próximo, à caridade cristã. Em suma, esse programa, encabeçado pela Rede Globo de Televisão, diretamente ligada à Fundação Roberto Marinho – sendo este um aparelho “privado” de hegemonia do empresariado brasileiro –, que existe desde 1977, com o apoio político e a “parceria” de organismos internacionais, estimula a ação voluntária de doação de recursos financeiros e a “ação-direta” ou o trabalho voluntário nos locais onde se concentra a demanda de pessoas “solidárias” para promover a “assistência social” às crianças pobres.

Portanto, não combatendo a essência do problema histórico e estrutural da miséria, que, justamente, vai interferir no desenvolvimento da infância nesses segmentos mais pobres, o voluntariado mobilizado pelo Criança Esperança será responsável por um conjunto de ações assistencialistas, que, sobretudo, irão manter o contraste e a injustiça no conjunto das relações sociais e assegurar a permanência de um programa de “combate à miséria” como esse.

Outras modalidades de voluntariado surgem ainda na década de 1980, no Brasil. De acordo com a revista Exame (2002, p. 89), a IBM, empresa transnacional de informática e tecnologia, desenvolve desde 1986 um programa de estímulo de voluntariado interno, denominado *Voluntários*, envolvendo os funcionários, estagiários, aposentados e familiares em ações que implicam a doação, por parte dos voluntários, de seu tempo, seus conhecimentos e suas habilidades a instituições de atendimento a crianças, adolescentes e portadores de necessidades especiais.

Portanto, no Brasil, é possível perceber que esse fenômeno já vem sendo trazido há, aproximadamente, duas décadas e, inicialmente, por ação do empresariado ou da burguesia, cujo contato é direto com o mercado internacional e, principalmente, as grandes empresas norte-americanas, que vêm reproduzindo e aperfeiçoando esse modelo de sociabilidade, desde os tempos do Fordismo e do Rotary Club (GRAMSCI,

2001b) – um tipo de “fundação empresarial”, que se fortaleceu nos tempos de auge do modelo de produção fordista no Primeiro Mundo, com as funções de assistência, ajuda e controle dos bolsões de pobreza da época.

Já nos anos de 1990, mais exatamente em 1993, surge a organização não-governamental regional Viva Rio, coordenada pelo antropólogo Rubem César Fernandes, em decorrência, segundo consta⁵, da violência por que passava a Cidade do Rio de Janeiro naquele período, cujo ápice foi atingido em decorrência das chacinas da Candelária e de Vigário Geral.

De acordo com Gohn (2000, p. 307), sem estabelecer vínculos “político-partidários”, os primeiros programas da ONG Viva Rio já recebiam o “apoio da mídia, de alguns setores governamentais (de outros teve o boicote) e de empresas capitalistas como a Cola-cola” (GOHN, 2000, p. 308). Por exemplo, em alguns de seus projetos sociais, os jovens das favelas da Zona Sul carioca não estariam sendo mantidos em suas comunidades, com a fundação, por exemplo, de algumas casas ou academias comunitárias de dança e a promoção de bailes *funk*, voltadas para essa população específica? De fato, objetivando retirar esses jovens do ócio ou da marginalidade e, com efeito, diminuir os arrastões nas praias e o índice de roubos a pedestres, a meta daqueles programas seria a de reduzir a violência desses jovens contra a classe média. Nesse contexto, “combater violência” urbana já começa a se aproximar do alívio à miséria e do problema da qualidade de vida.

Assim, com base nas “premissas de desenvolvimento do trabalho comunitário-solidário, no terceiro setor” (GOHN, 2000, p. 308), a ONG Viva Rio institui a “Coordenação da Rede Solidária”, cuja função consiste, por um lado, no “cadastramento e capacitação de voluntários, além de aproximá-los daqueles que precisam de ajuda”, e, por outro, no cadastramento e treinamento de “entidades e empresas interessadas na prática do trabalho voluntário”⁶.

Com efeito, Gohn (2000, p. 306) observa que a ONG Viva Rio não se constitui como um organismo isolado ou de restrito apoio político por parte de outras instituições: essa organização foi criada através de uma “coalizão de ONGs em que se

⁵ VOLUNTARIADO. *Histórico do Viva Rio*. Disponível em: <<http://www.servoluntario.com.br/site/centerHIST.htm>> . Acesso em 23 jul. 2004.

⁶ VOLUNTARIADO. *Idem*.

destacaram o ISEER – Instituto de Estudos Superiores da Religião, na figura do antropólogo Rubem César Fernandes, e o IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, na figura de Betinho, coordenador da Ação da Cidadania” (GOHN, 2000, p. 306).

Nesse sentido, a perspectiva é a de que a cultura cívica hegemônica, à qual se associa a ONG Viva Rio, vá conquistando “posições”, capilarmente, no interior de aparelhos “privados” de hegemonia, como o ISEER e o IBASE – que, em tempos de Ditadura Militar (1964-1985), constituíram-se como sujeitos políticos coletivos de resistência ao autoritarismo e espaço de militância pela redemocratização do país. Contudo, mesmo diretamente ligados à Igreja Católica, não se pode assegurar com toda firmeza que, ainda hoje, não existam sujeitos ou grupos que integrem o ISEER e o IBASE e ofereçam qualquer oposição ao projeto de sociabilidade hegemônico.

Contudo, no mesmo período, a Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida (ACCMV), em seu projeto inicial de 1993, através de sua Campanha Contra a Fome, visava prescindir de um tipo de assistência social no marco “emergencial”, objetivando, a princípio, “minorar a situação dos excluídos” (GOHN, 1997, p. 75), para um tipo de subsídio no limite “estrutural”, através da construção de um plano de geração de emprego e renda e, noutro momento, de um projeto de revisão do país.

Para tanto, o apelo à solidariedade dos brasileiros, “construída a partir de uma base cultural referencial dos valores compartilhados pelo grupo” social (GOHN, 1997, p. 74), seria o agente propulsor para a formação do voluntariado, indispensável para a emancipação dos “excluídos”, já que a idéia corrente era a de que os “atos de solidariedade se faziam tendo como objetivo e fim o outro, e não o próprio agente executor da ação” (GOHN, 1997, p. 74-75), isto é, o voluntário.

Entretanto, com a extinção do CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar –, “órgão federal que se articulava à Ação da Cidadania”, e a criação do conselho Comunidade Solidária, em 1995, do qual o sociólogo Herbert de Souza, ou Betinho, que fundara a ACCMV, também foi integrante, a Ação entrou em uma nova etapa, já que as fases de seu projeto que ultrapassavam o limite da arrecadação de alimentos e repasse das cestas básicas, como a criação de postos de trabalho e a reforma agrária, tiveram efeito insatisfatório (GOHN, 1997, p. 76-77). E essa nova etapa,

diretamente associada à Comunidade Solidária, significava a agregação desse movimento social, constituindo-se como ONG, à Reforma do Estado e, portanto, ao novo projeto de sociabilidade.

Com efeito, ainda durante a primeira gestão FHC (1995-1998), o Conselho da Comunidade Solidária impulsionou a revisão do “marco legal” que daria regulamentação ao chamado “setor sem fins lucrativos” no país, consolidou uma rede de informações que visava dar maior visibilidade a esse mesmo setor das organizações sociais sem fins lucrativos, que propositalmente é chamado de “terceiro setor”, e fortaleceu a promoção da “cultura do voluntariado” (GARRISON, 2000, p. 60).

Como analisaremos ao longo deste trabalho, o Estado é “educador” porque “cria” e “mantém” um determinado tipo de cidadania e civilização (GRAMSCI, 2002, p. 28). Assim, essa “cultura do voluntariado” é muito mais do que legado ou conteúdo curricular, no âmbito restrito da educação escolar, campanha ou política educacional do MEC ou de leis federais. Na realidade, a aparelhagem estatal assumiu o papel de “gerência” desse novo padrão de desenvolvimento social, que tinha como seu órgão diretor o Conselho da Comunidade Solidária, e a ação de voluntariado passou a ser disseminada como uma “cultura” recomendável para ser adotada pelo conjunto da sociedade civil.

Nessa trajetória, o programa Comunidade Solidária, a partir de 1995, quando da sua criação, de dentro da administração do Governo FHC, vai orientar suas ações no sentido de mediar o diálogo ou a “parceria” entre a sociedade civil organizada, as empresas públicas e privadas e o Estado, tendo como suporte de suas ações “o combate à pobreza” (SILVA E SILVA, 2001, p. 72) e, mais do que isso, o planejamento estratégico para o desenvolvimento social no país.

Dentre o conjunto de programas lançado pela Comunidade Solidária – como o “Alfabetização Solidária” e o “Universidade Solidária” – que prevê, em seu funcionamento, algum tipo de mobilização social pela força de sua solidariedade, traduzindo-se na *parceria* de grandes empresas brasileiras e transnacionais – como AmBev (empresa de cervejarias), American Express (serviços financeiros), Banco Real, Banco Bradesco, Coca-Cola, General Motors (indústria automobilística), Promon (empresa de tecnologia e computação) e tantas outras (EXAME, 2002, p. 72-103) –

com a participação dos agentes voluntários, a fim de prestar ajuda ou assistência a outro contingente populacional necessitado, destacamos a criação, no ano de 1996, do *Programa Voluntários*, “com a parceria de organizações da sociedade civil”⁷.

O princípio do *Programa Voluntários* consiste numa “ação coletiva capaz de proporcionar uma participação estruturada de entidades governamentais e não-governamentais, evitando a superposição de esforços e racionalizando a alocação de recursos”⁸, no cerne do processo de consolidação e ampliação de redes de voluntariado nas ONGs brasileiras.

Ainda de acordo com documento do BNDES⁹, com o Programa Voluntários, até o final do ano 2000, “foram constituídos 36 centros de voluntariado, que já atuam nas principais cidades de 17 unidades da Federação”. Com efeito, no período de cinco anos (1996-2001), aproximadamente nove mil voluntários aderiram ao programa, sendo encaminhados a 11 mil oportunidades de serviço voluntário, criadas no país.

Um exemplo prático de medida governamental, que denota a ação “educadora” do Estado, é o lançamento, organizado através de uma parceria entre a Empresa de Correios e Telégrafos e o Programa Voluntários, no ano de 1998, do *Selo Comemorativo de Promoção do Voluntariado* – entendido como um precioso meio de comunicação que leva “a todos os cantos do Brasil e do mundo a mensagem expressa em sua imagem” – fez a divulgação em escala planetária de “um tema de forte apelo social” que se constitui, segundo José Afonso Braga, então chefe do Departamento de Filatelia dos Correios, como “princípio de cidadania”¹⁰.

De acordo com o *Informativo do Programa Voluntário da Agir*¹¹, o Selo Comemorativo de Promoção do Voluntário, espalhado, a partir de maio de 1998, “pelos quatro cantos do país e pelas mais diferentes regiões do mundo, alcançando tanto as grandes concentrações metropolitanas como as regiões mais ermas e sendo visto por pessoas de todos os extratos sociais”, contribui para a formação da “nova cultura de

⁷ BNDES. *Notícias*: BNDES apóia com R\$ 1,4 milhão a ampliação da rede de voluntariado organizado no país. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/noticias/not424.asp>>. Acesso em: 20 jun. 2004.

⁸ BNDES. *Idem*.

⁹ BNDES. *Idem*.

¹⁰ AGIR. *O voluntariado ganha o Brasil e o mundo nos selos da ECT*. Informativo do Programa Voluntários. Agir, nº 5, mai/jun. 1998. Disponível em: <<http://www.programavoluntarios.org.br/agir/parceria05.htm>> . Acesso em 23 jul. 2004.

¹¹ AGIR. *Idem*.

cidadania e solidariedade”, ao valorizar a “participação e a responsabilidade das pessoas, instituições e empresas na promoção de qualidade de vida da nossa sociedade”, através da divulgação filatélica do serviço voluntário – está posto, portanto, já em 1998, de forma transparente, em funcionamento o novo projeto de sociabilidade no Brasil, dentro do modelo de “radicalização da democracia”, como analisaremos adiante, nos marcos do neoliberalismo da social-democracia brasileira.

Vale ressaltar que o Selo Comemorativo do Voluntariado foi lançado no dia 7 de maio de 1998, na Cidade do Rio de Janeiro, no “auditório da Federação das Indústrias, em solenidade organizada pelo Riovoluntário e Departamento de Filatelia e Diretoria Regional fluminense”¹². Portanto, a parceria do Governo Federal com as empresas estatais, como os Correios, estende-se às megacorporações privadas, demonstrando que o empresariado do setor produtivo também abraça a idéia de “promoção do voluntariado”, nos marcos do chamado “terceiro setor”.

Assim, a cultura do voluntariado de combate à miséria, que vai tomando corpo no Brasil e, portanto, constituindo-se como “princípio” da sociabilidade brasileira, vai se tornando um legado exposto e disseminado em todo o mundo, por meio das correspondências que são emitidas no Brasil para os outros países.

Dessa maneira, ganha relevo o Programa Voluntários, que, como ação “educadora” do Estado e estratégia política para disseminar e aprofundar a sociabilidade hegemônica, vai convertendo ao longo da segunda metade da década de 1990 a ação voluntária, entendida como um tipo de filantropia e ajuda aos pobres de cunho religioso, em comprometimento e responsabilidade. Nesse contexto, é criada a Lei do serviço voluntário, nº 9.608/98; o Conselho da Comunidade Solidária inicia as articulações ou parcerias com o empresariado, uma vez que o programa diagnostica o “desinteresse das empresas pelo voluntariado como componente da responsabilidade social empresarial”¹³; são criados os primeiros centros de voluntariado mergulhados nessa nova perspectiva; e começam a proliferar na sociedade civil as ações voluntárias, que se inserem na sociabilidade hegemônica: segundo estimativa do Banco Mundial, 12

¹² AGIR. Idem.

¹³ COMUNITAS. *Programa Voluntários: transformando problemas em oportunidades de ação voluntária*. Disponível em: http://www.comunitas.org.br/historia.php?pagina=pg_historia/historia_programas.php&menu=pg_historia/principal_menu.php. Acesso em: 26 dez. 2004.

milhões de brasileiros prestaram serviço voluntário no Brasil (GARRISON, 2000, p. 25).

De acordo com o próprio coordenador do Programa Voluntários, Miguel Darcy de Oliveira, a Lei do serviço voluntário atingiu seu objetivo de dissociar o trabalho do agente voluntário do emprego, pois, antes da lei, “pessoas que se apresentavam como voluntárias em instituições”, mais tarde “queriam receber direitos trabalhistas”¹⁴. Como analisaremos no Capítulo 3, o “Termo de Adesão”, indicado pela Lei nº 9.608/98, materializa o comprometimento, ou a “responsabilidade social”, do voluntário ao serviço desenvolvido nas ONGs, mas, em concomitância, livra esses organismos de futuros problemas com a Justiça Trabalhista, seguindo o movimento de desmonte do emprego do governo neoliberal.

Portanto, será durante a segunda administração FHC (1999-2002), uma vez operada a Reforma da Aparelhagem de Estado, que se materializarão os primeiros resultados da “cultura do voluntariado” que a sociedade política promoveu por meio do Programa Voluntários do Comunidade Solidária.

1.2. Voluntariado: segunda administração FHC (1999-2002) e governo Lula (2003)

A partir de 1999, momento em que o Brasil já vivia a segunda administração consecutiva do Presidente FHC (1999-2002), a Reforma do Estado elevou-se a novo patamar, modificando, conseqüentemente, alguns mecanismos e redimensionando estratégias, visando à continuidade e ao aprofundamento do processo de “modernização do país” e “radicalização da democracia” – que envolvem, dentre outros elementos, a valorização da “cidadania ativa”, “socialmente responsável”.

Nessa trajetória, é sancionada a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que cria e disciplina o funcionamento das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (ou Oscips) e estabelece a categoria *parcerias* entre o chamado setor sem fins lucrativos e a aparelhagem estatal (BRASIL, 1999) – diga-se de passagem, um dos grandes esforços do Conselho da Comunidade Solidária (GARRISON, 2000, p. 60). Com efeito, dentre as 12 “alternativas”, configuradas nos 12 incisos referentes ao *caput* do artigo 3º da Lei nº 9.790/99, para que uma pessoa jurídica converta sua organização

¹⁴ COMUNITAS. Idem.

social em Oscip e, dessa forma, esteja diplomada para candidatar-se a obter *parceria* com o Estado, “basta que aquela tenha um programa interessante de ‘promoção do voluntariado’”, conforme se assinala no inciso VII dessa lei (SILVA, 2004, p. 121).

De fato, a regulamentação da estrutura e do funcionamento das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), vai promover esses aparelhos “privados” da hegemonia neoliberal da social-democracia, também chamados estrategicamente de “propriedades públicas não-estatais”, a instituições geradoras de projetos de desenvolvimento social, nos marcos dessa “nova cidadania”. Nesse caminho, ao buscar a materialização do sistema de parcerias, a ser estabelecido entre o mercado (empresariado), os voluntários (que se tornam o alvo dessas organizações, para a realização do trabalho necessário), e a sociedade política, a Lei nº 9.790/99 vai reafirmar o novo papel do aparelho de Estado, em processo de “modernização”: de interventor, vai passando para uma postura de “gerenciador” dos projetos e programas sociais, desenvolvidos por vários aparelhos “privados”, como as Oscips, visando ao combate à miséria no país.

Nesse contexto, os programas sociais que tiveram sua origem através de ações governamentais diretas começam a ser transferidos para os organismos da sociedade civil, de interesse público, “sem fins lucrativos”. Esse é o caso, por exemplo, do Programa Voluntários, preconizado pelo Comunidade Solidária em 1996. A partir de 2000, passa a ser administrado pela Oscip Comunitas, criada nesse mesmo ano, através de uma rede de “Parcerias para o Desenvolvimento Solidário”, composta por empresas de grande porte, como a “Rede Globo, a CVM, a Fundação Odebrecht, o GIFE (Grupo de Fundações, Indústrias e Empresas), Senac, CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), Sebrae e Instituto Ethos”¹⁵.

A organização da sociedade civil de interesse público Comunitas foi fundada por Ruth Cardoso, visando, dentre um elenco de objetivos e metas, garantir “a continuidade dos programas gerados pela *Comunidade Solidária* entre 1995 e 2002”,

¹⁵ BNDES. *Notícias*: BNDES apóia com R\$ 1,4 milhão a ampliação da rede de voluntariado organizado no país. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/noticias/not424.asp>>. Acesso em: 20 jun. 2004.

visto sua abrangência nacional¹⁶. Na realidade, o Programa Comunidade Solidária, administrado por seu Conselho de Governo, e a organização social de interesse público Comunitas, ambos presididos por Ruth Cardoso¹⁷, confundem-se como se fossem uma só entidade.

Nessa trajetória, a Comunitas assume programas criados e desenvolvidos, durante o primeiro mandato de Fernando Henrique, pelo Comunidade Solidária, como o Programa Voluntários, e os amplia, numa relação de profunda aliança com o Governo Federal, por intermédio do Conselho da Comunidade Solidária.

Assim materializada uma sólida parceria com a aparelhagem estatal, a Comunitas parte para uma ofensiva de ampliação de parceiros no setor privado: no final do ano 2000, no dia 5 de dezembro – chamado “Dia Internacional do Voluntário” –, às vésperas do “Ano Internacional do Voluntário – 2001”, denominado pela Organização das Nações Unidas (ONU), cria o *Portal do Voluntário*, numa iniciativa conjunta com a Rede Globo de Televisão, a Globo.com, a IBM do Brasil e o Programa da Comunidade Solidária, por meio do Programa Voluntários.

Compreendida como mais uma ação educativa do Estado, em favor do projeto de sociabilidade hegemônico, a criação do Portal do Voluntário “representa uma

¹⁶ COMUNITAS. *O que é Comunitas*. Disponível em:

<http://www.comunitas.org.br/quem_somos.php?pagina=pg_quem_somos/comunitas.php&menu=pg_quem_somos/quem_somos_menu.php> . Acesso em: 26 dez. 2004.

¹⁷ Os 41 membros que compõem o Conselho de Administração Geral da Comunitas são: “Ruth Correia Leite Cardoso (presidente); Ana Maria Diniz; André Urani; Antônio Ermínio de Moraes; Augusto César Antunes Franco; Beatriz Azeredo; Bolívar Lamounier; Celso Lafer; Dulce Maria Pereira; Eduardo Carvalho Tess; Eduardo Eugênio Gouveia Vieira; Eduardo Tadao Takahashi; Éfrem de Aguiar Maranhão; Esther Império Hamburger; Felícia Reicher Madeira; Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa; Guita Grin Debert; Ivan Moura Campos; João Cariello Moraes Filho; Joaquim de Arruda Falcão Neto; Jorge Gerdau Johannpeter; Jorio Dauster; Joseph Safra; Juarez Rubens Brandão Lopes; Maria do Carmo Brant de Carvalho; Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga; Michael Zeitlin; Miguel Darcy de Oliveira; Lázaro de Mello Brandão; Leilah Landim Assunção; Luiz Carlos Bresser Pereira; Manoel Horácio Francisco da Silva; Maria Filomena Gregori; Neylar Coelho Vilar Lins; Pedro Luis Barros Silva; Pedro Moreira Salles; Renata de Camargo Nascimento; Rosa Maria Fischer; Rubem César Fernandes; Valdemar de Oliveira Neto; Verônica Valente Dantas”. De acordo com *site* da Comunitas, os sujeitos políticos que compõem seu conselho administrativo fazem parte de “diferentes segmentos da sociedade brasileira”. São eles “empreendedores sociais; executivos de fundações e ONGs; lideranças comunitárias e universitárias”. Na realidade, todos esses sujeitos, no “plano” da sociedade civil, materializam uma rede que interliga a aparelhagem estatal, as megacorporações empresariais e os aparelhos “privados” da hegemonia burguesa. Todos esses indivíduos formam, portanto, um “sujeito político coletivo”, que reforça o que Marx chamou de “Estado-classe”.

COMUNITAS. *Quem somos*: diretoria e associados. Disponível em:

<http://www.comunitas.org.br/quem_somos.php?pagina=pg_quem_somos/diretoria.php&menu=pg_quem_somos/quem_somos_menu.php> . Acesso em: 26 dez. 2004c.

experiência pioneira de utilização de novas tecnologias de informação para oferecer oportunidades de ação voluntária em escala compatível com o potencial de participação solidária da população brasileira”¹⁸. Trata-se, pois, de “um *site* com conteúdos, experiências e oportunidades de ação voluntária”, onde são valorizadas “as ações de quem é voluntário e incentiva a participação daqueles que querem agir voluntariamente”¹⁹.

Em 2001, dito Ano Internacional do Voluntário, proclamado pela Organização das Nações Unidas, o Programa Voluntários publica o manual *Como as empresas podem implementar programas de voluntariado*, elaborado pelo Comunidade Solidária e Instituto Ethos – visando chamar a atenção do empresariado brasileiro para o compromisso de engajamento a programas de responsabilidade social, de cujas ações de voluntariado corporativo (desenvolvido dentro das empresas, persuadindo seus funcionários à mobilização e à participação nessas ações) são parte integrante e, nessa perspectiva, devem ser estimuladas²⁰.

Ainda em 2001, verifica-se uma demonstração de força da hegemonia do Programa da Comunidade Solidária e do Programa Voluntários dentro da aparelhagem estatal, cujo presidente é FHC: a diretoria do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) aprova uma concessão financeira milionária, “não reembolsável, no valor de R\$ 1,4 milhão, para apoiar a ampliação da rede de voluntariado organizado no Brasil”, a ser aplicada no Programa Voluntários²¹. Também de acordo com esse documento, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) “apoiou o projeto com um aporte de R\$ 450 mil”²².

¹⁸ COMUNITAS. *Programa Voluntários: transformando problemas em oportunidades de ação voluntária*. Disponível em: <http://www.comunitas.org.br/historia.php?pagina=pg_historia/historia_programas.php&menu=pg_historia/principal_menu.php> Acesso em: 26 dez. 2004.

¹⁹ PORTAL DO VOLUNTÁRIO. *Conheça o Portal do Voluntário*. Disponível em: <<http://www.portaldovoluntario.org.br/quemsomos/default.asp>>. Acesso em: 04 mai. 2004.

²⁰ COMUNITAS. *Programa Voluntários: transformando problemas em oportunidades de ação voluntária*. Disponível em: <http://www.comunitas.org.br/historia.php?pagina=pg_historia/historia_programas.php&menu=pg_historia/principal_menu.php>. Acesso em: 26 dez. 2004.

²¹ BNDES. *Notícias*: BNDES apóia com R\$ 1,4 milhão a ampliação da rede de voluntariado organizado no país. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/noticias/not424.asp>> . Acesso em: 20 jun. 2004.

²² BNDES. *Idem*.

Nessa trajetória, os recursos do BNDES, de acordo com o texto, tiveram como destino contribuir para consolidação da rede de voluntariado organizado no Brasil, viabilizando um projeto que consiste em três etapas: em primeiro lugar, “desenvolvimento institucional e no fortalecimento do programa”, estágio em que são elaborados a estratégia de captação de recursos e um sistema de avaliação dos centros que compõem a rede de voluntariado; em segundo lugar, ações de expansão da rede através do apoio financeiro a projetos de criação e fortalecimento dos centros; e, em terceiro lugar, “produção, sistematização e disponibilização de conhecimentos”, catalogando e divulgando “o acervo de conteúdos técnicos acumulados pelo programa”, disponibilizando a metodologia e realizando “dois estudos abordando o voluntariado no ambiente religioso e nas comunidades populares”²³.

Com efeito, de acordo com matéria do jornal *O Estado de São Paulo* e reproduzida pelo Portal do Voluntário – fontes que estão intimamente relacionadas ao Programa Voluntários (Comunidade Solidária e Comunitas) –, o Brasil chega a dezembro do ano 2000 com cerca de *19 milhões* de brasileiros em iniciativas de voluntariado²⁴, sob a efígie do combate à miséria e elevação dos índices de qualidade de vida dos mais pobres. Para tanto, nesse período, segundo Leilah Landim Assunção, *de cada cinco brasileiros adultos, um era voluntário*. Apresentados como resultado de êxito do Programa Voluntários, os dados indicam que, até 2001, *36 centros de voluntariado* foram constituídos por força do programa, *300 multiplicadores* foram capacitados e *3.000 manuais para a formação desses centros* foram elaborados²⁵. E o novo projeto do Programa Voluntários, após o suporte financeiro concedido pelo BNDES, era o de pôr em funcionamento mais *123 centros de voluntariado* espalhados pelo país²⁶.

²³ BNDES. Idem.

²⁴ PORTAL DO VOLUNTÁRIO. *Aumenta o número de voluntários no Brasil*. Disponível em: <http://www.portaldovoluntario.org.br/sala/exibe_art.asp?id=98> . Acesso em: 7 mai. 2005.

²⁵ COMUNITAS. *Programa Voluntários: transformando problemas em oportunidades de ação voluntária*. Disponível em: <http://www.comunitas.org.br/historia.php?pagina=pg_historia/historia_programas.php&menu=pg_historia/principal_menu.php>. Acesso em: 26 dez. 2004.

²⁶ BNDES. *Notícias*: BNDES apóia com R\$ 1,4 milhão a ampliação da rede de voluntariado organizado no país. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/noticias/not424.asp>> . Acesso em: 20 jun. 2004.

Portanto, a iniciativa do Conselho da Comunidade Solidária, que se estende, a partir de 2000, à oscip Comunitas, materializada no Programa Voluntários, instituído em 1996, conduziu uma quebra de paradigmas no que tange aos conceitos de “voluntariado” e “solidariedade”, até então compreendidos no âmbito da vontade de ajudar, da filantropia e da caridade religiosa, envolvendo todo o Estado (aparelhagem estatal + sociedade civil), numa nova concepção que se fundamenta em princípios de comprometimento e responsabilidade social de todos.

Ainda que as ações voluntárias individualizadas, mobilizadas por esse espírito de compromisso com a população carente, recebessem destaque no Programa Voluntários, o desafio era conquistar o empresariado, consolidar a responsabilidade social empresarial, criar e regulamentar as organizações sociais de interesse público, fundar e expandir os centros de voluntariado e, por conseguinte, estimular a prática do trabalho voluntário como uma ação racionalizada e organizada, unindo em parceria Estado, mercado e sociedade civil.

No que se refere ao engajamento das empresas, no âmbito dessa sociabilidade neoliberal, que aponta para o desenvolvimento da responsabilidade social do empresário como a conduta desejável das grandes corporações do capitalismo nacional e estrangeiro, além da crescente participação das empresas nacionais e transnacionais (EXAME, 2002), as empresas estatais vêm demonstrando gradativamente maior interesse e investindo cada vez mais recursos, financeiros e humanos, em ações de responsabilidade empresarial, da qual fazem parte as ações de voluntariado corporativo.

No caso do Banco do Brasil, parcerias com as ONGs (como “Riovoluntário”) e pessoas ligadas ao megaempresariado (como Roberto Klabin, da ONG S.O.S. Mata Atlântica, e Milú Villela, acionista do Banco Itaú) são estabelecidas para a viabilização de programas, como o lançamento do *Manual do voluntário*, de março do ano 2000, com o objetivo de capacitar, aproximadamente, 20 mil voluntários em todo o país²⁷.

²⁷ RIOVOLUNTÁRIO. *Manual do Voluntário vai capacitar 20.000 pessoas de todo o Brasil*. Disponível em: <http://www.riovoluntario.org.br/imprensa/imprensa_8.html> . Acesso em: 23 jul. 2004.

Em 2001, o Banco, através da Fundação Banco do Brasil, cria e começa a desenvolver o programa *Voluntariado do Banco do Brasil*, visando “fomentar a cultura do voluntariado entre os mais de 78.000 funcionários”, ao colaborar “para a melhoria da qualidade de vida de comunidades carentes” (EXAME, 2002, p. 76), com projetos “que beneficiam preferencialmente crianças e adolescentes”, abrangendo as áreas de educação, saúde, lazer e esporte²⁸. Ao divulgar “conceitos de cidadania e voluntariado”, através de “ações de capacitação por meio da Internet e da Intranet, da rede interna de TV e de cursos e palestras”, somente no ano de sua criação, “o programa conquistou a adesão de 7.000 funcionários”, cujo investimento médio anual atingiu a marca dos R\$ 407,5 mil (EXAME, 2002, p. 76).

Já em todo o ano de 2002, o programa contabilizou mais de 8 mil voluntários em todo o país e a realização de 88 eventos que beneficiaram 117 mil pessoas: os “voluntários fizeram parte de campanhas e projetos vinculados aos 27 comitês da entidades que atuam no combate à miséria no País e também em campanhas específicas, como o programa Ação Voluntária de Combate à Dengue, abrangendo as áreas de educação, saúde, lazer e esporte, com programas que beneficiam preferencialmente crianças e adolescentes”²⁹.

Outro caso é o da empresa estatal Petrobrás, que, através de seu compromisso de “responsabilidade social” para o “desenvolvimento com cidadania”, chamado de *Programa Petrobrás Social*, “contempla as iniciativas de voluntariado corporativo da empresa e de suas subsidiárias, com o objetivo de mobilizar e potencializar os recursos e competências da empresa e os de seus empregados”³⁰. Para tanto, estima-se que, em 2002, a Petrobrás, através do programa Petrobrás Social, tenha investido cerca de R\$ 8 milhões, no total de suas ações de responsabilidade social naquele ano³¹.

²⁸ PORTAL DO VOLUNTÁRIO. *Grupo*. Disponível em:

<http://www.portaldovoluntario.org.br/sala/exibe_ast.asp?id=3594>. Acesso em: 23 jul. 2004.

²⁹ PORTAL DO VOLUNTÁRIO. *Idem*.

³⁰ PETROBRÁS. *Voluntariado*. Disponível em:

<<http://www2.petrobras.com.br/responsabilidade/portugues/social/socVoluntariadoFmZ...>> Acesso em: 23 jul. 2004.

³¹ PORTAL DO VOLUNTÁRIO. *Petrobrás apóia projetos sociais*. Disponível em:

<http://www.portaldovoluntario.org.br/sala/exibe_art.asp?id=2443> . Acesso em: 23 jul. 2004.

Dentre as iniciativas que se inscrevem no bojo dos programas de responsabilidade social da Petrobrás, está o projeto *Geração de paz*, desenvolvido em 2002, cujo foco está no “trinômio esporte, cultura e educação”, tendo como público-alvo “jovens e adolescentes residentes em centros urbanos ou periferias e que se encontrem sem situação de risco social”³². Com a finalidade de promoção do “desenvolvimento humano sustentável”, programas como o Geração de Paz devem contar com a participação ativa do voluntariado, no sentido de obter efetivo êxito e, nesse caminho, expandir a “cultura de paz”, aconselhada por organismos de relevância internacional, como a ONU, através da Unesco³³.

Com efeito, não foi por acaso que, no contexto da criação do Programa de Voluntariado das Nações Unidas, como já assinalamos, o ano 2001 veio receber da ONU o título de *Ano Internacional do Voluntariado* (FAÇA PARTE, s.d.) – posto que o dia 5 de dezembro tornou-se seu dia universal³⁴.

Também no ano 2000, a Organização das Nações Unidas estabeleceu os *Oito Objetivos do Milênio*, que se traduzem em “8 Jeitos de Mudar o Mundo”, “ao analisar os maiores problemas mundiais” (FAÇA PARTE, 2004, p. 3). Os oito objetivos são: “acabar com a fome e a miséria”; “educação básica de qualidade para todos”; “igualdade entre sexos e valorização da mulher”; “reduzir mortalidade infantil”; “melhorar saúde das gestantes”; “combater a Aids, a malária e outras doenças”; “qualidade de vida e respeito ao meio ambiente”; “todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento” (FAÇA PARTE, 2004).

Nessa perspectiva, a começar pela última meta, a parceria, o voluntariado e o senso de responsabilidade social são elementos indispensáveis, para que os outros sete objetivos se concretizem. De acordo com documento da organização social “Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário”, compreendido como aparelho “privado” da hegemonia neoliberal e, por isso, intimamente relacionado com os organismos internacionais do

³² PETROBRÁS. Responsabilidade Social. *Projetos*: Projeto Voluntariado Petrobrás Fome Zero. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/responsabilidade/portugues/social/mas_ProjVolPetrobr...> Acesso em: 23 jul. 2004.

³³ PORTAL DO VOLUNTÁRIO. *Petrobrás apóia projetos sociais*. Disponível em: <http://www.portaldovoluntario.org.br/sala/exibe_art.asp?id=2443> . Acesso em: 23 jul. 2004.

³⁴ VOLUNTARIADO. *Dia Internacional do Voluntário*. Disponível em: <<http://www.servoluntario.com.br/site/centerANOINT.htm>> . Acesso em: 04 mai. 2004.

capitalismo avançado, a “solução de um problema” social pode ser alcançado “principalmente quando pessoas, escolas, governos, sociedade civil, empresas e organizações sociais trabalham juntos” (FAÇA PARTE, 2004, p. 16). Portanto, o texto “lembra” que “todo mundo tem que se envolver” (FAÇA PARTE, 2004, p. 16) para combater a miséria, a fome, a mortalidade infantil, etc.

A focalização dos problemas sociais históricos e estruturais, que se situam, não somente no Brasil, mas na grande maioria dos países capitalistas periféricos, como analisaremos nos próximos capítulos, mais do que uma estratégia política da sociedade civil brasileira, predominantemente, a partir de 1995, é também de escala planetária. Nesse sentido, a hegemonia neoliberal da social-democracia recomenda – ou “educa”, persuadindo ou seduzindo – à sociedade civil a organização, a cooperação e a ação voluntária, em ordem mundial, para “mudar o mundo”, “combatendo a fome”, por exemplo.

Nesse caminho, de acordo com aparelhos “privados” da hegemonia social-democrata, sejam empresas, fundações empresariais ou mesmo as variadas organizações não-governamentais, que se inscrevem no denominado “terceiro setor” e, por essa razão, contribuem no processo de “educação” das massas para o projeto de sociabilidade neoliberal, como a própria ONU, o voluntariado “contribui eficazmente, nos países em que ele é uma política pública, para a integração social dos excluídos, para a superação da miséria e para a universalização do acesso ao emprego”³⁵. De fato, percebemos o otimismo dos organismos multilaterais que investem no serviço voluntário, todavia, ao longo desta dissertação, comprovaremos a falácia em que consiste esse discurso de “superação da miséria” e “universalização do acesso ao emprego”.

Nesse horizonte, em 2000, durante a solenidade de lançamento do *Manual do voluntário*, disseminado pelo Banco do Brasil, “foi lançado oficialmente o ‘Comitê Brasileiro do Ano Internacional dos Voluntários 2001’, presidido por Milú Villela”³⁶, que preside também a organização social Faça Parte, sobre o qual nos debruçaremos

³⁵ BNDES. *Notícias*: BNDES apóia com R\$ 1,4 milhão a ampliação da rede de voluntariado organizado no país. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/noticias/not424.asp>> . Acesso em: 20 jun. 2004.

³⁶ RIOVOLUNTÁRIO. *Manual do Voluntário vai capacitar 20.000 pessoas de todo o Brasil*. Disponível em: <http://www.riovoluntario.org.br/imprensa/imprensa_8.html> . Acesso em: 23 jul. 2004.

mais detalhadamente no Capítulo 7. O Comitê Brasileiro do Ano Internacional dos Voluntários 2001, porém, assumiu a tarefa de representar a categoria de promoção do trabalho voluntário no país, “por ocasião das comemorações do ano dedicado aos voluntários, conforme determinação da ONU”³⁷.

Com efeito, em 2001, a líder Milú Villela é convocada pelas Nações Unidas para participar da Assembléia Geral, que aconteceu em 2002, e discursar sobre as experiências brasileiras de promoção do voluntariado de combate à miséria. O Brasil foi a nação que conquistou o melhor desempenho nessa categoria, porque, na avaliação da ONU, “fez o trabalho mais consistente e persistente para estimular a cultura do voluntariado na sociedade”, ao “educar” a população para a mobilização, elevando o serviço voluntário como elemento de “nova significância nacional”³⁸.

Como apresentamos acima, as empresas públicas estão investindo seus recursos financeiros e humanos nesse novo projeto de sociabilidade, no entanto, as empresas privadas, que são predominantes no mercado brasileiro, também vêm atuando com afinco nessa direção.

Nesse caso, encontramos grandes empresas como a Amil (serviços hospitalares), com a sua ação comunitária nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo para arrecadação de alimentos, a Avon Cosméticos, com seu programa de capacitação de alfabetizadores voluntários, bancos como o JP Morgan e Votorantim, a Editora Abril, a Shell (química e petroquímica) e outras, desenvolvendo ações de responsabilidade social que envolve a ação de voluntariado (EXAME, 2002, p. 74-98).

Por outro lado, algumas empresas, com o aperfeiçoamento e a ampliação do acesso à tecnologia, como a Internet, vêm utilizando desse novo meio de comunicação para intensificar o estímulo à cultura do voluntariado e as possibilidades de acesso aos interessados. Nesse caso, a parceria de empresas como a IBM, a Embratel, o Bank Boston e a Rede Globo para a formação e expansão do Portal do Voluntário, com o aval da Oscip Comunitas, através do Programa Voluntários, é algo significativo. Há também o funcionamento do projeto “E-voluntários”, trazido dos Estados Unidos pela IBM, que procura integrar sua tecnologia “à prática do voluntariado”. Com o *software*

³⁷ RIOVOLUNTÁRIO. Idem.

³⁸ FAÇA PARTE. *Histórico*. Disponível em: <www.facaparte.org.br/visualizar_fp.asp?id=112>. Acesso em: 07 mai. 2004.

“Comunidades de Aprendizagem” (Learning Village), voluntários da empresa podem contribuir a distância, para a melhoria da qualidade de vida de sua comunidade e manter contato com co-participantes – professores, profissionais do Terceiro Setor e estudantes” (EXAME, 2002, p. 89). No Brasil, os parceiros para a fundação do projeto no país foram a Promon, a Fundação Roberto Marinho/Rede Globo, o Portal do Voluntário e o Comunidade Solidária³⁹.

Em outros casos, alguns programas reúnem a utilização da tecnologia para sua ampliação, a parceria com empresas privadas e públicas, fundações e também com organizações da sociedade civil, do chamado “setor sem fins lucrativos”, e até Universidades Públicas. Nesses dois últimos casos, o próprio projeto supracitado, “E-voluntários”, estabeleceu parceria, a partir de 2001, com o Instituto Ethos, a Universidade de São Paulo, através de seu Centro de Estudos de Terceiro Setor (CEATS), e a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro⁴⁰. Também se enquadra nesse paradigma o programa desenvolvido pela Telefônica, através de sua Fundação, com o recurso da Internet, o qual visa ao “fortalecimento de organizações sem fins lucrativos e a constituição de redes”. Na versão brasileira, cujo foco inicial esteve voltado para instituições de atendimento à infância e à juventude, o projeto é desenvolvido pelo CEATS da USP (EXAME, 2004, p. 100).

E no exemplo da empresa de telecomunicações Brasil Telecom, ela representa uma das que financiam a ONG Riovoluntário, que “atua em capacitação de voluntários e instituições, responsabilidade social corporativa (cooperações técnicas com empresas que queiram investir no social) e em projetos educacionais voltados para crianças de até 4 anos na periferia do Rio de Janeiro”. A empresa investiu cerca de R\$ 60 mil e contou com “mais de 12.000 voluntários beneficiando diretamente cerca de 133.000 pessoas” em seu banco de dados, no ano de 2001 (EXAME, 2002, p.79).

De fato, a adesão da sociedade brasileira ao serviço voluntário torna-se inquestionável quando se compara a progressão de engajamento a esse tipo de ação entre os anos de 2000, quando o Brasil já se encontra no estágio de “radicalização da democracia”, característica da segunda gestão FHC, e de 2002, momento em que

³⁹ E-VOLUNTÁRIOS. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.e-voluntarios.com.br/index.htm>>. Acesso em: 07 mai. 2004.

⁴⁰ E-VOLUNTÁRIOS. *Idem*.

Fernando Henrique administra seu último ano de governo. De cerca de 19 milhões de brasileiros que já dedicavam seu tempo ao atendimento das necessidades da população carente no ano 2000⁴¹, segundo pesquisa do IBOPE, realizada no primeiro semestre de 2002, aproximadamente 18% da população ou 30 milhões de brasileiros estavam engajados ao voluntariado (JORNAL DO BRASIL, 2002, p. 19); e, no segundo semestre do mesmo ano, havia 38 milhões de voluntários, aproximadamente 22,6% da população, de acordo com o Jornal *O Dia* (FORTES, 2002, p.15).

Nessa trajetória, essa cultura vem se consolidando na medida mesma em que o diálogo entre aparelhagem estatal, mercado e esses aparelhos “privados” de hegemonia, adequados ao chamado “setor sem fins lucrativos”, tornando-se mais forte e arraigada à dinâmica sociopolítica do país – já que também consiste num fenômeno de ordem mundial, do presente momento histórico.

Assim, a segunda administração FHC é encerrada em 2002 e, com ela, o programa Comunidade Solidária sai de cena. O Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva toma posse em 2003 e cria o programa *Fome zero*, que tende a substituir aquele desenvolvido por Fernando Henrique Cardoso em suas gestões. E as parcerias entre o Fome Zero e os organismos governamentais e não-governamentais são radicalmente estimuladas.

Para além da intenção de distribuir cestas básicas à população abaixo da linha de pobreza, num grande programa em rede nacional de combate à fome, o programa Fome Zero da gestão Lula dirige suas ações para o “combate à pobreza e à miséria”⁴², meio que reeditando, ou mesmo repetindo, o discurso do Comunidade Solidária e colocando-se, adequadamente, numa posição confortável, dentro das “recomendações” de organismos internacionais, como o Banco Mundial, para o desenvolvimento sustentável, e a ONU, para o desenvolvimento social no país.

Nessa perspectiva, a fome é apresentada como consequência e causa da miséria. Assim, de acordo com documento do Instituto Brasil Voluntário, esse “círculo

⁴¹PORTAL DO VOLUNTÁRIO. *Aumenta o número de voluntários no Brasil*. Disponível em: <http://www.portaldovoluntario.org.br/sala/exibe_art.asp?id=98> . Acesso em: 7 mai. 2004.

⁴²PETROBRÁS. *Projetos: Projeto Voluntariado Petrobrás Fome Zero*. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/responsabilidade/portugues/social/mas_ProjVolPetrobr...> Acesso em: 23 jul. 2004.

vicioso” (conseqüência e causa) só poderá ser rompido, caso toda a sociedade se “una” para combater a fome (FAÇA PARTE, 2004, p. 4). Nesse sentido, a mobilização da sociedade civil, materializada na formação do voluntariado de combate à fome, vai “liquidar” a miséria no país, garantindo “a condição básica de direito à vida: viver sem fome” (FAÇA PARTE, 2004, p. 4). Todavia, nem de perto, esses sujeitos políticos apresentam a própria acumulação de renda como geradora da desigualdade e da injustiça social, que, por sua vez, acentua a má distribuição de renda, a pobreza e, portanto, a fome dos segmentos sociais que atingiram um patamar extremo de miséria econômica.

Logo, a aparelhagem estatal, presidida e coordenada pela hegemonia petista a partir de 2003, buscando integrar o “Conselho de Segurança” da ONU, vai “militar”, na área social, pela conquista dos Oito Objetivos do Milênio e, nesse caminho, o programa Fome Zero vai cumprir o seu papel estratégico hegemônico. De forma ambiciosa e pretensiosa, empenha-se no combate à fome, com “ações-diretas” paliativas ou assistencialistas, afirmando que está liquidando a miséria. Nesses termos, basta “viver sem fome”, que se assegura a “condição básica de direito à vida” e, por conseguinte, se combate a miséria e se eleva a qualidade de vida da população.

Dessa maneira, o voluntariado é contemplado por esse programa como o resultado da “solidariedade” (WERNECK, s.d., p. 19), conforme se observa nas diretrizes do Comunidade Solidária, a qual consiste na confluência da “ajuda”, como o agente propulsor da ação voluntária, com a “responsabilidade social”, que se galvaniza no espírito de cidadania. Nesse contexto, o documento, que formaliza uma parceria entre o Fome Zero e o Faça Parte, elaborado por Nísia Werneck, assinala que os agentes voluntários devem procurar aparelhos “privados” de hegemonia, como ONGs, igrejas, etc., desde que devidamente comprometidos com o Programa Fome Zero, no sentido de combater a fome e a miséria no Brasil (WERNECK, s.d., p. 19).

Nesse caminho, a partir de 2003, constituem-se amplos projetos de combate à pobreza, como o *Voluntariado Petrobrás Fome Zero*⁴³. Dentro do programa Petrobrás Social, o módulo de “voluntariado da empresa e suas subsidiárias”, no âmbito do

⁴³ PETROBRÁS. *Voluntariado*. Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/responsabilidade/portugues/social/socVoluntariadoFmZ...>> Acesso em: 23 jul. 2004.

projeto Voluntariado Petrobrás Fome Zero, cujo fio condutor situa-se no “conceito de *desenvolvimento com cidadania*”, deve estar integrado e sistemicamente estruturado, para que as ações de “voluntariado corporativo da empresa e de suas subsidiárias”⁴⁴ sejam “capazes de compreender localmente a realidade onde atuam as políticas públicas envolvidas e as possibilidades de alterá-las”⁴⁵. A expectativa do projeto é a de que aproximadamente 80 mil pessoas deverão “participar de atividades solidárias até 2006”⁴⁶ – provável ano de encerramento da gestão Lula (2003-2006) – em parceria com várias instituições.

De fato, é inevitável deixar de estabelecer a relação entre a parceria da Petrobrás com o programa Fome Zero e a concepção neoliberal de “terceiro setor”, quando aquele projeto de voluntariado prevê, como “demanda qualificada”, o “processo de escuta dos três setores da comunidade (setor público, empresariado e sociedade civil) para a construção de um projeto de transformação” social⁴⁷.

Na mesma direção, outras instâncias da sociedade civil vão aderindo ao sistema de parcerias com o Fome Zero, na administração Lula da Silva. Por exemplo, não há por que duvidar de que a ONG Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, fundada em 2001 e presidida desde então pela executiva Milú Villela, seja parceira do Fome Zero, tendo em vista a presença de Frei Betto, assessor da Presidência da República entre 2003 e 2004⁴⁸, homem de confiança do presidente e militante desse programa governamental, na “Equipe de Planejamento Estratégico” dessa organização de voluntariado (FAÇA PARTE, s.d.).

Nesse contexto, o papel de Frei Betto é promover a articulação entre a arrecadação de alimentos e fundos para o Fome Zero e o empenho de mobilização do voluntariado organizado, através do trabalho do Faça Parte. De acordo com documento supracitado do Instituto Brasil Voluntário, em parceria com o Fome Zero, as “ações

⁴⁴ PETROBRÁS. Idem.

⁴⁵ PETROBRÁS. Idem

⁴⁶PETROBRÁS. *Projetos: Projeto Voluntariado Petrobrás Fome Zero*. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/responsabilidade/portugues/social/mas_ProjVolPetrobr...> Acesso em: 23 jul. 2004.

⁴⁷PETROBRÁS. *Voluntariado*. Disponível em:

<<http://www2.petrobras.com.br/responsabilidade/portugues/social/socVoluntariadoFmZ...>> Acesso em: 23 jul. 2004.

⁴⁸TERRA. *Governo Lula: Frei Betto deixará o governo Lula*. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI424473-EI1194,00.html>> . Acesso em 27 nov. 2004.

voluntárias que forem direta ou indiretamente ligadas ao combate da fome, com o objetivo de diminuir as desigualdades, promovendo a inclusão social e a cidadania, certamente estarão contribuindo para os objetivos do Programa Fome Zero” (WERNECK, s.d., p. 4).

Dentre os projetos lançados pelo Faça Parte, o programa *Jovem Voluntário Escola Solidária* é o mais importante desenvolvido por essa organização, ao qual dedicamos a análise do Capítulo 7, neste trabalho. Já o programa *Fé no voluntariado*, criado em 2001, objetivando unir “denominações religiosas” para ações de voluntariado⁴⁹, a fim de “combater a miséria”, pretensamente, “liquidando” a fome e garantindo o “direito à vida” dessa população, na linha dos “Oito Objetivos do Milênio”, o sucesso do projeto em 2001 e 2002 repetiu-se no primeiro ano do governo Lula, por conta do engajamento ao programa Fome Zero⁵⁰.

De acordo com o ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano, a adesão dos religiosos e o voluntariado são fatores de “fundamental importância para ampliar o alcance do programa”, ou seja, o Fome Zero, e atingir as famílias que vivem nas regiões mais distantes, que se encontram em situação crítica de subsistência⁵¹.

Ainda segundo o então ministro, tendo em vista a demora de três meses para o governo cadastrar cinco mil famílias, a “igreja é uma forma de organização, muito importante para a organização dos excluídos”, uma vez que, como observa Graziano, o grande empecilho para o êxito do Fome Zero consiste na localização e organização das “pessoas excluídas”. Daí a justificativa de a aparelhagem estatal estabelecer as parcerias com aparelhos “privados” de hegemonia, como ONGs, fundações empresariais e, sobretudo, organizações religiosas.

Portanto, aqui tivemos uma demonstração de como o Estado, entendido em sua conotação “ampliada”, isto é, como uma totalidade formada pela aparelhagem estatal e pela sociedade civil, “educa” as massas para a formação de um voluntariado e

⁴⁹ FAÇA PARTE. *Histórico*. Disponível em: <www.facaparte.org.br/visualizar_fp.asp?id=112>. Acesso em: 07 mai. 2004.

⁵⁰ TERRA. *Religiosos arrecadam alimentos para o Fome Zero*. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI170647-EI306,00.html>>. Acesso em: 23 jul. 2004.

⁵¹ TERRA. *Idem*.

de uma “cultura do voluntariado” de combate à pobreza e elevação dos níveis de qualidade de vida.

Ainda que nem todas as formas de mobilização social, que possam ser classificadas como ações voluntárias, façam parte, necessariamente, do movimento de “educação” da população para o projeto de sociedade e sociabilidade da hegemonia neoliberal, a tendência, como percebemos ao longo deste capítulo, é de *predominância* e, sobretudo, *aprofundamento* dessa cultura cívica, tendo na formação do voluntariado de combate à miséria uma estratégia eficiente, no sentido de reforçar o poder de dominação e direção da elite capitalista.

Assim, no segundo capítulo desta dissertação, será elaborado o panorama histórico-crítico de origem e andamento do projeto de sociedade e sociabilidade neoliberal, em nível internacional, e analisada sua trajetória de chegada ao Brasil. Dessa maneira, será possível vislumbrar de que maneira esse voluntariado de combate à pobreza, compreendido hegemonicamente como um modelo de “cidadania ativa”, vai se constituir como estratégia para reforçar e ampliar o poder econômico e político do capitalismo neoliberal.

2. O processo de ampliação da sociedade civil brasileira

Para a trajetória histórica brasileira, que objetivamos elaborar neste capítulo, será analisado, em seu primeiro item, o processo político-econômico, em nível internacional, através do qual nasce e começa a se desenvolver um novo padrão de sociedade e sociabilidade, que se materializa por meio de um processo de educação das massas, levado a cabo pelo Estado (sociedade política + sociedade civil), para a nova realidade ultra-capitalista do pós-fordismo: o neoliberalismo e o capitalismo financeiro.

Num segundo momento, exploraremos a realidade política brasileira, que dará espaço para a entrada daquele modelo de sociabilidade na esfera do Estado, de maneira a integrar a formação e a consolidação de um novo projeto ético-político para o país, que visa adequá-lo àquela nova realidade neoliberal, tendo como suporte uma Reforma do Estado, cujo pontapé se situa no redimensionamento da aparelhagem estatal.

2.1. O processo de correlação de forças internacionais no período 1945-1980

No período Pós-guerras, isto é, após 1945, um clima de otimismo econômico e político começa a pairar sobre os países capitalistas desenvolvidos. Por outro lado, as nações engajadas no âmbito do “socialismo real” também começam a viver uma realidade de prosperidade econômica, subsidiada, predominantemente, pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que liderava o bloco dos países ditos “comunistas”. Também, os países subdesenvolvidos, em sua maioria, agrários – dentre os quais se localizam os latino-americanos –, que compunham o grupo político-econômico capitalista ou pré-capitalista, sentem o reflexo daquele otimismo de desenvolvimento.

Portanto, inaugura-se um período histórico singular na história da humanidade, que se convencionou chamar de *Guerra Fria*. Trata-se de uma forma de “guerra de posição”⁵² em nível mundial, que parecia sinalizar uma provável conversão para uma “guerra de movimento”⁵³, possivelmente geradora da temida *Terceira Guerra Mundial*, que aterrorizava o mundo pela possibilidade difundida de haver destruição em massa do planeta pelo acionamento nuclear, da bomba atômica.

De acordo com Hobsbawm (1995, p. 224), a despeito do pânico generalizado, predominantemente pelos EUA, de a Guerra Fria eclodir uma batalha nuclear com conseqüências devastadoras imprevisíveis, não existia, em termos objetivos, um risco tão iminente: “apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência”.

⁵² Historicamente, após a Revolução Francesa, uma longa guerra de posição perdurou de 1815 a 1870 e, a partir de 1921, nova guerra de posição foi vivida na Europa através da ascensão e do apogeu dos regimes fascistas (GRAMSCI, 2001a, p. 300). Entretanto, no caso específico da Guerra Fria, situada no período Pós-guerras, a ela atribuímos o conceito gramsciano *guerra de posição* por tratar-se de um confronto silencioso de disputa capilar entre as duas superpotências, que lideravam os dois grandes blocos hegemônicos, dividindo o globo entre os países que eram liderados pelo capitalismo dos EUA e pelo socialismo da então URSS.

⁵³ Com efeito, no que se refere à disputa por hegemonia entre os blocos capitalista e socialista no contexto da Guerra Fria, a guerra de assédio poderia descambar para um confronto bélico sem precedência na História da humanidade, chegando a imprevisíveis e desastrosas conseqüências.

Contudo, gerações inteiras criaram-se “à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar toda a humanidade” (HOBSBAWM, 1995, p. 224).

Nesse contexto, os países ocidentais que lideravam o bloco hegemônico capitalista viviam um período de crescimento econômico e desenvolvimento industrial sem precedentes em sua História – com algumas diferenças particulares entre eles. Portanto, no Pós-guerra, é inaugurado o período dos chamados *Trinta Anos Gloriosos* ou *Anos Dourados* – que chegam ao esgotamento nos anos de 1970.

O crescimento econômico que a Europa Ocidental vai conhecer no Pós-1945, os EUA inauguraram no período Entre-guerras (1918-1939). Antonio Gramsci, em suas notas carcerárias que versam sobre *Americanismo e Fordismo* (1934), apresenta o desenvolvimento que os EUA viveram nos anos de 1930, em decorrência do novo modelo de produção, que vai gerar as condições de existência das massas operárias na América (EUA), conciliado a um tipo de Estado que permitirá sua arrancada – ao mesmo tempo, fazendo do modo de produção o suporte e a relevância da manutenção desse Estado.

Nessa trajetória, o Americanismo, segundo Gramsci (2001b, p. 280), consiste numa “nova cultura” ou num “novo modo de vida”, cujo modelo de produção que o sustenta foi planejado e desenvolvido por Henri Ford – daí a denominação “fordismo” –, no interior de um Estado de tipo liberal, pautado no capitalismo industrial e monopolista (GRAMSCI, 2001b, p. 259).

O fordismo consiste no modo de produção de novo tipo, que, de acordo com Gramsci (2001b, p. 274-275), exige um elevado grau de racionalização da organização do trabalho, pois coloca o desenvolvimento científico-tecnológico a seu serviço; por isso, exige do operário um nível de qualificação e especialização, anteriormente desnecessário.

Por outro lado, como uma nova “filosofia” do modo de produção industrial, o fordismo conjuga-se com o Estado Liberal, exercendo por meio da “coerção” e, ao mesmo tempo, da “persuasão” (GRAMSCI, 2001b, p. 275) a adesão e a coesão dos trabalhadores ao projeto de sociabilidade “fordista”, desde os grupos operários mais diretamente envolvidos com a maquinaria e a produção, passando pelos chamados “inspetores de fábrica” (MARX, 2002), até chegar aos setores gerenciais. Assim, a meta seria reunir as classes operárias baixas e médias para construir a sociabilidade americana ou seu projeto de cidadania.

Ora, o modelo de produção, “caracterizado pela produção em massa, pela linha de montagem e produtos mais heterogêneos” (LESBAUPIN, 2001, p. 18), levado a cabo pelo fordismo, conciliava organismos de “coerção” ou “força” – como a repressão alcoólica (GRAMSCI, 2001b, p. 268) e sexual (GRAMSCI, 2001b, p. 249), traduzida em um tipo de “puritanismo” moral que se caracterizava pelo proibicionismo e contenção das pulsões químicas e sexuais dos trabalhadores, no sentido de evitar que a “desregulamentação” dos instintos viesse a se colocar contrária à racionalização do trabalho (GRAMSCI, 2001b, p. 252) – com os de “persuasão”, dentre os quais Gramsci (2001b, p. 272-273) destaca os “altos salários”, garantindo aos funcionários de maiores cargos e especializações, que não abrangem toda a classe trabalhadora americana, maior bem-estar e qualidade de vida.

Por conseguinte, o modo de produção fordista pauta-se na ciência e na tecnologia a serviço da produção, na qualificação da força de trabalho, na hierarquização dos trabalhadores, na divisão da sociedade em classes sociais. Nesse espaço, a maioria é operária; seu controle e racionalidade materializam-se, predominantemente, pela “coerção”, exercida pelo próprio modo de produção, no sentido de mantê-los dispostos e produtivos no fronte da linha de montagem.

Em contrapartida, os cargos de gerência, planejamento e administração são exercidos por sujeitos oriundos das classes médias qualificadas e especializadas, cujo controle não se exerce pelo meio da força: ao contrário, há que se persuadir, seduzir, conquistá-las com um bem-estar que é assegurado, basicamente, pela troca de sua força de trabalho qualificada por altos salários.

Com efeito, da mesma forma que esse “equilíbrio instável” entre força e persuasão se manifesta nas relações de produção de novo tipo, primeiramente, dentro das indústrias que adotaram o método Ford e, na medida em que sua racionalidade permite e impulsiona sua generalização (GRAMSCI, 2001b, p.275), por conta do “sucesso” econômico, noutros organismos, inclusive em empresas e repartições que pertencem ao conjunto da aparelhagem estatal, o modelo de produção fordista funciona, ao mesmo tempo, como “causa” e “efeito” do Estado de bem-estar.

De acordo com Gramsci (2001b), o Estado Liberal criado na América, em torno do modo fordista de produção, não consiste no *laissez-faire* proposto pelos teóricos do Liberalismo Clássico – onde o Estado não exerce qualquer poder sobre a economia,

respeitando uma total liberdade para os mercados –, “mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que chega com meios próprios, como ‘sociedade civil’, através do próprio desenvolvimento histórico, ao regime de concentração industrial e do monopólio” (GRAMSCI, 2001b, p. 259).

Nessa perspectiva, o Estado exercerá a “coação” e a “persuasão” dos trabalhadores, em seus diversos níveis, consolidando as prerrogativas do modelo fordista. Se o Estado é a confluência orgânica da aparelhagem estatal ou “sociedade política” + “sociedade civil” (GRAMSCI, 2002, p. 244), de maneira que, em conjunturas como a americana, onde a sociedade civil e a sociedade política convivem em uma situação de “instável equilíbrio”, o fordismo pertence à sociedade civil, porque se trata do modo de produção, e, logo, ao Estado, que atuará no controle das massas (classes baixas e médias) em favorecimento da produção industrial fordista e, conseqüentemente, da acumulação capitalista.

Nos anos de 1930, no que tange à realidade do operariado americano, será o Estado quem impulsionará programas no sentido de coibir o vício do álcool entre as classes populares, a fim de evitar a “destruição das forças de trabalho” (GRAMSCI, 2001b, p. 267). Para as classes médias, por exemplo, há todo um planejamento de defesa do pleno emprego, da estabilidade e dos altos salários (GRAMSCI, 2001b, p. 259). E, sobretudo, por seu caráter intervencionista, valorizam-se os “títulos de Estado”, que levam a massa de investidores a se desvincular de um sistema capitalista privado, por sua alta desvalorização em troca de investimentos em ações estatais, que, a despeito dos juros módicos, transmitem maior confiança e asseguram o lucro e a acumulação nos fundos de poupança (GRAMSCI, 2001b, p. 276-277).

Portanto, o Americanismo reivindicará o esmagamento dessa “cultura européia” na América e, ao mesmo tempo, levará à Europa os “elementos da ‘nova cultura’ e do ‘novo modo de vida’”, obrigando-a, através de sua implacável produção econômica, “a uma transformação radical, de sua estrutura econômico-social, demasiadamente antiquada, o que ocorreria de qualquer modo, ainda que com ritmo lento, mas que, ao contrário, se apresenta desde já como uma conseqüência imediata da ‘prepotência’” (GRAMSCI, 2001b, p. 280).

De fato, o fordismo levava o ocidente à construção de uma nova sociabilidade, em outros termos, “a uma transformação da forma de civilização existente e ao nascimento forçado de uma nova civilização” (GRAMSCI, 2001b, p. 280): no período Pós-guerra, ou

seja, a partir de 1945 até a década de 1970, a Europa capitalista conheceu sua *Era de Ouro*, com um “novo modo de vida”, a era do automóvel Ford, a indústria de massa (HOBSBAWM, 1995, p. 259).

Nesse contexto, é firmado o Acordo de *Bretton Woods*, após conferência realizada em 1944 pela Secretaria de Estado norte-americana, com a participação dos governos de 44 países capitalistas, no sentido de “formular propostas definitivas para a criação de um Fundo Monetário Internacional e um possível Banco de Reconstrução e Desenvolvimento” (MELO, 2004, p. 61). Logo, em 1945, afinados com o modo de produção fordista e a política do Estado de bem-estar social, são criados o FMI, o Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD ou Banco Mundial) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, visando à promoção de “um crescimento econômico global” e ao fortalecimento da “cooperação internacional por meio da criação de uma economia mundial aberta” (MELO, 2004, p. 61-62).

Todavia, à medida que os EUA aperfeiçoavam outros setores produtivos e os demais líderes do bloco capitalista, em meados da década de 1950, já verificavam uma ascendente aceleração da economia, através do aquecimento da indústria fordista, o Terceiro Mundo ou o grupo dos países subdesenvolvidos, diretamente vinculados ao conjunto dos capitalistas, dentre os quais estavam situados os latino-americanos – com exceção de Cuba após a Revolução instaurada em 1959, sob a liderança de Fidel Castro e Che Guevara –, não conheceu o desenvolvimento e o bem estar vividos por aqueles países, porque nem de perto atingiu aquele ritmo de crescimento e acumulação.

Com efeito, para dar suporte a um modo fordista de produção, cria-se um modelo de Estado liberal que preserve “os mecanismos de mercado na formação dos preços e nos ajustamentos entre a oferta e a demanda, assegurando os estímulos e a eficiência da economia”, e, intermitentemente, permita evitar e corrigir “os desequilíbrios sócio-econômicos que tenderiam a resultar da livre concorrência” (JAGUARIBE, 1978, p. 77).

Essa “conjunção complexa e totalizante do desenvolvimento socioeconômico e político” (DEMO, 2001, p. 63) configurou-se no Estado de bem-estar social, que internacionalmente se convencionou chamar de *Welfare State*. De acordo com Jaguaribe (1978, p. 77), essa expressão passou a ser disseminada a partir de meados dos anos de 1940, sendo “empregada pela primeira vez pelo arcebispo inglês William Temple, em seu panfleto

'*Citizen and churchman*'⁵⁴, de 1941, em que diz: 'in place of the concept of the Power State we are led to that of the Welfare State'⁵⁵.

De fato, o Estado de Bem Estar Social ou *Welfare State* também é conhecido como Estado protetor, provedor ou de providência, por isso, intervencionista, quando utiliza sua aparelhagem para reequilibrar os desvios causados em decorrência “da forte concentração de renda a que tende o sistema capitalista”, planejando e executando medidas e ações que visam assegurar o pleno emprego e o salário mínimo, garantindo aos trabalhadores um nível mínimo de bem-estar, estabelecer um sistema de previdência social, garantir serviços públicos, como saúde, educação, lazer, cultura, habitação, etc. (JAGUARIBE, 1978, p. 78).

Esse *Welfare State* também pode ser identificado como “Estado *Keynesiano*”, expressão que provém do conjunto de teorias e medidas propostas pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946), denominado *keynesianismo*, cuja razão se manifesta na defesa, dentro dos parâmetros do mercado liberal, de o Estado intervir fortemente na área econômica, visando à garantia do controle inflacionário, do pleno emprego e dos direitos sociais – em outros termos, assegurar o crescimento econômico e o bem estar social através do equilíbrio de “coação” e “persuasão” (GRAMSCI, 2001b, p. 275).

Nessa trajetória, a sociedade civil no Primeiro Mundo tornava-se mais complexa e pluralista, acentuando seu processo de “ocidentalização”. O capitalismo monopolista, ao mesmo tempo em que ampliava a taxa de lucro promovida por meio do modo de produção fordista, conduzia a classe trabalhadora a um crescente desenvolvimento das forças produtivas no sentido de pressionar o poder do Estado, em seu sentido restrito. Logo, a função do *Welfare State*, no contexto de um modelo político-econômico *keynesiano*, é estimular o crescimento econômico da burguesia e promover o direito à cidadania, cedendo a demandas populares e contendo as “tensões sociais”.

Com efeito, ao enumerar e discutir as teorias dos movimentos sociais de maior destaque no mundo ocidental, Maria da Glória Gohn (2000) apresenta, como elemento de fundo, a complexificação daquele processo de ocidentalização da sociedade civil norte-americana e européia, no século XX.

⁵⁴ Tradução: “Cidadão e sacerdote”.

⁵⁵ Tradução: “No lugar do conceito do poder estatal, nós somos conduzidos àquela concepção de Estado de Bem Estar”.

Segundo Gohn (2000, p. 37), “a discussão básica se resumia à desarticulação da sociedade, desorientada pelas inovações da indústria ou pelo comportamento coletivo das massas”. Nessa perspectiva, o pensamento de autores que estudavam o problema dos movimentos sociais, à luz da realidade americana e européia, oscilava entre as idéias de *reformismo* e *revolução passiva* ou *permanente*, passando pela “discussão política da questão” (GOHN, 2000, p. 37).

Outrossim, a década de 1960 é marcada como um período de crise para o bloco capitalista, não em termos materiais propriamente ditos, de crescimento econômico, mas de imposição política internacional. Trata-se, pois, de um momento de “crise de hegemonia”⁵⁶ mundial do capitalismo, o qual precisa ser superado com ações ofensivas imediatas. Por exemplo, a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio de um convênio assinado em 1960, vai buscar a unificação dos países da periferia do capitalismo, através de aportes financeiros, subordinando-os à liderança norte-americana (MELO, 2004, p. 87).

De fato, nessa conjuntura, a Guerra Fria vai tomando novo fôlego e recebendo uma dimensão maior de ameaça real, já que a superpotência capitalista busca reverter sua “crise de autoridade” ou de hegemonia. Assim, em 1965 eclodia a Guerra do Vietnã, que perduraria durante sangrentos dez anos.

Os EUA e os demais países líderes do bloco capitalista, após a derrota ocasionada pelo triunfo comunista na China, ocuparam a Coreia em 1950, visando impedir o avanço do comunismo do Norte para o Sul. Logo, tentaram executar uma ocupação de mesmo tipo no Vietnã, o que, no entanto, deflagrou um conflito armado entre 1965 e 1975, de grandes proporções, não lançando mão das bombas atômicas, no entanto, sem obterem o êxito planejado (HOBSBAWM, 1995, p. 234).

⁵⁶ Se o conceito de *hegemonia* em Gramsci significa, em linhas gerais, direção política, cultural e ideológica, organizada pelo grupo dominante que a exerce “em toda a sociedade” (GRAMSCI, 2000, p. 21), a crise de hegemonia representa a “crise de autoridade” dessa classe dominante e dirigente, que ocorre em momentos nos quais “partidos tradicionais naquela dada forma organizativa /.../ não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe”, abrindo espaço “às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos”, que personificam uma força *contra-hegemônica*, isto é, uma direção político-cultural contrária à dominante, “ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (com a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentaram reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução”. Portanto, essa crise de autoridade se traduz em “crise de hegemonia” ou “crise do Estado em seu conjunto” (GRAMSCI, 2002, p. 60).

Nesse contexto, os movimentos sociais na América redimensionam alguns determinantes e refuncionalizam suas ações. Até o período da Guerra do Vietnã, os movimentos de protesto, ao lado dos reivindicatórios dos direitos civis, feministas ou étnicos, as ações coletivas, como vimos acima, organizavam-se em torno de um processo denominado “mudança social” (GOHN, 2000, p. 40).

2.2. O protagonismo dos movimentos sociais no período 1965-1980

A partir dos anos de 1960 e durante a década de 1970, a linha dos movimentos sociais norte-americanos baseia-se na teoria do “utilitarismo” de caráter economicista, de forma que a mobilização coletiva articula-se a uma “lógica racional da interação entre os indivíduos, que buscam atingir metas e objetivos, e [a] estratégias que avaliam os custos e os benefícios das ações” (GOHN, 2000, p. 51). Para tanto, essa forma de mobilização recebeu o nome de “mobilização de recursos”. Logo, nessa perspectiva, os recursos, com ênfase nos financeiros, são mobilizados no foco dos interesses de determinados grupos sociais, cujas demandas que sustentam os movimentos sociais precisam converter-se em resultados.

Por outro lado, a Europa capitalista da década de 1960 protagoniza um conjunto de movimentos sociais que se afasta da tradição marxista das lutas coletivas (a fórmula da “revolução permanente” ou as “guerras de movimento”), embora suas teses, muitas vezes, descendam do legado erigido a partir de Marx, Engels, Lênin e Gramsci.

Com efeito, os ideólogos ou formuladores desses movimentos sociais europeus de maior destaque político naquele momento – como Claus Offe, Alberto Melucci, Ernest Lacan e Alain Touraine, entre outros – descartaram o marxismo por considerar que a mobilização é encarada, nessa perspectiva, “apenas no nível das estruturas, da ação das classes, trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade”, de maneira a não dar conta dos aspectos políticos e culturais dos movimentos, subjugados ao domínio do campo econômico (GOHN, 2000, p. 122).

Portanto, esses movimentos, denominados por suas lideranças como “Novos Movimentos Sociais” europeus, têm como norte a redescoberta dos sujeitos, encarados assim, em sua individualidade, como atores sociais que podem promover, a partir de si, as mudanças sociais, “independentemente dos condicionamentos da estrutura” (GOHN, 2000, p. 122) – compreendida numa acepção economicista. Logo, esses novos movimentos ganharão um

relevo oportuno durante a década de 1970, período em que se verifica o colapso do Estado de bem estar (DOIMO, 1994, p. 67), porque se constituem “em torno de valores de negação à institucionalidade política, tais como democracia de base, autonomia e independência em relação aos partidos e ao Estado⁵⁷” (DOIMO, 1995, p. 66).

De fato, a crítica ao economicismo e ao utilitarismo e a ascensão do indivíduo, como o ator que provoca a “mudança social”, repercutem na virada dos anos de 1960 e 1970 nos EUA, conduzindo o paradigma de ortodoxa racionalização dos movimentos sociais a um momento de crise (GOHN, 2000, p. 53), apontando para uma reformulação que, a partir das análises de John McCarthy e Mayer Zald da década de 1970, subdivide “os movimentos sociais em duas grandes categorias: de consenso e de conflito” (GOHN, 2000, p. 53).

Em outros termos, os movimentos sociais que vão se configurando nos Estados Unidos, bebendo das fontes dos Novos Movimentos Sociais europeus, num período de declínio da “mobilização de recursos”, ou defendem a bandeira da conciliação com a sociedade política e uma atuação social conjunta com a aparelhagem de Estado, ou dirigem sua mobilização no sentido da crítica e da contestação às medidas implementadas pelo poder de Estado.

Nesse contexto, emergem os movimentos sociais de contestação europeus, dentre os quais os dos estudantes (maio de 1968 constitui-se no maior exemplo⁵⁸), de gênero, de homossexuais, de raça, de paz, etc.

Justamente dessa dialética entre a mobilização de recursos americana e os Novos Movimentos Sociais europeus constrói-se uma forma de mobilização política nos EUA, com o advento dos anos de 1970, a qual passa a ser “aplicada para entender os movimentos de conflito e os de consenso” (GOHN, 2000, p. 75), incorporando uma diretriz que visa articular a macropolítica e o micropoder, com ênfase em demandas específicas e política de grupos e movimentos localizados.

⁵⁷ Compreendido pela autora em sua concepção restrita, típica das teses do liberalismo, ou seja, como aparelhagem e burocracia estatal.

⁵⁸ De acordo com Hobsbawm (1995), os movimentos de estudantes, que tiveram em Paris o exemplo de maior relevo, pretendiam “realizar a revolução social pela revolução cultural” (SAVIANI, 2000b, p. 77), conjugando liberação social e liberação pessoal. Ao mesmo tempo em que tinham como fio condutor a contestação de leis repressivas e autocracia estatal – já que países como a França viviam uma realidade política dirigida pelo autoritarismo tecnoburocrático, como as ditaduras latino-americanas, mas sem os aparatos militares (SAVIANI, 2000b, p. 78) –, as manifestações estudantis objetivavam subverter as leis, as convenções, o poder dos pais e dos vizinhos. Segundo Hobsbawm (1995, p. 325-326), sexo livre e o consumo de drogas eram os recursos mais óbvios para despedaçar as cadeias do Estado e o conservadorismo da sociedade.

Com efeito, os movimentos sociais de mobilização política americanos conjugam a objetividade da mobilização de recursos com a recuperação da subjetividade. Em outras palavras, a racionalidade técnica e financeira, na lógica dos movimentos da década de 1960, é conciliada a essa valorização dos protagonistas ou sujeitos, que advém do paradigma dos Novos Movimentos Sociais europeus (GOHN, 2000, p. 78), a fim de dar conta da realidade político-econômica e social que começa a se configurar, nos EUA e na Europa Ocidental, nos anos de 1970, como um novo desafio de resistência da hegemonia capitalista.

Verifica-se, portanto, mais do que aquela “crise de hegemonia” do bloco capitalista em relação ao avanço do socialista, na década de 1950. Entre o fim dos anos de 1960 e o princípio dos 1970, os EUA e a Europa Ocidental protagonizam uma crise do próprio modelo produtivo (fordista), que gerará uma queda tendencial da taxa de lucro a se perpetuar durante décadas, e o esgotamento do Estado de bem estar social, que subsidia o funcionamento daquele modelo de produção e, concomitantemente, depende dele para existir.

De fato, como assinala Perry Anderson (2003, p. 16), a acumulação capitalista dos anos de 1970 apresentou uma queda tendencial que se acentuou na década de 1980. Assinala que, no conjunto dos líderes do bloco capitalista, “as cifras são de um incremento anual de 5,5% nos anos 60, 3,6% nos anos 70, e nada mais do que 2,9% nos anos 80. Uma curva absolutamente decrescente” (ANDERSON, 2003, p. 16). Nesse contexto, a crise do modelo econômico conjugou uma profunda recessão e altas taxas de inflação (ANDERSON, 2003, p. 10).

Nesse horizonte, esse eclipse do modo de produção fordista, que sustentava, material e hegemonicamente, toda a política e a economia do capitalismo nos *Golden Years*, começa a despontar quando a revolução tecnológica do século XX passa a substituir a mão-de-obra humana, no processo de produção industrial. Nessa trajetória, o “exército industrial de reserva”⁵⁹ do fordismo começa a crescer e, nesse momento, vai se transformando numa

⁵⁹ Dado o grau de crescimento do capital social global em funcionamento, “com a ampliação da escala de produção e da massa de trabalhadores mobilizados, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, com o fluxo mais vasto e mais completo dos mananciais de riqueza /.../, a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua” (MARX, 1968, p. 732). Nesses termos, a população trabalhadora “supérflua” ou “excedente” consiste na “alavanca” ou na própria “condição de existência do modo de produção capitalista”, quando ela é “produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista” (MARX, 1968, p. 733), ao proporcionar “o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população” (MARX, 1968, p. 734). Portanto, essa população consiste num “exército industrial de reserva

“superpopulação relativa” de trabalhadores desempregados. Por conseguinte, todo o processo global de produção capitalista passa a conhecer um momento de profunda crise econômica, que pode ser explicado através da Lei de *Tendência a cair a taxa de lucro*, elaborada por Marx (1980), na segunda metade do século XIX.

De acordo com Marx (1980, p. 243), a natureza da queda da taxa de lucro reside na elevação do “desenvolvimento progressivo da profundidade social do trabalho”, com o emprego crescente de capital constante (máquinas, tecnologia, matérias-primas, etc.), numa proporção muito maior do que a de capital variável (força de trabalho). Assim, o capital evolui para uma queda de acumulação ao elevar o emprego de capital fixo, do qual não se pode extrair a mais-valia⁶⁰, e dos próprios níveis de produção, que vão corresponder à “redução crescente do preço do produto”, e ao diminuir a massa de produção de excedente, ou seja, de trabalhadores.

Portanto, a tendência gradual da queda da taxa de lucro não é outra coisa senão “*expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do progresso da produtividade social do trabalho*”, quando a composição orgânica do capital sinaliza o “decréscimo variável em relação ao capital constante”, resultando “diretamente que a taxa de mais-valia, sem variar e mesmo elevando-se o grau de exploração do trabalho, se expresse em taxa geral do lucro em decréscimo descontínuo” (MARX, 1980, p. 243).

De fato, essa lei patenteada pela *Crítica da Economia Política*, desenvolvida por Marx (1980, p. 244), pode ser aplicada adequadamente à realidade da chamada “sociedade pós-industrial” (HOBSBAWM, 1995, p. 296), do mundo capitalista.

A acumulação capitalista não manteve mais, a partir de 1970, os níveis espetaculares de crescimento das décadas anteriores. O período de “grandeza crescente” cessou. Nessa trajetória, o Estado keynesiano ou intervencionista, que, por seu controle nas esferas econômica e social, coordenava toda uma aparelhagem burocrática que garantia aquela acumulação e “persuadia” a população, com políticas de altos salários (para as classes

disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por êle” (MARX, 1968, p. 733-734).

⁶⁰ Em linhas gerais, Marx explica que a “mais-valia” consiste no valor “excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho”, não repassado ao trabalhador (MARX, 2002, p. 231), que vendera sua força de trabalho ao burguês ou empresário, em troca de um salário. Por conseguinte, aquele valor excedente se converte no lucro do empresário ou no “Capital”, que vai condicionar toda a sociedade a essa “infra-estrutura” ou a esse modo de produção.

médias), previdenciárias e de direitos sociais e políticos, demonstrava desgaste, perdia sua força e entrava em declínio.

Para o capitalismo, que começava a entrar num período de significativa queda tendencial da taxa de lucro, um Estado que “planeja, regula e intervém diretamente na economia”, inclusive com empresas públicas que, algumas vezes, em determinados setores, tornaram-se as protagonistas do processo produtivo, resultando num grau de intervenção estatal “na economia e na sociedade que parecia há algumas décadas incompatível com o sistema capitalista” (JAGUARIBE, 1978, p. 79), precisa ser refuncionalizado, redimensionado, passar por reformas. Ora, se um modo de produção de novo tipo deveria ser criado para dar conta de inverter a queda da acumulação, da mesma forma um novo modelo de Estado deveria ser desenvolvido para promover aquela inversão.

De fato, para um novo modelo econômico, somente um novo projeto de Estado: substituiu-se o fordismo pelo “toyotismo”, o capitalismo industrial pelo capitalismo financeiro⁶¹ e o Estado intervencionista, de bem estar, pelo “Estado Mínimo”. Eis o capitalismo liberal de novo tipo ou “neoliberalismo”.

Com efeito, o neoliberalismo sinaliza legitimidade e força como hegemonia, quando, respectivamente, em 1974 e 1976, Friederich von Hayek e Milton Friedman recebem prêmios Nobel de Economia, pela defesa militante de um ultraliberalismo de mercado e de um Estado reduzido ao mínimo em termos de planificação e intervenção social (HOBSBAWM, 1995, p. 398). Nesse contexto, o FMI, em colaboração com o Banco Mundial, e outros organismos multilaterais vão, paulatinamente, “assumindo a função de coordenar e supervisionar as políticas macroeconômicas tanto dos países membros quanto dos países que recorrem ao Fundo” (MELO, 2004, p. 105).

Portanto, no momento em que a liderança do bloco político-econômico capitalista apresenta um período de crise de acumulação, derivada do esgotamento do modo de produção fordista e de crise do Estado interventor, apontando para a necessidade de pôr em

⁶¹ Segundo Marx (1974), o dinheiro efetua determinados movimentos técnicos no processo de circulação do capital industrial e comercial, transformando-o em “capital financeiro” (MARX, 1974, p. 363). Nesse contexto, o “comércio de dinheiro atinge seu pleno desenvolvimento /.../, quando às suas demais funções se associam as de emprestar, de tomar emprestado e de negociar com crédito” (MARX, 1974, p. 369). Com efeito, a massa de “capital-dinheiro”, manipulada pelos “comerciantes de dinheiro (banqueiros)”, consiste no dinheiro dos capitalistas comerciantes e industriais que está em processo de circulação e, portanto, o lucro dos banqueiros situa-se na “dedução da mais-valia, pois só lidam com valores já realizados, mesmo quando realizados apenas na forma de créditos” (MARX, 1974, p. 371).

andamento reformas de caráter ultraliberal, que sinalizam uma virada conservadora, refuncionalizando a aparelhagem estatal e a sociedade civil, através de seus movimentos e organizações, surge nos Estados Unidos o *three sector system* ou “sistema de três setores”.

De acordo com John Rockefeller, o desenvolvimento (norte-) americano, no decorrer de seus mais de dois séculos de trajetória, coadunou a nação para o surgimento e o fortalecimento de um *sistema de três setores*, que no seu todo representa o orgulho da vitalidade do *American way of life*, do modo de “pensar”, “sentir” e “agir” americano, enfim, do “Americanismo” (MONTAÑO, 2002, p. 53).

Nesse caminho, se o “primeiro setor” é constituído pelo Estado, enquanto aparelhagem estatal, sociedade política ou mesmo Governo, e o “segundo setor”, pelo mercado ou a trama das relações econômicas, a sociedade civil, através de seus organismos sem fins lucrativos e de ações de assistência aos necessitados e de filantropia, compõe o chamado *terceiro setor*. De acordo com Montaña (2002, p. 53), essa separação em setores orgânicos manifesta uma conotação “claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistoriciza a realidade social”.

Com efeito, parece-nos muito provável que aqueles movimentos sociais norte-americanos dos anos de 1970, preocupados com a mobilização política e a de recursos, influenciada no lastro dos Novos Movimentos Sociais europeus, na virada para a década de 1980, devem ser refuncionalizados no percurso das reformas político-econômicas, de hegemonia neoliberal.

Decerto, os grupos sociais que demandam políticas públicas específicas da parte do Estado, durante o período de apogeu dos *Welfare States*, que muitas vezes atuavam na contestação desse mesmo poder estatal, na forma de movimentos sociais, tiveram de aperfeiçoar estratégias e táticas para dar conta de suas necessidades. Passaram a aumentar a organização e a racionalidade de sua mobilização, criando e multiplicando organizações sem fins lucrativos, ou filantrópicas, de interesse público. Em outros termos, as ONGs: Organizações Não-governamentais proliferam nesse momento de redimensionamento da aparelhagem estatal e complexificação da sociedade civil americana.

De fato, Montaña (2002, p. 53), recupera de Landim (1999) a afirmação de que o contexto de associativismo e voluntariado, que se configuram na idéia do chamado “terceiro

setor”, compõe a cultura cívica e política de um país como os EUA, a qual se pauta no individualismo liberal – em outros termos, preenche os requisitos para construir o bloco ultra ou neoliberal em implantação.

Por conseguinte, com a segunda fase da Guerra Fria, no final dos anos de 1970, simbolizada pela intervenção soviética no Afeganistão e a multiplicação de foguetes nucleares norte-americanos (ANDERSON, 2003, p. 11-12), convertendo-se, pois, nos 1980, à “abertura” e à “reestruturação” política e econômica da URSS, impulsionadas por Mikhail Gorbachev (HOBSBAWM, 1995, p. 461), a Guerra Fria entre os blocos hegemônicos capitalista e socialista é encerrada, cai o Muro de Berlim que separa as Alemanhas, o socialismo real é derrotado e, nos anos de 1990, a *mundialização do capitalismo* ou a chamada *globalização* consiste, ao mesmo tempo, no troféu de vitória e no mecanismo de proliferação do neoliberalismo em escala mundial (NETTO, 2003, p. 31), cuja tendência é provocar a aceitação, sem fronteiras, dos movimentos especulativos desse capitalismo de novo tipo, sob o comando dos EUA (LESBAUPIN, 2001, p. 25), forjando e dissimulando o conformismo em torno de um falsificado “fim da história”.

Nesse caminho, o princípio que vai orientar cada vez mais, a partir da década de 1990, as organizações sociais, as ações associativistas e voluntárias, associadas ao mote “sem fins lucrativos”, tendo em vista suas reformulações necessárias para o reajustamento do capitalismo, consistirá numa política de consenso, colaboração e parceria entre a sociedade política, o mercado e a sociedade civil, abandonando perspectivas de conflito e confronto com o poder hegemônico. Trata-se, pois, de um modelo de sociabilidade funcional ao projeto sociopolítico do neoliberalismo econômico.

Ora, se concordarmos com a afirmativa de que os anos de 1970 teriam sido de passagem do capitalismo predominantemente industrial, tendo um Estado de bem-estar como sua “causa” e “efeito”, para um ultraliberalismo que redimensiona o modo de produção para as necessidades de mercado e eleva a nível superior as especulações financeiras, o chamado “terceiro setor” vai, através das organizações sociais sem fins lucrativos, desafogar a necessidade de intervenção estatal no âmbito dos problemas e das demandas sociais, permitir a desmobilização de movimentos sindicais ou de confronto com o empresariado ou o Estado, criar o “conformismo” da sociedade civil para a “ajuda mútua” ao próximo e, portanto, manter uma harmonia razoável em torno do poder hegemônico.

Para tanto, serão os organismos multilaterais norte-americanos, como o Banco Mundial (GARRISON, 2000), os “intelectuais orgânicos” ou formuladores da hegemonia neoliberal, como Hayek, Friedman, Drucker, Fukuyama, Giddens, etc., e pela mediação política de entidades, como a ONU, que irão promover o fenômeno da globalização da economia neoliberal (reelaborada nos 1990 através da ascensão de uma “terceira via” ou nova social-democracia) e do projeto de sociabilidade que promove o associativismo e o voluntariado da cooperação e da parceria.

Assim, o desenvolvimento social, recomendado pelas pessoas e pelos organismos engajados ao projeto de sociabilidade hegemônico, a ser posto em funcionamento por um pretense “terceiro setor”, lotado de organizações e voluntariado, confluirá na associação de todo o esforço da sociedade civil, em nível mundial, para o combate à fome e atenuação da miséria, objetivando elevar os índices de qualidade de vida nos países pobres. Evidentemente, nos anos de 1990, principalmente em sua segunda metade, e na presente década (2000), a América Latina vem confirmando a tendência mundial de *colaboração* e *consenso*, de engajamento ao projeto político hegemônico, pensado para a região por seus formuladores norte-americanos e ingleses.

2.3. A ampliação da sociedade civil e os antecedentes que apontam a chamada “Reforma do Estado” como estratégia para o capitalismo reforçar e aprofundar sua hegemonia no Brasil: período 1970-1990

Carlos Nelson Coutinho debruça-se, dentre um conjunto extenso de reflexões sobre filosofia e política, no âmbito de um referencial teórico marxista, baseado mais especificamente na teoria política desenvolvida por Antonio Gramsci, sobre a seguinte questão: “a sociedade brasileira é de tipo ‘oriental’ ou de tipo ‘ocidental’?” Ou, em outros termos, pode-se aceitar que a sociedade civil brasileira atingiu um processo tal de “amadurecimento” que a possa definir como “ocidental”? (COUTINHO, 2003, p. 211).

Entendemos que essa indagação pode nos auxiliar a compreender como alguns setores da direita brasileira no poder, já a partir de meados dos anos de 1980, sinalizavam a relevância de se viabilizar uma reforma estrutural do Estado, que viesse, num primeiro estágio, tornar a aparelhagem estatal “menos burocrática” e “mais eficaz e eficiente” e, num segundo momento, expandi-la capilarmente numa sociedade civil mais “atuante” e

“participativa”, sob o signo de um conceito de democracia político-social que contemplasse plenamente os interesses hegemônicos.

Ao longo do texto, em resposta à sua questão-problema, Coutinho (2003) faz a análise de vários contextos históricos de nosso país, mostrando que, apesar de “gelatinosa”, a sociedade civil começa a ganhar fôlego e a se tornar mais complexa já em períodos como o Império (1822-1889) e a Primeira República (1889-1930).

Todavia, será nos últimos dez anos do período denominado “desenvolvimentista” de nossa República (1955-1964) que, no espaço urbano-industrial, começa a predominar o processo de ocidentalização da sociedade civil (COUTINHO, 2003, p. 215), que a princípio é freado com a eclosão do Golpe Militar, em 31 de março de 1964, mas recobra suas forças e torna-se, então, inevitável com o fracasso do chamado “milagre brasileiro”, o desenvolvimento das forças produtivas e o tímido e frágil processo de abertura política despontando no horizonte, a partir de 1974, quando o então Presidente Ernesto Geisel propala tempos de “distensão política”, lenta e gradual (VIEIRA, 1985, p. 41).

Nesse período, como vimos anteriormente, EUA e Europa Ocidental viviam, na economia, o período da “queda tendencial da taxa de lucro”, que sinalizava o momento histórico de regressão do modo de produção fordista; no campo político, da crise do Estado de Bem Estar Social e o vigor dos Novos Movimentos Sociais europeus e dos movimentos sociais de mobilização política norte-americanos.

Entretanto, na América Latina e, especialmente no Brasil, em um momento histórico de ditaduras militares (pós-1970) e desenvolvimentismo econômico, baseado na cooperação com organismos multilaterais e estatais norte-americanos, a mobilização da sociedade civil traduz-se nos chamados “movimentos populares” (DOIMO, 1995, p. 67). A partir de um conceito de *povo* “amplamente recuperado e reelaborado”, que “de clientela cativa, passa a ser visto como aquele que não se deixa cooptar e manipular”, tornando-se “um coletivo organizado e predisposto à participação continuada na luta por seus interesses” (DOIMO, 1995, p. 124), os movimentos populares brasileiros da geração de 1970, muitas vezes inspirados em teses marxistas de contestação política contra a sociedade política, referem-se “a uma vasta gama de movimentos reivindicativos referidos ao Estado do ‘mal-estar social’” (DOIMO, 1995, p. 68).

Nesse contexto, para aquela concepção de movimentos populares, vai ganhando relevo um tipo de voluntariado pautado na mobilização permanente e vigilante em torno da contestação à coerção estatal. Logo, ser voluntário, nesse período, significava “tomar partido” contra a ordem autoritária. Conforme assinala Semeraro (2002, p. 220-221), as ações voluntárias dos anos 1960 e 1970 manifestaram-se no âmbito de um conjunto de espaços da sociedade civil, como os movimentos estudantis, o sindicalismo rural, a educação popular e as ações de setores “progressistas” do catolicismo, no sentido de contribuir “fortemente para o processo de democratização do Brasil”. Também de acordo com Doimo (1995, p. 163), as “redes” constituídas por movimentos populares, que uniam suas agendas por força de interesses comuns, eram geralmente formadas a partir do trabalho voluntário de seus agentes.

Não devemos perder de vista o conteúdo ético-político em favor de um poder hegemônico social-democrata, concentrado nas formulações da tese de Ana Maria Doimo, oposto, no entanto, àquele que estamos construindo neste trabalho. Ao mostrar como a maior parte das forças de movimentação na sociedade civil das décadas de 1970 ou 1980 pode ter incorporado o modelo de “ações-diretas”, o qual corresponde ao projeto de sociabilidade social-democrata, que, como veremos, vai conquistar o poder de hegemonia, a partir da segunda metade dos anos de 1990, nos países capitalistas desenvolvidos e em desenvolvimento, a autora revela seu tipo de comprometimento político.

Contudo, as descrições e análises de Doimo (1995) não deixam de assinalar a idéia desenvolvida por Coutinho (2003), e com a qual concordamos, de que o processo de “ocidentalização” da sociedade civil brasileira dá um salto de qualidade.

Por outro lado, se a realidade brasileira, no conjunto latino-americano, aponta para esse processo de mobilização político-coletiva das massas em torno de interesses específicos, cujo ponto de intersecção de todos eles é a construção e a conquista de uma democracia político-social, que algumas vezes pode significar também a saída revolucionária para a soberania de um regime socialista, na área econômica, entretanto, o país afunda-se em uma grave dívida externa com os organismos de fomento internacionais (Banco Mundial, FMI), que se converte em crise inflacionária, decréscimo do Produto Interno Bruto, redução dos parques industriais, desemprego ou, em outros termos, “mal-estar social”.

De fato, Bresser-Pereira (2003) aponta e analisa a escalada financeira do período 1970-1979 rumo à crise econômica, que desemboca nos anos de 1980, chamados vulgarmente de a “década perdida” para a economia brasileira: “Em um primeiro momento, entre 1970 e 1976, o Brasil se endividou para aumentar a taxa de acumulação e de consumo; em um segundo, entre 1978 e 1980, para manter os níveis de consumo. A partir de 1981, porém, já não nos endividávamos sequer para aumentar o consumo. O Brasil se endividava quase para pagar os juros” (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 193).

Porém, o autor não deixa de demonstrar, como questão de fundo, que a burocracia de Estado, então regida por um grupo tecnocrático-militar, sob o signo da chamada “Lei de Segurança Nacional” e, a princípio, movido por interesses conservadores da burguesia nacional e dos governos do capitalismo avançado no sentido de evitar a “avalanche” comunista, entra em um período de crise política que tem seu pontapé inicial após o fracasso do chamado “milagre brasileiro”, que miticamente perdura entre os anos do governo Médici (1969-1974), herdado pelas administrações dos Presidentes do Regime de 1964 Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo.

Logo, será nesse contexto de manutenção da política repressiva conjuntural da ditadura militar que a burguesia nacional, as empresas transnacionais e os organismos multilaterais irão ao encontro das massas, no sentido de construir uma força contra-hegemônica cujo horizonte será a reconquista de uma democracia política que, no entanto, deverá ser interessante e permitir o aprofundamento do capitalismo no país, atendendo aos determinantes da nova ordem capitalista internacional – o neoliberalismo.

Assim, paralelamente, no âmbito do processo de correlação de forças políticas existente nas trincheiras da sociedade civil brasileira, no período 1970-1990, dois projetos distintos de sociedade e de sociabilidade impulsionavam a mobilização dos grupos sociais: a democracia burguesa, de caráter liberal, e a democracia de massas, cuja meta seria a implantação de um regime democrático socialista.

Alguns movimentos populares desse momento, com forte potencial contestador e revolucionário, situam-se no universo dos movimentos sociais em escala nacional, entre os quais podemos destacar o trabalho do Movimento do Custo de Vida, Movimento de Moradia, Movimento de Luta contra o Desemprego, Movimento de Saúde e Movimento do Transporte

Coletivo. Estes surgem nos anos de 1970, predominantemente a partir da sua primeira metade, ou derivam de movimentos sociais já existentes, porém, recebendo maior visibilidade por suas formas de atuação nesse período, e detêm participação direta de grupos de sindicalistas militantes e de quadros da Igreja Católica, principalmente aqueles engajados às chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), adeptos da “Teologia da Libertação”, que, dentre outros aspectos, defende a tese do povo como sujeito de sua própria história (DOIMO, 1995). Nesse contexto, as chamadas “organizações não-governamentais” começam a surgir e polarizar o debate da relação entre sociedade civil organizada e participativa e intervenção da burocracia estatal na área social.

Entretanto, no universo dos movimentos sociais, havia também formas de mobilização cujo fio condutor para formas de contestação política não consistia em partir de demandas sociais focalizadas, como no caso dos movimentos populares, mas que serviam para “denunciar” o descaso dos governos e, ao mesmo tempo, seu autoritarismo. Na verdade, tratava-se de movimentos sociais clandestinos, porque sua demanda “focalizada” era justamente a de se opor à Ditadura Militar e superar o modelo político-econômico capitalista que a sustentava. Eram movimentos cujos membros, predominantemente, tinham algum tipo de ligação com o Partido Comunista e sua idéia de transformação era a “tomada de assalto” do poder do Estado, por meio da mobilização armada das “forças produtivas”, ou “revolução permanente”. Portanto, não interessava ao regime autoritário brasileiro realçar o funcionamento desses movimentos clandestinos.

Como resultado dessa forma de mobilização, os movimentos sociais que atuavam, nessa perspectiva, nos quadros da clandestinidade, deram origem a conflitos armados com os representantes do Governo Militar. Por exemplo, a *Guerrilha do Araguaia*, ocorrida no norte do Brasil, nos anos de 1970, é o que poderíamos chamar de “resultado” desse tipo de mobilização à margem do poder “dentro da ordem”, promoveu o massacre de dezenas de guerrilheiros e também de militares, e até hoje causa polêmica, mesmo vinte anos após o encerramento do Regime de 1964.

Por outro lado, na Europa dos anos de 1970, a crise da abordagem marxista de “revolução permanente” começava a despontar, através do relevo que os Novos Movimentos Sociais vinham ganhando, e a influenciar, tanto ações viabilizadas em movimentos

populares, quanto pesquisadores da área das Ciências Sociais nos programas de Pós-graduação em expansão naquele momento (GOHN, 2000). Nesse contexto, sujeitos políticos coletivos do capitalismo, principalmente internacional, ao mesmo tempo em que combatiam o Regime de 1964 por sua concepção de Estado controladora da sociedade civil e, portanto, das operações de mercado, buscaram a ocupação de “trincheiras” na sociedade civil, a fim de reafirmar sua hegemonia para um novo período histórico que teria início com a saída do grupo tecnocrático-militar do poder de Estado.

Nesse sentido, as ONGs começam a surgir entre os anos de 1972 e 1973 como pequenos organismos da sociedade civil, “identificadas com o espírito assistencialista dos *Programas da Aliança para o Progresso*, abandonando padrões e estratégias de mobilização e militância contestatória em suas práticas, como o modelo de “educação popular” levado a cabo por movimentos do tipo MCP – Movimentos de Cultura Popular, que consagraram o trabalho de Paulo Freire durante a primeira metade dos anos de 1960 até a eclosão do Golpe de 1964. Nessa perspectiva, a estratégia da “revolução permanente” é esquecida e a direção passa a ser a “de que só a participação direta e integral do povo seria capaz de conduzir o país ao desenvolvimento” (DOIMO, 1995, p. 76).

Logo, nos anos de 1980, momento em que as ONGs começam a ganhar força no espaço político brasileiro (GOHN, 1997), ainda que num estágio bastante embrionário, vão estabelecendo ações diretas em cooperação com movimentos populares, de uma linha de “choque” contra a sociedade política tecnocrático-militar, aquelas organizações passam a se movimentar numa linha “reivindicativa” dos direitos políticos e sociais, como ocorrera a partir de 1979 com a pressão popular pela Lei da Anistia “ampla, geral e irrestrita” e, depois, em 1983-1984, pelas *Diretas-já* (VIEIRA, 1985), ou “propositiva”, por exemplo, no período constituinte (1987-1988) (GARRISON, 2000).

Dessa maneira, as estratégias de ação das organizações não-governamentais brasileiras motivam o interesse de organismos multilaterais, cujo empenho, a partir dos anos de 1970, é “mundializar o capitalismo” (MELO, 2004, p. 159), sob o signo do neoliberalismo.

Da mesma forma que não interessa para essa concepção capitalista, que se apresenta como modelo alternativo ao keynesianismo em colapso, uma aparelhagem estatal

que intervém maciçamente na economia, também um Estado provedor torna-se, nessa perspectiva, burocrático, caro, gigante, inviável. Logo, a sociedade civil, por si só, precisa adquirir a capacidade de se mobilizar para dar conta de suas próprias demandas. Nesse horizonte, o que o Estado, entendido nessa concepção liberal como “governo”, pode fazer, no conjunto de suas atribuições, é “ajudar”, “colaborar”, atuar em “parceria” com a sociedade para viabilizar esse processo de mobilização.

Assim, durante o processo de “ocidentalização” da sociedade civil brasileira, que se verifica, principalmente, nos anos de “abertura política” do governo militar, os organismos multilaterais, dentre os quais se destaca a atuação do Banco Mundial, fomentam o trabalho de ONGs e movimentos sociais sob a efígie da chamada “solidariedade política” (GARRISON, 2000, p. 33), que consiste, efetivamente, na “mobilização de recursos” financeiros, concedidos a organizações da sociedade civil dos países da “periferia do capitalismo”, como os da América Latina e do Caribe, dentre os quais se situa o Brasil, com o propósito de estimular e desenvolver uma ação social direta que ataque os governos ditatoriais tecnocrático-militares, permita reestabelecer a democracia política e aprofunde a hegemonia neoliberal.

Por conseguinte, o Brasil chega à chamada Nova República em 1985 a partir do resultado de um processo de transição política em que foram combinadas as “pressões populares ‘de baixo’” com as “operações transformistas ‘pelo alto’” (COUTINHO, 2003, p. 217). Logo, Coutinho (2003, p. 218) conclui que o processo de ocidentalização da sociedade civil brasileira atingiu um significativo grau de avanço, a despeito do processo de correlação de forças, em que dois projetos de sociedade e de sociabilidade disputavam nas trincheiras da sociedade civil (a criação de uma democracia de massas *versus* a restauração da democracia liberal), cuja vitória foi alcançada pela hegemonia burguesa (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 211).

Dessa forma, o grupo ligado diretamente ao poder tecnocrático-militar é, então, substituído em 1985 por outro predominantemente civil, porém, ainda muito arraigado ao modelo de burocracia estatal desenvolvimentista e autoritária – marca do Regime de 1964 –, atendendo a determinações do empresariado brasileiro e a recomendações dos organismos internacionais.

Ora, se os anos de 1980 foram considerados, a partir da movimentação da sociedade civil brasileira em torno da mobilização pela restituição da democracia (seja ela de tipo liberal ou socialista), a *década da cidadania*, foi também, na área econômica, a *década perdida*. Com efeito, para o grupo hegemônico que comanda a “democracia” do período pós-1985, a crise econômica era a tradução mais precisa da *crise* pela qual o *Estado* brasileiro, nessa perspectiva entendido como aparelhagem estatal, passava na conjuntura denominada pelo então Presidente Sarney, *Nova República*.

Logo, Bresser-Pereira, que foi Ministro da Fazenda⁶² no âmbito da administração José Sarney (1985-1990), define que a “crise do Estado” vivida nos anos de 1980 significava uma “crise fiscal” traduzida “por uma crise do modo de intervenção (a estratégia protecionista da substituição de importações) e por uma crise da forma burocrática e ineficiente de administrar o aparelho do Estado”. Nessa perspectiva, houve a “imobilização” do Estado que, em vez de “ser um instrumento para o desenvolvimento econômico, tornou-se um obstáculo” (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 278).

Para tanto, ao contrário da fase nacional de “substituição de importações”, que se inicia nos anos de 1930, quando a burocracia de Estado “foi o principal agente do desenvolvimento econômico brasileiro”⁶³, segundo Bresser-Pereira (2003), o “tamanho do Estado” nos anos de 1980 precisa ser redelimitado: “era necessário reconstituir o Estado, restabelecer sua poupança pública e reformular sua estratégia de intervenção” (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 247).

Assim é lançada a idéia de se construir uma “Reforma do Estado”, sob a efígie do restabelecimento e da “radicalização” da democracia no Brasil. Para Bresser-Pereira (2003, p. 223) o caminho adequado para “reformar” o Estado se situa “entre a proposta liberal-democrática anglo-saxã e a proposta estatista e autoritária”. Em outros termos, trata-se

⁶² Luiz Carlos Bresser Pereira foi nomeado Ministro da Fazenda do governo Sarney (1985-1990) em 29 de abril de 1987, na conjuntura de fracasso do Plano Cruzado, de 1986. Nesse período, então filiado ao PMDB, propôs um “ajuste fiscal” contencionista, representado no “Plano de Controle Macroeconômico”, que veio a ser chamado de *Plano Bresser*. Logo, a reforma tributária e o conjunto de medidas visando à redução do *déficit* público vetadas pelo presidente Sarney foram a motivação da demissão, sete meses e meio mais tarde, do ministro Bresser Pereira (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 265).

⁶³ Além da indicação de BRESSER-PEREIRA (2003), FURTADO (1959) e PRADO JÚNIOR (1970) descrevem e analisam o período de desenvolvimento econômico brasileiro impulsionado por medidas levadas a cabo pelo governo Getúlio Vargas, no período 1930-1945.

da constituição da “social-democracia ou da democracia social-liberal” (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 223).

Portanto, fica clara a direção política, cultural e ideológica que toma corpo na segunda metade dos anos de 1980 e se consolida a partir de 1990 em nosso país: trata-se de atender às reformas neoliberais recomendadas, no decênio de 1980, pelos organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial) aos países da periferia do capitalismo, liberar e “flexibilizar” o mercado interno e corrigir a agenda político-econômica interna com base nas redefinições sofridas pelo neoliberalismo, durante a segunda metade dos anos de 1990, com a ascensão da “terceira via” ou nova social-democracia inglesa. Em outros termos, trata-se de preparar administrativamente o Estado (burocracia estatal + sociedade civil) para se adequar às determinações do capitalismo financeiro dos países avançados, nos últimos anos do século XX.

3. Da “Reforma do Estado” à constituição do voluntariado brasileiro nos anos de 1990 e 2000

Neste capítulo, faremos uma análise conjuntural da Reforma do Estado brasileiro, para a qual o voluntariado atuante, que vai assumir a “responsabilidade social” de “aliviar a miséria” e elevar os índices de “qualidade de vida” dos segmentos mais pobres de nossa sociedade, detém um papel indispensável na redefinição das políticas sociais, no período 1990-2004.

No momento que antecede o Plano Real, que na realidade se inicia em 1993, um conjunto de medidas governamentais vai encaminhando o país a um processo de reestruturação política, que só vai se materializar, efetivamente, a partir de 1995, com a hegemonia social-democrata personificada na figura do Presidente da República: Fernando Henrique Cardoso.

Assim, a Reforma do Estado será iniciada com a *reforma da aparelhagem estatal*, posta em funcionamento em 1995, que se desdobrará, ao longo da segunda metade dos anos de 1990 e na primeira metade dos anos 2000, na aplicação de um projeto de sociedade e de sociabilidade (ou cidadania), abraçado pela maioria da

sociedade civil, atendendo às prerrogativas da hegemonia neoliberal social-democrata de nosso país, intimamente relacionada com o capitalismo estrangeiro.

Para tanto, seguiremos uma lógica cronológica, mostrando no tempo como foi se dando esse processo de reafirmação da hegemonia neoliberal e de “persuasão” e conquista do povo, em nosso país.

3.1. Governo do Presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992)

O Brasil, enfim, chega a 1990 com uma das suas piores crises econômicas, porém, dotado de uma sociedade civil significativamente avançada em termos de “ocidentalização”. Todavia, será o projeto neoliberal de política governamental que conquista a vitória nas urnas em 1989 e se instala na burocracia de Estado a partir de 1990. Fernando Collor de Mello será o Presidente da República e o propulsor de um pacote de ajustes e medidas, no sentido de “reformular” o Estado em torno de uma agenda neoliberal.

Para tanto, um dos indicadores mais relevantes de políticas neoliberais a serem implantadas, no âmbito da administração Collor de Mello, será o que se convencionou chamar de *Consenso de Washington*. Trata-se, de acordo com Bresser-Pereira (2003, p. 246-251), de um artigo publicado em 1989 pelo economista do *Institute for International Economics*, John Williamson, que deu base a um seminário internacional, o qual, por sua vez, originou o livro que recebeu o nome de “Consenso de Washington”. Em linhas gerais, esse material simbolizava “uma espécie de consenso neoliberal”, ou diríamos um “pacto” neoliberal, firmado em Washington pelos países do capitalismo avançado, liderados pelos EUA, “sobre a natureza da crise latino-americana e sobre as reformas que são necessárias para superá-la” (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 248).

Como analisamos anteriormente, nos anos de 1980, as tradicionais instituições do Acordo de Bretton Woods (FMI, Banco Mundial) redefiniram sua composição de ações e programas, para atender à agenda de implantação do

neoliberalismo ortodoxo nos EUA e na Inglaterra (MELO, 2004, p. 108). Nesse sentido, buscando reverter a queda tendencial da taxa de lucro dos países capitalistas centrais, no decênio seguinte, esses organismos multilaterais vão se constituir como a própria expressão do “Consenso de Washington” e, com efeito, vão buscar, por meio da recomendação de ajuste fiscal e reforma da aparelhagem de Estado, o crescimento sustentado; a reversão inflacionária; maior equilíbrio da balança comercial; maior distribuição de renda; promoção da democracia liberal, do combate ao tráfico de drogas e à violência, dos direitos humanos; o controle do crescimento urbano e a preservação do meio-ambiente, dos chamados “países em desenvolvimento”, como o Brasil (MELO, 2004, p. 116-117).

Elaborada sob os auspícios da crise de crescimento econômico, na esfera do Estado de Bem estar social, a perspectiva predominante do “Consenso de Washington” consiste na afirmação da “nova direita” neoliberal, pautada na contribuição de economistas como Hayek, Mises e Friedman, visando ao combate do que considerava os aspectos “determinantes” da crise latino-americana. Na leitura de Bresser-Pereira (2003), eram basicamente dois os fatores, segundo o “Consenso de Washington”, que davam relevo à crise político-econômica da região: “o excessivo crescimento do Estado” – que consistia na crítica ao Estado interventor na área social e protetor dos direitos da cidadania e da democracia – e o que chamou de “populismo econômico” – em outros termos, “a incapacidade de controlar o déficit público e de manter sob controle as demandas salariais tanto do setor privado como do setor público” (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 249).

Com efeito, uma vez no poder um grupo disposto a promover uma reforma da burocracia estatal, baseada em perspectivas de “redução do tamanho do Estado”, liberação do mercado nacional ao capital estrangeiro, redefinição do modelo de intervenção social, o chamado “Consenso de Washington” obteve espaço para a implantação de suas “recomendações”. Os organismos multilaterais, por sua vez, que ratificavam as posições neoliberais registradas naquele consenso, evidentemente encontraram no governo Collor um forte aliado para a implantação do modelo no Brasil.

Contudo, a gestão Collor de Melo (1990-1992) foi marcada pela “energia” de promover reformas e pela controvérsia: acelerou o processo de privatização das empresas públicas, cujo pontapé inicial já tinha sido dado durante os anos de 1980 (BRESSER-PEREIRA, 2003; MELO, 2004); promoveu a “diminuição” da aparelhagem, através da contenção financeira e de mecanismos velados de privatização (como contratos temporários e terceirização de serviços) em organismos estatais, como as Universidades Federais (SIQUEIRA, 2004); favoreceu a ampliação do mercado privado de serviços públicos, como nas áreas da educação e da saúde; implementou medidas de “choque econômico”, como o congelamento de contas de poupanças de todos os contribuintes, e reduziu radicalmente as tarifas de importação brasileiras; impulsionou o desmonte da Constituição de 1988 por meio da criação de incontáveis Medidas Provisórias; proclamou o período de “caça” aos “marajás” do funcionalismo público; e, portanto, declarou guerra à corrupção (SKIDMORE, 2000).

Entretanto, seu mandato é interrompido, por meio de *impeachment*, no ano de 1992, em razão do conjunto de denúncias de crime contra a nação, centralizadas na figura do Presidente da República, apuradas e agravadas pela dificuldade de “governabilidade” ou “governança”, comprovada por sua falta de comunicação com o Poder Legislativo, durante todo o seu período de gestão, e pelo esgotamento da legitimidade social de seu governo.

3.2. Governo do Presidente Itamar Franco (1992-1994)

De Presidente em Exercício a Presidente da República, Itamar Franco assume em 1992 o Governo Federal e, a princípio, marca seu período de governo pela contradição: tendo em vista a impopularidade, em escala nacional, do “choque” neoliberal promovido pelo governo Collor, desenvolve tímidas ações de restituição de certos direitos sociais, regulamentando, por exemplo, certos artigos constitucionais que contemplam a cidadania do povo brasileiro. No entanto, Itamar herda da gestão Collor de Melo um país mergulhado na recessão, acompanhado de uma inflação retumbante, além da dificuldade de renegociar a dívida externa com os organismos multilaterais, o que, a essa altura, complicava a situação de competitividade do Brasil no mercado internacional.

Dessa maneira, o neoliberalismo não deixa de impor sua hegemonia no período Itamar (1992-1994), ainda que suavizada pelas marcas, por vezes populistas, por vezes indefinidas, do Presidente: a partir de 1993, começa a ganhar destaque a figura do “sociólogo” e “político” Fernando Henrique Cardoso, fruto da oposição do Regime de 1964 e, em tempos de redemocratização, uma das figuras-chave da criação do PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira. Primeiro, como Ministro das Relações Exteriores, desenvolve uma aparência diplomática para o país mutilado e sujado pela corrupção. Segundo, aceita o cargo de Ministro da Fazenda, onde, cercado de experientes economistas brasileiros, que, contaminados pela novidade neoliberal e preparados para pôr em funcionamento o “ajuste fiscal”, elabora e viabiliza, em 1994, o *Plano Real*, que vai dar sustentação financeira e política à reforma pela qual o Estado brasileiro, na perspectiva reacionária com a qual o então Ministro da Fazenda compartilhava, precisava para se “modernizar”, tornar sua economia “sustentável” e promover o desenvolvimento social.

Contudo, o governo Itamar é marcado, na escala crescente dos últimos anos de ditadura e dos primeiros de “democracia”, pelo agravamento dos contrastes sociais, elevando a concentração de renda e, por outro lado, da miséria, do desemprego e da violência. A sociedade civil, por sua vez, continua reagindo e, respaldada nas experiências dos anos de 1980, organiza-se em torno da “reivindicação” dos direitos da cidadania – como a criação do *Movimento pela Ética na Política* (MEP), que ganhou destaque por sua mobilização pelo *impeachment* de Collor – e da “proposição” de medidas para contemplá-los, como a fundação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos passos do Estatuto da Criança e do Adolescente (GOHN, 1997; NEVES, 2000).

No entanto, grande parte da organização da sociedade civil vai reelaborando sua própria sociabilidade: do posto de ações que privilegiam a “reivindicação” e a “proposição” de medidas a serem assumidas, dirigidas e materializadas pela burocracia de Estado, que, na perspectiva liberal *keynesiana* ainda presente no Brasil, é compreendida como interventora e promotora do bem-estar social, as formas de mobilização e organização da sociedade civil começam a orientar suas “ações-diretas”, no sentido de elas mesmas darem conta das demandas da própria sociedade, sem,

todavia, depender ou esperar pela vontade política e por todo o processo de tramitação necessários para a viabilização das medidas governamentais na esfera social.

Por exemplo, a *Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida* (ACCMV), coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza, o “Betinho”. Foi fundada com a colaboração do IBASE (Instituto Brasileiro de Análise Sócio-Econômica), criado em 1980 – e, nesse período do governo Itamar, personificado pela liderança do Betinho –, e do ISER (Instituto Superior de Estudos da Religião) – que projeta o nome de Rubem César Fernandes⁶⁴ no princípio dos anos de 1990 –, intimamente ligados a setores progressistas da Igreja Católica, objetivando promover a reflexão, o estudo e a pesquisa em Ciências Sociais para a construção do conhecimento científico a ser colocado a serviço dos movimentos sociais (DOIMO, 1995).

Contudo, as origens da ACCMV se situam a partir de um arranjo político, oriundo de um setor “alternativo” do Partido dos Trabalhadores, o PT (GOHN, 1997, p. 77), que entrega, em fevereiro de 1993, ao Presidente Itamar um documento chamado *Política Nacional de Segurança Alimentar*, que versa sobre estratégias para o combate à fome e alívio à miséria. Uma vez abraçada a proposta do PT, o Presidente da República nomeia Betinho para coordenar o programa de combate à fome no Brasil. A Igreja Católica é convidada a participar, uma vez estabelecida a parceria com o ISER e o IBASE e aceito o convite feito pelo coordenador a dom Mauro Morelli, então bispo de Duque de Caxias.

Logo, em março de 1993, a ACCMV surge em meio à demanda que se fez presente no âmbito de um encontro do Movimento de Ética na Política, realizado em Brasília. Consagrada como um movimento social que, ao longo de 1993, projeta-se nacionalmente, a ACCMV atua em colaboração com a aparelhagem de Estado para a

⁶⁴ O antropólogo Rubem César Fernandes cria, em 1994, a ONG que se intitula *Movimento Viva Rio*, em razão do período de violência que se testemunha na Cidade do Rio de Janeiro em 1993 (arrastões nas praias da Zona Sul carioca, a Chacina de Vigário Geral e a Chacina da Candelária). O símbolo de seu lançamento consiste numa campanha de combate à violência e se institucionaliza através da realização de projetos sociais desenvolvidos nas favelas situadas em alguns bairros de classe média alta da cidade, com o apoio político da mídia e financeiro de ONGs e grandes empresas nacionais e internacionais, como a Coca-cola. O trabalho realizado por Rubem César Fernandes dá origem ao seu livro *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina* (1994), no sentido de divulgar e defender sua concepção de “ação direta”, mobilização e organização da sociedade civil, muito convenientes ao projeto de sociedade e sociabilidade do capitalismo neoliberal.

formulação de um projeto nacional de combate à fome e à miséria, que gradativamente foi recebendo o apoio de ONGs, nacionais e estrangeiras, da mídia, de movimentos de militância sindical, de organismos empresariais e de personalidades.

Com efeito, o Decreto Presidencial nº 807, de abril de 1993, cria o CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar –, presidido por dom Mauro Morelli e composto por ministros de Estado e representantes da sociedade civil, em sua maioria indicados pelo MEP, como um conselho de Estado, visando promover a “comunicação” e a atuação conjunta entre a burocracia estatal e a sociedade civil mobilizada e articulada em torno de seu objetivo comum: combater a fome e a pobreza no país (GOHN, 1997).

De fato, o projeto original da ACCMV detinha como pontapé inicial a Campanha Contra a Fome, cujo ápice se localizava nos meses de dezembro em razão da proximidade do Natal (*Natal sem Fome*). Uma vez controlada a catástrofe do alívio à miséria daqueles que “não tinham o que comer”, a Ação previa a mobilização pela geração de empregos, elevação da renda e melhoria da qualidade de vida dos mais pobres.

No entanto, escândalos que envolveram o nome de Betinho, no ano de 1994, foram certamente responsáveis pela retração da doação de alimentos por parte da sociedade civil. Ao empresariado, por sua vez, não interessava que a ACCMV se ampliasse a ponto de abarcar e mobilizar as massas, no sentido de promover a ampliação e o aprofundamento do bem-estar social, que seriam contemplados pelas metas seguintes da Ação. O receio dos empresários estaria no potencial de a ACCMV promover uma mobilização das massas a ponto de se articular um projeto de sociedade, consagrado em um movimento “de baixo para cima”, ainda que, aparentemente, a proposta da Ação se situasse “dentro da ordem”, adequada a um projeto de sociabilidade neoliberal ou social-democrata. Portanto, foram as doações de empresas que passaram a predominar a partir de 1995, a Ação concentrou praticamente todos os seus esforços no modelo hegemônico de “combate à fome” e, nesse contexto, Betinho abandona o movimento.

Por conseguinte, organizações não-governamentais e movimentos sociais, sejam derivados dos organismos e dos movimentos populares que se constituíram entre 1970 e 1990, sejam os fundados nesse contexto, de uma postura de oposição à aparelhagem de Estado, passam a desenvolver um posicionamento de “cooperação”, visando a uma ação-direta, porém conjunta com o Estado, o que, nessa perspectiva, facilita a promoção do desenvolvimento social – ou, em outros termos, a concretização de medidas cooperativas para o alívio à miséria – e o fortalecimento da democracia (liberal).

Para tanto, a concepção de ação voluntária, que começa a se destacar em fins da primeira metade do decênio de 1990, começa a se transformar em relação àquela que se estabeleceu nos anos de Abertura Política e, mais tarde, em torno da Assembléia Nacional Constituinte. Não se trata mais de tornar-se um voluntário para o combate de um Estado imerso em uma ditadura militar, nem para reivindicar direitos sociais e propor medidas de intervenção da burocracia de Estado, que privilegiem a cidadania da totalidade.

Nessa nova conjuntura, que vai se definindo em meados dos anos de 1990, ainda no âmbito do governo Itamar, em seu período de “ajuste fiscal” para integrar o país à chamada “Globalização”, o voluntário é constituído por aquele que, movido por seu sentimento de solidariedade, parte para a “ação direta” no foco das demandas sociais. Ele não espera pela aparelhagem estatal para agir e ajudar. No entanto, o ideal é atuar em colaboração com o Estado, em sentido restrito, e outros sujeitos políticos coletivos da sociedade civil. Assim, se o foco da mobilização social for, por exemplo, em torno do combate à fome, situado nos marcos da sociabilidade social-democrata, o voluntário não reivindicará nem proporá aos governos ações para tal objetivo, mas será aquele que doará o alimento ou trabalhará em qualquer setor de movimentos sociais ou ONGs que atuem nesse campo, contribuindo para que chegue à mesa de quem o necessita.

Portanto, esse novo voluntariado que vai recebendo destaque por meio do estímulo de movimentos sociais e organizações não-governamentais, os quais trabalham com “ações-diretas” focalizadas e, não necessariamente, dependem da burocracia de

Estado para existirem e exercerem suas atividades, todavia, preferem atuar em “parceria” com este, será muito conveniente para um projeto de sociabilidade que vai se desenhando no final da gestão Itamar Franco.

Nesse momento, o neoliberalismo vai se redefinindo e ganhando novos matizes. Será aquela concepção “social-democrata” ou de “democracia social-liberal” supracitada (BRESSER-PEREIRA, 2003) que estará na base da Reforma do Estado, a ser realizada durante a segunda metade dos anos de 1990. Tratar-se-á de uma social-democracia que caminha nos passos do neoliberalismo e promove a movimentação da sociedade civil em torno de suas próprias necessidades, ao “diminuir” o tamanho da aparelhagem estatal, desregulamentando e descentralizando suas ações sociais, e “restringir” os direitos dos cidadãos. Dessa forma, a ação voluntária, caracterizada pelo *espírito de solidariedade* em ajudar o pobre, vai se tornando cada vez mais um elemento indispensável para a formação cívica do brasileiro, no horizonte dos novos contornos recebidos pelo Estado em processo de reestruturação.

3.3. Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso: primeira gestão (1995-1998)

A “Reforma Gerencial”

Uma vez em processo a possibilidade de contornar a crise fiscal do Estado brasileiro, por meio do ajuste fiscal no cerne da implantação do Plano Real, o descontrole econômico, que era apontado pela hegemonia social-liberal como a principal motivação para conduzir uma necessária reforma da burocracia estatal, vai cedendo espaço para o controle inflacionário, a capacidade de renegociação da dívida externa e a possibilidade de o Brasil, percebido internacionalmente como “país em desenvolvimento”, participar competitivamente do mercado internacional.

Nesse contexto, a cúpula do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que é eleito em 1994 e assume a Presidência da República em janeiro do ano seguinte, se reorganiza para reafirmar a inoperância da aparelhagem de Estado e manter a necessidade de reformá-la. Por essa razão é criado o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), com o objetivo de estabelecer as condições para que o governo pudesse elevar sua capacidade de administrar, de governar o Estado, ou, em outros termos, “aumentar sua governança”, por meio de sua “missão específica”,

que consistiria em “orientar e instrumentalizar a reforma do aparelho do Estado”, em consonância com as diretrizes da Presidência da República e do *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*, preparado pelo MARE ao longo de 1995 e publicado pela União, com o aval do Presidente, no mesmo ano (BRASIL, 1995, p. 16).

De fato, para a hegemonia intitulada “social-democrata” ou “social-liberal” que, no entanto, obedece fielmente às recomendações de organismos multilaterais, como o Banco Mundial, o FMI e o BID – sujeitos políticos coletivos de organização do capitalismo financeiro e da cultura neoliberal em escala planetária –, uma Lei Magna promulgada pelo Congresso Nacional, à luz da correlação de forças estabelecida entre as pressões populares e os *lobbies* de empresários, da Igreja Católica e outros organismos, sejam de conservação, sejam de transformação, não pode interessar a um modelo ético-político de desregulamentação de direitos da cidadania, conquistados historicamente por meio da mobilização das massas. Portanto, será este o primeiro alvo de ataque do *Plano Diretor* da Reforma do Estado: a Constituição Federal de 1988.

De acordo com aquele Plano (BRASIL, 1995, p. 20-24), os modelos de administração pública seguem três formas de gestão. A *Administração Pública Patrimonialista*, cujo aparato estatal funciona como extensão do poder do soberano, de modo que seus parentes, amigos e servidores recebem *status* de “nobreza real” – realmente, em concordância com plano, trata-se de um modelo de gestão inaceitável.

A *Administração Pública Burocrática*, que surge com o liberalismo e começa a ser implantada nos Estados Liberais a partir de meados dos 1800, objetivando combater a corrupção e o fisiologismo do modelo patrimonialista, baseia-se na orientação de controle administrativo do funcionamento da aparelhagem estatal, envolvendo a racionalização de suas medidas, a profissionalização, a competência e a ética dos seus servidores, e a introdução da idéia de “público” como “bem comum” a ser zelado pelo Estado.

E a *Administração Pública Gerencial*, que começa a tomar corpo durante a segunda metade do século XX, nos países onde o liberalismo econômico vai tomando novas dimensões, tem como fio condutor a correção dos “desvios” causados pelo excesso de burocracia, sem descartá-la de todo. Procura zelar pela eficiência da

aparelhagem e pela qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade, que, nessa perspectiva, torna-se “cliente” da burocracia de Estado. Esse será, pois, o modelo de gestão pública que vai dar base ao *Plano Diretor* para traçar as diretrizes de implementação da Reforma da Aparelhagem de Estado, visando à recomposição de sua “governança”.

Nessa trajetória, ao passo que o modelo burocrático consiste na centralização das decisões e das medidas governamentais, a administração gerencial propõe a “flexibilização” das ações de Estado, que se traduz na concentração das decisões e das medidas no centro do poder (União) e, em contrapartida, na descentralização da execução daquelas decisões e medidas centrais (Estados, municípios, empresas e organizações da sociedade civil). Trata-se, portanto, de um modelo administrativo que vai estabelecer um novo padrão de Estado, redimensionando os conceitos de “público” e “privado”, radicalizando a concepção liberal de separação orgânica entre Estado (entendido como a aparelhagem), mercado e sociedade civil, e tornando-o muito mais permeável à implantação do capitalismo neoliberal como modelo econômico.

Logo, a Constituição Federal de 1988, elaborada, em parte, como resultado de demandas e pressões populares, e muito afinada com um modelo de Estado de Bem-estar social, sob um padrão de administração pública burocrática – nos termos do *Plano Diretor* – é marcada como o elemento que vai desencadear um “retrocesso” no Estado brasileiro, ao frear a perspectiva de se implantar a administração gerencial – compreendida, de acordo com o documento do MARE, como a “tábua de salvação” da burocracia de Estado –, que começava a se delinear em momentos anteriores da História do Brasil.

Segundo o *Plano Diretor*, a administração pública burocrática brasileira recebe visibilidade a partir dos anos de 1930, sob a efígie da criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1936, durante o governo Vargas (1930-1945). Contudo, durante os governos populistas e desenvolvimentistas que transcorrem até os anos de 1960, as reformas do modelo de administração mantêm o modelo burocrático de gestão. No entanto, será a reforma operada no ano de 1967, em que é

outorgada nova Constituição Federal, sob os auspícios do Regime de 1964, por meio do Decreto-Lei nº 200, que se dará o pontapé para a concentração de poder decisório e descentralização administrativa de serviços, em equilíbrio com a organização da burocracia estatal, rumo a um modelo “gerencial” de gestão pública. Todavia, com o fechamento da Ditadura Militar, a partir de 1968, e o abuso de poder da hegemonia tecnocrático-militar durante todo o decênio de 1970, a perspectiva “gerencial” sofre declínio e somente no início dos anos de 1980, de forma tímida e comedida, emerge nova tentativa de implantá-la, que novamente retrocede durante a segunda metade dos anos de 1980 (BRASIL, 1995, p. 24-27).

Ora, para um modelo de “flexibilização” da administração federal, que concentra o poder da União e descentraliza as ações de Estado, não interessa regulamentar o conjunto de direitos políticos e sociais inalienáveis da população, contemplados pela Constituição Federal de 1988. Ao contrário, na perspectiva do MARE, será necessário desregulamentá-los, visto que eram considerados pela elite neoliberal como o ponto central da ineficiência do aparato estatal, traduzida no “retrocesso burocrático”, na reedição do “populismo patrimonialista”, na “crise fiscal” (*déficit* público, “rombo” da previdência, etc.), na inércia do processo de “liberalização comercial” (BRASIL, 1995, p. 27-29) e, portanto, na dificuldade de tornar o Brasil um país internacionalmente competitivo pela impenetrabilidade do neoliberalismo, recomendado pelos organismos dos países centrais do capitalismo.

Assim, o Ministério da Administração e Reforma do Estado, cuja existência é marcada durante toda a primeira gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), dirigido pelo Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, que formulara o *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado* em 1995, constitui-se no elemento-chave de implantação do princípio de administração pública gerencial, sob o signo da direção política, cultural e ideológica do neoliberalismo, que vai recebendo contornos social-democratas e se consolida no modelo de “democracia social-liberal”.

Nessa trajetória, o campo educacional oferece-nos um relevante exemplo de como as políticas sociais passam a ser tratadas pelo aparelho de Estado, à luz do *Plano Diretor* que introduz sua reforma. A Educação, a partir de 1995, vai ser concebida

como *serviço público não exclusivo da burocracia estatal* – e não direito inalienável do cidadão, porque, de acordo com o mesmo Plano, cidadão é sinônimo de cliente do Estado (BRASIL, 1995).

Nessa perspectiva, os *serviços educacionais* não são de “exclusividade” do Estado (em sentido restrito) porque as “instituições desse setor não possuem o poder de Estado” (BRASIL, 1995, p. 52-53), mas, ao mesmo tempo, não se formalizam como “propriedade privada”, pois se constituem como “um tipo de serviço por definição subsidiado” (BRASIL, 1995, p. 55).

Daí definir a Educação como *propriedade pública não-estatal*: trata-se de um direito humano que, teoricamente, não gera acumulação para o mercado de bens e serviços, porém, sua produção e seus excedentes devem se voltar de maneira integral para o próprio setor de serviço, nesse caso, os serviços educacionais. Em concomitância, a propriedade pública não-estatal, na perspectiva do *Plano Diretor*, gozando de sua autonomia administrativa, pretende facilitar e tornar mais direto e transparente o controle social dos serviços, por meio da “participação nos conselhos de administração dos diversos segmentos envolvidos”, favorecendo “a parceria entre sociedade e Estado” (BRASIL, 1995, p. 55). Portanto, como assinala o então Ministro da Reforma do Estado, “ ‘Propriedade pública’ no sentido de que se deve dedicar ao interesse público, que deve ser de todos e para todos, que não visa ao lucro; ‘não-estatal’ porque não é parte do aparelho de Estado” (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 328).

Assim, percebe-se que a propriedade pública não-estatal vai cumprir a agenda neoliberal de “flexibilização” da administração pública, ao descentralizar os serviços públicos, transferindo a execução dos encargos para as fundações estatais que, nesse contexto, terão de se tornar “organizações sociais”, no entanto, concentrando o “poder de decisão” na aparelhagem de Estado, ao definir como objetivo do setor de serviços “não-exclusivos” estabelecer a parceria com o Estado, que permanecerá financiando as atividades da “organização social”, e a sociedade civil, que financiará o setor, minoritariamente, através de compra de serviços e doações (BRASIL, 1995, p. 58-59).

Com efeito, a esse processo de redefinição das instituições de Estado que, na perspectiva do MARE e do seu *Plano Diretor*, oferecem “serviços não-exclusivos” e que, por essa razão, devem ser convertidas em “organizações sociais”, autônomas e não-estatais, Bresser-Pereira chama de “publicização”. Em suma, trata-se de transformar as “fundações públicas” em “entidades de direito privado, sem fins lucrativos” (BRASIL, 1995, p. 58). Por conseguinte, o objetivo do governo FHC é converter o conjunto de instituições e “serviços” públicos, que não oferecem uma remessa substantiva de lucros ao mercado, em “setor sem fins lucrativos” ou, sob o signo da sociabilidade neoliberal, que se infiltra capilarmente por meio de recomendações e diretrizes dos organismos multilaterais, no imaginário “terceiro setor”.

Em concordância com Montañó (2002), a *publicização* dos serviços públicos, que, engenhosamente, é definida no lastro do “controle social” e da “gestão de serviços sociais e científicos” por propriedades privadas de interesse público ou “não-estatais”, visando ao aprofundamento da democracia (liberal), consiste numa modalidade de “transferência” de encargos sociais para o chamado “terceiro setor” e de recursos públicos para organismos de direito privado, de “privatização” das políticas sociais e de desregulamentação e desmonte dos direitos da cidadania (MONTAÑO, 2002, p. 45-46).

Nesse contexto, o organismo que terá como função estratégica a consolidação dessa sociabilidade será materializado pelo conjunto de programas e ações protagonizadas pelo *Conselho Nacional de Solidariedade da Comunidade Solidária*.

O Conselho da Comunidade Solidária

No âmbito do *Plano Diretor*, que traça as diretrizes da Reforma da Aparelhagem de Estado, a Conselho da Comunidade Solidária situa-se dentro do *Núcleo Estratégico* da burocracia estatal. Esse núcleo consiste no *governo* em “sentido lato”. No conjunto de suas atribuições, o Núcleo Estratégico será aquele que vai definir as políticas públicas, cobrando e fiscalizando o seu cumprimento. Em outros termos, é “portanto o setor onde as decisões estratégicas são tomadas” (BRASIL, 1995, p. 52). Por isso, a necessidade de “modernizar a administração burocrática” do Estado, visando garantir “a efetividade do núcleo estratégico” (BRASIL, 1995, p. 57).

Ora, se a Comunidade Solidária se localiza no seio do Núcleo Estratégico da burocracia estatal, que precisa ser modernizada no sentido de resgatar a sua “eficiência”, as políticas sociais serão estrategicamente planejadas pelo Conselho de Governo *Comunidade Solidária* e desenvolvidas pelas entidades que terão por função a execução daquelas políticas, as propriedades públicas não-estatais. Assim, as decisões permanecem centralizadas na Comunidade Solidária e os recursos públicos e os encargos de execução dos serviços públicos passam a pertencer às “organizações sociais”. Eis a metodologia da “Administração Pública Gerencial” aplicada no setor de políticas públicas.

A Comunidade Solidária surge legalmente no aparato estatal a partir do Decreto Federal nº 1.336 de 12 de janeiro de 1995 e pelo Decreto-ato s/nº de 7 de fevereiro de 1995, instituído como o *Programa da Comunidade Solidária*, tendo como suporte um conjunto de ações governamentais no combate a situações agudas de extrema pobreza, por meio de um “gerenciamento eficiente e um atendimento eficaz”, a serem traduzidos em resultados na área social (SILVA E SILVA ET AL., 2001, p. 72-73).

Para tanto, a Comunidade Solidária foi estruturado em duas instâncias básicas: o *Conselho Nacional de Solidariedade*, composto por um grupo de ministros, cujas pastas se vinculam aos objetivos do Conselho, e representantes da sociedade civil organizada, todos indicados pelo Presidente da República (FHC), é o formulador das estratégias e táticas de implementação das políticas públicas do governo; e a *Secretaria Executiva*, também formada segundo orientação da Casa Civil, destaca-se como o órgão de interlocução e articulação dos diversos sujeitos políticos coletivos envolvidos desde a formulação até a implementação das ações sociais propriamente ditas.

Estrategicamente, a Comunidade Solidária organizou suas ações em dois eixos básicos: o *horizontal*, que se encarrega de promover a articulação entre o Conselho Nacional de Solidariedade, a Secretaria Executiva e os ministérios setoriais participantes – dentre eles, o então Ministério da Educação e do Desporto –, objetivando “permitir a integração das iniciativas no plano federal” (SILVA E SILVA ET AL., 2001, p. 74), e o *vertical*, cujo encargo é estabelecer a integração e a parceria

entre as diferentes instâncias da aparelhagem estatal (União, estados, municípios e Distrito Federal) e as propriedades públicas não-estatais envolvidas no trabalho de combate à miséria e elevação da qualidade de vida dos mais pobres.

Portanto, ao passo que a Secretaria Executiva desenvolve a compatibilidade dos eixos horizontal e vertical para o entrosamento de ações, o Conselho Nacional de Solidariedade da Comunidade Solidária consiste no organismo consultivo de Governo para fins de elaboração e gerenciamento das políticas sociais.

Nessa trajetória, as políticas sociais do Conselho da Comunidade Solidária terão como suporte um modelo de assistência social voltado para “a garantia dos mínimos sociais”, no atendimento às necessidades básicas, especialmente, dos segmentos mais vulneráveis da sociedade (SILVA E SILVA ET AL., 2001, p. 75-76). Logo, a esse modelo de assistência de garantia dos “mínimos” é atrelada a política econômica do governo: o Plano Real teve de dar certo, o ajuste fiscal teve de ser eficiente, as privatizações e as “publicizações” tiveram de sair do papel, para que o Programa da Comunidade Solidária dinamizasse suas ações estratégicas nas seguintes áreas: “redução da mortalidade infantil, alimentação, apoio ao ensino fundamental, desenvolvimento urbano, geração de emprego e renda, e qualificação profissional” (SILVA E SILVA ET AL., 2001, p. 75).

De fato, é inegável a orientação neoliberal das diretrizes do Conselho da Comunidade Solidária. O neoliberalismo, que surge nos anos de 1970, no contexto dos países do hemisfério norte, como um modelo ético-político e econômico alternativo para combater os *Welfare States* em agonia, aponta a redução do Estado, entendido como aparelhagem estatal, ao *mínimo*. Assim, a cidadania é *mínima* no âmbito de um *Estado mínimo* de providência e proteção dos direitos sociais, que também são reduzidos ao *mínimo*. Portanto, o bem-estar social da população vai sendo cada vez mais reduzido ao *mínimo* em nome da salvação do capitalismo.

Por outro lado, o Conselho da Comunidade Solidária, presidido durante seus oito anos de existência (1995-2003) pela ex-primeira Dama, Ruth Cardoso, teve como papel, no âmbito do processo de reforma da burocracia de Estado, disseminar o princípio da *solidariedade* como uma “responsabilidade social”, a ser universalizado

para todos os segmentos da sociedade civil. Nesse sentido, essa solidariedade vai sendo capilarmente disseminada como eixo do “novo projeto de sociabilidade”, fundado no modelo neoliberal de sociedade, importado dos Estados Unidos, do qual a social-democracia brasileira se apropria, chamado de “terceiro setor”.

Diferentemente de uma concepção “ampliada” de Estado, desenvolvida por Antonio Gramsci (2002), por meio da qual a separação da sociedade civil e do Estado, enquanto burocracia estatal ou sociedade política, pode ser apenas *metodológica* ou *didática*, e não *orgânica*, como o fazem as teorias do liberalismo econômico, porque, justamente, Estado é um *bloco* composto de sociedade civil + sociedade política, o Conselho da Comunidade Solidária vai ser responsável pelo desenvolvimento do imaginário “terceiro setor”, que, na ótica de Ruth Cardoso e, sobretudo, da gestão FHC, consiste no setor “não-governamental e sem fins lucrativos” e coexiste “com o Estado (Primeiro Setor) e com o Mercado (Segundo Setor)” (BRASIL, 1997b, p. 3).

Logo, a meta do Conselho da Comunidade Solidária, ao desenvolver o projeto de sociabilidade desse “terceiro setor” para além do Estado e do mercado, é consolidar um modelo de desenvolvimento social, que vai atender ao objetivo de “restituir” a governabilidade do país, impresso no *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*, aplicando também na área social o modelo de administração pública gerencial; de redimensionar as noções de *público* e *privado*, incentivando a redução do primeiro em favor da ampliação do segundo, cinicamente chamando esse processo de “publicização” (o “público não-estatal”); de estabelecer a parceria com a sociedade civil; e de “conscientizar” o cidadão de sua “responsabilidade social”, movido pelo seu espírito de “solidariedade”.

Nesse horizonte, começa a ganhar destaque o *voluntário* e o *voluntariado*, como elemento de implantação desse modelo de desenvolvimento social, a qual comprova o gradativo e crescente andamento do projeto de sociabilidade neoliberal, que começa a dar nova dimensão ao próprio projeto de sociedade no Estado brasileiro.

A constituição do voluntariado de combate à pobreza

Conforme vimos durante nossa reflexão sobre o processo de “ocidentalização” da sociedade civil brasileira entre os anos de 1970 e 1995, ser um

agente *voluntário* já significou mobilizar-se, voluntariamente, para combater o Regime de 1964, ou por meio de movimentos populares focalizados em demandas e reivindicações de determinados grupos sociais, ou no âmbito de movimentos sociais efervescendo na clandestinidade; reivindicar direitos políticos e da cidadania; fazer propostas à sociedade política para a regulamentação de direitos constitucionais ou criação de medidas pelo bem-estar social do povo; e ajudar diretamente o mais pobre, em colaboração com a burocracia de Estado ou não, até o momento em que ele mesmo pudesse dar conta de reverter a sua pobreza e não precisar mais dessa ajuda.

Entretanto, com a fundação do Conselho da Comunidade Solidária, que atua formulando políticas públicas de dentro da aparelhagem estatal para toda a sociedade civil e, por isso mesmo, utilizando-se da função “educadora” do Estado para implantar e reafirmar o projeto de sociabilidade neoliberal, a idéia de “ação-direta” dos voluntários é mantida e reforçada, todavia, como uma necessidade permanente para suavizar as “tensões sociais” geradas pela miséria. Assim, a importância de ser um agente voluntário será, na perspectiva da Reforma do Estado brasileiro, a partir de 1995, a de aliviar a pobreza e elevar os índices de qualidade de vida dos mais desfavorecidos, sem necessariamente esperar que os bolsões de miséria se convertam em prosperidade e desenvolvimento.

Nesse contexto, o *voluntário* pode ser considerado todo aquele cidadão, que, movido pelo espírito de sua *solidariedade*, na perspectiva do governo Fernando Henrique, se sente *socialmente responsável* pelas demandas e carências da nossa sociedade e resolve *doar* um pouco daquilo que *possui* e pode *dividir* com os outros.

Seja por meio da doação de alimentos, roupas, brinquedos e até dinheiro, seja de “tempo disponível”, convertido em serviço ou *trabalho voluntário* a ser desenvolvido em alguma entidade da sociedade civil – “propriedades públicas não-estatais”, na linguagem do Ministério da Administração e Reforma do Estado, ou aparelhos “privados” de hegemonia, categoria gramsciana – de atendimento à população, por exemplo, hospitais, escolas públicas, asilos e orfanatos, instituições de caridade, ONGs, etc., assim se constitui a “ação-direta”, que vai “educar” e construir culturalmente a figura do voluntário e, no somatório das ações diretas individuais,

multiplicar os contingentes de pessoas que atuam ou trabalham como voluntárias, formando o chamado *voluntariado*.

Contudo, embora o voluntário que doa mantimentos, vestuários, utensílios ou mesmo importâncias em dinheiro a “organizações sociais”, seja de crucial importância para a reafirmação do projeto de sociabilidade neoliberal, será o *trabalho voluntário* que receberá, nesse momento, maior destaque a partir das recomendações dos organismos multilaterais e ONGs estrangeiras para os países latino-americanos, como o Brasil, das medidas governamentais, no caso, impulsionadas pelas iniciativas do Conselho da Comunidade Solidária, e da própria adesão da sociedade civil ao consenso, em afirmação, da “responsabilidade social” do trabalho voluntário.

Nesse sentido, o Conselho da Comunidade Solidária vai criar no ano de 1996, momento histórico em que já está em curso a Reforma da Aparelhagem de Estado, o chamado *Programa Voluntários*. Em linhas gerais, o voluntário vai doar seu tempo, seu trabalho e sua criatividade para “beneficiar” outras pessoas, querendo “melhorar” a “qualidade de vida” de todos.

No entanto, ainda que a meta do Programa Voluntários seja “aliviar o sofrimento”, sem agir de forma compensatória para com a população atendida⁶⁵, a estratégia será mobilizar o voluntário pela força de sua solidariedade e vontade própria de “ajudar ao próximo”, que vai sendo capilarmente convertida em compromisso ou responsabilidade social, galvanizando culturalmente o novo padrão de cidadania ou de sociabilidade neoliberal, para promover um tipo de desenvolvimento social que se sustenta por meio da garantia dos “mínimos sociais”, sob os auspícios de um Estado mínimo, em processo de reforma da sua aparelhagem.

Portanto, o voluntário, que trabalha “aliviando o sofrimento” de seus compatriotas mais desfavorecidos, está, na verdade, elevando, de maneira fortuita e discutível, os índices de qualidade de vida ao suavizar a miséria dos chamados “excluídos” do bem-estar promovido pelo capitalismo, e evitando as “tensões sociais”,

⁶⁵ COMUNITAS. *Programa Voluntários*: transformando problemas em oportunidades de ação voluntária. Disponível em: <http://www.comunitas.org.br/historia.php?pagina=pg_historia/historia_programas.php&menu=pg_historia/principal_menu.php> . Acesso em: 26 dez. 2004.

que podem ser provocadas em razão do alargamento da concentração de renda e ampliação da pobreza (MELO, 2004, p. 175). Assim, o cidadão que trabalha como voluntário deverá “combater a pobreza”, atendendo ao projeto de cidadania recomendado pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial (GARRISON, 2000), e pelos setores da aparelhagem estatal do Brasil, como o Conselho da Comunidade Solidária – todos afinados com o neoliberalismo da social-democracia dos anos de 1990.

Nessa direção, em 18 de fevereiro de 1998, é sancionada pelo Presidente Fernando Henrique a Lei nº 9.608, que dispõe “sobre o serviço voluntário e dá outras providências”, visando a uma regulamentação desse tipo de trabalho, que não gera vínculo empregatício, obrigação trabalhista, previdenciária ou afim, a ser exercido mediante “Termo de Adesão” e sem remuneração, exceto nas ocasiões em que as despesas geradas pelo voluntário forem claramente autorizadas pela entidade a que for prestado o trabalho de natureza voluntária (BRASIL, 1998b).

Esse “Termo de Adesão”, assinalado pela Lei nº 9.608/98, assegura o “comprometimento” público do voluntário para com a entidade a que presta seu serviço, tornando material ou “institucional-legal” o “senso de responsabilidade social” de cada “cidadão ativo”, que se torna voluntário. Ao mesmo tempo, o documento tranqüiliza os administradores e coordenadores desses organismos públicos e privados, que recebem o serviço de agentes voluntários, porque consubstancia a natureza voluntária do trabalho desenvolvido, sem remuneração e sem respaldo previdenciário, e, com efeito, evita futuros processos na Justiça do Trabalho. Logo, essa lei será mais uma, no âmbito do governo FHC, a promover a dissolução do emprego e a precarização do mercado de trabalho.

Assim, a aparelhagem estatal vai disseminando, na qualidade de “educadora” da população, um novo projeto de sociabilidade que conflui com um modelo de democracia política pluralista, porém, de reafirmação do capitalismo, enquanto modo de produção da existência, neoliberal, adaptado e suavizado pela social-democracia dessa geração.

A continuidade do processo de “ocidentalização” da sociedade brasileira

Nesse contexto, a sociedade civil brasileira permanece ampliando seu grau de complexificação ou, nos termos de Gramsci, “ocidentalização”. Em contrapartida, esse processo, quando o governo FHC assume a hegemonia na segunda metade dos anos de 1990, corresponde, predominantemente, à reafirmação da democracia social-liberal que, em outras palavras, vai fortalecer o projeto de sociedade funcional aos interesses da burguesia do final do século XX.

De acordo com documento do Banco Mundial (GARRISON, 2000), o contingente de ONGs brasileiras, que cresceu durante os anos de 1980, só fez se multiplicar durante o decênio seguinte. Em 1996, já eram 107 mil organizações sem fins lucrativos no país (BRASIL, 2004, p. 43). No entanto, elas passaram por um conjunto de alterações político-econômicas na virada dos anos de 1980 para os de 1990, visando torná-las, nessa perspectiva, mais competitivas, atuantes e eficientes.

As organizações não-governamentais do Brasil tiveram de convencer os organismos multilaterais e as ONGs estrangeiras, para continuar obtendo os recursos dessas fontes, das suas capacidades de sustentabilidade e da obtenção de resultados concretos no foco da demanda a que prestam assistência. E, em concomitância, essas ONGs tiveram de buscar novas fontes de financiamento, como prestadoras de serviços a instituições públicas ou privadas. Nesse contexto, o governo brasileiro emergiu como órgão de fomento dessas organizações, que ganharam o título de *propriedade pública não-estatal*, estabelecendo parcerias e participando como o elemento de “controle social” da qualidade dos serviços públicos e da administração pública gerencial, previsto no *Plano Diretor* (BRASIL, 1995, p. 58).

Daí a necessidade de empregar trabalhadores qualificados, com títulos de graduação e pós-graduação, para a área de direção, planejamento e coordenação dessas ONGs, de conquistar a participação de trabalhadores voluntários para o setor de execução das atividades simples, sem exigência de alto grau de escolaridade ou profissionalização, e de oferecer à sociedade resultados favoráveis convertidos em desenvolvimento social, para as organizações não-governamentais permanecerem em funcionamento, equilibrarem sua balança e se colocarem numa posição de vantagem em meio à competição com outras organizações sociais. Dessa maneira, vai se

naturalizando um movimento de “mercantilização” dos direitos sociais, desregulamentados e transformados pela social-democracia brasileira em serviços públicos que, na onda do neoliberalismo, são oferecidos, em regime de competição, por esses aparelhos “privados” de hegemonia.

Por outro lado, delineia-se para a hegemonia social-liberal do país, durante o decênio de 1990, uma *crise dos movimentos sociais*. Estes que, durante os anos de 1970 e 1980, receberam maior visibilidade, por força de sua mobilização, do que as organizações não-governamentais, numa perspectiva social-democrata, passam por um período de forte declínio, que vai cedendo, gradativamente, espaço para o fortalecimento e a proliferação dessas ONGs.

Em linhas gerais, de acordo com óticas afinadas com o projeto de sociabilidade neoliberal da social-democracia brasileira, os “movimentos populares”, que obtiveram seu período de auge entre 1975 e 1985, entraram em crise de mobilização, de estruturação, de “capacidade de intervir na esfera política” (GOHN, 1997, p. 46). Dentre o grupo de elementos constitutivos dessa crise dos movimentos populares, salientados por Doimo (1995, p. 201-202), destacamos o engajamento de setores da esquerda, antes oposicionista do Regime de 1964 e militante nesses movimentos, mas agora cada vez mais comprometida com os Partidos Políticos e a burocracia estatal, no processo de Reforma do Estado, a partir de 1995.

Com efeito, a nova conjuntura política vai fazer um rearranjo de forças que culminará na retirada estratégica da Igreja, que tivera forte participação e influência nos movimentos populares dos anos de 1970 e 1980; na redefinição da política de assistência social, agora baseada na obtenção de “resultados” no chamado “combate à miséria”; e, dentre outros aspectos, no fortalecimento da “idéia de ‘sociedade civil organizada’” (DOIMO, 1995, p. 223). O resultado, nesse sentido, será a crise dos movimentos populares, que, para nós, estão contidos no todo formado pelos movimentos sociais.

Nesse caminho, entendemos que essa concepção de “crise dos movimentos sociais”, correspondente a uma leitura social-democrata das formas de mobilização da sociedade “ocidental”, emerge do próprio “avanço” da hegemonia neoliberal da social-

democracia nas “trincheiras” da sociedade civil, durante a década de 1990. Em outros termos, no processo de correlação de forças políticas, a classe dominante e dirigente conquista mais “posições” na sociedade civil brasileira. Por isso, forças de mobilização e organização da sociedade, capilarmente, cedem ao “assédio” hegemônico e, conseqüentemente, geram um contexto de “crise”, porque a conquista hegemônica dessas forças opõe-se e tende a combater o formato contra-hegemônico que se constitui como a “essência” de parte desses movimentos.

Assim, os movimentos populares, contidos no universo dos movimentos sociais de contestação e emancipação dos anos de 1970 e 1980, são hegemonicamente situados em um processo de “crise” e, por essa motivação, devem ceder ao “assédio” da direção política, cultural e ideológica capitalista e ampliar a conquista de “posições” do neoliberalismo social-democrata nas “trincheiras” da sociedade civil.

Entretanto, estamos convencidos de que os movimentos sociais não entraram, em sua totalidade, num momento de crise, porém, os movimentos populares urbanos, que tinham um modelo de mobilização e atividade adequado para dar conta de suas demandas e combater o poder de uma hegemonia tecnocrático-militar, no sentido de restituir a democracia política do país, declinam em um período de fortalecimento de um regime democrático “social-liberal” e dito “pluralista”, em que a “sociedade civil organizada” em propriedades públicas não-estatais cooperam com o Estado, entendido apenas como a aparelhagem, no sentido de atender a demandas populares focalizadas, e acabam desaparecendo.

Já os movimentos sociais de esquerda revolucionária, antes atuando na clandestinidade, são fortemente enfraquecidos pela avalanche neoliberal dos anos de 1990, no âmbito do processo de “mundialização do capitalismo”. A idéia da queda do Muro de Berlim, em 1989, é um marco para o pensamento de esquerda, inclusive no Brasil, que, ao longo da década que se seguiu, foi seduzindo e conquistando vários ex-militantes desses movimentos sociais. Com o fim da Ditadura Militar e a restituição da democracia política, uma parte significativa desses ex-militantes envolveu-se com a política partidária, foi eleita para cargos no Legislativo e no Executivo, abraçou a social-democracia e participou, ativa ou indiretamente, das reformas estruturais dos

anos de 1990 (estabilização econômica através do ajuste fiscal, que compusera o Plano Real, e a Reforma do Estado).

Por outro lado, no decênio de 1990, ganha visibilidade nacional o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, que surge, em 1979, em Santa Catarina e se estende, durante os anos de 1980, a todo o Brasil, como consequência de mobilizações anteriores, com a participação da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra, fundada em 1975 (GOHN, 1997, p. 142-143).

Compreendido como um movimento popular, que articulou a necessidade de se promover justiça social neste país com a redistribuição da terra aos trabalhadores rurais, por meio da realização de uma efetiva reforma agrária, o MST atraiu parte daqueles intelectuais, ex-militantes dos movimentos sociais de esquerda e ligados ao Partido Comunista, que manifestou apoio ou se engajou às suas atividades.

Não obstante o MST tenha, mais do que lutado em favor de uma reforma agrária ampla e justa, elaborado um projeto de sociedade e de sociabilidade como expressão de sua visão de mundo, pautada em valores como igualdade e democracia, muitas vezes em conciliação com as idéias e os interesses daqueles movimentos sociais clandestinos, também se tornou alvo dos ruralistas, empresários do campo e de seus associados, como os empresários do setor dos meios de comunicação de massa.

Quem não se lembra do massacre de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, em 1996, que alcançou a mídia internacional com a morte de vários sem-terra? É fato que todos os veículos de comunicação, liderados pela Rede Globo de Televisão, por força de seu alcance e persuasão, noticiaram a chacina, culpando integralmente os trabalhadores rurais e vitimizando a polícia, que teria apenas se defendido do ataque dos “invasores” e “baderneiros”. Não se pode esquecer que os policiais também compõem a classe trabalhadora desse país e merecem todo nosso respeito e admiração, até por conta da condição precária em que se encontra a Segurança Pública do nosso país. Todavia, exerceram sua prerrogativa enquanto aparelho repressivo de Estado com energia e truculência, abusando de seu poder. Por conseguinte, é dada a tragédia, a mídia tenta disseminar a idéia de que os mortos foram culpados pela sua própria morte, mas a sociedade civil, perplexa e apreensiva, fica dividida.

No entanto, a hegemonia neoliberal, suavizada por tons social-democratas, quer esvaziar o caráter deliberadamente contestatório e revolucionário do qual está imbuído o espírito do MST. Se um ataque frontal, tendo como suporte uma visão ultraconservadora de mundo, à mobilização dos sem-terra não bastou para neutralizar a força política contida no movimento, a tática será “trazer” o MST para o projeto burguês de cidadania.

Dentre vários exemplos que confirmam essa tentativa de conciliar o MST e o pensamento empresarial, destacamos a análise “simpática” e “altruísta” que o Banco Mundial resolve publicar no ano 2000, salientando os esforços do movimento na produção agrícola e seus êxitos na criação de escolas rurais e de ensino profissionalizante, educando crianças, jovens e adultos – além do aporte financeiro de U\$ 90 milhões que o Banco destinara a um “projeto piloto de reforma agrária”, mas naturalmente recusado pelo MST (GARRISON, 2000, p. 22), e o empenho de aproximar a Rede Globo do movimento, ao pôr no ar, em horário nobre, no ano de 1996, a novela “O Rei do Gado”, que, dentre os vários núcleos da trama, havia o de um grupo de trabalhadores sem-terra, mostrando suas dificuldades, sua luta, sua resistência.

Portanto, com a Reforma do Estado, em curso no governo Fernando Henrique (1995-1998), a qual perpassa pela reforma da aparelhagem estatal e a “educação” e o conformismo da sociedade civil para um projeto social-democrata de sociabilidade, o compromisso político público será estabelecer a “conciliação” e a “colaboração” com o Estado, para o país “consolidar” o seu “regime democrático” e, finalmente, poder “avançar”. Nessa trajetória, a política de “parcerias” vai esvaziar os direitos sociais, convertendo-os em “serviços públicos” e, como assinala Gohn (2000, p. 316), “retrocedendo a problemática da cidadania de seus termos coletivos para os antigos patamares da cidadania individual”. Enfim, terreno fértil para consolidar o voluntariado, nos parâmetros da sociabilidade neoliberal: cada um, na sua individualidade, deve “fazer a sua parte” para “aliviar a pobreza”, e assumi-la como um compromisso, uma responsabilidade social.

3.4. Presidente reeleito: segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)

Bresser Pereira (2003), responsável pela elaboração do *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado* (BRASIL, 1995) e membro da Câmara da Reforma do Estado⁶⁶, faz um balanço do processo de Reforma do Estado, durante a primeira administração FHC.

Com a posse do Presidente FHC em 1995, este extingue a Secretaria da Administração Pública da Presidência da República – criada em março de 1990, incorporada ao Ministério do Trabalho entre abril e dezembro de 1992 e novamente integrando a Casa Civil a partir de 1993 – transformando-a em MARE. Para o cargo de ministro, Fernando confiou Luiz Carlos Bresser Pereira, ex-ministro, economista e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Assim foi dado o pontapé para o desafio da Reforma do Estado.

Ainda que o Ministro da Administração e Reforma do Estado já viesse pensando na elaboração de um modelo que daria suporte a uma reforma de tamanha grandeza, ele foi, no primeiro semestre de 1995, à Inglaterra para tomar conhecimento do modelo de administração pública “gerencial”, que estaria ganhando relevo naquele país. Como assinala Bresser-Pereira (2003, p. 325), “surgia no Reino Unido uma nova disciplina, a *new public management*”, influenciada por idéias neoliberais, que dava sustentação ao processo de “implantação de novas práticas administrativas” em alguns países europeus.

Essa viagem fora apoiada, senão recomendada, pelo Presidente Fernando Henrique, dada sua experiência diplomática, no âmbito de suas atribuições como Ministro das Relações Exteriores, durante período do governo Itamar, e seu conhecimento das mudanças políticas em movimento, nos países centrais do capitalismo, principalmente na Europa.

Nesse contexto, o neoliberalismo ortodoxo, levado a cabo pelas administrações de Regan (EUA) e Thatcher (Inglaterra), dos anos de 1980, demonstrava fraqueza e desgaste. No entanto, a social-democracia dos anos de 1990, nos países

⁶⁶ A Câmara da Reforma do Estado foi composta por Luiz Carlos Bresser Pereira (Ministro da Administração e Reforma do Estado), Paulo Paiva (Ministro do Trabalho), Pedro Malan (Ministro da Fazenda), José Serra (Ministro do Planejamento e Orçamento) e General Benedito Onofre Bezerra Leonel (Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas). O Presidente era Clóvis Carvalho, Ministro Chefe da Casa Civil (BRASIL, 1995).

avançados do capitalismo, incorpora o teor político-econômico desse neoliberalismo, por conta do colapso do modelo keynesiano, e busca suavizar seu *laissez-faire* e seu individualismo. Dessa maneira ia procedendo a administração do Presidente Bill Clinton (1992-2000), nos Estados Unidos. Na Inglaterra, porém, essa hegemonia social-democrata será estruturada, de forma bem fundamentada teoricamente e articulada em termos de estratégia e tática, por meio do trabalho do “intelectual orgânico” da social-democracia inglesa, Anthony Giddens.

Dentre os trabalhos e os cargos de relevância, ocupados por Anthony Giddens, destacamos a direção da London School of Economics, centro de formação econômica ultra-conservadora da Europa Ocidental, e a licenciatura em Sociologia e Política na Universidade de Cambridge. Em 1994, publica a obra *Beyond left and right* – que será traduzida no Brasil pela Universidade Estadual Paulista em 1995 e, no ano seguinte, publicada com o título *Para além da esquerda e da direita* pela editora da UNESP (GIDDENS, 1996) – cuja circulação será um marco na reestruturação do pensamento social-democrata no final do século XX e vai dar base às reformas políticas estruturais dos países do capitalismo desenvolvido e em desenvolvimento, como o Brasil.

Com efeito, tendo conhecido o modelo de reestruturação do aparelho de Estado, a ser aplicado pela sociedade política inglesa, baseado no projeto de administração pública gerencial e tendo como suporte ético-político a social-democracia, formulada por Anthony Giddens, o Ministro da Reforma do Estado retorna ao Brasil e, ainda no primeiro semestre de 1995, elabora o *Plano Diretor*, que, na seqüência, foi apreciado pela Câmara da Reforma do Estado e aprovado, em novembro de 1995, pela Presidência da República. Segundo Bresser-Pereira (2003, p. 325), o “Brasil tinha a oportunidade de participar desse grande movimento de reforma e constituir-se no primeiro país em desenvolvimento a fazê-lo”. Tratava-se, pois, de implantar a hegemonia neoliberal social-democrata, de maneira definitiva, no Brasil.

Nessa trajetória, para a implantação da reforma da burocracia de Estado, seu *Plano Diretor* contava com um processo dividido em três etapas ou “dimensões”:

“institucional-legal”, “cultural” e “modernização da estrutura organizacional e dos métodos de gestão” (BRASIL, 1995, p. 60).

A primeira etapa, a *institucional-legal*, ficou encarregada de promover a reforma do conjunto jurídico, para a viabilizar o funcionamento da administração pública gerencial, e das relações de propriedade, ou seja, redesenhar os conceitos de público e privado (BRASIL, 1995, p. 60). A segunda etapa, a *cultural*, se tornou responsável pela transição da administração pública burocrática para a gerencial, juntamente com a modernização institucional-legal. Nesse sentido, sua função é combater a cultura “patrimonialista” e “burocrática” de gestão pública, que, de acordo com o *Plano Diretor*, convivem lado a lado, e promover uma mudança qualitativa que se traduza em *resultados* (BRASIL, 1995, p. 66-67). E a terceira etapa, a *gestão*, consistiu na operacionalização da administração gerencial “especialmente nas autarquias voltadas para as atividades exclusivas do Estado”, visando transformá-las em “agências autônomas”, “dotadas de flexibilidade administrativa” e dirigidas para a obtenção de “resultados” (BRASIL, 1995, p. 67).

Para tanto, de acordo com o cronograma definido pelo *Plano Diretor*, para a implantação e o funcionamento do modelo de administração gerencial, após iniciar, ainda em 1995, o processo de “modernização” da aparelhagem estatal, com um conjunto de medidas de reforma estrutural, independente da mudança do aparato legal, esse grupo de etapas situa-se, no “médio prazo”, entre os anos de 1996 e 1997, objetivando aprovar emendas constitucionais e suas regulamentações, elaborar o projeto das chamadas “Organizações Sociais”, e institucionalizar a “cultura” e o modelo de “gestão” adequados a dar continuidade àquela “modernização” da máquina estatal. Nessa direção, para o “longo prazo”, entre 1998 e o início de 1999, foi prevista a “irreversibilidade” da administração pública gerencial e, conseqüentemente, da Reforma do Estado (BRASIL, 1995, p. 69).

Com efeito, segundo Bresser-Pereira (2003, p. 325-329), desde o final do ano de 1997, a Reforma Gerencial havia sido avaliada pelo MARE como bem-sucedida nas dimensões institucional-legal e cultural. De fato, a criação, em 1997, das “agências executivas” e, em 1998, das “organizações sociais” permitiu o andamento do processo

de “modernização”, na ótica do governo FHC. Em abril de 1998, foi promulgada a reforma constitucional rumo à implantação “irreversível” da administração pública gerencial no aparelho de Estado brasileiro. Sobretudo, o êxito da Reforma do Estado, no plano cultural, mostrou-se significativo por meio do apoio apresentado por amplos setores do Congresso Nacional, do empresariado brasileiro e internacional e da opinião pública, formada com base no apelo da imprensa a esse movimento instituinte.

Não por acaso, Fernando Henrique Cardoso será o primeiro Presidente da República reeleito na História do Brasil, para dois mandatos consecutivos (1995-1998 e 1999-2002). Ora, a reforma constitucional prevê a reeleição para cargos eletivos do Poder Executivo (Presidente, Governadores e Prefeitos). Dessa forma, um segundo mandato para FHC manifesta o interesse da burguesia e cativa a sociedade civil pela possibilidade de continuar combatendo a inflação e mantendo o poder de compra e consumo das classes médias e altas. Assim, em janeiro de 1999, Fernando Henrique Cardoso dá início ao seu programa de governo, apresentado como proposta para a reeleição (CARDOSO, 1998), intitulado: *Avança Brasil: mais quatro anos de desenvolvimento para todos*.

Nesse contexto, de acordo com o ex-ministro da Reforma do Estado, uma vez constatado o êxito da reforma da aparelhagem estatal nos marcos institucional e cultural, a partir do segundo mandato de FHC, a continuidade desse processo seria a “modernização” do modelo de gestão da burocracia de Estado e, para tanto, o MARE perdia relevância e força política. Com efeito, durante a reforma ministerial de janeiro de 1999, o Ministério da Administração e Reforma do Estado “foi fundido com o Ministério do Planejamento, passando o novo ministério a ser chamado Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão” (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 329). Nessa trajetória, é publicado o *Plano Plurianual 2000-2003*, sob a responsabilidade desse ministério, visando traçar as diretrizes do modelo de administração pública gerencial (BRASIL, 2003, p. 24).

Logo, a Reforma do Estado, em movimento de continuidade entre 1999 e 2002, implicava naquele processo de modernização que, além da “consolidação da cultura gerencial” na administração pública, no sentido de viabilizar a flexibilidade e a

eficiência necessárias para restabelecer a aparelhagem estatal como promotora do desenvolvimento econômico e social do país, previa também o “surgimento de uma nova sociedade, baseada na participação popular, que recoloca o Estado como instrumento do exercício pleno da cidadania” (BRASIL, 1995, p. 71).

Com efeito, usando de seu papel de “educadora” das massas, a aparelhagem estatal vai conformando, capilarmente, durante o processo de implementação “institucional-legal” e “cultural” da Reforma Gerencial da Administração Pública, a sociedade civil para materializar um projeto de sociedade e de sociabilidade, nos limites do neoliberalismo da social-democracia, tendo como vetor a “democracia social-liberal”, que, a partir de 1999, passará por um movimento de aprofundamento, chamado de *radicalização da democracia* (CARDOSO, 1998, p. 27).

Nessa perspectiva, para “radicalizar” a democracia, além da permanência e do aprofundamento do processo de reforma da máquina burocrática, e promover a “concertação social” do país, o programa *Avança Brasil* prevê, para os quatro anos do segundo governo FHC, uma reforma tributária, previdenciária, político-partidária, sindical e judiciária, a continuidade das descentralizações, privatizações e “publicizações”, multiplicando os mecanismos de parceria do Governo com a sociedade civil, e também o incentivo à *participação comunitária e à solidariedade social em suas múltiplas formas, tanto no controle social das instituições públicas e privadas, como na filantropia e no serviço civil voluntário* (CARDOSO, 1998, p. 27-28).

Ora, uma vez regulamentado o serviço voluntário – pela lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 – e criadas as “organizações sociais” de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento de ações direcionadas às áreas de ensino, pesquisa, cultura, tecnologia, meio ambiente e saúde – pela lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 –, bastará, no plano “institucional-legal”, durante a segunda gestão de FHC, completar o eixo regulatório, que vai tornar “irreversível” o processo de Reforma do Estado e a implantação do neoliberalismo da social-democracia no âmbito social, para “radicalizar” a democracia no Brasil.

Com efeito, em 23 de março de 1999, é sancionada a Lei nº 9.790, que vai qualificar pessoas jurídicas de direito privado como “Organizações da Sociedade Civil

de Interesse Público” (Oscips) e regulamentar o termo “parceria” entre essas entidades e a aparelhagem estatal. Esse foi, pois, mais um passo dado a caminho de uma “ocidentalização” da sociedade civil, evidentemente, funcional à reafirmação da hegemonia neoliberal em nosso país, limitando cada vez mais a possibilidade de se “ocidentalizar” as massas, tendo como norte uma direção política, cultural e ideológica que não seja burguesa.

Por definição, as entidades diplomadas como Oscips não têm fins lucrativos (artigo 1º) e não podem participar de campanhas de interesse partidário ou eleitoral (artigo 16) (BRASIL, 1999). Assim, a lei pretende assegurar a “lisura” dessas organizações, no sentido de evitar que o patrimônio, construído a partir de bonificações, participações e excedentes, seja utilizado para outros fins, que não a aplicação dos recursos nas próprias atividades a que se destinam, e despolitizar as ações sociais empreendidas, proibindo as vinculações político-partidárias.

De acordo com a lei nº 9.790/99, entidades como sociedades comerciais, sindicatos ou organismos de representação de categoria profissional, igrejas, partidos políticos, instituições hospitalares e escolas privadas não-filantrópicas, cooperativas, fundações públicas, bancos e instituições financeiras, e organizações sociais (artigo 2º), não são passíveis de qualificação como Oscips (BRASIL, 1999). Dessa maneira, essas organizações sociais de interesse público constituem-se como um novo modelo de propriedade pública não-estatal ou, em termos gramscianos, um aparelho “privado” de hegemonia de novo tipo, pois nenhum daqueles organismos supracitados já existentes pode buscar a qualificação como Oscip, inclusive as “organizações sociais” criadas por força da lei nº 9.637/98.

Justamente, o diferencial dessas organizações da sociedade civil de interesse público será sua ligação direta com a aparelhagem estatal, tendo como fio condutor a assinatura do termo de “parceria” (Capítulo II) (BRASIL, 1999). Se, antes, por ocasião do *Plano Diretor*, de 1995, a parceria entre Estado (entendido como a aparelhagem) e a sociedade civil seria entendida como uma tática da sociedade política dentro de uma estratégia de implantação e consolidação da hegemonia neoliberal social-democrata no país, com a lei nº 9.790/99, por outro lado, o termo “parceria” torna-se institucional e

elemento legitimamente constituído para a “radicalização da democracia” e para o aprofundamento dessa Reforma do Estado.

Logo, para serem qualificadas como “organizações da sociedade civil de interesse público” e, por conseguinte, estarem diplomadas para “pleitear uma ‘parceria’ com o Governo, que implica a liberação de recursos do Estado para a viabilização de projetos voltados para a área ‘social’” (SILVA, 2004, p. 121), as entidades da sociedade civil interessadas devem, dentre um conjunto de doze requisitos (ou possibilidades), descritos em nada menos do que doze incisos, no contexto do artigo 3º da lei nº 9.790/99, estar de acordo com, no mínimo, apenas *um* daqueles requisitos (BRASIL, 1999).

Assim, será o bastante se uma organização social sem fins lucrativos promover “voluntariado”, de acordo com o inciso (ou será alternativa?) VII do artigo 3º da referida lei (BRASIL, 1999), no âmbito de suas atividades e atribuições, para garantir sua ascensão como “Oscip” e estar qualificada para estabelecer uma parceria formal com a aparelhagem de Estado.

Em contrapartida, não serão todas as Oscips, que começarão a proliferar a partir do ano 2000, contempladas com parcerias e, conseqüentemente, recursos públicos para a viabilização de seus projetos sociais. O objetivo dessa formalização do termo de parceria das Oscips com a burocracia de Estado será desencadear uma forte concorrência entre essas organizações, uma vez que estará em jogo sua fonte de financiamento e sustentação. De acordo com o programa *Avança Brasil*, a competição entre as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos vai permitir “que o dinheiro do contribuinte sirva para pagar o melhor preço possível pelo máximo de qualidade disponível” (CARDOSO, 1998, p. 275).

Com efeito, esse movimento vai implicar no “empresariamento” das organizações da sociedade civil, na “mercantilização” dos direitos da cidadania, convertidos em parte, a partir de 1995, em “serviços públicos não-exclusivos do Estado”, e o cidadão, mais do que nunca, será concebido como um “cliente” de serviços públicos (CARDOSO, 1998, p. 273).

Nesse contexto, o serviço voluntário terá por função social o “combate” à miséria e elevação da qualidade de vida dos mais pobres, constituídos como metas da proposta *Avança Brasil* (CARDOSO, 1998, p. 145), atendendo, inclusive, a recomendações “maiores”, provenientes dos organismos internacionais (GARRISON, 2000). Com efeito, o voluntariado de combate à miséria vai se tornar estrategicamente indispensável e, ao mesmo tempo, fundamental para a continuidade do processo de interlocução e parceria entre aparelhagem estatal e sociedade civil organizada.

Segundo o programa de governo para a segunda administração de FHC (CARDOSO, 1998, p. 292-294), promover o trabalho voluntário, estimulando principalmente a mobilização dos jovens, e criar Centros de Voluntariado nas principais cidades do país vai “robustecer a sociedade civil”, promover o desenvolvimento social e aprofundar o projeto de sociedade e sociabilidade da hegemonia social-democrata brasileira – visando à implantação da idéia norte-americana do imaginário “terceiro setor” no Brasil.

Dessa maneira, percebe-se que o Conselho da Comunidade Solidária permanece promovendo aquela interlocução “horizontal” e “vertical” entre as instâncias de governo, e estabelecendo o diálogo com as organizações da sociedade civil, que se engajam ao projeto de sociabilidade hegemônico. Assim, estamos convencidos de que a garantia dos “mínimos sociais” defendida por esse conselho governamental, assegurada pela “ação-direta” do voluntariado, vai, de modo assistencialista, somente aliviando os bolsões de pobreza e, por conseguinte, conservando o conjunto das relações sociais capitalistas.

Para além do conjunto institucional-legal que ajudou a implantar (lei das organizações sociais, lei do serviço voluntário, lei das Oscips), dos programas de apoio ao ensino fundamental e à educação profissional de nível médio, tendo como suporte a participação de entidades da sociedade civil, universidades e voluntários, dos projetos sociais de melhoria da qualidade de vida (Artesanato Solidário, Comunidade Ativa), e da Rede de Informação do “terceiro setor” (RITS) em movimento de implantação, o Conselho da Comunidade Solidária terá como desafios que merecem destaque, para o período 1999-2002, conforme diretriz da proposta *Avança Brasil* (CARDOSO, 1998), a

fundação dos Centros de Voluntariado, no sentido de gerenciar o processo descentralizado de incentivo e multiplicação do trabalho voluntário no país, e a conquista “definitiva” da sociedade civil para esse modelo de cidadania, dando visibilidade estratégica, nesse momento, para a parceria com o empresariado “socialmente responsável”.

De fato, a chamada “filantropia empresarial”, que consistiu no conceito dado às “ações-diretas” do empresariado nacional e estrangeiro no campo social a partir de meados dos anos de 1980, passa, no contexto da Reforma do Estado da segunda metade de 1990, por um período de redefinição.

Segundo Garcia (2001, p. 62), a “referência à filantropia tem, na verdade, uma conotação racionalizadora da prática assistencial e, por isso, distinta do modelo baseado na caridade religiosa”. Assim, a intenção do empresariado é dissociar suas “ações-diretas” no campo social, concebidas, nessa perspectiva, como “dever cívico” dos empresários e funcionários engajados (ou cooptados?) a essas práticas, de um conceito de “filantropia empresarial”, que pode ser diretamente vinculado a “valores morais, religiosos ou político-ideológicos de justiça, igualdade, solidariedade, etc.” (GARCIA, 2001, p. 63).

Com efeito, a idéia de “senso da responsabilidade social”, que começa a ser disseminada, a partir de 1998, na proposta de governo *Avança Brasil* (CARDOSO, 1998), vai servir perfeitamente para dirimir o impasse terminológico do empresariado e, sobretudo, fornecer aquela imagem de “racionalidade” das ações de assistência empresarial, fortalecendo-se como “dever cívico” (GARCIA, 2001, p. 82-83).

Além disso, a responsabilidade social dos empresários funcionará também como “certificado de qualidade” ou “*marketing* social”, melhorando a imagem dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas, com o objetivo de atrair clientela e ampliar os lucros, e como mecanismo de “*merchandising* social”, para estimular e multiplicar a participação do empresariado e dos cidadãos em ações “socialmente responsáveis”. Nessa trajetória, o trabalho voluntário vai recebendo uma conotação, que, cada vez mais, visa afastá-lo da “caridade cristã” e da “filantropia individual” para

associá-lo ao senso de “compromisso social ou comportamento cívico” (GARCIA, 2001, p. 80).

É, portanto, nessa dimensão, que se desenha a orientação sobre serviço voluntário do *Programa Voluntários*, instituído pelo Conselho da Comunidade Solidária em 1996, a qual tende a se materializar como “cultura do voluntariado”, no âmbito do trabalho realizado pela organização da sociedade civil de interesse público *Comunitas*, criada pela ex-primeira dama, Ruth Cardoso, no ano 2000⁶⁷.

A *Comunitas* foi fundada com o apoio de personalidades da sociedade política do Partido da Social-Democracia Brasileira, como Luiz Carlos Bresser Pereira, do ramo empresarial, como Antônio Ermírio de Moraes, Jorge Gerdau Johannpeter e Pedro Moreira Salles, e do setor de ONGs, como Rubem César Fernandes, no sentido de encampar os programas criados e gerenciados pelo Conselho da Comunidade Solidária, para o caso de evitar a descontinuidade dos projetos, a partir de 2003.

De fato, a popularidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso, assegurada pelo “sucesso” do Plano Real, de controle da inflação e elevação dos níveis de consumo das classes médias e altas, entra em período regressivo logo após sua posse, em 1999. Acentuada por alguns momentos pontuais, como a crise do Banco Central no ano de 1999, o colapso do sistema nacional de energia elétrica, que levou o país ao “acionamento” e à possibilidade de “apagão” em 2001, e o desgaste da moeda, materializado pela alta da taxa de juros, a desvalorização do Real e a alta inflacionária no ano eleitoral (2002), a crise da segunda gestão FHC leva o PSDB a redefinir estratégias, tendo como horizonte o fortalecimento do Partido dos Trabalhadores para a sucessão presidencial.

Assim, Ruth Cardoso vai presidindo o Comunidade Solidária, de dentro da aparelhagem estatal, enquanto o PSDB se mantém como “sociedade política”, e, concomitantemente, cria e administra, na qualidade de pessoa jurídica de direito privado, uma organização social, que logo é qualificada como *Oscip*, de acordo com a lei nº 9.790/99, para assegurar, além da permanência dos programas sociais daquele

⁶⁷ COMUNITAS. *O que é Comunitas*. Disponível em: <http://www.comunitas.org.br/quem_somos.php?pagina=pg_quem_somos/comunitas.php&menu=pg_quem_somos/quem_somos_menu.php> . Acesso em: 26 dez. 2004.

conselho governamental, a continuidade do movimento de “radicalização da democracia” e, portanto, do processo educativo das massas para o conformismo ao projeto de sociabilidade neoliberal da social-democracia brasileira.

Desse modo, a Oscip Comunitas assume o *Programa Voluntários* no ano 2000, objetivando fortalecer e aprofundar a “cultura do voluntariado” com a criação e manutenção dos Centros de Voluntariado, previstos em proposta governamental, e o aporte financeiro de megacorporações empresariais, como a Rede Globo de Televisão, empresas públicas, como o BNDES, e organismos multilaterais, como o BID⁶⁸. Com efeito, como já apontamos no primeiro capítulo, de acordo com estimativa do Banco Mundial, de 12 milhões de pessoas prestando trabalho voluntário, em 1998, no Brasil (GARRISON, 2000, p. 25), esse índice sobe, de acordo com matéria do jornal *O Estado de São Paulo*, para 19 milhões, em dezembro do ano 2000⁶⁹, chegando, segundo matéria do jornal *O Dia*, a 38 milhões de voluntários, no segundo semestre de 2002 (FORTES, 2002, p. 15), quando se encerra a segunda gestão de FHC.

Portanto, mantém-se em escala de crescimento o processo de “ocidentalização” da sociedade civil brasileira “dentro da ordem”, isto é, sob a hegemonia neoliberal da social-democracia e radicalizando a democracia social-liberal. Como exemplo, a proliferação do trabalho voluntário, a multiplicação das organizações não-governamentais e a criação das organizações da sociedade civil de interesse público. De acordo com levantamento do IBGE (BRASIL, 2004, p. 43), o setor “sem fins lucrativos” contava em 2002 com 276 mil entidades, 169 mil organizações a mais do que em 1996. Por outro lado, as formas de mobilização social, na contramão do Estado, diminuem radicalmente, e as que ainda sobrevivem, não recebem visibilidade social.

Já o processo de Reforma da Aparelhagem Estatal, tendo como horizonte a implantação do modelo de administração pública gerencial, segundo avaliação de um dos seus principais articuladores, Luiz Carlos Bresser Pereira, modernizou

⁶⁸ BNDES. *BNDES apóia com R\$ 1,4 milhão a ampliação da rede de voluntariado organizado no país*. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/noticias/not424.asp>>. Acesso em: 20 jun. 2004.

⁶⁹ PORTAL DO VOLUNTÁRIO. *Aumenta o número de voluntários no Brasil*. Disponível em: <http://www.portaldovoluntario.org.br/sala/exibe_art.asp?id=98>. Acesso em: 7 mai. 2004.

efetivamente, em meio a avanços e retrocessos, a estrutura e o funcionamento do Estado. No que tange à sucessão presidencial, que eleva Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República e o PT à direção política da máquina estatal, a despeito das eventuais dúvidas, a perspectiva é a de predominante continuidade do modelo gerencial (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 330), que realmente se concretiza após 2003.

3.5. Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva

A virada “reformista” do PT no período 2000-2002

Com o desgaste da administração presidencial do PSDB entre os anos de 1999 e 2002, o Partido dos Trabalhadores ganha visibilidade, respeitabilidade e torna-se a opção desejável para amplos setores da sociedade civil brasileira, no que tange à sucessão presidencial.

O processo eleitoral de 2002 é, então, polarizado com as candidaturas do ex-ministro do Planejamento e Orçamento e da Saúde, José Serra (do PSDB), durante as duas administrações de FHC, e do ex-metalúrgico, candidato derrotado à Presidência da República em 1989, 1994 e 1998 e liderança do PT, Luís Inácio Lula da Silva.

De fato, o candidato da situação, José Serra, não podia oferecer mais do que o Presidente Fernando Henrique estava realizando. Em suma, a suposta gestão Serra não passaria de uma mera continuidade das administrações anteriores, mas com uma promessa de fazer um pouco mais pelo social.

A candidatura petista, no entanto, soube costurar alianças políticas significativas para consolidar sua candidatura e fortalecer sua campanha eleitoral, rumo à Presidência. De acordo com Mendes (2002, p. 122), a “social-democracia pós-94 não se assinou pelo partido que porta a sigla. O PT a realiza sem dizê-lo, muito menos reconhecê-lo”. Assim, “o PSDB consolidou o neoliberalismo, como ao PT cumpre o nosso implante social-democrata” (MENDES, 2002, p. 158). Trata-se, pois, de um período que a social-democracia de novo tipo, que não deixa de ser neoliberal, originária de formulações ético-políticas inglesas (GIDDENS, 1996; 1999), se fortalece no cenário internacional e, no caso brasileiro, encontra uma oportunidade real de consolidação no espaço brasileiro.

Nesse contexto, o desafio do PT, a começar pelo período de campanha eleitoral, conforme assinala um dos principais articuladores do partido, Tarso Genro⁷⁰, é integrar todos os setores da sociedade, independente da condição de classe social, por meio de uma relação “dialógica” ou de uma “razão comunicativa”, os quais “estejam dispostos a algum acordo ou a trabalhar pela produção, pela afirmação da democracia, pelo desenvolvimento e pela justiça social” (GENRO, 2004, p. 112). Dessa maneira, o partido, para elevar o candidato Lula à Presidência da República, traça uma política de “conciliação de classes”, que se traduz numa campanha eleitoral atraente e racional.

Com efeito, visando agradar ao empresariado nacional e estrangeiro, aos grupos políticos mais conservadores e às classes médias mais reacionárias, o discurso do PT era baseado no “realismo” da situação de fragilidade político-econômica no país, na “prudência” para realizar as reformas necessárias, tendo como norte a justiça social, e na “segurança” macroeconômica fundamental, comprometendo a provável gestão Lula da Silva em assumir os compromissos fiscais assumidos pela administração do seu antecessor, para o país voltar a crescer e subordinar o desenvolvimento econômico ao desenvolvimento social (GENRO, 2004).

Por outro lado, objetivando atrair a atenção e conquistar as maiorias populares, a campanha propagandística do PT gira em torno da história de trabalhismo, contestação e emancipação, que se construiu ao longo de boa parte das duas décadas de existência do partido. Tendo em vista o desgaste do governo FHC, a aparência de que o “social” não havia sido pensado pelo então presidente e a manutenção da “inoperância” da aparelhagem estatal, o PT tornava-se o sinônimo de uma *possibilidade* de retomada do Estado “provedor”, de resgate da coisa pública e de revalorização do povo como sujeito de sua história.

Portanto, o PT conquista a “confiabilidade” para exercer a administração pública federal e a “adesão de um eleitorado” (MENDES, 2002, p. 123), ao equilibrar,

⁷⁰ O advogado e político do PT Tarso Genro foi deputado federal e prefeito, por dois mandatos, da cidade de Porto Alegre (RS). Com Lula da Silva à frente da Presidência da República, Genro assume em 2003 a secretaria executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, cuja função é costurar as alianças políticas e promover os consensos em torno da “concertação” do país (LIMA, 2004, p. 36). Porém, na virada de 2003 para 2004, quando foi realizada a primeira reforma ministerial e se verificava certa crise na gestão do ministro da educação, Cristovam Buarque, Genro assume o MEC e permanece realizando articulações políticas do governo petista.

durante a campanha do candidato Lula, o discurso da “prudência” e da “segurança” no manejo da política econômica com a promessa do “governo para o social”.

Com efeito, em janeiro de 2003, Luís Inácio Lula da Silva toma posse do cargo de Chefe de Estado, o PT assume a direção política, cultural e ideológica do país e o Brasil entra, de acordo com Genro (2004), em um período de “reformismo forte”, sob o comando da “nova-esquerda”. Nesse sentido, a meta desse governo reformista consiste em viabilizar uma “utopia possível”, não como uma tática para a implantação de um socialismo “anacrônico”, de bases marxistas e leninistas. Na realidade, a utopia possível será converter a “democracia formal” até então presente no país em “democracia substantiva”, que promova o crescimento econômico e políticas de redistribuição de renda (GENRO, 2004, p. 96-97).

Logo, a administração Lula da Silva desliga-se, ideologicamente, do conjunto de idéias que, em alguns períodos de sua história, fizeram parte do arcabouço político de contestação e emancipação do PT, como a guinada socialista e a igualdade plena, observadas agora como anacrônicas, inseguras, irresponsáveis, e o abandono do ideário da “luta de classes”, considerado, nesse momento, como elemento que “fragiliza o governo ante o domínio do capital estrangeiro” (GENRO, 2004, p. 71).

Por conseguinte, a gestão PT vai ampliar seu diálogo com os organismos multilaterais e com o empresariado, em razão do processo de “mundialização do capitalismo”, no qual o Brasil deve se inserir, nessa perspectiva, para continuar sobrevivendo, a fim de, justamente, dar conta de suas demandas na área social: reduzir a miséria e a fome, redistribuir a renda e promover a justiça social.

Para tanto, está prevista, na agenda político-administrativa do governo petista, uma nova reforma da aparelhagem estatal, porém, numa outra direção, se comparada com aquela desenvolvida a partir de 1995. O modelo de administração pública gerencial, formulado no *Plano Diretor*, permanece, ainda que criticado e redefinido em alguns pontos. Todavia, o governo Lula da Silva pretende converter o Estado “regulador”, que seria sinônimo do “gerencial” da era FHC, em Estado “provedor”, assumindo “papel ativo na redução das desigualdades e promoção do desenvolvimento” (BRASIL, 2003, p. 22).

Nesse contexto, de acordo com o documento *Gestão Pública para um Brasil de Todos: Plano de Gestão para o Governo Lula*, de 2003, permanecem os pontos principais que marcam o processo de implantação do projeto de administração pública gerencial, iniciado em 1995, de continuidade do modelo de gestão e de radicalização da democracia, previstos no programa de reeleição do governo FHC, de 1998. Dentre eles, a “eficiência”, a busca de “resultados” e, sobretudo, a elevação da “governança”, marca das gestões social-democratas de novo tipo, definida por esse *Plano de Gestão para o Governo Lula* como aumentar a “capacidade do governo em formular e implementar políticas públicas e em decidir, entre diversas opções, qual a mais adequada” (BRASIL, 2003, p. 5).

O que, sobretudo, marca a gestão Lula como “continuidade” e “aprofundamento” do programa FHC de governo será, justamente, o pacote das reformas previdenciária, tributária, universitária, político-partidária e sindical, para promover a “concertação social e política” do país e a redefinição do projeto de sociedade e sociabilidade hegemônico, ou a “renovação do contrato social brasileiro” (GENRO, 2004, p. 124).

Também no governo Lula da Silva, garantir o crescimento sustentado da economia torna-se o “carro-chefe” da estratégia macroeconômica do Ministério da Fazenda, visando convertê-lo em justiça social (BRASIL, 2003). Nesse sentido, vai dar continuidade a esse objetivo da segunda administração FHC, com o propósito de criar mais postos de trabalho e emprego e gerar renda e riquezas, conforme o previsto no programa *Avança Brasil* (CARDOSO, 1998).

E, por conseguinte, essa meta, assumida como compromisso de campanha e governo pelo Presidente Lula, terá como finalidade transmitir uma imagem confiável do Brasil, no exterior, aos organismos multilaterais, para o saneamento dos empréstimos e compromissos fiscais, e aos investidores estrangeiros, sendo que a abertura dos mercados ao capital internacional, como nos anos da era FHC, permanece como política econômica em perspectiva de expansão.

De início, antes mesmo da campanha eleitoral de 2002, o PT estabelece aliança política com o PL (Partido Liberal), espaço de militância do empresariado

nacional para a defesa de seus interesses econômicos e da conservação do capitalismo. Evidentemente, tratou-se de uma coligação polêmica, pois a cúpula dirigente do Partido dos Trabalhadores sinalizava sua virada ao “centro-direita” e, de certa forma, criava um espírito de contradição dentro do próprio partido, que sempre se posicionou à esquerda e, agora, começava a se dividir em setores “reformistas” e “esquerdistas”.

Segundo Genro (2004, p. 104), a trajetória da esquerda representada pelo PT rumo ao governo provocou “uma reestruturação político-ideológica dos seus quadros nem sempre coerente com o passado de cada um”. Nesse caminho, uma vez consolidada a aliança com o PL, a chapa do Partido dos Trabalhadores para a candidatura à Presidência e à Vice-presidência da República foi composta, respectivamente, por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e José Alencar (PL).

Na época, de acordo com os formuladores do PT e com o próprio candidato Lula, a união do ex-sindicalista com o empresário brasileiro, na candidatura rumo ao Planalto, significava mais do que um avanço na interlocução política do partido com os vários sujeitos políticos coletivos da sociedade civil. Na verdade, tratava-se de inaugurar um verdadeiro momento de cooperação entre o trabalhador – representado na figura de Lula – e o empresário – personificado na figura de Alencar. Seria, pois, a fase de unificação “capital-trabalho”, materializada a partir da candidatura à Presidência da República de 2002, um dos eixos de sustentação da agenda política do PT, no âmbito da administração pública federal.

A “cidadania ativa” e o “combate à miséria” no governo Lula da Silva

Com efeito, a partir do primeiro ano de governo (2003), os Poderes Executivo e Legislativo começaram a se movimentar em torno da construção de um projeto de lei, que trataria de unir o capital dos setores público e privado, para a realização de obras de infra-estrutura necessárias, das quais carecem o país, a geração de emprego e renda, a descentralização de encargos do governo federal e a garantia de acumulação capitalista do empresariado brasileiro.

Mais uma vez, a despeito da permanência do discurso de esquerda, o PT abraça o neoliberalismo da social-democracia: disciplina o funcionamento do sistema de parcerias, preconizado pelas gestões FHC, da aparelhagem de Estado com o setor

privado empresarial, por meio da sanção da lei nº 11.079, aprovada pelo Presidente Lula em 30 de dezembro de 2004. Trata-se, pois, da regulamentação da PPP ou Parceria Público-Privada, cuja lei “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada, no âmbito da administração pública”.

Nesse horizonte, se o sistema de parcerias toma novo fôlego com a institucionalização da PPP, o regime de cooperação, a ser estabelecido entre o governo Lula da Silva e as chamadas “propriedades públicas não-estatais”, vai ser o processo de “ocidentalização” da sociedade civil que continuará sendo desejável para a permanência e o aprofundamento da sociabilidade social-democrata. Segundo o *Plano de Gestão para o Governo Lula*, o cidadão, visto como o maior “beneficiário” desse diálogo da aparelhagem estatal com a sociedade civil, será considerado, mais do que um cliente ou “consumidor” de serviços públicos, um “membro de uma comunidade cívica, organizada e plena de direitos e deveres, ampliando-se a consciência cidadã, recriando-se a solidariedade e definindo-se critérios de justiça social” (BRASIL, 2003, p. 8).

Assim, de acordo com Genro (2004, p. 65), as “redes sociais”, constituídas pelo conjunto dos organismos da sociedade civil de interesse público, “não-estatais”, são consideradas um foco de “cidadania ativa”, “representação política” e “reação democrática” das massas, que, nessa perspectiva, organizam a sociedade “por baixo”, construindo, como “novas formas de poder”, “novas formas de legitimação”.

No que concerne às políticas públicas do governo Lula da Silva, com focalização no combate à fome, alívio à miséria e elevação dos níveis de qualidade de vida, o Programa da Comunidade Solidária, que englobava sua secretaria executiva e seu Conselho Nacional de Solidariedade, foi, como uma de suas primeiras medidas, extinto pelo Presidente da República. Logo, Luiz Inácio Lula da Silva instituiu o Programa *Fome Zero*, cuja função primordial é combater, urgentemente, a fome de milhões de brasileiros.

Ao contrário do Conselho da Comunidade Solidária, que, além de regular e gerenciar medidas de combate à fome, desenvolveu projetos na área educacional, da saúde pública e da proliferação do chamado “terceiro setor”, o programa *Fome Zero* reúne forças para combater a fome. Em tese, se a perspectiva da hegemonia petista é

estabelecer o “reformismo forte”, para promover a “concertação social” e a revisão do projeto de sociabilidade social-democrata, visando ao resgate da “coisa pública” e do “Estado provedor”, não faz sentido instituir um programa governamental de planejamento e gerenciamento de políticas públicas, para a viabilização dos direitos sociais, a serem desenvolvidas pela sociedade civil. Assim, o Fome Zero tem como papel ir combatendo, com um conjunto de ações emergenciais, o problema da fome no país, deixando a cargo de outros setores governamentais suas respectivas agendas no trato aos direitos sociais.

Nesse caminho, o programa Fome Zero será mais um dos espaços de interlocução política e costura de parcerias com empresas e organismos da sociedade civil, para a viabilização de sua meta precípua. As empresas estatais, como o Banco do Brasil e a Petrobrás, as entidades religiosas, principalmente a Igreja Católica, as grandes empresas privadas nacionais, seus programas e suas fundações de responsabilidade social, como as Organizações Globo e a Fundação Roberto Marinho, ou o Banco Itaú, a Fundação Itaú Social e a organização social Instituto Brasil Voluntário, e um grupo de organizações não-governamentais são parceiros do programa e contribuem para a mobilização de doações de alimentos e dinheiro, a ser convertido em cestas básicas, e de serviço voluntário, para ajudar o governo e seus parceiros no combate à fome.

Como vimos anteriormente, o trabalho voluntário é arrebanhado pela hegemonia social-democrata das administrações de FHC, como estratégia indispensável para a expansão do projeto de sociabilidade neoliberal e a promoção do desenvolvimento social. Por isso, de simples filantropia, à ação voluntária é arraigada a idéia de “responsabilidade social” como senso comum, a ser assimilado pelas massas como elemento constitutivo do modelo de cidadania participante, ativa e solidária.

Capilarmente, essa idéia vai sendo adotada pelas organizações da sociedade civil, do dito “setor sem fins lucrativos”, e conquistando amplos segmentos do empresariado brasileiro que, em escala crescente, promovem ações de voluntariado entre seus funcionários. Nessa trajetória, o trabalho voluntário continuará sendo estimulado no contexto do governo Lula da Silva, uma vez que o “senso de desenvolvimento social” já é considerado uma “realidade” no Brasil urbano-industrial e

apenas fortalece a “cultura do voluntariado”, que se cristaliza perante a adesão das massas às “ações-diretas” de combate à fome, atenuação da miséria e elevação da qualidade de vida.

3.6. Reforma do Estado: uma reforma “intelectual e moral” no Brasil

De fato, durante o decênio 1995-2005, o Brasil percorre um período de Reforma do Estado, que vai lançá-lo, comercialmente, ao capitalismo internacional em movimento de “mundialização”, redefinir o próprio mercado interno, redimensionar a administração pública federal e, portanto, estabelecer novas relações no âmbito da sociedade civil. Essa totalidade vai consolidar a hegemonia neoliberal da social-democracia na agenda política do nosso país e, no plano da cidadania, “educar” as massas para o seu projeto de sociedade e sociabilidade.

Com efeito, entendemos o processo de “Reforma do Estado” como a reestruturação de tudo aquilo que compõe o Estado, na sua concepção “ampliada”, preconizada por Gramsci (2002): “sociedade civil + sociedade política”, em seu “equilíbrio instável”. Nessa perspectiva, com a qual concordamos, o Estado é uma totalidade composta pelo “Estado coerção”, ou aparelhagem estatal, e pelo conjunto da sociedade civil, que, por isso, não podem ser *organicamente* separados, se o objetivo não é cair nos reducionismos e limitações das teorias políticas liberais, mas *didática* ou *metodologicamente* distintos, para possibilitar o estudo e a compreensão de movimentos que ocorrem, particularmente, em cada uma dessas esferas. Logo, para ocorrer um processo de “Reforma do Estado”, serão necessárias a redefinição dos mecanismos de “força” e “persuasão”, exercidos no âmbito da aparelhagem de Estado, e, conseqüentemente, a recomposição do próprio “consenso”, estabelecido na dinâmica da sociedade civil.

Em contrapartida, a concepção de “Reforma do Estado”, definida sob a efígie da “democracia social-liberal”, isto é, nos limites do liberalismo político-econômico da atualidade, restringe-se à reforma do conjunto dos mecanismos de “força” e “persuasão”, sobre os quais a burocracia de Estado tem poder, no sentido de exercer sua “coerção” sobre a totalidade da sociedade civil.

Conforme o *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, o Estado “é a organização burocrática que tem o monopólio da violência legal, é o aparelho que tem o poder de legislar e tributar a população de um determinado território” (BRASIL, 1995, p. 17). Nessa perspectiva, o “Estado” é compreendido como a de “aparelhagem estatal”, ou seja, definido nesse plano como o “governo” – ou a “administração pública” –, composto pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo aparato militar e pelo corpo de servidores públicos, porque o Estado “compreende adicionalmente o sistema constitucional-legal, que regula a população nos limites do território” (BRASIL, 1995, p. 16-17).

Com efeito, se a Reforma do Estado, preconizada pela hegemonia neoliberal da social-democracia brasileira, constitui-se por meio de “um projeto amplo que diz respeito às várias áreas do governo e, ainda, ao conjunto da sociedade brasileira”, e a reforma da aparelhagem estatal “está orientada para tornar a administração pública mais eficiente e mais voltada para a cidadania” (BRASIL, 1995, p. 17), não se trata de adotar uma concepção de Reforma do Estado, em sua totalidade, mas de promover, numa perspectiva neoliberal, a reforma da aparelhagem estatal, cujas diretrizes vão disseminar uma “reforma intelectual e moral” no funcionamento do Estado (entendido como instância política e governamental), do mercado (responsável pela dinâmica das relações econômicas) e da sociedade civil, isoladamente.

De acordo com Gramsci (2001a, p. 126), uma “reforma intelectual e moral” consiste no processo de adequação da cultura à função prática. Em outros termos, é a reestruturação das normas de conduta em uma determinada sociedade, como resultado do pensamento ou da filosofia que reorganiza uma dada cultura. Nessa trajetória, é inviável conduzir uma reforma intelectual e moral sem estabelecer as condições materiais em que ela se dará, porque, “mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral” (GRAMSCI, 2002, p.19). Daí a composição do Plano Real, do ajuste fiscal e do combate à inflação serem anteriores aos planos e programas de Reforma do Estado, no sentido de reverter a crise econômica para, segundo a hegemonia social-democrata do país, dar impulso à recomposição da aparelhagem estatal.

Assim, durante o primeiro mandato do Presidente FHC, é redimensionada parte do sistema institucional-legal do Estado e iniciado o processo cultural de redefinição das relações entre a aparelhagem estatal e a sociedade civil. Uma vez reeleito, Fernando Henrique impulsiona, em seu segundo mandato como Presidente da República, o movimento de “radicalização da democracia”, por meio do qual vai acentuar a divisão orgânica, que promove entre burocracia de Estado, mercado e sociedade civil.

Nesse contexto, a “reforma intelectual e moral”, promovida pela elite social-democrata do país, já está em andamento e precisa ser “definitivamente” assimilada pelo conjunto da sociedade. No campo social, o Conselho da Comunidade Solidária e seus ministérios setoriais estão “educando” as massas, sob o signo da sociabilidade neoliberal norte-americana. O Estado, o mercado e a sociedade têm, cada vez mais, seus limites demarcados, na forma de “setores” autônomos. Daí, a democracia precisa ser “radicalizada” e, para tanto, aqueles três “setores”, apesar de sua independência, precisam atuar em regime de cooperação, sob a égide do “senso de responsabilidade social”, formando um consolidado “sistema de parcerias”, no sentido de promover o crescimento sustentado, o desenvolvimento social e o alívio à miséria.

Com efeito, essa “reforma intelectual e moral” se reflete na administração do Presidente Lula da Silva, com a tendência de continuidade e aprofundamento. O modelo de administração pública gerencial, em termos de estrutura e funcionamento, é avidamente criticado pela hegemonia petista, no entanto, é predominantemente mantido em sua gestão governamental. Mais do que isso, o PT busca reparar os “desvios” que se apresentaram na implantação da Reforma Gerencial.

Por exemplo, o Plano Plurianual 2000-2003, elaborado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, durante o segundo mandato de FHC, consistia, como vimos, num projeto de implantação da administração de tipo gerencial, no âmbito da aparelhagem estatal. Porém, com Luís Inácio Lula da Silva à frente da Presidência, a partir de 2003, em seu *Plano de Gestão*, o Governo Federal anuncia a elaboração de mais um Plano Plurianual, para o período 2004-2007, tendo como horizonte evitar a desconexão do modelo de administração pública com o projeto de desenvolvimento, ou

seja, do *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado* com o PPA do governo Fernando Henrique (BRASIL, 2003, p. 24-25).

Assim, permanecendo, na esfera governamental, o regime de gestão pública gerencial, como a estrutura de todo o funcionamento do aparato estatal, o desenvolvimento sustentado, a responsabilidade fiscal e o combate à inflação são apresentados no discurso da administração petista, até mais do que no do governo de FHC e seus ministros, como elementos constitutivos para a União tomar para a si a “responsabilidade social” de conduzir a política de combate à fome, redistribuição de renda e promoção da justiça social.

Por conseguinte, transparece a necessidade de se compreender, no cenário político atual, as concepções ético-políticas que, entre 1995 e 2005, se constituem como “hegemonia” – ou direção política, cultural e ideológica – e realizam, sob o signo da Reforma do Estado, a “reforma intelectual e moral” do capitalismo neoliberal no país. Em contrapartida, torna-se relevante apresentar e debater a concepção contra-hegemônica, que dá suporte à nossa análise crítica daquelas concepções em movimento na atualidade. Por isso, dialogaremos com os projetos de sociabilidade capitalista hegemônico e materialista-histórico contra-hegemônico, nos capítulos a seguir.

4. A hegemonia do capitalismo neoliberal

Este capítulo terá como objetivo apresentar os três planos ético-políticos, de maior visibilidade, no mundo ocidental das últimas três décadas, nos limites da hegemonia capitalista – entendida, a partir dos postulados de Antonio Gramsci, como a direção política, cultural e ideológica exercida pelos sujeitos políticos coletivos, que formulam e propagam o capitalismo.

Nesse caminho, analisaremos, em primeiro lugar, o projeto político-econômico e societário do neoliberalismo ortodoxo, apresentado como a extrema “direita” hegemônica. Na seqüência, discutiremos o projeto “alternativo” ao neoliberalismo radical, que se situa nos limites do modelo capitalista: a “nova esquerda reformista”.

E, apresentado como uma pretensa “confluência” ou “síntese dialética” do processo de correlação de forças, travado entre a direita ortodoxa e a esquerda reformista, o “centro radical” conquista hegemonia no terreno do Estado, por meio do projeto da “nova social democracia” ou “terceira via”, sobre o qual nos debruçaremos na terceira parte deste capítulo.

Dessa maneira, perceberemos como a hegemonia capitalista vem aprofundando seu poder de direção política, cultural e ideológica, em favor do processo de ampliação do seu poder de dominação econômica.

4.1. O neoliberalismo ortodoxo: a “Direita” hegemônica

O modelo ético-político neoliberal surge com o fim da II Guerra Mundial, quando o Estado de Bem Estar, como vimos anteriormente, sinaliza crescimento hegemônico no mundo do capitalismo avançado. Friederich von Hayek publica a obra *O caminho da servidão*, em 1944, onde elabora uma crítica e uma ofensiva à “qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (ANDERSON, 2003, p. 9).

Com efeito, partidos trabalhistas e social-democratas moderados lideram os Estados da Europa Ocidental nesse período, e o *laissez-faire* de Hayek e seus seguidores não ultrapassa os limites da “crítica apaixonada” ao modelo político-econômico em ascensão. No entanto, Hayek não deixa de manifestar o pensamento de que aqueles partidos, a despeito de suas boas intenções, conduzirão esses países a um “caminho de servidão moderna, por seu excesso de intervenção econômica e de bem estar social (ANDERSON, 2003, p. 9).

Mesmo com a Era de Ouro em andamento, que alcançará seu apogeu nos anos de 1950 e 1960, Hayek, unido a adversários radicais do *Welfare State* europeu e do *New Deal* norte-americano, como Milton Friedman, Karl Popper, Salvador de Madariaga entre outros, fundou em 1947 a Sociedade de Mont Pèlerin. Essa sociedade consistia numa “espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos” (ANDERSON, 2003, p. 10). O objetivo da organização comandada por Hayek era, basicamente, combater as

políticas keynesianas, fortalecendo uma espécie de “contra-hegemonia” que promovesse a formulação de um capitalismo ortodoxo, mais duro e conservador, livre de regras para o mercado – ainda que o cenário político não o favorecesse.

No entanto, quando a crise do modelo econômico – de queda da taxa de lucro, alta inflacionária, recessão e desemprego – despontou depois de 1973, conforme o analisado no capítulo anterior, nos países de capitalismo avançado, as teses neoliberais ganharam relevo. Nesse sentido, a essência da crise, para Hayek e seus companheiros, estava situada “no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de uma maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais” (ANDERSON, 2003, p. 10). Dessa forma, o antídoto para todo esse mal estar, segundo os neoliberais liderados por Hayek seria “manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 2003, p. 11).

De fato, o Estado, para os militantes desse capitalismo ultra-liberal de “novo tipo”, é definido, de maneira reducionista, como “governo”, plena e organicamente separado da sociedade civil e do setor econômico, que chama de “mercado”. Assim, trata-se de um “novo” liberalismo ou *neoliberalismo*, porque, de acordo com a análise crítica de Gramsci (2002, p. 47), as teorias do “livre câmbio” estão baseadas na distinção orgânica entre “sociedade política” (ou “aparelhagem estatal”) e sociedade civil.

Portanto, o neoliberalismo vai consistir, efetivamente, em um novo momento histórico da hegemonia do liberalismo econômico e de suas teorias. Todavia, sua novidade se situa, justamente, na radicalização daquela distinção orgânica e na radicalização do destaque dado à esfera econômica, no sentido de reverter a “crise de hegemonia” do capitalismo, como vimos anteriormente, durante as três últimas décadas do século XX.

Nessa trajetória, o novo liberalismo ou neoliberalismo vai radicalizar o papel de intermediadora da esfera econômica nas áreas política e social, em relação ao capitalismo avançado dos *Welfare States*. Por conseguinte, vai promover um forte

ataque a todo o senso de “coletivismo”, “igualdade de oportunidades”, “desenvolvimento social”, “planejamento” e “democracia”, que se constitui como o suporte dos Estados de bem estar social de meados dos 1900.

Sob o signo da *liberdade plena*, o neoliberalismo propõe a desregulamentação dos mercados. Isto é, o Estado – compreendido por seus militantes, de maneira restrita, como a “burocracia de Estado” – não pode e não deve intervir no setor econômico, exceto em momentos de ameaça da moeda, da estabilidade do país ou da própria política econômica, posto que toda forma de intervenção governamental promove, nessa perspectiva, a restrição da dinâmica mercantil – momento de ascensão do chamado “Capitalismo Financeiro” – e o ataque à liberdade privada e, portanto, do mercado.

Assim, ao otimizar o mercado com a desregulamentação e torná-lo “plenamente” livre, o neoliberalismo vai radicalizando o individualismo, a competição, o mérito e os contrastes sociais. Nesse sentido, da mesma maneira que o Estado não deve intervir na economia, sua “Mão Invisível” deve radicalizar a competição entre os individuais, de maneira a assegurar a eficiência e a eficácia das organizações, sejam elas prestadoras de serviços para a aparelhagem estatal ou de serviços públicos básicos, financeiras ou sociais. Dessa maneira, somente os indivíduos realmente competentes, ou seja, capazes e habilidosos, vão resistir no mercado de trabalho e serão responsáveis, não somente pela reversão da queda tendencial da taxa de lucro do empresariado, sobretudo, pelo desenvolvimento social.

Portanto, a sociedade neoliberal será aquela cujo desenvolvimento não se dará por intermédio, de acordo com Friederick von Hayek, de um igualitarismo de cunho “fascista”, de um coletivismo economicamente “inviável”, de uma democracia burocrática e ultrapassada, conforme apregoam os regimes social-democratas de meados do século XX ou os países socialistas, porém, por meio do mérito individual de cada cidadão, que, da mesma forma que o mercado, tem sua liberdade “plena” resguardada, seu direito à “diferença” assegurado pelo Estado. Logo, para o neoliberalismo, somente uma *sociedade meritocrática* pode se desenvolver no presente estágio do capitalismo.

Nesse caminho, os conceitos de cidadania, de público e de direitos sociais se modificam e ganham novo desenho. O cidadão, na perspectiva neoliberal, não será mais o sujeito “social-democrata” dotado de direitos e deveres, vigilante do bem comum e protetor da democracia representativa, que dá sustentação financeira e legitimidade política à classe dominante para “dirigir” o Estado e sua aparelhagem. Pelo contrário, o cidadão neoliberal será o primeiro a promover a dilapidação do público ao acentuar seu individualismo e reivindicar seu direito à liberdade “irrestrita”.

Assim, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento social é promovido por meio do mérito reconhecido de sua competência no mercado de trabalho extremamente competitivo, também o é quando ao cidadão é conferida a posição de *consumidor* de produtos e serviços. Nessa perspectiva, os direitos da cidadania, como o direito à Educação Básica, à Saúde Pública, à Previdência Social, etc., são convertidos em *serviços públicos*, que podem ser prestados pelo governo, mas, predominantemente, oferecidos por um leque de empresas e entidades da sociedade civil, com ou sem fins lucrativos.

Ora, em um contexto de desregulamentação, liberdade e individualismo radicais, o público, ou o bem comum, é reduzido ao mínimo necessário para se ter um Estado eficiente e eficaz. Dessa maneira, será a *privatização* das empresas estatais e dos direitos da cidadania, redefinidos agora como serviços públicos, a via de redução da burocracia estatal, reversão do *déficit* público provocado pelo Estado keynesiano, “salvação” do empresariado, geração de empregos e desenvolvimento econômico e social.

Nesse caminho, o cidadão, encarado como *cliente* ou consumidor que crê na inoperância do Estado, vai “contratar” o serviço público da entidade ou empresa que oferecerá um trabalho mais atraente e convidativo, de preferência, com maior qualidade e menor custo. Em outros termos, se no *Welfare State* os “serviços públicos” eram predominantemente oferecidos pela aparelhagem estatal, na conjuntura neoliberal as organizações de direito privado, com ou sem fins lucrativos, concorrem entre si para conquistar a clientela – o cidadão consumidor –, da mesma forma que os trabalhadores competem arduamente entre si para se manterem no emprego.

Ou seja, o neoliberalismo promove uma irrestrita *mercantilização* das relações humanas: tem-se um mercado de trabalho, exigindo cada vez mais qualificação e menos mão-de-obra, um mercado financeiro, um mercado de produtos primários e industrializados, um mercado de prestadores de serviços públicos, como Educação e Saúde, e privados, etc.

Nesse contexto, a política, entendida como uma trama exclusiva do Estado – entendido como “governo” –, também assume uma lógica de mercado no seu desenvolvimento e redefine o papel da “democracia”, visando torná-la funcional à afirmação da hegemonia neoliberal. Para os militantes do neoliberalismo ortodoxo, a democracia “representativa” dos regimes liberais do *Welfare State* – em que “as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que fazem parte mas por pessoas eleitas para essa finalidade” (BOBBIO, 2000, p. 56) – reforça o coletivismo e a burocracia que apenas emperram e tornam o Estado “gigante” e ameaçam o individualismo do cidadão de novo tipo.

Nesse sentido, a democracia também deverá ser “mercantilizada”, porque, de acordo com Joseph Schumpeter – um dos principais formuladores do pensamento liberal do século XX –, consiste no processo de “revezamento das elites no poder”, onde o eleitorado, percebido como o conjunto de “clientes” de determinados partidos políticos, em franco lastro de competição, tem sua liberdade de escolha resguardada para eleger e, portanto, “consumir” durante alguns anos a administração estatal “daquele grupo no interior das elites que lhe pareça o mais capacitado para governar (elites bem preparadas moral e intelectualmente, com experiências e com uma vocação predestinada para a política)” (DURIGUETTO, 2003, p. 69).

Assim, as elites no poder, cuja hegemonia é assegurada por essa democracia funcional do neoliberalismo, têm por obrigação impulsionar o processo de minimização da intervenção estatal na economia, no sentido de assegurar a liberdade, a concorrência do mercado e dos cidadãos, e sua própria hegemonia, enquanto sociedade política.

De fato, entendemos que, não por acaso, a ditadura militar chilena, comandada pelo General Augusto Pinochet entre 1973 e 1990, foi o primeiro governo a implantar a política neoliberal. Antes mesmo de Margareth Thatcher (1979) e Ronald Regan (1980) chegarem ao poder, respectivamente, na Inglaterra e nos Estados Unidos

da América, e comandarem a hegemonia neoliberal em seus países de origem, visando, capilarmente, estendê-la para um maior número de países possível, por meio de um processo chamado de “globalização”, o Chile “começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos” (ANDERSON, 2003, p. 19).

Assim se explicam, por exemplo, a relação diplomática bem sucedida, estabelecida entre a ditadura Pinochet e a Inglaterra de Thatcher, ao longo da década de 1980, e uma conjuntura política adequada para a implantação do neoliberalismo ortodoxo, posto que a ditadura militar chilena foi uma das mais longas, repressivas e violentas no contexto da América Latina.

Portanto, para a implantação do neoliberalismo ortodoxo, pensado por Hayek e Friedman, como política de Estado, compreendido por nós como a conjunção de “sociedade política + sociedade civil”, é fundamental a reforma da aparelhagem estatal, das relações sociais e das relações econômicas.

O Estado, entendido pelos neoliberais como o “governo”, precisa ter sua planificação e intervenção reduzidas ao mínimo. Daí a tese do chamado *Estado mínimo*. Toda forma de intervenção é compreendida, nessa perspectiva, como um atentado à liberdade individual dos cidadãos e, portanto, dos mercados. Por conseguinte, o Estado demanda um processo de reforma para que as diferenças sejam radicalmente respeitadas. Para tanto, o padrão de democracia funcional a esse modelo ético-político deverá ser aquele que crie condições para a minimização da burocracia estatal e ampliação do individualismo e da liberdade dos mercados.

As relações econômicas, por sua vez, são dotadas de plena liberdade e completa desregulamentação. O neoliberalismo consiste no paraíso do *laissez faire* econômico, como tentativa de reverter a queda tendencial da taxa de lucro, que se intensificou com o declínio dos Estados de bem estar social dos países capitalistas avançados. Mais do que isso, será o modelo ético-político do capitalismo conservador cujos princípios são a competitividade radical entre instituições e pessoas, o desmonte completo do público e do coletivismo e a ampliação dos contrastes sociais, em nome da apologia à diferença e ao pluralismo, acelerando a concentração de renda dos poucos mais ricos e a miséria dos mais pobres.

Com efeito, os níveis de pobreza e miséria vão se alargando ao longo dos anos de 1980 no mundo ocidental, incluindo nesse conjunto os países neoliberais, como EUA e Inglaterra. No entanto, para o neoliberalismo, que prevê a ligação de Estado “mínimo” com mercado “máximo”, como mecanismo para o funcionamento de um país capitalista no final do século XX, a sociedade civil tomou “aversão” à burocracia de Estado, que já perdeu, nessa perspectiva, a capacidade de promover o bem estar social e oferecer “serviços públicos” de qualidade à população, e se utilizou da liberdade, que lhe é conferida por esse novo modelo ético-político capitalista, para se tornar a própria promotora do desenvolvimento social.

Nessa trajetória, é cristalizada a idéia que Coutinho (2000, p. 18) classifica como “maniqueísta”, em sua crítica à concepção neoliberal, na qual tudo aquilo que provém do Estado é concebido como negativo, sendo resultado de burocracia, inoperância e autoritarismo, ao passo que a sociedade civil é considerada positiva, porque nela existe o consenso e, efetivamente, se exerce a liberdade e a democracia. Dessa maneira, “essa postura manifesta, entre outras coisas, precisamente a tentativa teórico-prática de ‘despolitizar’ a sociedade civil, transformando-a em um suposto ‘terceiro setor’, que, situado além do Estado e do mercado, seria regido por uma lógica supostamente ‘solidária’ e ‘filantrópica’”⁷¹(COUTINHO, 2000, p. 21).

Assim, emergem as denominações, como vimos no capítulo anterior, de “sistema de três setores” e, sobretudo, “terceiro setor”, nos Estados Unidos, em fins da década de 1970, no sentido de o Estado intervencionista transferir “suas responsabilidades na gestão e implementação dos direitos e das políticas sociais” (COUTINHO, 2000, p. 21) para a sociedade civil.

Por conseguinte, a sociedade civil, representada politicamente pelo conjunto de organizações sociais que compõem o chamado “setor sem fins lucrativos” ou o imaginário “terceiro setor”, está organicamente separada da burocracia de Estado, que na perspectiva neoliberal é o próprio Estado, e do mercado, visto como o suposto “segundo setor”. Nessa trajetória, a sociedade civil organizada será a única promotora do desenvolvimento social, uma vez que o Estado “diminui de tamanho”, arrecadando menos impostos e atuando com menos intervenção, e ao mercado não interessa, no

⁷¹ Tradução nossa.

âmbito do neoliberalismo ortodoxo, satisfazer as demandas sociais, e sim privilegiar seus interesses de acumulação.

Por outro lado, o cidadão individualista, competitivo e consumidor – de produtos e serviços até propostas e projetos políticos para a administração pública –, contaminado por aquela concepção “maniqueísta”, apontada por Carlos Nelson Coutinho, que o Estado difunde na qualidade de “Estado educador” – idéia gramsciana sobre a qual nos debruçaremos no próximo capítulo – sensibiliza-se com as necessidades mais urgentes do cidadão tido como “excluído”⁷² da sociedade e mobiliza-se, movido por um espírito de “solidariedade” e “filantropia”, para atenuar a pobreza e a “exclusão”. Assim, constitui-se o trabalho voluntário e o voluntariado, conquistados pelas instituições do imaginário “setor sem fins lucrativos” como a força propulsora das ações de desenvolvimento social, sob a égide do neoliberalismo.

Nesse contexto, as parcerias, que podem ser estabelecidas entre os chamados “três setores”, não são consideradas essenciais para o desenvolvimento social. O Estado, entendido como “governo”, não tem qualquer obrigação em intervir na esfera social, a não ser para assegurar o *laissez-faire* do mercado e os interesses das megacorporações do capitalismo. Para as empresas que compõem o mercado, segundo Milton Friedman, o importante é assumir um espírito de “responsabilidade social” que não seja outro além “de fazer tanto dinheiro quanto possível para seus acionistas” (EXAME, 2004, p. 25). E à sociedade civil, por sua vez, no lastro desse neoliberalismo radical, não resta outra opção a não ser a de dar conta de atender às suas próprias demandas e necessidades, sem esperar por relações de cooperação com a aparelhagem estatal e os empresários.

⁷² Entendemos que a concepção de “excluídos” e “incluídos” trata-se de uma das maiores e mais perversas falácias que a hegemonia capitalista insiste em disseminar. Os intelectuais orgânicos da burguesia não se cansam de afirmar que as maiorias mergulhadas na pobreza ou na miséria estão “excluídas” do bem estar que o capitalismo pode promover, por meio do trabalho e da criação de renda. Todavia, compreendemos que, sendo a essência do modelo capitalista a acumulação de renda, que, como nos mostrou Karl Marx, forma o “capital”, e o contraste social entre minorias riquíssimas e maiorias paupérrimas, os “excluídos” não somente estão “incluídos” na lógica capitalista – e, mais do que nunca, na órbita do neoliberalismo –, como também formam o segmento da sociedade que dá suporte para concentrar a renda dos cidadãos que estão no topo do setor de “incluídos” da sociedade burguesa, do Estado-classe. Portanto, não é possível concordar com a idéia de “exclusão social”, quando ela é entendida como fator que pertence à essência do modelo ético-político por quem é propalada.

Portanto, foi com esse modelo ético-político que os intelectuais orgânicos da “ultra-direita”, isto é, de um capitalismo mais ortodoxo e conservador, pensaram em reverter o processo de crise de hegemonia, pelo qual passava o liberalismo do *Welfare State* em declínio, e a queda tendencial da taxa de lucro, no âmbito do colapso que ia sofrendo o modo de produção fordista. Em contrapartida, vai se formar, nos países avançados do capitalismo, um novo modelo ético-político, classificado como “esquerda”, que não terá como meta organizar uma vontade coletiva contra-hegemônica, mas reorganizar o Estado, o mercado e a sociedade civil no lastro de um liberalismo que não seja produtor de miséria e contrastes sociais. Trata-se, pois, da “esquerda” que vai fazer oposição ao neoliberalismo, mas vai materializar suas teses sob as mesmas bases do modelo ético-político a que visa promover a crítica.

4.2. A nova esquerda reformista: a oposição funcional à hegemonia

A esquerda “dentro da ordem” ou a esquerda “reformista” das últimas décadas do século XX, tal como a esquerda revolucionária, socialista ou comunista, de períodos anteriores, surge como “movimento social” e se institucionaliza como “partido político” nos países avançados do capitalismo. Serão, em grande maioria, os Novos Movimentos Sociais europeus grandes propulsores dessa esquerda, que visa, principalmente, à justiça social e ao combate a formas de destruição do Planeta Terra, e, sobretudo, postula uma fórmula de “revolução”, que não ultrapassa os limites da “revolução passiva” ou “revolução-restauração” – em outros termos, *reformismo*⁷³. Daí se tratar de uma esquerda “nova”, porque surge a partir de novas formas de mobilização, e “reformista”, pois não se propõe à promoção de uma transformação estrutural da realidade.

De fato, essa “nova esquerda” vai surgir no período de declínio dos *Welfare States*, justamente, quando estes sinalizavam já alguma incapacidade de promover o desenvolvimento social dos países mais ricos, principalmente, em virtude do elevado grau de burocratização em que se encontravam os governos desses Estados. No entanto, o bem-estar dos grupos sociais chamados de “minorias”, mobilizados na forma de movimentos de mulheres, étnicos, de homossexuais, etc., a miséria dos países

⁷³ Segundo Gramsci, a conciliação de forças antagônicas é encontrada “na concepção de ‘revolução-restauração’, ou seja, num conservadorismo reformista temperado” (GRAMSCI, 2001a, p. 293).

periféricos e o quase inexistente combate à destruição do meio ambiente, por parte desses governos, dentre outros aspectos, são mais alguns exemplos de demandas de mobilização para aqueles Novos Movimentos Sociais, que vão impulsionar o processo de formação desse novo pensamento de esquerda.

Nesse caminho, a nova esquerda reformista assemelha seus postulados aos dos militantes do neoliberalismo ortodoxo, quando estes anunciam o fim do Estado de bem estar, burocrático, centralizado, inoperante e autoritário. Entretanto, a oposição entre os dois planos ético-políticos se localiza na maneira de encarar o Estado e sua aparelhagem, uma vez anunciado aquele colapso. Ao passo que os neoliberais querem o “fim do Estado”, numa conotação de radicalização do *laissez-faire* econômico e da ausência de qualquer intervenção governamental na área social, a nova esquerda propõe redefinir o papel do Estado, para torná-lo mais eficiente, economicamente sustentável, todavia, sem perder de vista a promoção da “justiça social”.

Para tanto, a manutenção da democracia constitui-se como o suporte de um funcionamento “equilibrado” da aparelhagem estatal, do mercado e da sociedade civil. Nessa perspectiva, somente com um regime democrático composto por um parlamento atuante, uma máquina burocrática ágil e operante, um capitalismo “menos selvagem” e uma sociedade civil pluralista e em permanente vigilância, o Estado poderá dar conta das necessidades humanas que vêm se impondo no final do século XX. Portanto, a nova esquerda não aspira a um grau de “ocidentalização” que fortaleça uma contra-hegemonia de forças vindas “de baixo”, consolidando uma “democracia de massas”, no entanto, somente a um liberalismo democrático.

Nessa trajetória, para a nova esquerda, dentre as necessidades humanas mais urgentes está aquela que é considerada a prioridade. Trata-se da chamada “justiça social”. Considerada a base de qualquer Estado econômica e socialmente sustentável, promover justiça social significa viabilizar uma “redistribuição” da renda, no sentido de desacelerar a concentração – que o neoliberalismo, pelo contrário, pretendia ampliar –, tornar menos intensas as disparidades sociais e elevar o nível de qualidade de vida da população como um todo. Dessa maneira, o reformismo de esquerda não milita pela igualdade política, econômica e social entre os cidadãos de um Estado, mas pela

concretização de mecanismos que combatam a extrema pobreza de largos segmentos da sociedade civil.

Com efeito, será com essa nova esquerda que a expressão “qualidade de vida” vai ganhar o mundo capitalista, seja ele avançado ou periférico. Nesse sentido, essa “qualidade de vida” significa garantir à totalidade da população os chamados “mínimos sociais”, como o direito a “serviços públicos” eficientes, como Saúde Pública e Educação Básica, ao trabalho e à moradia; estender algumas “benesses” sociais, que não devem ser mantidas como privilégio de algumas minorias ou das classes médias, ao maior número possível de cidadãos, como lazer e cultura; educar a sociedade para a adoção de “valores” sociais, como tolerância, solidariedade, respeito à diversidade, etc.; e também preservar o meio ambiente.

Assim, compreendida como substituta do chamado “bem-estar social” dos trinta anos de fordismo e *Welfare State*, a qualidade de vida será o resultado daquele processo de “redistribuição” de renda, que vai promover a justiça social desejada pela nova esquerda. No entanto, ao contrário das políticas e medidas de bem-estar social, que eram *predominantemente* promovidas pela aparelhagem dos Estados capitalistas no período 1945-1975, a qualidade de vida impõe-se como um conceito muito mais abrangente do que o de garantia dos “direitos do cidadão”, mantidos pelo Estado, compreendendo, como vimos acima, um conjunto ou um bloco de aspectos que, efetivamente, irão promover o desenvolvimento social. Mais do que isso, a qualidade de vida vai significar a conquista de uma vida mais saudável e feliz para a maioria da população e a efetiva consolidação da democracia e do desenvolvimento econômico.

Portanto, ao contrário do neoliberalismo ortodoxo, que postula a liberdade radical dos mercados e o desenvolvimento econômico como os promotores do desenvolvimento social, os militantes da esquerda reformista assinalam que não pode haver desenvolvimento econômico sem desenvolvimento social. Em outros termos, para essa esquerda, se a “justiça social” não for o norte das políticas de redistribuição de renda para a ampliação dos níveis de qualidade de vida do povo, o Estado até poderá, estatisticamente, desenvolver-se economicamente, porém, a desigualdade social e a miséria predominarão.

Nessa perspectiva, a qualidade de vida não poderá ser mantida, única e exclusivamente, como obrigação ou dever do Estado (entendido como governo), pois, assim, seu conceito estaria sendo reduzido ao de “bem-estar social” do fordismo. Contudo, vai se constituir como uma espécie de “pacto” a ser estabelecido entre os “três setores” – Estado, mercado e sociedade civil –, por intermédio do qual as responsabilidades por sua viabilização deverão ser divididas de forma justa e equilibrada.

Nesse horizonte, ao contrário da cisão orgânica e do completo divórcio entre os “três setores” propostos pelos neoliberais, a nova esquerda reconhece o *three sector system* do neoliberalismo, entretanto, postula que as três esferas devem atuar numa relação de mútuo diálogo, colaboração e parceria, visando atingir os padrões de sustentabilidade financeira do Estado, no entanto, com justiça social⁷⁴.

Assim, o Estado, reduzido nessa perspectiva à esfera governamental, não será o “promotor”, mas o regulador do bem-estar social, chamado agora de qualidade de vida. Ao contrário da administração pública de tipo neoliberal, que reduz ao máximo a intervenção governamental nessa matéria, o Estado, de acordo com a militância da esquerda reformista, continua tendo por obrigação conceder alguns direitos sociais básicos, na forma de *serviços públicos* de boa qualidade, visando assegurar a cidadania dos contribuintes. Por isso, o Estado, nessa perspectiva, entendido como o aparato

⁷⁴ Por esse motivo, a teoria da chamada “razão comunicativa”, elaborada pelo filósofo alemão Jürgen Habermas, reconhecido como “o último herdeiro da *teoria crítica* desenvolvida por Horkheimer e Adorno, figuras seminais da escola de Frankfurt, a que estiveram ligados intelectuais como Benjamin, Marcuse, Fromm” (MONTAÑO, 2002, p. 88), é considerada um dos principais referenciais filosóficos da nova esquerda reformista. Na perspectiva da razão comunicativa, Habermas rompe com o marxismo, quando este assinala que somente com o desenvolvimento das forças produtivas, por meio do *trabalho*, em sua acepção plena, isto é, compreendido como toda atividade produtiva, a sociedade atingirá um novo patamar de existência, que implicará no rompimento com o regime capitalista, a extinção da burguesia e a implantação de um comunismo, extinguindo a luta de classes e o Estado – entendido aqui como a máquina burocrática protetora dos interesses da burguesia. O autor, ao contrário, considera que, no “mundo da vida”, não o trabalho, mas a *linguagem* será o mecanismo que promoverá o “entendimento recíproco” entre os sujeitos, “que coordenam seus planos de ação ao se entenderem entre si sobre algo no mundo” (HABERMAS, 2000, p. 414). Assim, a linguagem será o elemento condutor da “razão” ou da “consciência” comunicativa entre os homens no “mundo da vida”, subalternizando o trabalho como aspecto de reestruturação das relações humanas, reafirmando o papel do diálogo e da colaboração na cobertura das necessidades e resolução dos problemas da existência, e, por conseguinte, descartando a “revolução” como fórmula de redimensionamento da sociedade. Portanto, toda a “razão comunicativa”, de Habermas, é adequada a um “mundo da vida” capitalista, não aquele fundamentalista de mercado, mas comandado por um impulso reformista de uma nova esquerda, democrática e dialógica, adequada aos novos tempos e viável economicamente.

governamental, deve ser reformado para romper com o excesso de burocracia e controle econômico e social do *Welfare State* e, por outro lado, combater a tese do chamado “Estado mínimo”, proposto pela hegemonia neoliberal.

De fato, para um governo da nova esquerda reformista, alguns direitos *básicos* do cidadão continuam existindo, no sentido de não deixar o “pagante” de impostos entregue “à própria sorte”. Todavia, esses direitos são convertidos em “serviços” públicos, de maneira a possibilitar a flexibilidade de concessão. Isto é, se o governo não for “competente” ou não estiver “preparado” para prestar determinado “serviço” público à população, abre-se à iniciativa privada a concessão desse, predominantemente mantida e, talvez, gerenciada pela aparelhagem estatal.

Ademais, o cidadão, que, a princípio, é encarado como o contribuinte que sustenta financeiramente a burocracia estatal, torna-se um “consumidor” de serviços públicos, da mesma forma que no pensamento neoliberal. Contudo, diferentemente do que apregoa a militância da ultra-direita capitalista, a concorrência para a prestação desses serviços é aberta também ao Estado, que pode competir com os aparelhos privados, e os serviços públicos são financiados pelo Estado, uma vez que se constituem como direitos do cidadão.

Portanto, um Estado, administrado sob os auspícios da esquerda reformista, não vai se constituir como um sujeito político coletivo de combate à privatização. Como analisamos anteriormente, o regime de cooperação que se estabelece com a iniciativa privada – sejam empresas ou organizações da sociedade civil – admite a privatização, inclusive de “serviços públicos” inscritos como direitos sociais, desde que bancados pela aparelhagem de Estado, a concorrência e a variedade de oferta. Do outro lado, o “cidadão-cliente”, pela via dos impostos pagos ao Estado, vai ser um consumidor que terá a alternativa de escolher serviços públicos prestados, ou pelos órgãos governamentais, ou pela iniciativa privada. Em suma, um Estado comandado pela nova esquerda reformista consiste num Estado liberal.

Nesse contexto, a liberdade de mercado vai existir, mas sob o controle da aparelhagem estatal. A concorrência e a competição entre empresas são estimuladas. O consumo também é incentivado. Para a nova esquerda, uma nação deve ter sustentabilidade econômica. No entanto, um Estado não será sustentável, caso as

disparidades sociais se mantenham ou se intensifiquem ao longo dos anos. Por isso, o mercado deve ser “autônomo”, mas relativamente regulado pelo Estado, no sentido de evitar que um suposto *laissez-faire* econômico acentue a concentração de renda capitalista e, portanto, elimine os esforços governamentais de promoção da “justiça social”.

Ora, compreendida como elemento determinante para o desenvolvimento econômico, a promoção da justiça social, que deseja a nova esquerda, como pudemos perceber, não consiste em estabelecer uma igualdade substantiva entre todos os cidadãos. Também pudera, se assim fosse, não estaríamos nos debruçando sobre a análise de uma esquerda reformista. No entanto, por se engajar, sobretudo, a um projeto sociopolítico capitalista liberal, essa esquerda “dialógica”, que se situa nos limites da “razão comunicativa”, precisa dessa “justiça social” para, justamente, evitar uma “desagregação” da sociedade, cujas conseqüências poderão ser o crescimento das “tensões sociais”, a formação de uma vontade coletiva vinda de baixo e de alguma fórmula de revolução contra-hegemônica.

Daí alguns autores, como Duriguetto (2003, p. 76), identificarem a nova esquerda como o chamado “pós-marxismo”, posto que o objetivo desses reformistas é esvaziar a luta de classes e, capilarmente, minar a formação de uma vontade coletiva das camadas populares, no sentido de instituir uma “democracia de massas”. Ao acusarem o marxismo como o responsável pelo fracasso dos regimes totalitários, nos países do chamado “socialismo real”, os militantes da nova esquerda declaram-se os verdadeiros promotores da igualdade, liberdade e democracia. Todavia, deixam de destacar que a promoção desses três elementos vai se dando como estratégia para evitar aquelas “tensões sociais”, visando, pois, assegurar os privilégios dos segmentos mais ricos da sociedade, sem, todavia, empobrecer tanto a maioria da população.

Com efeito, a sociedade civil, como propõe a militância da nova esquerda reformista, será um espaço de mobilização, cooperação, comunicação e pluralismo. Como vimos anteriormente, os Novos Movimentos Sociais surgidos na Europa, durante o período de declínio dos Estados de bem estar, darão uma contribuição política significativa para a formação desse pensamento de esquerda.

Duriguetto (2003, p. 75) assinala que a luta operária expressa no sindicalismo de contestação ao poder capitalista, que se materializou naqueles países, não se constituiu como uma contra-hegemonia suficientemente consolidada, porque, justamente, não se articulou àqueles Novos Movimentos Sociais. Ao passo que estes se fortaleceram socialmente no âmbito do foco de suas demandas, formando movimentos sociais bem constituídos, como os ecológicos, de homossexuais, feministas, etc., o sindicalismo militante não deu conta de consolidar formas alternativas de organização para fazer frente aos sindicatos tradicionais e aos partidos políticos conservadores e reformistas.

Assim, esse sindicalismo contestatório foi perdendo suas forças, já que não estabelecia alianças com os movimentos sociais, que vinham, realmente, conquistando “posições” na sociedade civil, e, sobretudo, mantinha a tradição marxista em sua pauta ideológica, o que era considerado, para a militância reformista, um retrocesso e um erro teórico.

Para tanto, os movimentos sociais de demandas específicas, que conquistaram “posições” nas trincheiras da sociedade civil, consolidando a nova esquerda reformista como hegemonia, institucionalizam-se, convertendo-se na forma de “organizações não-governamentais”. O empresariado, por sua vez, começa a entender que a promoção do desenvolvimento social com filantropia pode se tornar um negócio muito rentável. Por essa razão, vai paulatinamente se aliando àquelas organizações, financiando alguns de seus projetos sociais. E o governo, da sua parte, abre-se à concorrência com as ONGs ou financia suas atividades pelo desenvolvimento social.

Nesse contexto, como já analisamos, a nova esquerda não rompe com o “sistema de três setores”, de tipo norte-americano, criado no lastro do neoliberalismo. Portanto, o Estado e o mercado vão conviver numa relação de permanente cooperação e parceria, com um setor sem fins lucrativos da sociedade civil, que se convencionou chamar de “terceiro setor”, e dar sustentação para que este seja o principal sujeito político coletivo de execução de políticas de combate à pobreza, de elevação dos níveis de qualidade de vida e, por conseguinte, de promoção da justiça social.

Assim, a nova esquerda começará a promover uma reestruturação do conceito de “público” e “privado”, que culminará numa confusão política que se

fortalecerá no final do século XX e início do XXI. Entendendo a sociedade civil como o espaço privilegiado de controle do “interesse público”, supõe-se que o “setor sem fins lucrativos” será o sujeito político coletivo que promoverá esse controle, uma vez que se denomina como “sociedade civil organizada”. Entretanto, esse setor configura-se, na realidade, como o grupo de organizações sociais fundadas por “pessoas jurídicas” de “direito privado”, “sem fins lucrativos”.

Por essa razão, entendemos que é extremamente arbitrário, para não dizer ingênuo, conferir à infinidade de organizações sociais, que se inscrevem no âmbito desse imaginário “terceiro setor”, a função de protetoras e zeladoras do “interesse público”, quando, muitas vezes, os projetos sociais de “combate à miséria” envolvem elevadas quantias de capital, que não são investidos em seus devidos fins. Desse modo, muitas organizações sociais, em nome do “interesse público”, priorizam ou são funcionais unicamente ao interesse privado dos diretores ou coordenadores dessas entidades da sociedade civil.

Em contrapartida, outras organizações da sociedade civil, que atuam na informalidade, porque propõem outro projeto de sociedade e sociabilidade que está para além do “interesse público” pelo qual militam aquelas entidades, não recebem visibilidade política e fomento por parte do Estado e do empresariado, pois não estão a serviço da hegemonia reformista. Assim, nessa perspectiva, os movimentos e as organizações sociais, que não se abrem ao “diálogo” ou ao “consenso” com a direção política, cultural e ideológica exercida pela classe dirigente, são considerados “ultrapassados”, disseminam um ideário marxista-leninista ou anarquista irresponsável e atrasado e, portanto, mais prejudicam do que contribuem no processo de reafirmação da democracia e de desenvolvimento social.

Com efeito, o projeto de cidadania desejável, de acordo com o que postula a nova esquerda, visa educar o cidadão, para que adquira a capacidade de dialogar e se comunicar com os demais na sociedade, no sentido de assumir suas responsabilidades, reivindicar seus direitos e, sobretudo, viver com qualidade e felicidade. Dessa maneira, o cidadão precisa ter acesso, pelo menos à Educação Básica, para poder competir com os demais no mercado de trabalho, ter conhecimento e saber lutar pela viabilização dos seus direitos, enquanto cidadão-consumidor e trabalhador, e ter consciência de sua

“responsabilidade social” para com os outros cidadãos, principalmente os mais desfavorecidos.

Nessa trajetória, não somente as organizações da sociedade civil, pertinentes ao suposto “terceiro setor”, estabelecem o “diálogo” e a parceria com os aparelhos “privados” de hegemonia do capitalismo e a aparelhagem estatal, como também o cidadão, percebido em sua singularidade, constitui-se como um parceiro da rede formada por esses “três setores”, tornando-se um voluntário que vai doar tempo disponível, conhecimento e boa vontade no combate da injustiça social.

Geralmente, o voluntário engaja-se em projetos ou programas sociais desenvolvidos por organizações sociais ou empresas, que participam desse movimento de responsabilidade social e parcerias, visando ao combate à fome, à degradação do meio ambiente, à “erradicação” do analfabetismo, do trabalho infantil, da mortalidade infantil, etc. De um modo geral, o serviço voluntário, nessa perspectiva, vai se constituir como a máxima expressão do comprometimento social e político do cidadão, ao buscar reverter a injustiça social, promovida, seja pelos Estados de bem estar falidos ou neoliberais minimalistas, combatendo a miséria e elevando os níveis de qualidade de vida dos mais pobres.

Nessas bases, portanto, se sustenta o modelo ético-político, nos limites do capitalismo, chamado aqui de nova esquerda reformista, como resultado da queda tendencial da taxa de lucro no período pós-1970, que conduziu os países capitalistas avançados a uma fase de crise econômica e social, e, mais tarde, na década de 1980, da crise, principalmente na área social, promovida pelos governos neoliberais ortodoxos. Entretanto, no processo de correlação de forças entre a hegemonia neoliberal e a reformista, a partir da segunda metade dos anos de 1990, o pensamento social-democrata vai ganhar novo fôlego e se apresentar como a alternativa “possível” para essa “queda de braço”. Tratar-se-á, pois, de uma nova social-democracia, denominada por seu principal formulador como “terceira via”, sobre a qual nos debruçaremos no próximo item.

4.3. A nova social-democracia inglesa para o mundo: a “terceira via” como a síntese de uma dialética da hegemonia capitalista

A nova social-democracia vai surgir como um modelo ético-político do capitalismo avançado, durante a década de 1990, em resposta à derrota dos socialismos reais, simbolizada, predominantemente, pela queda do Muro de Berlim e da URSS, e ao regime neoliberal ortodoxo inglês e norte-americano, que não reverteu a queda tendencial da taxa de lucro como se pretendia e acentuou a pobreza nesses países. Anthony Giddens, intelectual orgânico da burguesia inglesa, será eleito o “guru” do grupo dirigente inglês, durante a gestão do Primeiro-Ministro Tony Blair, a partir de 1998. E, também, o formulador do modelo ético-político de “centro-esquerda”, cuja ambição é fundar um “consenso internacional”, nessas bases, para o século XXI (GIDDENS, 1999, p. 11).

Ao intitular-se uma “social-democracia de novo estilo”, propõe uma superação do modelo social-democrata, que, por outro lado, adjetiva como “de velho estilo”, e do neoliberalismo de Margareth Thatcher. Como “social-democracia de velho estilo”, seus críticos se referem ao modelo ético-político que dá sustentação aos *Welfare States* ou Estados intervencionistas, de administração pública keynesiana.

Ademais, refere-se a esse modelo administrativo como um tipo de regime “socialista”, dentro da ordem capitalista. Sobretudo, condena o socialismo real e o socialismo proposto por Marx como um “fantasma” que ainda “assombra” a Europa Ocidental, ainda que, nessa perspectiva, seu fracasso e anacronismo tenham ficado definitivamente comprovados, em fins dos anos de 1980. Entretanto, compreende a “social-democracia de velho estilo” como um regime “socialista”, posto que o governo, nesse caminho, privilegia o Estado de bem estar social, contemplando a manutenção dos organismos governamentais que garantem a viabilização dos direitos sociais, da proteção ao cidadão.

Contudo, a nova social-democracia vai formular um conjunto de críticas ao Estado de bem estar, de modo a demonstrar que, embora difunda um modelo “socialista” até certo ponto tolerável pela hegemonia capitalista, o pensamento social-democrata “de velho estilo” chegou ao seu limite histórico e, por isso, não dá conta de atender a demandas sociais, políticas e econômicas, que vêm se impondo ao mundo na virada do século XX para o XXI.

Em contrapartida, o neoliberalismo ortodoxo levado a cabo pela “Dama de Ferro da Grã-Bretanha” também será alvo dos formuladores da nova social-democracia. Estes, ao levantarem um conjunto de críticas fortes ao modelo administrativo neoliberal inglês, fazem transparecer a idéia de que o neoliberalismo promoveu uma espécie de “fundamentalismo” de mercado, desregulamentou o funcionamento do Estado, que levou o “governo” a um tipo de “Estado mínimo” impraticável, e abandonou a sociedade civil à própria sorte, acentuando a desigualdade, a pobreza e a injustiça social.

Portanto, a nova social-democracia é, também, denominada por Giddens (1999) como “terceira via”, por, justamente, buscar se constituir como uma alternativa viável e responsável ao modelo ético-político neoliberal, considerado a “nova direita” dos anos pós-*Welfare*, e ao regime “socialista”, dentro do capitalismo, protagonizado pela hegemonia keynesiana.

Por outro lado, não obstante Giddens (1999, p. 7) assinale que “a expressão ‘terceira via’ não tem nenhum significado em e por si mesma”, a não ser o de se referir à renovação do pensamento social-democrata com relação à política e ao Estado, ao longo dos séculos XIX e XX, a terceira via, em nosso entendimento, não vai se constituir como “superação” ou “alternativa” a modelos ético-políticos de administração pública estatal. Na realidade, entendemos que será o próprio resultado dialético de uma correlação de forças exercida – não por modelos em suposto processo de desaparecimento, como o keynesiano – na disputa por hegemonia, no passado recente e no atual período histórico.

Em outros termos, compreendemos que a nova social democracia, cunhada com a terminologia “terceira via” por seus precursores ingleses, vai se constituir como a mediação, em um contexto de “instável equilíbrio”, do neoliberalismo radical com a nova esquerda reformista. Será, pois, em nossa compreensão, o *centro radical*, que vai dar a direção política, cultural e ideológica do capitalismo nos tempos atuais.

Como analisamos ao longo deste capítulo, vimos que a orientação de desenvolvimento econômico e social do neoliberalismo consiste no que Giddens (1999) chama de “fundamentalismo de mercado”, ou seja, na condução do crescimento de um país protagonizado, única e exclusivamente, pelo mercado, sem intervenção estatal e

compromisso com a democracia, a igualdade e a justiça social. Por outro lado, a esquerda reformista não abre mão do crescimento econômico para viabilizar a sustentabilidade do Estado, no entanto, preconiza que o pré-requisito para atingir esse patamar de crescimento consiste, justamente, na igualdade de oportunidades, na valorização do regime democrático, na elevação dos índices de qualidade de vida e, portanto, na redução da pobreza e da injustiça social.

A “terceira via”, por sua vez, não sobrepõe, nem o *laissez-faire* econômico, nem a justiça social, como fazem os outros modelos ético-políticos, para responder à questão do desenvolvimento econômico e social. Em tese, a nova social-democracia postula que os dois elementos são interdependentes e, portanto, elementos constitutivos, de igual importância, visando à materialização do Estado sustentável.

Por um lado, os militantes da nova social-democracia vão se constituir como sujeitos políticos coletivos, que organizam uma cultura empresarial, no âmbito do Estado, entendido, nessa perspectiva, como aparelhagem estatal, a ser disseminada capilarmente e incorporada pela sociedade civil. Como se vê, o Estado não somente assume a hegemonia burguesa, como também se coloca a disposição, em sua condição ético-política, para “educar” e “conformar” as massas para o seu projeto de sociedade e sociabilidade. Assim, percebemos como uma grande falácia teórica a suposição social-democrata de que a “terceira via” vai combater o “fundamentalismo de mercado”, ou seja, a liberdade irrestrita das relações econômicas, em função da democracia e da igualdade.

Nesse caminho, a nova social-democracia advoga, como política econômica, um novo modelo chamado de “nova economia mista”. Segundo essa política, a nova economia mista pretende estabelecer uma intersecção “equilibrada” “entre os setores público e privado, utilizando o dinamismo dos mercados mas tendo em mente o interesse público” (GIDDENS, 1999, p. 109). Para tanto, aquele amplo consenso, propalado por Tony Blair, precisa ser concretizado na prática.

Ao confluir aquela “confusão política” estabelecida entre os conceitos de “público” e “privado”, no âmbito do pensamento da nova esquerda reformista, com a liberdade de mercado neoliberal, a “terceira via” vai, de maneira definitiva, “privatizar” a aparelhagem de Estado e o bem-estar social, em nome do “interesse público”. Na

qualidade de força hegemônica e utilizando-se do poder educador conferido pelo Estado, a nova social-democracia, dominante e dirigente, vai, por meio da “coerção” e da “persuasão”, conquistar as massas e obter o consenso em torno de uma política econômica, que vai converter o interesse das pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, em “interesse público”.

Por sua vez, a sociedade civil, conformada ao projeto de democracia, sociedade e sociabilidade, formulado pela hegemonia social-democrata, vai ser “consumidora” dos “serviços públicos” que, predominantemente, serão oferecidos pelas chamadas “entidades públicas não-estatais”, porque, embora privilegiem o interesse “público”, constituem-se como organizações sociais de pessoas jurídicas de direito privado, porém, sem fins lucrativos.

Assim, percebemos que a nova social-democracia incorpora a idéia de “terceiro setor” do neoliberalismo, no trato às questões sociais; radicaliza o “interesse público” das organizações da sociedade civil, ao associá-las à terminologia “entidades públicas não-estatais”; reforça a orientação de diálogo, cooperação e parceria entre o Estado (entendido como governo), mercado e a esfera pública não-estatal; no entanto, deixa mais a cargo dessa esfera a execução do desenvolvimento social, para o combate à pobreza e à injustiça social.

Nesse contexto, a aparelhagem estatal, visando garantir sua sustentabilidade e maior igualdade entre os cidadãos – também no sentido de conciliar as “tensões sociais” ocasionadas pela intensificação das disparidades –, vai sofrer um processo de reforma administrativa, em que será privilegiado o princípio de “governança”, “governabilidade” ou “governança”. Compreendido como “algumas formas de capacidades administrativas ou reguladoras” (GIDDENS, 1999, p. 43), o princípio de “governança”, para a “terceira via”, representa mais do que a capacidade de administrar um país com racionalidade e eficiência. Ultrapassando os limites do Estado Nacional, a governabilidade deve expandir as “fronteiras” do governo, integrando-o ao contexto transnacional, que é imposto, em escala crescente, pelo movimento de Globalização, que insistimos em chamar, por opções políticas nossas, de “mundialização do capital”.

Dessa maneira, as políticas de desregulamentação dos mercados financeiros e de privatização, preconizadas pelo neoliberalismo ortodoxo, serão aclamadas pela

“terceira via” como o movimento que vai favorecer esse intercâmbio transnacional entre os países do capitalismo. E o modelo administrativo do Poder Público também vai se inspirar no padrão neoliberal de administração de empresas: a administração “gerencial”.

Ao privatizar empresas estatais ou “serviços públicos”, seja por intermédio de venda do patrimônio de Estado ou de mecanismos mais sutis, como a terceirização de encargos e a descentralização administrativa, a aparelhagem estatal transfere para outras instâncias governamentais (como unidades federativas ou municípios), o mercado ou a esfera pública não-estatal, a execução de políticas ou encargos, mediante aporte financeiro do Poder Público, no entanto, regula, fiscaliza e gerencia os resultados da qualidade do trabalho dessas instituições que o executam.

Assim, a aparelhagem estatal garante o princípio de “governança”, ao gerenciar o processo de execução dos serviços de Estado e intervir nesse processo, nos casos em que a qualidade dos serviços oferecidos não é satisfatória. Dessa maneira, assegurada a “governabilidade” do Estado, sua sustentabilidade será uma consequência e o desenvolvimento social estará garantido.

Com relação à política de bem-estar social da “terceira via”, as organizações não-governamentais são, portanto, elementos constitutivos para a viabilização da “governança” do Estado social-democrata (GIDDENS, 1999, p. 43). Mais do que uma forma de “engajamento político e ativismo” protagonizada pela sociedade (GIDDENS, 1999, p. 58), surgidas daqueles movimentos sociais de grupos específicos, das décadas de 1960 e 1970, as ONGs, nessa perspectiva, materializam a expansão e o aprofundamento de uma “cultura cívica” democrática de “responsabilidade social”.

No entanto, ainda que, na mesma trajetória da nova esquerda reformista, defenda um regime democrático pluralista para o bom funcionamento das instituições do Estado, do mercado e da sociedade civil, a “terceira via” entende que os movimentos ou as organizações sociais contestatórios, que permanecem militando sob a égide da “revolução permanente” ou da “revolução processual” para a implantação de um regime socialista, constituem-se à margem do processo de democratização da sociedade civil social-democrata. De acordo com os defensores da “terceira via”, esses sujeitos políticos coletivos contestadores da ordem capitalista não compartilham do sistema de

cooperação estabelecido entre os “três setores”, devido à sua tendência de fomentar concepções políticas anacrônicas, ultrapassadas, em um contexto político de Globalização.

De acordo com a militância da nova social-democracia, numa sociedade global capitalista, em que imperam a pobreza, a destruição do meio ambiente, o analfabetismo, a mortalidade infantil, formas de discriminação, etc., os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil assumem sua “responsabilidade” no combate específico a cada um desses problemas estruturais, estando eles localizados ou não em seus países de origem. Assim, posições “ultrapassadas” de antagonismo e oposição ao Estado são abandonadas, vigorando a “razão comunicativa” dos sistemas de parcerias entre a aparelhagem estatal e os movimentos sociais e os aparelhos “privados” da hegemonia social-democrata.

Desse modo, esses sujeitos políticos coletivos social-democratas estão “educando” os cidadãos, individualmente, para desenvolverem um espírito de “solidariedade”, compreendido como uma forma de engajamento ou compromisso político e social, chamada, nessa perspectiva, de “responsabilidade social”. No entanto, essa sociabilidade “solidária”, no âmbito do modelo ético-político social-democrata, tem como objetivo “o impedimento de conflitos, embates e efeitos tipo ‘pária’”, no plano da sociedade civil (GIDDENS, 1996, p. 146).

Assim, o Estado – entendido por nós em sua conotação ampliada, na qualidade de “educador” das massas – prepara cada cidadão para “fazer a sua parte”, tendo como norte a conquista um padrão “justiça social”, baseado no esvaziamento dos antagonismos de classe e na contenção das “tensões sociais”, provocadas pela desigualdade econômica (MELO, 2004, p. 128). Dessa forma, essa nova cultura cívica prepara o cidadão para participar de projetos e programas que visam, dentre outros elementos, elevar os níveis de qualidade de vida dos segmentos mais pobres, de seus países ou de outros.

Dessa maneira vai se constituir a ação voluntária ou o serviço voluntário como forma de compromisso político do novo cidadão social-democrata. A constituição de um voluntariado de combate à miséria será um dos elementos determinantes do projeto cívico ou de sociabilidade, formulado e desenvolvido pela “terceira via”. Nesse

caminho, a hegemonia social-democrata, entendendo e utilizando-se da dimensão “ética” do Estado, vai concentrar sua atenção na formação do “jovem voluntário”, que tenderá, com muito mais disposição e comprometimento, a desenvolver as ações de cidadania “socialmente responsáveis” e, ademais, transmitir para as gerações vindouras os mesmos princípios social-democratas que os “educaram”.

Entendemos, contudo, que ao se constituir como elemento determinante do projeto de cidadania da “terceira via”, a formação do voluntariado, composto pelo conjunto de doações voluntárias e de serviços voluntários, que visam atenuar a miséria do mundo e elevar a qualidade de vida dos mais pobres, consiste em uma das principais estratégias social-democratas para reafirmar sua hegemonia.

Visto que a formação desse voluntariado materializa-se como uma das formas de mobilização social, que tratam de modo focalizado as demandas sociais específicas, e como uma das estratégias de reafirmação da sociabilidade social-democrata, compreendemos essa estratégia, incorporando a crítica gramsciana a esta análise, como uma “pequena política”.

De acordo com Gramsci (2002), se a *pequena política* “compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida” e a *grande política*, “as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais”, é “grande política” dos Estados de tipo liberal tentar excluí-la “do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política” (GRAMSCI, 2002, p. 21).

Dessa maneira, entendemos que o voluntariado torna-se uma “grande política”, seja do Estado conduzido por uma hegemonia reformista, seja pela “terceira via”. Ainda que se trate de um conjunto de “ações-diretas”, à luz de questões específicas da sociedade, que são atendidas por meio da mobilização de determinados grupos sociais, o voluntariado consiste numa “pequena política” elevada à categoria de “grande política”, compondo, como elemento determinante, o processo de Reforma do Estado.

Portanto, como assinala Gramsci (2002, p. 22), trata-se de “diletantismo” – ou uma atitude de indiferença, de imaturidade ou ignorância às normas intelectuais no exercício de uma determinada atividade – entender que “cada elemento de pequena

política” – como a formação desse voluntariado de combate à pobreza de populações específicas – deve “necessariamente tornar-se questão de grande política, de reorganização radical do Estado”.

Assim, a formação desse voluntariado, disseminada pela nova social-democracia, ao constituir-se como a “cultura do voluntariado”, tende a esvaziar a reivindicação dos direitos sociais, a serem contemplados pelo Estado, e a contestação da ordem capitalista, já que o “mundo dos negócios” vai “abraçar” essa sociabilidade e, portanto, “persuadir” os funcionários das empresas a desenvolverem ações de “cidadania responsável”, por meio do serviço voluntário. Dessa forma, em vez de militância sindical, por exemplo, os trabalhadores formarão grupos de voluntariado corporativo nas empresas ou em ONGs por elas indicadas. Logo, esvaziando a luta de classes, esse elemento que compõe a “cultura cívica” social-democrata, elevado ao patamar de “grande política” do Estado, vai forjar uma “conciliação” das classes sociais, unidas em parceria por um espírito de “solidariedade”.

Portanto, ao difundir a idéia de que essa solidariedade consiste na nova forma de compromisso político do cidadão, e, por isso, ele deve partir para a “ação” voluntária, a “terceira via” está “educando” as massas para um projeto de sociabilidade e sociedade, sobretudo neoliberal, já que a sociedade civil, por meio de seus movimentos e organizações sociais, vai protagonizar o atendimento das próprias demandas. Todavia, a cisão orgânica dos “três setores” vai admitir, na perspectiva da nova social-democracia, a “comunicação” entre eles, a qual se traduz em uma relação de cooperação, parceria e consenso.

Daí compreendermos a “terceira via” como o resultado do processo de correlação de forças, sobretudo no que se refere ao seu modelo de cidadania, que se estabelece entre uma hegemonia capitalista neoliberal ortodoxa e uma hegemonia capitalista reformista, chamada de “nova esquerda”. No entanto, chamamos esse projeto ético-político de *neoliberalismo da social-democracia*, porque essa “terceira via” é organizadora de uma cultura capitalista, cujo projeto ético-político classificamos como “centro radical”, mais à direita.

E, por assim ser, o neoliberalismo social-democrata vai dar manutenção aos contrastes sociais, que, como vimos, será funcional aos segmentos dominantes e

dirigentes reafirmarem sua hegemonia e reverterem sua queda tendencial da taxa de lucro – ou ampliem sua concentração de renda. Porém, cultivará uma política social de combate à miséria, para suavizar e controlar os bolsões de pobreza no mundo, classificando seu projeto ético-político, de forma perversa e cínica, como o promotor do chamado “capitalismo humanizado”.

5. Construindo uma sociabilidade contra-hegemônica: a “sociedade regulada” e a “democracia de massas”

Tendo exposto e analisado, no capítulo anterior desta Dissertação, o conteúdo de diferentes projetos ético-políticos, no lastro do capitalismo liberal, em contínuo processo de correlação de forças, apresentaremos, neste item do nosso trabalho, um projeto de sociedade e sociabilidade alternativo ao que é “possível” para a hegemonia capitalista. Daí compreendermos a “sociedade regulada” e a “democracia de massas” – que fazem parte do projeto ético-político que vislumbramos ser o capaz de fazer frente ao da “sociedade burguesa” – como as estratégias “contra-hegemônicas”, para construir um novo modelo de sociedade e sociabilidade.

Entendendo, de acordo com Gramsci (2002), que uma “vontade coletiva” materializa-se a partir da formação “molecular” ou minucioso, “de análise difícil, capilar”, da “formação de um movimento histórico coletivo”, no sentido de compor uma “linha de ação coletiva”, para promover uma mudança radical da “estrutura”, ou conjunto das relações sociais (GRAMSCI, 2002, p. 288), propomos o debate da Teoria de Estado no pensamento marxista, tendo como referência o legado de Karl Marx, Friederich Engels, Antonio Gramsci e Pietro Ingrao, rumo à materialização da “sociedade regulada” e da “democracia de massas”.

5.1. Estado “restrito”: Marx e Engels

Ainda que, segundo Gruppi (1980, p.45), não exista “uma teoria marxista orgânica de Estado”, surge a preocupação em Karl Marx (1818-1883) e Friederich Engels (1820-1895), ao longo de suas décadas de vida, trabalho e reflexões, de compreender a natureza do Estado, no âmbito da luta de classes: assim, nasce a idéia de denunciar a existência de um “Estado Burguês”, na conjuntura histórica de nossos

autores, cujos aparelhos estatais servem para manter a dominação da classe econômica, ou burguesa, sobre o conjunto das forças produtivas, ou proletária.

Na obra que sinaliza dos primeiros momentos em que Marx posiciona-se como “comunista”, ou seja, em *A questão judaica* (MARX, 2003), original do ano de 1843, nosso autor, partindo da concepção idealista de Hegel, fonte da qual bebeu para estabelecer suas formulações e críticas filosóficas, analisa os conceitos de “Estado político” e “sociedade civil”, objetivando demonstrar que a “emancipação do Estado a respeito da religião não é a emancipação do homem real quanto à religião” (MARX, 2003, p. 29).

Com efeito, de acordo com Gruppi (1980, p. 24), Georg. W. F. Hegel (1770-1831) postula que não pode haver “sociedade civil se não existir um Estado que a construa, que a componha e integre as suas partes”. Nessa trajetória, Hegel entende que, pela razão de o Estado fundar o povo, e não o movimento oposto, a soberania é estatal – e não popular – e personificada na figura do monarca (GRUPPI, 1980, p. 25).

Nesse contexto, para Hegel, a *sociedade civil* é entendida como “o verdadeiro reino da particularidade” (COUTINHO, 2003, p. 235). Para tanto, surge a necessidade de criar “instâncias universalizadoras” que “conservem, eliminem e elevem a nível superior” o reino da “particularidade”, que se estabelece na sociedade civil (COUTINHO, 2003, p. 236). Por conseguinte, aquelas “instâncias universalizadoras” devem pulsar no coração do Estado.

Dessa maneira, inspirado ainda em bases hegelianas, Marx (2003) assinala que o “Estado se constitui como universalidade”, consagrando-se, pois, como o “Estado político”, porque suplanta os “elementos particulares”, na trama da sociedade civil, ao eliminar, “a sua maneira, as distinções estabelecidas por *nascimento, posição social, educação e profissão*, ao decretar que */.../* são distinções *não políticas*” (MARX, 2003, p. 21).

Nessa órbita, Marx avança em relação a Hegel, ao definir que *Estado político*, por vocação, consiste na “*vida genérica* do homem em oposição à sua vida material”, de maneira que esta se constitui como a representação “da vida egoísta na sociedade civil” (MARX, 2003, p. 21-22).

Assim, a “sociedade política” é considerada por esse autor como o espaço onde reside o “ser comunitário” (MARX, 2003, p. 22), ou *citoyen* – conceito de “homem abstrato da esfera pública, que pautaria sua ação por interesses gerais ou universais” (COUTINHO, 1996, p. 18) –, e “sociedade civil”, “onde age como simples *indivíduo privado*”, constituindo o *bourgeois*, cuja atuação se desenha na defesa de interesses particulares (MARX, 2003, p. 22-23).

Em suma, se o Estado é observado como *ser genérico*, Marx conclui, nessa perspectiva, que “o homem é o membro ilusório de uma soberania imaginária, despojado da sua vida real individual, e dotado de uma universalidade irreal” (MARX, 2003, p. 22).

Por outro lado, Coutinho (1996, p. 18) analisa que, nessa conjuntura, Marx já sublinhava a impossibilidade de o Estado representar, de maneira efetiva, uma vontade geral, partindo daquela divisão entre *citoyen* e *bourgeois* ou *sociedade política* e *sociedade civil*, cuja dinâmica impõe uma “alienação da esfera político-estatal em relação ao homem real e concreto”. Nesse horizonte, o jovem Marx “mostra que o Estado tem sua *gênese* nas suas relações sociais concretas, e não pode assim ser compreendido como uma entidade em si” (COUTINHO, 1996, p. 18).

Nesse caminho, em *A ideologia alemã*, original de 1845, os autores mostram como os “indivíduos determinados (em determinadas relações de produção), que como produtores atuam também de um modo determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas”, no bojo de um determinado conceito de Estado (MARX E ENGELS, 1991, p. 35). Para Marx e Engels (1991), no choque entre o interesse privado e a vontade geral, a segunda “toma, na qualidade de Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses particulares e gerais e, ao mesmo tempo, na qualidade de uma coletividade ilusória, mas sempre /.../ baseada nas classes, já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um destes conglomerados humanos e entre as quais há uma que domina todas as outras” (MARX E ENGELS, 1991, p. 48).

Mas como se formam esses “conglomerados humanos”, ou “classes sociais”, e se constituem em relação à propriedade privada? Segundo Marx e Engels (1991, p. 84), os “indivíduos isolados apenas formam uma classe na medida em que têm de

manter uma luta comum contra outra classe”, pois, no restante, todos confrontam-se no âmbito da concorrência mútua.

Em contrapartida, uma vez estabelecida uma relativa autonomia das classes sociais em relação ao indivíduo, através das condições pré-estabelecidas de existência, os indivíduos tornam-se condicionados às classes, porque estas orientam sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal.

Dessa forma, portanto, a propriedade privada e a divisão social do trabalho tornam-se elementos que respondem pela dominação de classes sociais e pelas concorrências individuais, pois, de acordo com os autores (MARX E ENGELS, 1991, p. 84), a subsunção dos indivíduos isolados à divisão do trabalho não pode ser superada, caso não seja ultrapassada a propriedade privada e a própria divisão do trabalho.

Assim, na concepção de *Estado de classe*, cuja tendência é a de defender “os interesses comuns de uma classe particular”, a qual já se manifesta em 1844, nos *Manuscritos Econômico-filosóficos* (MARX, 2003), quando seu autor assinala que o “Estado assegura e reproduz a divisão da sociedade em classes (ou seja, conserva a ‘sociedade civil’) e, desse modo, garante a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os não-proprietários” (COUTINHO, 1996, p. 19), a sociedade civil, ao abranger “todo o intercâmbio material dos indivíduos, no interior de uma fase determinada de desenvolvimento das forças produtivas”, prescinde do Estado e da nação, embora deva “se fazer valer frente ao exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado” (MARX E ENGELS, 1991, p. 53).

Em síntese, a sociedade civil consiste na chamada “infra-estrutura” ou momento “econômico” em que se desenvolve a “articulação sintética entre os processos de dominação da natureza (ou ‘forças produtivas’) e o modo pelo qual os homens se relacionam entre si para implementar essa dominação, ou seja, com o que chama de ‘relações de produção’ ou de propriedade, nas quais têm sua gênese a divisão social do trabalho e, em consequência, a estruturação da sociedade em classes sociais” (COUTINHO, 1996, p. 92-93). Portanto, nessa perspectiva, a sociedade civil desenvolve-se, a rigor, com as relações burguesas de produção, pois, de fato, o termo *bürgerliche Gesellschaft*, em alemão, tanto quer dizer “sociedade civil”, como “sociedade burguesa” (MARX E ENGELS, 1991, p. 53).

Com efeito, essa concepção “restrita” de Estado – onde a sociedade civil emerge como o espaço despolitizado das tramas privadas (COUTINHO, 1996, p. 20) – radicaliza-se em *Manifesto do Partido Comunista* (1848), principalmente, nos momentos em que seus autores assinalam que o “poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra” (MARX E ENGELS, s.d., p. 38) e que, identificando Estado como *governo*, o “governo não é outra coisa senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX E ENGELS, s.d., p. 23). Portanto, conforme assinala Coutinho (1996), o Estado, nessa perspectiva, não seria outra coisa senão a “expressão *direta e imediata* do domínio de classe (‘comitê executivo’), exercido através da *coerção* (‘poder de opressão’)”(COUTINHO, 1996, p. 20).

Ora, Marx e Engels subvertem a concepção hegeliana de *idéia absoluta* ou “saber absoluto” (KONDER, 1992, p. 33-34) – através da qual se entende o real como expressão da razão –, ao assinalarem, tanto em *A ideologia alemã*, quanto no texto que Marx escreve sozinho em 1859, o importante *Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”*, que não é a consciência que determina o seu ser e a existência, mas o seu ser social que determina a sua consciência (MARX E ENGELS, 1991, p. 37; s.d., p. 301). Dessa maneira, a dominação de classe, “que tem à sua disposição os meios de produção material”, ocorre também no terreno “espiritual” ou ideológico (MARX E ENGELS, 1991, p. 72), porque, justamente, o “modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral” (MARX E ENGELS, s.d., p. 301).

Nesse horizonte, as idéias dominantes são concebidas como nada além “do que a expressão ideal das relações materiais dominantes” ou as “relações materiais concebidas como idéias”. Em suma, a dominação de classe “que é a força *material* dominante da sociedade” – e que é, ao mesmo tempo, *espiritual* – consiste na “expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante”, através das “idéias de sua dominação” (MARX E ENGELS, 1991, p. 72).

Com efeito, a burguesia conquistou a “soberania política exclusiva no Estado representativo moderno”, desde que se constituíram a grande indústria e o mercado mundial (MARX E ENGELS, s.d, p. 23), materializando o poder de

“hegemonia” ou de “centralização política” na esfera dos Estados Nacionais, que se unificaram em torno de “um só governo, uma só lei, um só interesse nacional de classe” (MARX E ENGELS, s.d, p. 25). Nessa trajetória, a *sociedade civil*, situada fora do eixo político do Estado Nacional, mas diretamente ligado a ele, mantinha-se, portanto, como o apanágio das tramas privadas (relacionadas às transações econômicas dos indivíduos ou à *infra-estrutura*), e o *Estado de classe* (ou *Estado-classe*), entendido como o “comitê” das negociatas burguesas, funcionava, nessa perspectiva, como o instrumento de poder ou espaço político para disseminar e consolidar as “idéias de dominação” e dirigir política, cultural e ideologicamente o conjunto da sociedade.

Por outro lado, mesmo sem abandonar, após a morte de Marx (1883), a natureza de classe da aparelhagem estatal, Engels, em seus escritos da maturidade, sinaliza uma certa “ampliação” de seu conceito ainda “restrito” de Estado.

Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1894), Engels (1977, p. 193) assinala que, como o Estado teve sua gênese na “necessidade de conter o antagonismo de classes” e, concomitantemente, “nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para repressão e exploração da classe oprimida” (ENGELS, 1977, p. 193).

Nessa trajetória, Gruppi (1980, p. 31) ressalta o fato de que Engels não perde de vista a concepção de Estado como a “necessidade de regulamentar juridicamente a luta de classes”, mas, percebendo as vantagens da “república democrática”, de tipo burguesa, e da celebração do “sufrágio universal” para o fortalecimento da classe operária e dos seus partidos de representação e mobilização (ENGELS, 1977, p. 194-195), o Estado passa a ser definido também como “um momento de equilíbrio jurídico e político, um momento de mediação” (GRUPPI, 1980, p. 31).

Com efeito, essa tendencial “ampliação” do conceito de Estado, entendido como espaço de “mediação” ou de “equilíbrio jurídico”, confirma-se na *Introdução*, escrita por Engels em 1895, ao texto de Marx, elaborado por este em 1850, intitulado *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*. Engels (MARX E ENGELS, s.d, p. 109) assinala que “todos os Estados modernos”, tal como o Império Alemão e os pequenos

Estados do século XIX, são “produto de um pacto”: em primeiro lugar, “de um pacto de príncipes entre si e, depois, dos príncipes com o povo. Se uma das partes quebra o pacto, todo ele é nulo e a outra parte está desobrigada”.

Assim, a fala de Engels encaminha Coutinho (1996, p. 27) a compreender que o conceito de Estado, nessa conjuntura, está para além do *comitê das elites*, impresso no *Manifesto* de 1848: sem perder de vista a “natureza de classe do poder estatal”, a dominação de classe não se apresenta somente por meio da coerção, ou do “poder opressivo”, no entanto, “resulta também de mecanismos de legitimação que asseguram o consenso dos governados” (como vimos, na idéia de “pacto”, sublinhada por Engels).

Dessa forma, novos mecanismos e aparelhos estatais foram criados pelo Estado burguês (como a consolidação dos partidos de massa, o sufrágio universal, o parlamento por esta via constituído, etc.), para assegurar a obtenção do consenso e o fortalecimento daquele “pacto”. Por outro lado, de acordo com Engels (MARX E ENGELS, s.d, p. 103), viu-se “que as instituições estatais, nas quais se organiza o domínio da burguesia, ainda oferecem possibilidades novas de utilização que permitem à classe operária combatê-las”, como a “agitação eleitoral”, cujo efeito é a elevação das “massas populares”, através do direito constituído de “sufrágio universal”. Assim, o autor conclui que a revolução tomará corpo e deverá ser conquistada na legalidade: “Nós, os ‘revolucionários’ ou ‘subversivos’, florescemos muito melhor pelos meios legais que pelos ilegais e a subversão. Os partidos da ordem, como denominam eles, perecem em virtude da legalidade que eles próprios criaram” (MARX E ENGELS, s.d, p. 108).

Nesse caminho, percebendo o aparelho do Estado, na interpretação de Gruppi (1980), como “uma máquina enorme, com suas leis internas, com sua lógica interna, que não é idêntica à lógica da sociedade e que aparece incompreensível a esta, mas que corresponde a um determinado tipo de poder e serve imediatamente a essa sociedade” (GRUPPI, 1980, p. 32), Engels, em suas últimas meditações sobre esse tema, “foi o primeiro marxista a empreender o processo de ‘ampliação’ da teoria de Estado”, ao introduzir potencialmente a idéia “consensual” e “contratualista”, fundada

através de um “pacto social”, no âmbito do “Estado de classe” (COUTINHO, 1996, p. 28).

Portanto, essa perspectiva de Estado, que surge em razão da luta de classes expressa no conjunto das relações sociais, cuja sociedade civil se afasta do Estado-governo pela sua aparência de *corpo estranho* a este último (GRUPPI, 1980, p. 31), nesta conjuntura, começa a se alterar. Será com Antonio Gramsci – deputado comunista italiano, um dos fundadores do PCI, preso pela ditadura fascista de Mussolini em 1926, produzindo no cárcere numerosas notas acerca dos mais variados temas, entre eles, Teoria de Estado – que teremos, entre as décadas de 1920 e 1930, uma sofisticada teoria de “ampliação” do conceito de Estado, que, muito mais do que estreitar, tornará *aparelhagem estatal e sociedade civil* partes inseparáveis de um “bloco” orgânico ou elementos que formam uma “totalidade”.

5.2. Estado “ampliado”: Antonio Gramsci

Sem perder de vista a efervescência da ação e dos movimentos revolucionários, ocorrida nas décadas de 1910 e 1920, na Europa e no continente asiático – particularmente, na Rússia –, através da qual vários marxistas, como os europeus Max Adler, Otto Bauer e Rosa Luxemburgo, e os russos Lênin e Trotski, analisaram a questão do Estado e a Revolução, será Antonio Gramsci (1891-1937) o marxista do século XX que trará subsídios para que possamos diferenciar, histórica e politicamente, a contextualização e o conceito de “ampliação” do Estado, em sua direta relação com a realidade européia e asiática dos séculos XIX e XX, e tendo como norte a “crítica da economia política”, de Marx, para a elaboração de suas análises.

Com efeito, percebemos que a Teoria de Estado gramsciana, dada sua profundidade e sofisticação, aplica-se à realidade, tendo como suporte um bloco de categorias não menos complexo. No entanto, escolhemos como ponto de partida para esta meditação sobre o tema os conceitos de “sociedades de *tipo oriental*” e “sociedades de *tipo ocidental*”, cujo entendimento nos dará condições de entendermos a conjuntura vivida por Gramsci, em relação àquela na qual Marx e Engels elaboram as bases do materialismo histórico.

Segundo o autor italiano (GRAMSCI, 2002, p. 262), ao passo que no Oriente, “o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa”, no Ocidente,

“podia-se imediatamente reconhecer a robusta estrutura da sociedade civil”, em razão da justa relação de equilíbrio entre o Estado e a sociedade civil.

Nesse caminho, o autor sinaliza que, nas sociedades de *tipo oriental*, o Estado é robusto e dominante sobre uma sociedade civil “gelatinosa”, precária e fragmentada. Ou seja, havia um acentuado desequilíbrio nas relações de poder, através do qual a aparelhagem estatal arrebatava a sociedade civil, basicamente, pelo uso da força – ou, como assinalaram Marx e Engels (s.d., p.38), pelo “poder de opressão” da classe dominante.

Por outro lado, nas sociedades *ocidentais*, busca-se uma certa estabilidade entre o aparelho estatal e a sociedade civil, pois, se o “ocidente, nesse sentido, é sinônimo de modernidade, de racionalidade, de progresso científico, de espírito crítico, de sociedade autônoma e plural” (SEMERARO, 2001, p. 62), o Estado não é mais tão robusto e não assegura mais o poder única e exclusivamente pelo uso da força, e a sociedade civil se consolida, política e organicamente, no interior do Estado.

Portanto, não será sociedade de *tipo ocidental* aquela que não buscar um relativo equilíbrio de *força*, exercida basicamente no âmbito da aparelhagem estatal – ou o que Gramsci chamava de *coerção* –, e o “consenso ativo” da sociedade civil (GRAMSCI, 2001a, p. 198), obtido através de uma “política hegemônica” – ou de “uma unidade ‘cultural-social’ pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca de um mesmo fim, com base numa idêntica e comum concepção de mundo” (GRAMSCI, 2001a, p. 399) –, configurada pela direção política, cultural e ideológica “que o grupo dominante exerce em toda a sociedade” (GRAMSCI, 2000, p. 21).

Assim, revela-se a concepção de *Estado Ampliado* em Gramsci: “Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação /.../ da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)” (GRAMSCI, 2002, p. 244).

Nessa perspectiva, se a sociedade civil, no âmbito do processo histórico-social de ocidentalização, vai se tornando um espaço privilegiado de “hegemonia

política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (GRAMSCI, 2002, p. 225), e a aparelhagem ou burocracia do Estado, ou *sociedade política*, opera, fundamentalmente, no Estado em sentido amplo, pela *pressão coercitiva* “exercida sobre todo o complexo social” (GRAMSCI, 2001b, p. 263), visando equilibrar racionalmente “coerção” e “consenso” (GRAMSCI, 2001b, p. 273), “através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade” (GRAMSCI, 2001b, p. 262), o grupo social dominante é também classe dirigente: “se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 2002, p. 48).

Em outros termos, se “entre o conteúdo econômico-social e a forma ético-política não há separação” (SEMERARO, 2001, p. 93), a classe dominante dirige o restante da sociedade, pois sua hegemonia ético-política é conciliada, o máximo possível, com a coerção, que não se traduz apenas através da força militar ou da burocracia estatal, mas também por meio da dominação econômica. Por conseguinte, na relação dialética entre sociedade civil e sociedade política, Gramsci não se afasta da concepção de Marx e Engels: subsiste o *Estado-classe*, ou a relação entre dominantes e dominados no Estado em sentido amplo.

Com efeito, de acordo com a teoria ampliada de Estado, “Gramsci faz uma advertência: a distinção entre Estado e sociedade civil, isto é, entre sociedade política e sociedade civil, é puramente de método, não é orgânica, pois na realidade esses dois elementos estão fundidos” (GRUPPI, 1980, p. 78). Nessa direção, “é impensável, em sua visão, separar estrutura de superestrutura, sociedade política de sociedade civil”: por conseguinte, “não há separação, só distinções puramente analíticas e metodológicas” (SEMERARO, 2001, p. 92-93).

Conforme a análise de Gramsci (2002), que se comprova em nossa análise dos modelos ético-políticos do capitalismo neoliberal, a “formulação do movimento do livre-câmbio /.../ baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica” (GRAMSCI, 2002, p. 47). Nessa perspectiva, “afirma-se que a atividade econômica é

própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir na sua regulamentação” (GRAMSCI, 2002, p. 47).

Na realidade, o neoliberalismo, seja o ortodoxo, reformista ou temperado pela nova social-democracia, radicaliza essa divisão orgânica, separando inclusive as relações econômicas das sociais. Assim, o Estado, compreendido como aparelhagem estatal, é a própria sociedade política, o mercado consiste no espaço onde se instituem as relações econômicas e a sociedade civil corresponde a um “setor” independente. Como assinala Gramsci, essa separação *orgânica* da totalidade estatal consiste em um “erro teórico” (GRAMSCI, 2002, p. 47).

De fato, a distinção *didática* ou *metodológica* pode ser fixada, através de “dois grandes ‘planos’ superestruturais”, isto é, no nível de consciência que compreende a “estrutura” ou o conjunto das relações sociais (GRAMSCI, 2000, p. 20-21). Nessa trajetória, conforme esclarece Coutinho (2003, p. 127), a aparelhagem estatal ou “a *sociedade política* (que Gramsci também chama de ‘Estado em sentido estrito’ ou ‘Estado-coerção’)” é composta “pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar”; e a *sociedade civil*, por sua vez, é “formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc.”.

Daí o chamado “setor sem fins lucrativos” da sociedade civil ou o suposto “terceiro setor”, que está contido no projeto de sociedade e sociabilidade hegemônico, seja em sua acepção neoliberal ortodoxa, reformista ou social-democrata, ser considerado *imaginário* ou *inexistente* para aqueles que percebem o Estado em sua conotação “ampliada”. Uma vez que reflete a cisão *orgânica*, e não *metodológica*, entre “sociedade civil” e “sociedade política”, as teorias desse “setor sem fins lucrativos”, que pertence ao chamado “sistema de três setores”, preconizado por Rockefeller, são sustentadas por uma concepção restrita de Estado, própria das teses capitalistas liberais.

Por outro lado, entendendo que o “Estado não produz *ut sic* a situação econômica, mas é a expressão da situação econômica” (GRAMSCI, 2001a, p. 379), a sociedade política e a sociedade civil, como assinala Coutinho (2003, p. 127-128), “servem para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses da classe social fundamental”.

Assim, o “espírito” do Estado de classe (GRAMSCI, 2002, p. 328), que se manifesta através da vontade coletiva exercida pelo grupo social dominante, é representado pelo *partido político* que não simboliza somente sua expressão mecânica e passiva, porém, reage com força para desenvolvê-la, consolidá-la e universalizá-la (GRAMSCI, 2002, p. 201), afirmando sua hegemonia ao se consagrar como classe dirigente.

Nesse percurso, chamado por Gramsci de “Novo Príncipe” (GRAMSCI, 2002, p. 59), em referência a *o Príncipe*, de Nicolau Maquiavel (1999) – porque, na era moderna, o poder não pode ser representado por um indivíduo soberano, mas pela “personificação de uma vontade coletiva” (GRUPPI, 1980, p. 86) –, nosso autor redimensiona o conceito de partido político, no bojo das sociedades complexas, estabelecendo duas subcategorias: os partidos em *sentido amplo* e em *sentido restrito*.

Os partidos em sentido amplo são constituídos por grupos sociais, ou aparelhos “privados” de hegemonia, que favorecem a formação de uma “vontade coletiva”, agindo como “portadores” da consciência do grupo social do qual provêm (SEMERARO, 2001, p. 85). Nessa perspectiva, jornais, igrejas e movimentos sociais podem ser inscritos, em alguns casos, como exemplos de partido político em sentido amplo.

De acordo com o *Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”*, a “humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar”, os quais brotam somente “quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua realização” (MARX E ENGELS, s.d, p. 302). Nesse sentido, a formação da “vontade coletiva”, em Gramsci (2002, p. 288), deriva de um processo “molecular” e de análise “dificílima”, que implica no conhecimento e na consciência do conjunto das relações sociais ou “catarse” – isto é, o movimento que parte do patamar “econômico-corporativo” ou “meramente econômico” para o “ético-

político” ou das “superestruturas complexas” (GRAMSCI, 2001a, p. 314-315; 2002, p. 41).

Assim, os partidos políticos em sentido amplo se encarregam de formar ou consolidar uma “vontade coletiva”, visando “determinar uma ação coordenada e simultânea no tempo e no espaço geográfico em que o fato histórico se verifica” (GRAMSCI, 2002, p. 288). Por conseguinte, esses partidos vão traçar e desenvolver suas estratégias, ou para manter a coesão social (ou “conformismo”) através do consenso, ou para gerar uma “vontade coletiva nacional-popular” (GRAMSCI, 2002, p. 17-19) e impulsionar um programa ético-político de elevação das massas.

Por outro lado, os partidos em sentido restrito são aqueles partidos de Estado, legalmente instituídos com a missão de assegurar a representatividade dos seus grupos sociais de origem no Parlamento e, de um modo geral, no Governo de um país.

Dessa maneira, compreendendo o Príncipe da Idade Moderna como a expressão de apenas um grupo social, que deve exercer “uma função de equilíbrio e arbitragem entre os interesses do seu próprio grupo e os outros grupos, fazendo com que o desenvolvimento do grupo representado ocorra com o consenso e com a ajuda dos grupos aliados, se não mesmo dos grupos decididamente adversários” (GRAMSCI, 2002, p. 59), os partidos políticos, nesse contexto, “podem ser considerados escolas da vida estatal”. Os partidos, no interior de um Estado que “representa a força coercitiva e punitiva de regulamentação jurídica de um país”, têm por dever manifestar que assimilaram as “regras que no Estado são obrigações legais” em sua estrutura interna, no sentido de, com “caráter”, “honra” e “dignidade”, representar a “adesão espontânea de uma elite a tal regulamentação, considerada um tipo de convivência coletiva para a qual toda a massa deve ser educada” (GRAMSCI, 2002, p. 267).

Nesse horizonte, Gramsci sinaliza o caráter ético e educador do Estado: este deve “criar novos e mais elevados tipos de civilização”, adequando a “moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção” e construindo “também fisicamente tipos novos de humanidade” (GRAMSCI, 2002, p. 23). Assim, o Estado “educa” as massas para um projeto de sociedade (civilização) e sociabilidade (tipo de humanidade ou cidadania), com a atuação vital dos partidos políticos (em ambas subcategorias), ou visando à

consolidação do consenso que renova e perpetua o “Estado-classe”, ou à materialização de em “Estado ético” que passa, de maneira gradativa, “da posição centralizadora para a posição de promotor de liberdades e incentivador de iniciativas sociais” que expandem a sociedade civil, formando seus indivíduos coletivamente para a faculdade de “se governar autonomamente” (SEMERARO, 2001, p. 94).

Portanto, a idéia de “Estado ético” será aquela que dará a tônica para as formas de *revolução e fim do Estado* em Gramsci, de maneira distinta daquelas impressas na base do pensamento de Marx e Engels, pois o termômetro que mede a temperatura de suas diferenças consiste no desenvolvimento histórico e político da sociedade que, respectivamente, Marx e Engels e, mais tarde, Gramsci conheceram. Contudo, nossos três autores elaboram suas concepções, apontando para um mesmo horizonte: a construção da *sociedade comunista* ou da *sociedade regulada*.

5.3. O “fim do Estado” em Marx e Engels, e a “sociedade regulada” em Gramsci

Com a inauguração de seu conceito “restrito” de Estado, do ano de 1848, no *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels identificam o Estado com a aparelhagem de coerção administrada pela classe burguesa para a opressão da proletária (MARX E ENGELS, s.d, p. 23; p. 38; COUTINHO, 1996, p. 20). Assim, para o Estado, no capitalismo, só resta sua dissolução, a fim de instaurar um regime político que tenha como suporte a democracia plena e a igualdade social: o comunismo.

Para tanto, será necessário que o proletariado, em sua luta contra a classe burguesa, através de uma ação revolucionária, vire o jogo e transforme-se em grupo dominante: a revolução tem por finalidade permitir “à classe que *derruba a outra* varrer toda a podridão do velho sistema e tornar-se capaz de fundar a sociedade sobre bases novas” (MARX E ENGELS, 1991, p. 109). Nessa trajetória, nossos autores entendem que a revolução será feita com a destruição, usando de violência, das velhas relações de produção, que se sustentam pela existência da propriedade privada, e, conseqüentemente, das “condições de existência dos antagonismos de classes, as classes em geral” (GRUPPI, 1980, p. 36).

Com efeito, essa revolução que se realiza pelo uso da violência é denominada por Marx e Engels como “revolução permanente”. Idéia mais tarde “retomada quase literalmente por Trotski antes e depois da Revolução de 1917”

(COUTINHO, 1996, p. 23), a revolução permanente é preconizada por Karl Marx em *A questão judaica*, de 1843: segundo essa concepção, a “emancipação política” só será obtida “através da contradição *violenta* com as próprias contradições de existência, declarando a revolução como *permanente*” (MARX, 2003, p. 24-25).

No entanto, a *fórmula* da revolução permanente – o que, nesse caminho, conduzirá as massas à implementação da sociedade comunista – é descrita por Marx e Engels na *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, original de 1850: “os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o Poder do Estado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não só num país, mas em todos os países predominantes do mundo, em proporções tais que cesse a competição entre os proletários desses países, e até que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado” (MARX E ENGELS, s.d., p. 86).

Nessa passagem, os autores chamam atenção para o fato de que, se o objetivo é tornar a revolução permanente até que o domínio das forças produtivas esteja nas mãos do proletariado, destruindo a dominação de classe e a propriedade privada, deverá ocorrer a “conquista do Estado” ou, em outras palavras, a tomada de assalto do Poder Estatal pela classe operária, através de uma ação proletária explosiva, em choque direto com a reação da classe burguesa, também armada até os dentes para derrotar as forças do grupo rebelado. Nessa direção, a conquista do Poder Estatal, obtida pela aplicação de uma revolução aberta em que “o proletariado estabelece sua dominação pela derrubada violenta da burguesia” (MARX E ENGELS, s.d., p. 30), será, portanto, materializada através de uma revolução que deverá ser *permanente* até a instauração da chamada *ditadura do proletariado*.

Com efeito, em *Crítica ao Programa de Gotha* (1875), onde Marx “critica o programa do congresso de unificação, realizado na cidade de Gotha”, com o qual foi criado o Partido Social-democrata Alemão (GRUPPI, 1980, p. 42), o autor assinala que, no momento político de transição revolucionária (a revolução permanente) da sociedade capitalista para a sociedade comunista, o “Estado não pode ser outro senão a *ditadura revolucionária do proletariado*” (MARX E ENGELS, 1961, p. 223).

De fato, se a ditadura do proletariado aponta para um horizonte de democracia, liberdade e ampla igualdade entre os indivíduos, onde não há espaço para a existência da propriedade privada, da propriedade dos meios de produção e de classes antagônicas, será necessária a dissolução do Estado (ENGELS, 1977, p. 195-196), que, como vimos, para Marx e Engels, consiste em um organismo *stricto sensu* de coerção, administrado pela burguesia para a dominação das forças produtivas.

Em outros termos, como a ditadura do proletariado traduz-se na “descentralização” e “desburocratização” do poder, representando o “máximo de democracia”, o Estado burguês, nessa direção, “policialesco” e “militarista”, cederá seu espaço para a representação popular direta. Ou seja: o Estado, com seus “elementos de separação da sociedade, de opressão e sufocamento da sociedade”, será violentamente destruído e, por conseguinte, substituído pelo grupo social majoritário, ou pela própria sociedade, que passará a ter o controle do conjunto das funções estatais (GRUPPI, 1980, p. 42).

Portanto, a revolução permanente terá atingido sua meta no momento em que a ditadura do proletariado tiver conquistado o poder estatal, destruindo radicalmente as relações de poder burguesas e instituindo, em contrapartida, um regime democrático, cujo controle passa a ser “governado pelo povo do povo trabalhador”, de maneira que a liberdade, no âmbito da nova realidade consistirá em “converter o Estado de órgão que está por cima da sociedade num órgão completamente subordinado a ela” (MARX E ENGELS, 1961, p. 222).

Assim, Marx assinala que uma tentativa de se instaurar esse novo Estado de soberania popular, auto-governado pelo povo, constituindo um “Estado proletário” via revolução permanente – ainda que Engels e Lênin apostassem chamá-la de “ditadura do proletariado” –, teria sido a Comuna de Paris, em gestação nos municípios franceses, que, no entanto, não ultrapassou os marcos de setenta dias de duração, em decorrência de uma série de equívocos. Dentre eles, o principal: “segundo Marx, a Comuna não tinha levado adiante o processo de abolição do capitalismo” – porque, para isso, faz-se necessária a “ditadura do proletariado”. Logo, nessa perspectiva, ao contrário do pensamento de Engels e Lênin, a Comuna não pode ser uma ditadura do proletariado, já que foi derrotada (GRUPPI, 1980, p. 41).

Nesse percurso, se Engels (MARX E ENGELS, s.d., p. 106) e Gramsci (2002, p. 24) sinalizam que a realidade europeia começa a se modificar a partir de 1848, quando a sociedade civil, nesse espaço, apresenta seu franco processo de “ocidentalização” – por exemplo, através da complexificação dos partidos políticos, com militância e atuação extra-parlamentar (como o Partido Social-democrata Alemão), dos movimentos sociais e sindicais instituídos ou clandestinos (COUTINHO, 1996, p. 76-77), da “agitação eleitoral” promovida pela expansão do “sufrágio universal” (MARX E ENGELS, s.d., p. 103), da organização das forças produtivas, das Internacionais Comunistas, etc. –, a revolução permanente revela-se uma fórmula pouco adequada frente a esse avanço da sociedade civil.

Com efeito, já assinalando que não seria possível o exército revolucionário do proletariado, “em 1848, conquistar a transformação social por um simples ataque de surpresa” (MARX E ENGELS, s.d., p. 99), Engels, neste texto de 1895, sublinha a superação “dos golpes de surpresa, das revoluções executadas por pequenas minorias conscientes à frente das massas inconscientes” (MARX E ENGELS, s.d., p. 106), segundo a história dos seus últimos cinquenta anos.

De fato, se o autor faz a crítica às revoluções empreendidas até aquele momento, ao manifestar que elas consistiam na “derrubada de uma minoria dominante [em que] outra minoria tomava em suas mãos o timão do Estado e transformava as instituições públicas de acordo com seus interesses” (MARX E ENGELS, s.d., p. 97), estandardizando a separação orgânica de povo e liderança revolucionária, e no entanto avalia que as condições de choque frontal, no fim do século XIX, ficaram “obsoletas” porque “se tornaram muito menos favoráveis para os combatentes civis, e muito mais favoráveis para as tropas” (MARX E ENGELS, s.d., p. 106), a fórmula de enfrentamento da ordem passará a ser, como classificou Engels, a da “resistência passiva” (MARX E ENGELS, s.d., p. 104).

Nessa trajetória, com a relativa ampliação do conceito de Estado operada por Engels em 1895 – de “comitê executivo da burguesia” (1848) para a formação do Estado moderno como “produto de um pacto” (MARX E ENGELS, s.d., p. 109) – e a superação da “revolução permanente” em troca da fórmula de “resistência passiva”, para haver a obtenção e a legitimação do consenso que produzirão tal pacto, visando à

materialização do Estado moderno, o qual prevê, por essência, a construção de estratégias revolucionárias de novo tipo, Engels adverte que “os socialistas compreendem cada vez mais que não há possibilidades de vitória, sem que ganhem preliminarmente a grande massa popular” e executem “o lento trabalho de propaganda e atividade parlamentar” (MARX E ENGELS, s.d., p. 107), na esfera de um Estado de legalidade (MARX E ENGELS, s.d., p. 108).

Por outro lado, sem analisar os elementos dessa nova fórmula revolucionária, que promoverão a “ditadura do proletariado”, como “a questão das alianças, da transformação da classe operária em classe *dirigente*, da conquista da *hegemonia no pluralismo*” (COUTINHO, 1996, p. 83), Engels define que, na fórmula revolucionária da *resistência passiva*, “a ofensiva dar-se-á a duras penas. Aqui ou ali, sempre em caráter excepcional, em esporádicas sortidas e ataques de flanco, mas, via de regra, limitando-se à ocupação das posições abandonadas pelas tropas em retirada” (MARX E ENGELS, s.d., p. 104).

Assim, conforme a interpretação de Coutinho (1996, p. 33) a essa definição de Engels, “a violência só se justifica (e só é eficaz) quando se apresenta como resposta à violência da classe dominante, ou seja, quando essa classe, rompendo o ‘pacto’ sobre o qual se funda a legitimidade do Estado, tenta impedir pela força o acesso da classe operária ao poder pelas vias legais e constitucionais”. Portanto, assinalando a violência proletária como retaliação a ofensivas burguesas em resposta a conquistas e ao avanço político do proletariado, Engels não abandona a idéia do uso da força ou da violência proletária como recurso revolucionário da fórmula de “resistência passiva”.

Por outro lado, nos passos de Marx, cuja contribuição histórica, científica e cultural consiste em sua elaboração do que chamou de *crítica da economia política*, a partir da qual “Marx examina as leis do capital não apenas para mostrar sua concatenação interna, sua estrutura sincrônico-sistemática, mas também para revelar que essa estrutura não é algo natural, eterno, e sim algo que tem uma gênese histórica /.../, e apresenta contradições internas que apontam para a sua superação” (COUTINHO, 2003, p. 93), Gramsci é classificado como um *crítico da política*, pois, ao considerar que a “inovação fundamental introduzida pela filosofia da práxis na ciência da política e da história é a demonstração de que não existe uma ‘natureza

humana' abstrata, fixa e imutável /.../, mas que a natureza humana é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas”, o autor italiano assinala que, em suma, “a ciência política deve ser concebida em seu conteúdo concreto (e também em sua formulação lógica) como um organismo em desenvolvimento” (GRAMSCI, 2002, p. 56).

Nesse caminho, nos tempos em que Gramsci (GRAMSCI E BORDIGA, 1981) era ainda o jornalista que editava o semanário italiano de difusão da cultura socialista *L'Ordine Nuovo* (ou “A nova ordem”), fundado em abril de 1919 por Antonio Gramsci, Ângelo Tasca, Umberto Terracini e Palmiro Togliatti (COUTINHO, 2003, p. 27), aquele meditava sobre a estrutura do Estado Burguês italiano (GRUPPI, 1980, p. 71-72), tendo como reflexo a experiência conquistada pelos *soviets* com a Revolução de Outubro, de 1917.

Segundo Semeraro (2001, p. 20), Gramsci saudou, desde o início, “os eventos de outubro como a máxima expressão de liberdade, como a maior conquista ‘a partir de baixo’ do proletariado na história”, não reproduzindo um modelo elitista e autoritário, porém, materializando uma ação revolucionária que “era fruto da participação de todos”.

Nesse contexto, enquanto fervia a situação da atividade sindical italiana, entre 1919-1920, na órbita das propostas que giravam em torno da reestruturação organizacional da representatividade operária nas fábricas da Itália, Gramsci está pensando que, se o “sindicalismo revelou-se nada mais do que uma forma da sociedade capitalista, não uma potencial superação da sociedade capitalista” (GRAMSCI E BORDIGA, 1981, p. 62), o *sindacato* consiste num organismo intrínseco ao capitalismo por representar, justamente, o regime de manutenção da propriedade privada através da opressão proletária, ao passo que os *Conselhos Operários de Fábrica* representam “a base para que o operário se eleve à condição de *produtor*” (COUTINHO, 2003, p. 31): esse termo, de acordo com Gruppi (1980, p. 74), Gramsci resgata de Georges Sorel e Karl Marx, quando o último “descreve a Comuna como o auto-governo dos produtores, não mais operários assalariados”.

Nessa perspectiva, o *produtor* é concebido como o operário que prescindiu de todas as limitações corporativas, que o mantiveram preso a “uma mentalidade de

classe social fechada em si mesma”, tornando-se “protagonista e intérprete dos interesses gerais da sociedade”, que passa a se sentir e atuar como sujeito ou a “força dirigente do novo Estado que pretende construir” (GRUPPI, 1980, p. 74). Por conseguinte, se é o Conselho de Fábrica que converte o operário em produtor, ao educá-lo, como assinala Gramsci (GRAMSCI E BORDIGA, 1981, p. 63), para a aquisição da “consciência da sua função no processo produtivo, em todos os seus graus, da fábrica à nação, ao mundo”, constituindo um verdadeiro projeto de “Estado proletário” nos limites da fábrica, será esse mesmo conselho a principal célula da revolução socialista (COUTINHO, 2003, p. 31-32; GRAMSCI E BORDIGA, 1981, p. 42).

Na realidade, o movimento dos Conselhos de Fábrica ficara restrito à cidade de Turim e, particularmente, ao interior da fábrica (GRAMSCI E BORDIGA, 1981, p. 115), desenvolvido sem um projeto político específico de expansão do modelo para a construção de um “Estado proletário”, que se propusesse a estabelecer uma costura política de alianças entre frações da sociedade, como camponeses e classes médias. Acreditava-se ingenuamente na idéia de “grande catástrofe” do Estado de classe, que a empurraria “fatalmente” para o colapso e a revolução. Conseqüentemente, por um lado, esse movimento assinalou o fracasso da estratégia de usar, de forma exclusiva, dos Conselhos de Fábrica como o embrião da “ditadura do proletariado” e, por outro, conduziu Gramsci ao exame da tática e da estratégia “da classe operária na análise concreta da situação nacional concreta, única condição para colocar corretamente a questão das alianças” (COUTINHO, 2003, p. 39), convencido, a partir de então, “da importância central do partido político na agregação de uma vontade coletiva” (COUTINHO, 2003, p. 43).

Com efeito, o Partido Comunista Italiano (PCI) é constituído em janeiro de 1921, do qual Gramsci é integrante, em seu Comitê Central (GRAMSCI, 2001a, p. 57). Porém, no momento em que já está à frente da direção desse partido, Gramsci escreve o ensaio *A questão meridional* (1925), onde retoma a análise do conceito de hegemonia, ao colocar “o problema do Sul da Itália como elemento nacional decisivo, portanto, a chave da hegemonia da classe operária” (GRUPPI, 1980, p. 77). Logo, se o objetivo era dissolver a hegemonia capitalista, seria necessário, nessa perspectiva, costurar uma aliança entre os camponeses sulistas e o operariado do Norte italiano para quebrar o

bloco industrial-agrário, ou seja, o desenvolvimento urbano-industrial do norte a preço do atraso no sul, ainda rural e subdesenvolvido.

De fato, Gramsci passará a conduzir seu pensamento, insistindo na idéia de que o proletariado precisa conhecer plenamente o “território nacional”, porque este consiste em “*todo* o território social e político da nação” (COUTINHO, 2003, p. 37), a fim de “conhecer e dominar os mecanismos de *reprodução global* da formação econômico-social que pretende transformar” (COUTINHO, 2003, p. 65).

Nesse caminho, a espinha dorsal da revolução não consiste mais na tomada de assalto da aparelhagem, através de um choque frontal que expulsasse a burguesia do controle administrativo e dissolvesse, portanto, o “Estado-classe”. Ora, se o bolchevismo, em 1917, foi bem sucedido na Rússia, com Lênin na liderança revolucionária, isto se explica pela falta de complexidade, ou de “ocidentalização”, da estrutura ou do conjunto das relações sociais naquele país. Ora, a Itália fascista da década de 1920 apresentava outra estrutura, muito mais complexa do que a da Rússia agrária ou oligárquica, com o poder político centralizado na figura do *czar*. Assim, Gramsci está convencido de que a ação das massas deve ser mais lenta e mais prudente, cuja função do PC deve ser a costura de “toda uma estratégia e uma tática mais complexas e de longo alcance” do que as do caso russo, em 1917, de modo que, se a meta é tornar-se *classe dirigente*, “o proletariado não pode se limitar a controlar a produção econômica, mas deve também exercer sua direção político-cultural sobre o conjunto das forças sociais que, por essa ou aquela razão, desse ou daquele modo, se opõem ao capitalismo” (COUTINHO, 2003, p. 64-65).

Por conseguinte, mais do que a necessária *socialização da produção*, que, para Marx, conduz à gradual subtração do tempo de trabalho socialmente necessário, Gramsci aponta a importância da *socialização da participação política* como o elemento que está na base “da criação de múltiplos e diferenciados sujeitos políticos coletivos” ou daquilo que Gramsci denomina como “sociedade civil”, no interior do Estado em seu sentido ampliado (COUTINHO, 2003, p. 98).

Assim, após prisão e condenação pela ditadura de Mussolini, que o mantivera no cárcere entre os anos de 1926 e 1934, Gramsci elabora, sob vigilância e censura policiais, as notas que, reunidas, constituíram os *Cadernos do cárcere*, que

versam sobre os mais variados temas. Com relação à *crítica da política*, a Teoria de Estado recebe destaque: ora, se em Marx e Engels “o Estado é essencialmente coerção, ou monopólio da violência a serviço da classe economicamente dominante, para Gramsci, ao contrário, ele aparece dotado também de uma nova e importante dimensão, a dimensão do consenso”. Logo, a fórmula revolucionária receberá novas dimensões, pois, com a “socialização da participação política, com a ‘ocidentalização’ das sociedades, não é mais possível que os governantes governem estavelmente sem o consenso dos governados” (COUTINHO, 2003, p. 248).

Com efeito, Gramsci (2002, p. 24) assinala que a fórmula da “revolução permanente”, que teve sua gênese antes de 1848, inspirada nos princípios jacobinos que perduraram do período que vai de 1789 ao Termidor (1793), é inerente a momentos históricos em que a sociedade encontra-se em um estado de maior fluidez, sem partidos políticos de massa e grandes sindicatos e associações, e o “Estado-coerção”, centralizando o poder político executivo, com uma interferência irrisória do parlamento. Dessa forma, Gramsci contextualiza a maneira como Marx chegou a construir seu modelo de revolução e Lênin pôde viabilizar sua ação revolucionária em 1917, na Rússia.

Por outro lado, o autor italiano sublinha que, após 1870, “as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas” (GRAMSCI, 2002, p. 24): “após a expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de vastas burocracias estatais e ‘privadas’ /.../, bem como das transformações que se verificaram na organização da polícia em sentido amplo, isto é, não só do serviço estatal destinado à repressão da criminalidade, mas também do conjunto das forças organizadas pelo Estado e pelos particulares para defender o domínio político e econômico das classes dirigentes” (GRAMSCI, 2002, p. 78), a fórmula da revolução permanente cede espaço para a “hegemonia civil”. Nesse contexto, a arte política imita a arte militar: “a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição” (GRAMSCI, 2002, p. 24).

Nessa direção, se a revolução permanente ganha relevo através do que Gramsci chama de “guerra de movimento”, ou Giuseppe Vacca, de “política-potência” (SEMERARO, 2001, p. 71), no período que não ultrapassa o período de 1870/1871,

quando se esgotam “historicamente todos os germes nascidos em 1789”, com a tentativa fracassada de implantação da Comuna (GRAMSCI, 2002, p. 39), a “guerra de posição” ou a “guerra de assédio” consiste em um tipo de ação revolucionária processual, em que as massas vão expandindo, capilarmente, sua hegemonia ao conquistar posições políticas de controle dentro do Estado ampliado, na medida mesma em que elas vão se preparando, educando para a faculdade de “auto-governo”. No entanto, a “guerra manobrada” ou a “guerra de movimento”, nessa perspectiva, subsiste “enquanto se trata de conquistar posições não-decisivas e [que], portanto, não podem mobilizar todos os recursos de hegemonia e do Estado” (GRAMSCI, 2002, p. 255).

Ora, com a “ocidentalização” das sociedades e a ampliação dos Estados em direção a um equilíbrio razoável ou “instável” entre força e consenso, entre coerção e direção, declina o projeto revolucionário que prevê a tomada de assalto do aparelho estatal, através do uso de violência, de modo que, segundo Gramsci, a guerra de posição converte-se, em face dos novos determinantes históricos de seu tempo, na “verdadeira estratégia da classe operária no ocidente”, sendo “a única capaz de desvendar os processos de penetração do Estado na economia e nos aparelhos de hegemonia” (SEMERARO, 2001, p. 63).

Nesse horizonte, uma vez que as massas precisam elaborar estratégias mais sofisticadas de posições, na órbita de um Estado mais complexo e pluralista, mas que mantém sua estrutura de classe, rumo à materialização de sua auto-regulação que culminará na “sociedade regulada” ou comunista, a classe dominante e dirigente (porque detém os meios de produção e o poder político-hegemônico), para manter-se enquanto tal, no sentido de evitar que as massas conquistem um nível superior de hegemonia, suficiente para reverter a dominação burguesa, renova as forças do capitalismo por meio da estratégia da “revolução passiva”.

Entendida, também, pelo autor como “revolução-restauração”, a revolução passiva constitui-se “num conservadorismo reformista temperado” (GRAMSCI, 2001a, p. 293), que, “ao contrário de uma revolução popular, realizada a partir ‘de baixo’, jacobina”, implica no processo de “restauração” – que serve de “reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical ‘de baixo para cima’” – associado ao de “renovação” – momento em que “muitas demandas populares são assimiladas e postas

em prática pelas velhas classes dominantes” (COUTINHO, 2003, p. 198). Portanto, a revolução passiva refere-se a um processo de “modernização” conservadora do Estado, que pode ser chamada também de “reformismo” ou “revolução pelo alto”.

De fato, se as velhas camadas dirigentes detêm todo um aparato civil e militar para implementar reformas necessárias que assegurem sua hegemonia e, efetivamente, seu poder econômico e político, por outro lado, a “guerra de posição exige enormes sacrifícios de massas imensas de população” (GRAMSCI, 2002, p. 255): conforme assinala Semeraro (2001, p. 63), essa estratégia demanda “muito esforço, preparo e tempos de longa duração” e, mais do que isso, exige das massas “inteligência histórica e política para saber analisar os períodos de crise e saber se apropriar da direção nos momentos de transição”.

Logo, a ditadura do proletariado, em Gramsci, vai ganhando corpo na medida em que as massas ampliam sua hegemonia civil através do avanço na guerra de posição. Conquistando, de maneira processual ou capilar, posições hegemônicas na sociedade civil e educando-se para o auto-governo, cujo norte é a “sociedade regulada”, segundo Gruppi (1980, p. 78), as massas conquistam “a ditadura do proletariado no terreno do Estado”.

Daí a diferença entre a fórmula revolucionária para os países com elevado grau de *ocidentalização*, pensada por Antonio Gramsci, e a “revolução” postulada pela esquerda reformista do final do século XX. Ao passo que Gramsci está projetando uma “guerra de posição” para a conquista da hegemonia, cuja sociabilidade se materializa no auto-governo das massas, os militantes da nova esquerda propõem, como alternativa ao capitalismo neoliberal, o chamado “capitalismo humanizado” pela nova social-democracia ou “terceira via”. Assim, enquanto a esquerda reformista vai buscando promover a “revolução pelo alto” ou a “revolução passiva”, a militância baseada no pensamento gramsciano postula o “fim do Estado” burguês, ou a destruição do Estado de classe, e a recriação do Estado democrático-popular.

Portanto, a dissolução do Estado, nessa perspectiva, consiste na composição de uma “sociedade regulada”, que esgota, a rigor, a permanência de um “Estado-coerção” (GRAMSCI, 2002, p. 244) e não admite mais o “Estado-classe” (GRAMSCI, 2002, p. 223-224) – uma vez que não pode mais haver a propriedade privada, se já

foram socializadas a produção econômica e a participação política –, entretanto, que se constitui através de um “Estado ético”, que se apresenta com uma “‘imagem’ de Estado sem Estado”, pois se baseia “no pressuposto de que todos os homens são realmente iguais e, portanto, igualmente razoáveis e morais, isto é, passíveis de aceitar a lei espontaneamente, livremente, e não por coerção, como coisa imposta por outra classe, como coisa externa à consciência” (GRAMSCI, 2002, p. 244-245).

5.4. A “democracia de massas” como horizonte de um projeto de sociabilidade contra-hegemônico

Dentre os autores, cujo pensamento promove uma possibilidade de fortalecimento de uma contra-hegemonia popular, destacamos o projeto de sociedade e sociabilidade, formulado pelo também italiano Pietro Ingrao, que recebera a nomenclatura de “democracia de massas”. Assim, nos passos da formação de uma “vontade coletiva nacional e popular”, no terreno do consenso e não da coerção, pela conquista da hegemonia e pelo avanço na “guerra de posição”, Ingrao (1980) vai estabelecer os fundamentos de um projeto democrático de massas ou socialista.

Não obstante o autor organize a militância pela “unificação” das forças socialistas para a conquista da hegemonia pelo consenso, Ingrao defende o pluralismo partidário, ideológico e cultural para compor, no processo dialético de correlação de forças, uma contra-hegemonia socialista “unitária”. Ao manter a luta de classes como o elemento central da visão da estrutura social, Ingrao se posiciona contrariamente ao “totalitarismo de partido” – ou “a redução de toda uma sociedade a um único organismo social” – e postula a liberdade de expressão, sindical, de investigação científica e cultural, etc. (INGRAO, 1980, p. 110).

Assim, a sociedade civil, de acordo com o projeto ético-político democrático de massas, com o qual concordamos, coloca-se numa postura de permanente controle e vigilância às ações da sociedade política de seu país, tendo no “partido político”, o sujeito político coletivo organizador e líder da vontade coletiva nacional e popular, e no “parlamento”, a arena das lutas políticas e da “guerra de posição”, no âmbito do Estado.

Para Pietro Ingrao (1980), as Câmaras e Assembléias deverão se constituir como organismos governamentais “capazes de assegurar sua predominância sobre os aparelhos executivos e burocráticos”, tendo em vista sua “capilaridade”, na conquista

“de novos poderes de *direção e controle*” para as cidades, os estados ou regiões e o parlamento federal. (INGRAO, 1980, p. 126). E os parlamentares, por sua vez, nessa perspectiva, têm por dever a formação de “grupos”, “que não sejam ‘corpos em si’ de especialistas em política, mas órgãos de luta capazes de estabelecer um vínculo permanente entre ação no país e iniciativa parlamentar” (INGRAO, 1980, p. 136).

Com efeito, o projeto de cidadania ou sociabilidade, nessa perspectiva, viabiliza-se na “ampliação da participação das massas”, implicando, por exemplo, na “criação de novas formas de organização social que liquidem os resíduos do velho modo de produção” (INGRAO, 1980, p. 135).

Nesse caminho, os movimentos sociais de ações focalizadas e os Aparelhos Privados de Hegemonia que atuam numa perspectiva social-democrata, formando o suposto “terceiro setor”, em regime de cooperação e parceria com os organismos multilaterais do capitalismo e as aparelhagens estatais de governos neoliberais ou reformistas, não podem fazer parte desse movimento de “ampliação da participação das massas”, uma vez que não visam à superação da ordem capitalista.

Também a idéia social-democrata de “solidariedade”, convertida em “responsabilidade social”, não cabe no civismo de um projeto socialista, democrático de massas. A difusão desse ideário constitui-se apenas como tática para “persuadir”, ou seja, seduzir, conquistar e conformar, amplos setores da sociedade civil para o projeto de sociabilidade da “terceira via”, consolidando, assim, os vários movimentos sociais focalizados, as organizações não-governamentais de interesse da hegemonia capitalista e o voluntariado de atenuação da pobreza e elevação da qualidade de vida.

De fato, compreendemos que, na qualidade de integrantes da totalidade estatal, composta, em sua conotação “ampliada”, pela “sociedade política + sociedade civil”, aqueles movimentos e aparelhos da hegemonia social-democrata estão mantendo a essência do regime capitalista. Ao proclamarem o “combate à miséria”, por meio de programas específicos e estratégias focalizadas de elevação dos níveis de qualidade de vida dos segmentos mais pobres da sociedade – como combate à fome, erradicação do analfabetismo, da mortalidade e desnutrição infantil, etc. –, estão reafirmando o projeto ético-político de sociedade e sociabilidade hegemônico, porque, justamente, ao atenderem às questões específicas, não estão contestando, tampouco combatendo a

desigualdade econômica e social, a acumulação de renda, a pobreza e, portanto, a injustiça social.

O voluntariado, por sua vez, que consiste numa estratégia de ratificação desse projeto ético-político da hegemonia capitalista, a permanecer mobilizando suas forças em torno de uma vontade coletiva, que seja a de “combater a miséria”, “elevar a qualidade de vida”, “reverter a injustiça social” com ajudas, paliativos, doação de dinheiro, objetos ou força de trabalho, vai somente reforçar o processo de acumulação de renda dos grupos sociais dominantes e dirigentes.

Por outro lado, um voluntariado, que atue numa linha da “militância política”, não em favor do civismo social-democrata, mas em direção à formação de uma vontade coletiva nacional e popular, movida por um sentimento de “solidariedade de classe”, da classe operária – e não de “responsabilidade social”, na acepção social-democrata –, no sentido de tornar viável o projeto ético-político democrático de massas, precisa ser “educado” por movimentos sociais e aparelhos “privados” de hegemonia contestatórios, cuja “grande política” de luta pela destruição da estrutura orgânica conservadora do Estado (GRAMSCI, 2002, p. 21) seja o seu fundamento.

Como parte integrante do Estado, esses movimentos e organismos sociais de ruptura com a ordem, junto ao partido político socialista e de vanguarda operária, devem tomar proveito da capacidade “educadora das massas” do “Estado ético”, incorporando-a às suas ações, para problematizar a estrutura do Estado-classe junto ao maior contingente de cidadãos possível, no sentido de ajudá-lo a atingir a “catarse” – ou o movimento de consciência de “classe em si” para a de “classe para si” –, compor a vontade coletiva nacional e popular e traçar as estratégias da “guerra de posição”, tendo como horizonte a “sociedade regulada” e a “democracia de massas”.

Portanto, dessa forma, pensamos que será possível converter as forças sociais, que promovem a mobilização de um voluntariado de combate à miséria, no lastro do projeto ético-político de sociedade e sociabilidade do neoliberalismo social-democrata, em militância política para a formação de uma “nova” sociedade, constituída sob “novas” bases: o “autogoverno das massas”.

6. Sociedade civil brasileira: pluralismo nas formas de mobilização e organização das massas

Neste item desta dissertação, buscaremos focalizar algumas formas de mobilização e organização da sociedade civil, que recebem maior visibilidade política, no âmbito do processo de correlação de forças que acontece no Brasil atualmente. Embora, como vimos nos capítulos anteriores, predomine, desde meados da década de 1990, o “consenso” e o “conformismo” em torno do projeto de sociedade e sociabilidade neoliberal da social-democracia brasileira, não vamos relacionar apenas as formas de mobilização e organização das massas em consonância com o projeto hegemônico.

Pelo contrário, nosso referencial teórico para a análise dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil e de outras formas de mobilização será a concepção de “Estado educador” em Gramsci, tendo implícitas suas idéias de “Estado ampliado”, “sociedade regulada” e, em Ingrao, “democracia de massas”. Posto que, em escala crescente, a mobilização e a organização da sociedade civil brasileira vêm aderindo aos padrões hegemônicos de civilização e civismo, nosso contraponto será, porém, a própria ótica hegemônica, isto é, as concepções social-democratas dominantes e dirigentes.

Portanto, abriremos com o primeiro subitem deste capítulo a análise do conceito de aparelhos “privados” de Hegemonia, e como este é aplicado à luz da realidade brasileira recentemente, seguindo o estudo das organizações não-governamentais, das fundações empresariais, dos movimentos sociais e, conseqüentemente, do voluntariado.

6.1. Aparelhos “privados” de hegemonia

De acordo com Gramsci (2000, p. 20), no âmbito das “superestruturas”, isto é, da consciência “ético-política” do conjunto das relações sociais (GRAMSCI, 2001a, p. 314-315; 2002, p. 41), fixam-se, organicamente, dois “grandes ‘planos’ superestruturais”. Esses dois “planos” são, justamente, conforme analisamos no capítulo anterior, “além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (GRAMSCI, 2002, p. 254-255), que compõem o Estado, em sua acepção ampliada.

Nessa perspectiva, sociedade política ou aparelhagem estatal e sociedade civil compõem uma totalidade superestrutural, denominada Estado, que não pode ser organicamente cindida. Portanto, a esses “planos” corresponde a “função de ‘hegemonia’ que

o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’” (GRAMSCI, 2000, p. 21).

Assim, compreendendo a sociedade civil, *metodológica* ou *didaticamente*, autônoma em relação à sociedade política, Gramsci (2000, p. 20) define o plano superestrutural *sociedade civil* como o “conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’”, onde é exercida a função de hegemonia, ou seja, de direção política, cultural e ideológica do grupo minoritário que, economicamente, domina o majoritário. Segundo Coutinho (2003, p. 247), esses “aparelhos são privados porque pressupõem de seus membros uma adesão voluntária, contratual, não formando assim parte do que Gramsci chamou de Estado-coerção”. Ademais, têm “um inegável papel nas relações de poder, na determinação do modo pelo qual se constitui a esfera pública da sociedade” (COUTINHO, 2003, p. 247).

Nesse contexto, se a sociedade política exerce sua função hegemônica por intermédio da aparelhagem estatal, a sociedade civil, por outro lado, exercerá sua hegemonia em seus aparelhos “privados”. Isto é, a sociedade civil vai elevar seu grau de complexidade ou *ocidentalização* por meio de suas organizações privadas, exercendo algum tipo de força hegemônica, seja em favor ou contrária à direção política da classe dominante, em um processo de permanente “equilíbrio instável” (GRAMSCI, 2002, p. 42), no âmbito da correlação de forças com o aparelho de Estado.

De fato, o “exercício ‘normal’ da hegemonia”, segundo Gramsci (2002, p. 95), caracteriza-se “pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria” Assim, se esse processo marca a dinâmica das relações parlamentares, também faz parte das relações de poder na sociedade civil, porque esse consenso “forjado” da maioria é, muitas vezes, “expresso pelos chamados órgãos de opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados” (GRAMSCI, 2002, p. 95), ou seja, viabilizado pela hegemonia exercida por um grupo de aparelhos “privados”, que têm sua proliferação convenientemente estimulada.

Nesse caminho, o regime capitalista neoliberal da social-democracia vai exercer seu poder hegemônico na sociedade civil, equilibrando força e consenso ou, em outros

termos, utilizando da “força” com aspecto de “consenso”, por intermédio dos aparelhos “privados” da hegemonia social-democrata. Em contrapartida, para os grupos sociais que não se submetem a esse poder hegemônico e se associam voluntariamente, criando suas formas próprias de organização e mobilização, constituem-se aparelhos “privados” contra-hegemônicos. Portanto, tendo como suporte de suas idéias e iniciativas o projeto democrático de massas, os aparelhos “privados” estarão a serviço da hegemonia socialista.

Conforme salientamos anteriormente, “em Gramsci, não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera específica do ser social” (COUTINHO, 2003, p. 129), pois, de acordo com a *Crítica da Economia Política*, não pode haver objetividade histórica sem uma base material ou econômica. Dessa maneira, nas sociedades capitalistas ocidentalizadas e avançadas, a sociedade civil conquistou “uma autonomia *material* (e não só funcional) em relação ao Estado em sentido restrito” (COUTINHO, 2003, p. 129). Por essa razão, algumas instituições foram renovadas ou criadas, no âmbito da sociedade civil, para que pudessem funcionar como portadores materiais, com estrutura e legalidade, das relações sociais de hegemonia, na conquista do consenso ativo que atua como suporte da dominação capitalista.

Nessa trajetória, todas as formas de organização empresarial, de organização religiosa – as igrejas como espaço de credo e culto e suas entidades assistenciais e filantrópicas – e de organização e associação civis, para fins de viabilização material dos interesses dos associados ou de um determinado grupo populacional, inscrevem-se nos marcos dos chamados aparelhos “privados” de hegemonia, porém, não necessariamente com o propósito de reafirmar a direção política, cultural e ideológica da classe dominante.

Aparelhos “privados” de hegemonia empresariais

As relações econômicas, tendo como fio condutor a realidade dos países capitalistas, onde a sociedade civil se situa em um razoável grau de *ocidentalização*, se desenvolvem nas fábricas, nas indústrias, no comércio, nos bancos. As *empresas* e as *associações de empresários* são, portanto, responsáveis pelo giro de capital que forma a base material de uma determinada sociedade e, concomitantemente, é responsável pelo poder de dominação e direção.

Assim, as entidades empresariais constituem-se como aparelhos “privados” de hegemonia do capitalismo, integrando a categoria que Gramsci chamou de “mercado determinado” – ou “determinada correlação de forças sociais em determinada estrutura do aparelho de produção’, correlação que é garantida (isto é, tornada permanente) por uma determinada superestrutura política, moral, jurídica” (GRAMSCI, 2001a, p. 194).

Por essa razão, não se pode pensar na estrutura orgânica, representada pelo “sistema de três setores”, de John Rockefeller. Da mesma forma que um “terceiro setor” consiste na suposição ingênua de que existe um “setor sem fins lucrativos”, no conjunto das organizações da sociedade civil, a concepção de “mercado determinado” comprova que separar organicamente as relações econômicas do contexto social e, por conseguinte, da totalidade estatal, situando-o num imaginário “segundo setor”, constitui mais um “erro teórico” do liberalismo, pois “a sociedade é sempre uma realidade una e interdependente” (SEMERARO, 2001, p. 88).

Outros aparelhos “privados” de hegemonia

No que tange às organizações da sociedade civil e a outras formas de associação e mobilização, no lastro do capitalismo moderno, compondo um suposto setor filantrópico ou “sem fins lucrativos”, ou criadas a partir de outras motivações, como a contestação desse mesmo capitalismo ou a reivindicação de direitos políticos e sociais, afirmamos que essas entidades também fazem parte do grupo de aparelhos “privados” de hegemonia.

Por definição, essas entidades da sociedade civil emergem com o fortalecimento da sociedade urbano-industrial, nos países líderes do capitalismo, predominantemente no século XX. De acordo com Gramsci (2001b), esses aparelhos “privados” de hegemonia, na qualidade de componentes da totalidade estatal, vão contribuir no processo de “educação” das massas, para o projeto de sociedade e sociabilidade *fordista*.

Nesse caminho, a América, que, ao longo das décadas de 1920 e 1930 vai se tornando o novo império capitalista, consolida, no conjunto das relações sociais de produção, o fordismo como o novo modo de produção da existência. Para tanto, uma nova “filosofia de vida”, ou um novo modo de “pensar” (reflexão), “sentir” (paixão) e “agir” (ação político-social), é disseminada e construída para se adaptar à realidade urbana, que se materializa no âmbito da hegemonia burguesa industrial.

Com efeito, determinadas formas de organização social, que atendem a um padrão de sociedade capitalista menos “ocidentalizado”, isto é, relativo a um grau de urbanização, industrialização e “politização” da sociedade civil menos evoluído que o encontrado no Estado “fordista”, tendem a ser superadas, cedendo espaço para novos aparelhos “privados”, que darão conta de promover a hegemonia da nova classe econômica industrial dominante.

Assim, como assinala Gramsci, o Rotary Club foi criado no início do século XX, no contexto norte-americano, visando à superação do chamado “capitalismo selvagem”. Seu objetivo principal será o de promover a “difusão de um novo espírito capitalista, ou seja, a idéia de que a indústria e o comércio, antes de serem um negócio, são um *serviço social*, ou, mais precisamente, de que são e podem ser um negócio na medida em que são um ‘serviço’” (GRAMSCI, 2001b, p. 295-296).

Logo, o Rotary Club vai se constituir como um instrumento ou um aparelho “privado” hegemonia de difusão da nova “filosofia de vida” urbano-industrial, buscando conciliar o “eterno conflito existente entre o desejo do ganho pessoal e o dever e o conseqüente impulso de servir ao próximo” (GRAMSCI, 2001b, p. 296-297). Na qualidade de “organização das classes altas [que] só se dirige ao povo indiretamente” (GRAMSCI, 2001b, p. 298), o Rotary vai disseminando novas normas de conduta. Por exemplo, difunde a idéia de “honestidade”, como valor moral da sociedade urbano-industrial, e do “homem de negócios”, que sabe associar seus interesses profissionais, pessoais e sociais, isto é, seus interesses privados com o interesse público, o bem-estar próprio e o bem-estar social (GRAMSCI, 2001b, p. 297).

Nessa trajetória, superando organicamente entidades tradicionais, como a “maçonaria” católica dos países latinos, o Rotary Club, ao se desenvolver, tentará dominar todas as outras organizações, incluindo os aparelhos “privados” de hegemonia de culto religioso, como a Igreja Católica e todas as igrejas protestantes, que predominam na América (GRAMSCI, 2001b, p. 298). Portanto, a estratégia política dos organizadores do Rotary Club é centralizar na sua entidade um modelo de “serviço público”, a ser prestado pelo empresariado urbano-industrial para toda a sociedade civil, galvanizando novos valores e, portanto, um novo projeto de sociedade e civismo burguês, tentando conciliar o interesse privado de acumulação capitalista da burguesia com o interesse público de promoção do bem-estar social.

Todavia, com o desenvolvimento do modo fordista de produção da existência e a cristalização do *Welfare State*, em meados do século XX, com seu modelo de administração pública burocrática e bem-estar social adequados às vigentes relações sociais de produção, o Rotary deixa de ser o aparelho “privado” de hegemonia que “centraliza” os “serviços” prestados ao público ou as “ações-diretas” (do empresariado urbano-industrial) na área social.

Os chamados “Novos Movimentos Sociais” começam a surgir e ganhar corpo no processo de correlação de forças políticas. Outras formas de mobilização social, contestatórias da ordem capitalista ou não, também começam a fazer parte desse processo. O sindicalismo militante vai se aperfeiçoando e chamando a atenção da sociedade para as necessidades da classe trabalhadora. E novos aparelhos “privados” de hegemonia vão se constituindo e demarcando suas “posições” na sociedade civil, como as “organizações não-governamentais”.

Por outro lado, os instrumentos de organização da cultura na sociedade, como os grupos e associações dos meios de comunicação de massa e as instituições escolares, que, sobretudo, têm por dever a formação dos “intelectuais de diversos níveis” (GRAMSCI, 2000, p. 19), vão se tornar, também, aparelhos “privados” de hegemonia. Uma vez situados na “sociedade civil”, mesmo regulados, concedidos ou mantidos pelo Poder Público estatal, as empresas do setor de comunicação, como os jornais, e as escolas públicas e privadas, por exemplo, funcionarão como entidades em que a adesão a suas propostas, o contrato de seus serviços ou a participação em suas atividades é voluntária ou de direito “privado” de cada indivíduo, não se constituindo, pois, como mecanismos de “coerção” exercida pela aparelhagem estatal.

De aparelhos “privados” de hegemonia a partidos políticos em “sentido amplo”

Assim, as organizações e os movimentos sociais, as instituições escolares, a igreja e suas entidades de assistência social, tal como as associações de defesa dos interesses empresariais, podem ultrapassar os limites de simples aparelhos de hegemonia, convertendo-se, também, em um “partidos políticos”, como analisamos no capítulo anterior. Porém, não com a dimensão do “Novo Príncipe” ou dos partidos políticos parlamentares, mas com a de

um partido “em sentido amplo”, isto é, a de formador de uma vontade coletiva, nacional-popular ou não, para a materialização de um novo modelo de sociedade e sociabilidade.

No caso específico das igrejas e suas entidades confessionais, por exemplo, como analisamos no Capítulo 2 desta dissertação, essas tiveram uma participação de destaque na formação e proliferação dos “movimentos populares”, que se construíram em torno da contestação do Regime de 1964 no Brasil. Nesse sentido, por intermédio da “Teologia da Libertação”, a Igreja Católica, a despeito de sua estrutura conservadora, tanto no sentido da doutrina religiosa quanto no do modelo ético-político, aproximou-se das massas e promoveu a mobilização de forças contra-hegemônicas, que iniciaram o processo de formação de uma “vontade coletiva nacional-popular”, em pleno período de ditadura militar, estendendo-se às fases da redemocratização e constituinte.

Entretanto, o pontificado do Papa João Paulo II foi marcado pela oposição aos regimes do socialismo real, ao marxismo e à concepção de “luta de classes”, e pela agilização da virada capitalista nos países do Leste Europeu. Nessa trajetória, a Teologia da Libertação foi condenada à excomunhão pela Igreja Católica, no final dos anos de 1980, por seu suposto caráter “subversivo” de estímulo à ditadura comunista. Assim, em substituição, entre as décadas de 1980 e 1990, o catolicismo vai adotando em suas práticas religiosas as chamadas teses “carismáticas”, que se situam no interior de um capitalismo em processo de “evangelização”, visando torná-lo mais humano e caridoso, a fim de promover o “combate à miséria” no mundo e, sobretudo, a conquista dos fiéis desgarrados do rebanho de Deus pelos totalitarismos materialista-históricos do século XX.

Dessa maneira, exemplifica-se o envolvimento de política e religião, e o processo de correlação de forças, que pode se manifestar no interior de determinado aparelho “privado” de hegemonia de ordem religiosa, permitindo convertê-lo em um partido político, de sentido amplo, no momento em que tal aparelho promove a formação de uma determinada vontade coletiva, seja para a conservação da dominação capitalista ou libertação das massas⁷⁵.

⁷⁵ Além das estratégias de renovação da fé, (re)conquista de fiéis e dominação político-cultural da religião, levadas a cabo pela Igreja nos países de predomínio católico, Gramsci (2002, p. 301) exemplifica que, nos Estados Unidos da América, significativas remessas de recursos são destinadas às atividades religiosas, basicamente ligadas ao protestantismo ou às seitas evangélicas, com finalidade hegemônica bem precisa.

Tendo como horizonte a materialização de um projeto de sociedade e sociabilidade democrático de massas, defendemos, portanto, a formação de novos aparelhos “privados” ou a conversão dos já existentes em aparelhos da sociedade civil contra-hegemônicos, dado o interesse de elevação das taxas de lucro e da acumulação capitalista, implícita no projeto hegemônico social-democrata. Assim, a contra-hegemonia poderá conquistar, capilarmente, novos espaços, quase totalmente dominados pela hegemonia neoliberal da social-democracia, e adquirir “posições” estratégicas na “guerra de assédio”, rumo à formação de uma *sociedade regulada*.

6.2. Organizações não-governamentais (ONGs)

Como vimos anteriormente, as entidades “filantrópicas” da sociedade civil existem há muito tempo no mundo ocidental, porém, ganham novas dimensões para atender aos padrões urbano-industriais de sociedade e sociabilidade. Assim, com a criação dos organismos multilaterais do capitalismo avançado e do “grande” aparelho “privado” de hegemonia de “paz” e “bem-estar social” dos países capitalistas, a ONU, essas entidades da sociedade civil, numa acepção liberal, situadas para além do Estado (entendido como governo), passam a ser compreendidas com o nome genérico de “organizações não-governamentais”.

Segundo documento do Banco Mundial, a primeira referência de utilização da sigla “ONG” “foi em um relatório do Conselho Econômico Social (ECOSOC) de 1950” (GARRISON, 2000, p. 74). Criada “para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada ‘desenvolvimento de comunidade’” (GOHN, 1997, p. 54), a “organização não-governamental” é, assim, reconhecida pela ONU por sua estrutura jurídica à margem da aparelhagem estatal, na esfera do “privado”, porém, de “interesse público”.

De fato, a nomenclatura “ONG” surge no momento em que o mundo se divide em dois grandes blocos político-econômicos bem delimitados. Marcado por uma “guerra de posição”, estabelecida entre os países liderados pelo capitalismo *keynesiano* e as nações dominadas pelo socialismo real, o mundo do período Pós-guerras vive a chamada “Guerra Fria”, conforme analisamos no Capítulo 2 desta dissertação, sob o comando dos oponentes Estados Unidos e União Soviética.

Nesse contexto, a hegemonia dos Estados capitalistas, assegurada pelo desenvolvimento de suas burocracias estatais e seus aparelhos “privados”, criou determinados mecanismos e estratégias, visando evitar possíveis quedas tendenciais das taxas de lucro das empresas e crises de direção política, cultural e ideológica. Em outros termos, à hegemonia burguesa interessava combater, por meio da “coerção”, ou esvaziar, através da “persuasão”, a formação e a proliferação de determinadas forças sociais e ideológicas contra-hegemônicas, que pudessem conquistar “posições” de destaque nas “trincheiras” da sociedade burguesa.

Portanto, entendemos que a denominação “ONG” estará a serviço da hegemonia capitalista no “plano” superestrutural da sociedade civil, por tratar-se do termo genérico dado a entidades “filantrópicas” da sociedade civil, para o “desenvolvimento da comunidade” com ações focalizadas, atendendo ao projeto de sociabilidade urbano-industrial dos países líderes do capitalismo.

Contudo, essa evidência não significa que toda forma de organização da sociedade civil, ou toda ONG, constitui-se como aparelho “privado” da hegemonia burguesa. Na realidade, à classe dominante e dirigente capitalista interessa homogeneizar, em nome de um certo “pluralismo” político, nos limites de um regime democrático social-democrata ou reformista, todas as forças sociais que se instituem como ONGs, tratando-as igualmente como entidades privadas, “sem fins lucrativos”.

Por essa razão, a Organização das Nações Unidas, que representa os interesses econômicos dos sujeitos políticos coletivos que constituem aqueles aparelhos “privados” de hegemonia do capitalismo multilateral, sediados nos Estados Unidos (MELO, 2004, p. 166), ao igualar todas as forças político-sociais institucionalizadas com o nome genérico de “ONG”, está, por meio da “persuasão”, esvaziando determinadas forças contra-hegemônicas que podem estar surgindo no contexto da totalidade social.

No caso brasileiro, por outro lado, segundo documento do IBGE, milhares de organizações da sociedade civil firmaram-se no cenário político-social deste país durante o Regime de 1964 e no período pós-ditadura (BRASIL, 2004, p. 25), à sombra das “ações-diretas” mobilizadas pelos “movimentos populares”, e dos movimentos sociais como um todo. Porém, a “primeira referência de utilização do termo *ONG* na imprensa escrita nacional

foi em um artigo publicado no Jornal do Brasil em 1988 intitulado ‘As Organizações Não-governamentais tomam conta do país’” (GARRISON, 2000, p. 74).

Como analisamos no segundo capítulo deste trabalho, da década de 1970 para a de 1990, essas organizações não-governamentais modificaram sua linha de ação político-social. Da contestação e reivindicação à “ação-direta” específica e focalizada, esses organismos da sociedade civil percorreram um longo caminho. Portanto, a partir de 1995, o neoliberalismo da social-democracia investe na idéia de conquistar o maior contingente possível desses aparelhos “privados”, ao situá-los, na qualidade de “propriedades públicas não-estatais”, como sujeitos políticos coletivos estratégicos para o desenvolvimento social no Brasil. Assim, ao financiar e “gerenciar” as “ações-diretas” das ONGs, que optam por atuar em regime de colaboração ou em parceria, a aparelhagem estatal vai ganhar um grupo de fortes “aliados”, no processo de “educação” e “conformismo” da população, para seu projeto de sociedade e sociabilidade capitalista.

Dessa maneira, o governo brasileiro, ao adequar as organizações não-governamentais à categoria “propriedade pública não-estatal”, conforme é estabelecida no *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado* (BRASIL, 1995), afina-se com as perspectiva de “ONG” elaborada pelas Nações Unidas e os organismos multilaterais: uma entidade privada, que, financiada com recursos públicos, desenvolve projetos sociais de interesse da comunidade, no atendimento a demandas localizadas e específicas.

Com efeito, o Estado, em sentido restrito, impulsiona o processo de persuasão “ideológica” em “instável equilíbrio” com o de coerção “econômica”, ou seja, subordinando a perspectiva de “política de resultados”, no combate à pobreza, à manutenção e ampliação das fontes de recursos financeiros para o orçamento das ONGs (GARRISON, 2000, p. 33). Dessa forma, esse processo, protagonizado pela sociedade política, não somente, de maneira efetiva, conquista um contingente significativo de entidades da sociedade civil, sob a efígie do imaginário “setor sem fins lucrativos”, como também promove a proliferação desses aparelhos “privados” de hegemonia, nos marcos do projeto ético-político de sociedade e civismo do neoliberalismo social-democrata.

Em contrapartida, certos aparelhos “privados”, que poderíamos classificar, nos limites da nomenclatura burguesa, como “organizações não-governamentais”, porém, que atuam em favor de uma contra-hegemonia socialista, ficam à margem daquele processo de

persuasão ideológica e coerção econômica e, portanto, das benesses do modelo de sociabilidade social-democrata. Todavia, esse mesmo processo de equilíbrio instável entre coerção e persuasão promove a cooptação desses organismos contra-hegemônicos, que, muitas vezes, pode ser bem sucedida e, por conseguinte, ampliar a conquista de forças sociais de mobilização e organização para a cultura cívica neoliberal.

De fato, o estudo recente (BRASIL, 2004), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ambos diretamente ligados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – isto é, componentes da aparelhagem estatal do nosso país –, foi desenvolvido com base em dados empíricos contidos no Cadastro geral de Empresas do IBGE. Com o “objetivo de apresentar um retrato mais completo das instituições privadas sem fins lucrativos que atuam no Brasil” (BRASIL, 2004, p. 7), a Associação Brasileira das ONGs (ABONG) e o Grupo de Fundações, Institutos e Empresas atuaram em parceria, na qualidade de organizações da sociedade civil de representação das ações de “responsabilidade social”, provenientes do suposto “segundo setor” (GIFE) e do “terceiro setor” (ONGs), ou seja, de aparelhos “privados” da hegemonia capitalista, com o Estado em sentido “restrito”, para a elaboração desse estudo.

Nesse sentido, não coube à pesquisa desenvolvida pelo IBGE, IPEA, GIFE e ABONG capturar a linha ético-política, que servia de fio condutor às “ações-diretas” desenvolvidas pelas ONGs e demais entidades da sociedade civil, chamadas de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL), contempladas pelo estudo. Em outros termos, não houve uma preocupação em perceber a direção política, cultural e ideológica a que cada um desses aparelhos “privados” de hegemonia pesquisados estava a serviço, no âmbito de suas atribuições.

Pelo contrário, ao fazer somente “retrato” estatístico dessas “fundações e associações”, a pesquisa uniformizou todas as formas de organização da sociedade civil, nos limites do chamado “setor sem fins lucrativos” ou “terceiro setor”, omitindo e, portanto, esvaziando as ações de um grupo de organizações sociais, ainda que pequeno ou pouco significativo frente à força da hegemonia neoliberal, trabalhando em direção a uma contra-hegemonia. Logo, suas conclusões devem ser analisadas e aceitas com certa cautela, posto

que essas organizações são apreciadas pela pesquisa à luz da legislação brasileira, ou do ponto de vista institucional-legal, e dos seus dados empíricos quantitativos, ou estatísticos.

Assim, do prisma institucional-legal, tanto a terminologia “organização não-governamental”, como “Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL)”, não são contempladas pelo marco legislativo do Brasil. De acordo com a pesquisa, porém, o grupo de aparelhos “privados” da hegemonia neoliberal social-democrata brasileira, no lastro do imaginário “setor sem fins lucrativos”, é composto pelas seguintes formas “jurídicas” de organização: *Organização Social*, *Organização da Sociedade Civil de Interesse Público*, *Fundações* mantidas com recursos privados (predominantemente sustentadas por empresários ou grupos empresariais), *Filial brasileira de Fundação ou Associação Estrangeira* e outras formas de associação, desde que sua finalidade não-lucrativa seja comprovada (BRASIL, 2004, p. 18).

Dessa maneira, na perspectiva desse documento (BRASIL, 2004), o termo “ONG” é designado, de forma abrangente, à totalidade de organizações “privadas”, que, no entanto, desenvolvem projetos e programas de “responsabilidade social” e de “interesse público”, sem fins lucrativos. Todavia, as atividades dos demais aparelhos “privados” de hegemonia, ou, atendendo às diretrizes do *Plano Diretor* (BRASIL, 1995), de outras “propriedades públicas não-estatais”, como de instituições escolares em todos os níveis educacionais, entidades de valorização e estímulo à cultura, ao esporte, à saúde pública, etc., também são contempladas pelo estudo e adicionam números às suas estatísticas.

Com efeito, de acordo com o estudo do IBGE (BRASIL, 2004), 62% das organizações não-governamentais, ou das FASFIL, existentes até o último ano do segundo governo FHC, “foram criadas a partir dos anos de 1990, ou seja, em 2002, tinham, no máximo, 11 anos de idade”. Ademais, suas estatísticas apresentam a progressão do contingente de entidades como essas, desde a década de 1970.

Porém, no período 1990-2000 e, sobretudo, entre os anos de 2001 e 2002, elas se proliferaram acentuadamente. Entre 1990 e 2000, o IBGE confirma a criação de 139.187 organizações sociais sem fins lucrativos, ou 50,45% do total existente no país. No entanto, o mesmo documento assinala que 30.882 FASFIL, ou 11,19% delas, surgiram no curto período espaço de tempo entre 2001 e 2002 – quase o mesmo contingente de ONGs fundado durante

toda a década de 1970 (32.858 ou 11,91%) e, aproximadamente, a metade de todas as entidades que foram criadas nos anos de 1980 (61.970 ou 22,46%) (BRASIL, 2004, p. 25).

Nessa trajetória, tendo em vista a perspectiva de permanência e aprofundamento do processo de reforma “intelectual e moral”, que é viabilizado com a reestruturação da burocracia estatal e da sociedade civil brasileiras, à luz do projeto de sociedade e sociabilidade neoliberal da “terceira via”, no âmbito do governo Lula da Silva, estamos seguros em afirmar que a tendência de crescimento dessas organizações deverá se manter ou, provavelmente, se elevar no período 2003-2007.

Com relação a esse crescimento nas diversas regiões do país, o documento atesta que 44% das ONGs situam-se na Região Sudeste, concentrando 21% do contingente no estado de São Paulo e 13% em Minas Gerais, de forma semelhante à distribuição populacional do país: “43% dos residentes no País estão no Sudeste, sendo um terço localizado nos dois estados acima mencionados” (BRASIL, 2004, p. 23).

Entretanto, no que tange à mão-de-obra que dá sustentação prática às atividades desenvolvidas por essas organizações da sociedade civil, contempladas pela pesquisa, essas fundações e associações do setor “sem fins lucrativos” fazem um “brinde” ao modelo econômico neoliberal. Empregaram, em 2002, pouco mais de 1,5 milhão de trabalhadores assalariados, correspondendo ao triplo de servidores públicos federais na ativa (cerca de 500 mil pessoas), no mesmo ano (BRASIL, 2004, p. 34), e a um crescimento de funcionários assalariados nesse setor “público não-estatal” da ordem de 48%, em relação ao ano de 1996 (BRASIL, 2004, p. 45).

Esses aparelhos “privados” de hegemonia, que atuam nas áreas da Educação e da Saúde, embora sejam pouco numerosas, isto é, compõem cerca de 7% da totalidade desses aparelhos (BRASIL, 2004, p. 50), são os que mais empregam, no ano de 2002: juntos, somam 52% do total de trabalhadores formalmente empregados, sendo 29% concentrados nas FASFIL do campo educacional e 23%, nas da Saúde. De acordo com o documento, a “complexidade *desses serviços* bem como a abrangência do *atendimento dessas organizações*”⁷⁶ podem explicar o fenômeno” (BRASIL, 2004, p. 34).

⁷⁶ Grifos nossos, para destacarmos as idéias de “serviço público” e “atendimento à população”, prestados por essas organizações sociais, explícitas no documento do IBGE, que seguem a orientação do modelo administrativo gerencial, preconizado no Brasil pelo *Plano Diretor* (BRASIL, 1995) e ratificado pelo programa *Avança Brasil* (CARDOSO, 1998) e pelo *Plano de Gestão para o Governo Lula* (BRASIL, 2003).

Todavia, visto que a maioria das organizações da sociedade civil, integrantes desse “setor sem fins lucrativos” delimitado pelo IBGE, “é formado por milhares de organizações muito pequenas”, o documento afirma que aproximadamente 77% dessas entidades não têm qualquer funcionário (BRASIL, 2004, p. 26). Não obstante apenas 1% das ONGs pesquisadas sejam de “grande porte”, isto é, mobilizam um número significativo de recursos humanos, materiais e financeiros, somente esse grupo conta com 100 ou mais empregados (BRASIL, 2004, p. 27).

No entanto, com as perspectivas de redução no quadro de funcionários devidamente registrados e de crescimento de contratos “informais”, na “prestação de serviço” às organizações não-governamentais, é sinalizada a hipótese de “aumento das equipes por meio do trabalho voluntário” (BRASIL, 2004, p. 45). Nesse caminho, do total de voluntários, engajados ao projeto de sociabilidade neoliberal da social-democracia brasileira, ou seja, ativo no combate à miséria e na elevação dos níveis de qualidade de vida da população, no ano 2000, cerca de 71% desses cidadãos social-democratas “informam trabalhar em organizações sem fins lucrativos” (BRASIL, 2004, p. 26).

Assim, essa perspectiva de redução do contingente de funcionários formais empregados nas ONGs reflete a dinâmica político-econômica neoliberal de desmonte do emprego e precarização do mercado de trabalho, revelando a “falácia” do combate ao desemprego, propalado pelo discurso hegemônico⁷⁷.

Sobretudo, estamos convencidos de que esse grande “retrato”, elaborado em conjunto por organismos da aparelhagem estatal, de associações de interesse restrito do empresariado e de entidades da sociedade civil mergulhadas na sociabilidade neoliberal, mais do que apresentar, com análises estatísticas, a estrutura e o funcionamento das “propriedades públicas não-estatais” do Brasil, abre a possibilidade de anulação da finalidade não-lucrativa do chamado “setor sem fins lucrativos”.

Na concepção desses organismos, para um aparelho “privado” de hegemonia integrar o grupo das FASFIL, dentre outros aspectos, como já sabemos, precisa ter finalidade “não-lucrativa”. Assim, esses aparelhos “privados” devem se constituir como “organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não

⁷⁷ BNDES. *Notícias*: BNDES apóia com R\$ 1,4 milhão a ampliação da rede de voluntariado organizado no país. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/noticias/not424.asp>> Acesso em: 20 jun. 2004.

possuem como razão primeira a existência de lucros”. Porém, “podem até gerá-los desde que aplicados nas atividades fins” (BRASIL, 2004, p. 15).

Portanto, é conferida a ressalva de “finalidade lucrativa” atribuída as ONGs, desde que dirigida, de forma restrita, aos projetos e programas sociais por elas desenvolvidos. Mas o que vai, efetivamente, garantir que esses eventuais “lucros” serão aplicados nas atividades das ONGs? Haverá algum mecanismo de controle para que esses “excedentes” não sejam desviados de suas reais finalidades? O que vai garantir a lisura desse encaminhamento dado aos “lucros” das ONGs, reconhecido por esse documento do aparelho de Estado?

Assim, torna-se transparente o engajamento das organizações não-governamentais ao capitalismo ou, em outros termos, desses aparelhos “privados” à hegemonia neoliberal social-democrata, desde que, efetivamente, integrem o imaginário “terceiro setor”, ou “setor sem fins lucrativos”, reproduzindo e “educando” as massas para o projeto de sociedade e civismo hegemônico.

No entanto, os aparelhos “privados” contra-hegemônicos, que, mesmo utilizando a linguagem dos organismos internacionais, poderíamos chamar de “organizações não-governamentais”, dificilmente terão a possibilidade de gerar “excedentes”, dada a sua situação de pouca visibilidade na sociedade burguesa e, por definição, seu posicionamento contrário à hegemonia capitalista.

O Estado-classe, em nome da burguesia dominante e dirigente, coopta, em escala crescente, as organizações da sociedade civil a se integrarem ao sistema, utilizando de sua força ou coerção econômica, nos processos de captação de recursos e racionalização dos gastos, mas na aparência de persuasão e convencimento, dada a proliferação dessas entidades. Evidentemente, esse processo dificulta a “guerra de posição” em favor da contra-hegemonia democrática de massas, no que se refere à formação e ao desenvolvimento de programas sociais de “organizações não-governamentais” a serviço de outro projeto de sociedade e sociabilidade que não seja o neoliberal da social-democracia.

Assim, entendemos que a resistência a esse movimento de dominação da social-democracia, deverá acontecer com a formação de uma “vontade coletiva nacional-popular”. Daí, estamos convencidos de que os sujeitos políticos coletivos, que propuserem mobilizar e organizar suas forças sociais, em torno de um projeto de sociedade e sociabilidade de

elevação das massas, terão muita dificuldade em promover o processo “molecular” de materialização de sua contra-hegemonia.

No entanto, a sociedade não se depara com questões de uma época, sem que haja as condições político-econômicas para sua resolução. Por isso, os aparelhos “privados”, que, por definição, podem ser associados ao ideário burguês em decorrência do uso da sigla ONG, ganharão relevo no trabalho contra-hegemônico de formação de uma outra vontade coletiva, na medida em que vão ampliando sua capacidade de “educação” das massas para atingir a “catarse”, ampliar o processo de “socialização da participação política” e de “ocidentalização”, e estabelecer novas “relações de força” com o Estado em sentido restrito, desenvolvendo-se, pois, também na qualidade de partido político em sentido amplo, como célula da “guerra de posição”.

6.3. As formas de mobilização e organização do empresariado em direção à cultura cívica da “responsabilidade social”

Como analisamos nos capítulos anteriores desta dissertação, compreender a aparelhagem estatal, o mercado e a sociedade civil como três elementos ou “setores” organicamente estanques, que, no máximo, podem estabelecer uma relação de parceria, corresponde a um “erro” teórico-metodológico de teorias políticas derivadas do liberalismo. Todavia, a concepção de “Estado ampliado” vai compreender a totalidade formada pelo Estado, em sentido restrito, mais a sociedade civil. O “mercado determinado” e o empresariado, à luz da estrutura capitalista, situam-se no interior da sociedade civil, pois, como vimos acima, é na sociedade que se desenvolvem os aparelhos “privados”, em favor de uma determinada direção política, cultural e ideológica.

Na era do Capital, seja ele social-democrata, neoliberal, reformista, etc., a burguesia constitui-se como classe dominante, porque detém os mecanismos materiais de dominação da totalidade social, e dirigente, pois dirige essa totalidade no sentido de manter e ampliar suas taxas de lucro (a razão de existir do capitalismo) e seu poder de hegemonia. Com efeito, por se situar no interior da sociedade civil, que faz parte da totalidade estatal, a classe burguesa, ao mesmo tempo em que “educa” as massas para o projeto de sociedade e sociabilidade de seu interesse político-ideológico, cultural e econômico, é “educada” para engajar-se a esse mesmo projeto ético-político.

Conforme analisamos no capítulo sobre a Reforma do Estado no Brasil pós-1995, o modelo de administração pública gerencial, que seria viabilizado com a reestruturação da aparelhagem estatal, deriva do programa gerencial de administração de empresas particulares, porém, com o objetivo de assegurar a sustentabilidade econômica ou equilíbrio fiscal do Estado e a “governança” da aparelhagem. No entanto, essa “Reforma Gerencial”, de 1995, que se baseou no modelo de administração pública proposto pela “terceira via”, além de redefinir o papel da burocracia estatal, redesenhou também as relações de força entre o Estado em sentido restrito e a sociedade civil, por meio de uma “reforma intelectual e moral”, que materializou o projeto de sociedade e sociabilidade neoliberal da social-democracia no Brasil.

Com efeito, o empresariado brasileiro também teve de reestruturar sua posição estratégica na sociedade civil, no sentido de reverter sua crise de hegemonia, frente à abertura e à flexibilização do mercado brasileiro para a entrada de capital estrangeiro no país – principalmente, quando se leva em consideração o processo de privatização de boa parte do patrimônio público nos governos de FHC –, e sua queda tendencial da taxa de lucro. Nesse contexto, o Capitalismo Financeiro toma corpo nas relações econômicas brasileiras e, no setor produtivo, o empresariado nacional e o estrangeiro estabelecem uma “união”, a fim de evitar o desmonte definitivo do parque industrial brasileiro e, portanto, seu poder de dominação econômica e direção política, cultural e ideológica.

Uma vez adequado e implantado o modelo gerencial de administração de empresas à burocracia estatal e materializadas, historicamente, as condições para “educar” a população nos padrões do neoliberalismo da social-democracia, o empresariado nacional será um dos focos de atenção das minorias dirigentes nacionais, que formulam e põem em funcionamento as políticas de Estado (em sua conotação ampliada), em relação de instável equilíbrio com as políticas internacionais, levadas a cabo pelas potências hegemônicas e pelos organismos multilaterais, e “persuadida” a aderir ao novo projeto de sociedade e sociabilidade proposto.

De fato, lançando mão das experiências internacionais que giram na órbita do chamado “sistema de três setores”, do modelo de “cidadania ativa” social-democrata, da responsabilidade social e ambiental do empresariado, do voluntariado corporativo, a elite brasileira social-democrata, que torna real o neoliberalismo dessa “terceira via” no país,

busca o convencimento e a conquista do empresariado brasileiro a esse projeto de sociabilidade, que é apresentado, nesse contexto, como o “modelo do futuro”.

Conforme analisamos anteriormente, o neoliberalismo ortodoxo (de Hayek e Friedman) emerge para reverter a queda tendencial da taxa de lucro das grandes potências do capitalismo e a crise de hegemonia, no âmbito do declínio do fordismo e do keynesianismo. Na prática, esse modelo neoliberal não atingiu plenamente seus objetivos, isto é, as taxas de lucro não atingiram as mesmas que se apresentaram durante os “trinta anos gloriosos”. Ademais, elevou os graus de pobreza e desigualdades sociais dentro das nações líderes do capitalismo, e também agravou os níveis de miséria dos países periféricos, como os africanos e latino-americanos.

Com efeito, a social-democracia ganha novos matizes e ressurge, no cenário internacional, como uma “terceira via”, buscando conciliar o *laissez-faire* econômico com um certo conceito de “justiça social”. Em outros termos, a nova social-democracia vai se constituir como um regime ético-político neoliberal, que, no entanto, vai se empenhar em deter as “tensões sociais” em razão da pobreza que gera, no momento em que promove a acumulação de renda das classes dominantes e assegura a hegemonia capitalista.

Nesse caminho, o empresariado nacional terá a função estratégica de aderir a esse modelo ético-político, desenvolvendo “ações-diretas” pertinentes a esse padrão de sociabilidade em suas práticas empresariais. Com isso, ao mesmo tempo em que vai assegurar a lucratividade de seus negócios, vai “educar” e “conformar” seus funcionários e amplos setores da sociedade civil para o projeto de sociabilidade, que assegurará a dominação e a hegemonia do capitalismo neoliberal, aparentemente “humanizado”, com práticas de alívio à pobreza e elevação dos níveis de qualidade de vida, definidas como “promoção de justiça social”.

Assim, os aparelhos “privados” da hegemonia capitalista, que, por definição, constituem-se como entidades de finalidade lucrativa ou “empresas capitalistas”, terão sua “função social” redefinida. Vimos que, em tempos de neoliberalismo ortodoxo, de acordo com Friedman (EXAME, 2004, p. 25), a função ou responsabilidade social da empresa consiste na geração de lucros, em escala crescente, e no ato de honrar seus “compromissos”, remunerando seus funcionários, premiando os melhores e pagando os impostos.

Entretanto, com a crise político-econômica do conservadorismo neoliberal, parcela do megaempresariado, em nível internacional, começa a desenvolver “ações-diretas” de caráter filantrópico, visando atenuar, mesmo que minimamente, o impacto da miséria em determinados locais. Assim se constitui a terminologia “filantropia empresarial”, que define as ações das grandes corporações do capitalismo no combate à pobreza.

Contudo, em meados da década de 1990, quando, no plano internacional, o neoliberalismo da social-democracia conquista a hegemonia civil e, capilarmente, vai causando “assédio” e adquirindo “posições” no conjunto das relações sociais do Brasil, setores dirigentes do próprio empresariado, representados por aparelhos “privados” de hegemonia, como FIESP, SESI, FEBRABAN, etc., começam a realizar a “catarse” – ou tomam consciência do conjunto das relações sociais nessa conjuntura – e a elaborar, em parceria com o Estado em sentido restrito, políticas e ações sociais de materialização do projeto de sociedade e sociabilidade da social-democracia.

Nesse contexto, o Conselho da Comunidade Solidária, situado no “Núcleo Estratégico” da aparelhagem estatal, vai se constituir como o elo de ligação do Parlamento e da Casa Civil com o empresariado (nacional e internacional) e a totalidade civil do país. Este conselho, dirigido por intelectuais orgânicos do neoliberalismo social-democrata, vai trazer para a realidade brasileira o conceito do imaginário “terceiro setor”. Nessa trajetória, o ideário que envolve o verbete “solidariedade” se modifica: torna-se “compromisso” ou “responsabilidade social” de todos os cidadãos. Portanto, é redefinido o conceito de cidadania “urbano-industrial” no Brasil: a partir desse momento, todos os cidadãos estão intimados a se mobilizar em conjunto para combater a miséria e a não “perder tempo” com “discussões políticas”.

Com efeito, os setores dirigentes da burguesia nacional assumem esse novo conceito de “solidariedade”, rompem com a definição de “filantropia empresarial”, percebida agora como uma prática aleatória e beneficente dos empresários, mais situada no plano da caridade cristã, e começam a se posicionar como organizadores e difusores da cultura cívica da “cidadania ativa” social-democrata e de responsabilidade social.

Nesse caminho, vão surgir e se aperfeiçoar: as “fundações empresariais”, os departamentos ou setores de responsabilidade social dentro das empresas, os programas de

voluntariado corporativo, as “empresas cidadãs” e as parcerias com organizações não-governamentais.

As “fundações empresariais” (ou “institutos” de empresas) são aparelhos “privados” da hegemonia capitalista, que, da mesma forma que as organizações não-governamentais, no caso brasileiro, não existem em termos jurídicos. Assim, se inscrevem, geralmente, como “organizações sociais”, “organizações da sociedade civil de interesse público” ou mesmo como “fundações”, mantidas com recursos privados.

Da mesma forma que as ONGs, que desenvolvem programas sociais específicos e localizados, e, sobretudo, militam no campo da sociabilidade neoliberal da social-democracia, as fundações empresariais se diferenciam dessas entidades apenas por sua característica notadamente empresarial. Ou seja, pertencem ao suposto “setor sem fins lucrativos”, entretanto, são identificadas como organizações sociais diretamente vinculadas a grandes empresas, que detêm como meta a difusão da cultura cívica da “solidariedade” como “responsabilidade social”.

Nesse sentido, a Fundação Itaú Social, a Fundação Bradesco, a Fundação Banco do Brasil, a Fundação Bank Boston, Fundação Souza Cruz, Instituto General Motors, etc., constituem-se como exemplos desse tipo de aparelho “privado”, chamado genericamente de fundações empresariais, para fortalecer o poder de hegemonia civil da burguesia dominante e dirigente. Contudo, outras entidades, como a Fundação Osvaldo Cruz e o Instituto Benjamin Constant, constituem o grupo de “autarquias” mantidas pela aparelhagem estatal, encaradas, a partir da Reforma do Estado (BRASIL, 1995), como “propriedades públicas não-estatais”.

Há casos, no entanto, de grandes ou médias empresas em que sua atuação no ramo da “responsabilidade social” empresarial é mais “restrita”, cautelosa ou menos visível, comparando-se com a abrangência das fundações. Nesse caminho, esse grupo de empresas ainda está se engajando a esse processo de organização e difusão da sociabilidade neoliberal da “terceira via”, porque, ou não dispõe de recursos e parcerias suficientes para fundar uma organização social do porte dos institutos ou fundações empresariais, ou precisa ter certeza dos resultados desse “investimento” em projetos sociais, no sentido de ampliar e institucionalizar suas atividades de responsabilidade social.

Assim, essas corporações grandes ou médias elegem a criação de departamentos ou setores específicos de “responsabilidade social”, a fim de elaborar e pôr em

funcionamento programas sociais das próprias empresas, a serem desenvolvidos, em conjunto, pelos funcionários das mesmas companhias. Outras, porém, em vez de “institucionalizar” dentro da empresa um suposto setor de responsabilidade social, optam por constituir parcerias com organizações não-governamentais ou outras fundações de empresas, gerenciando os recursos destinados a certos projetos sociais e, em troca, assegurando a “marca de qualidade” de seus produtos ou serviços por meio dessa ação.

Nessa trajetória, alguns profissionais são contratados para trabalhar nas funções de direção e coordenação das fundações empresariais ou dos projetos sociais dos setores de responsabilidade social das empresas. No entanto, uma parte bastante significativa do pessoal, que dedica parte de seu tempo disponível para trabalhar no funcionamento desses projetos, é constituída por funcionários dessas empresas, na qualidade de agentes voluntários. Por conseguinte, esse contingente de voluntários advindo do quadro de funcionários de fundações e empresas, que desenvolvem ações de responsabilidade social, é conhecido como “voluntariado corporativo”.

O objetivo dos formuladores e da classe hegemônica social-democrata, intimamente ligada aos grupos dirigentes do empresariado, é, por intermédio da “persuasão” ou da “sedução”, a conquista dos funcionários das empresas para a sociabilidade neoliberal, que vai se materializar através da formação e proliferação desse voluntariado corporativo.

Muitas vezes, as táticas de “convencimento” desses funcionários a participar como voluntários dos programas de responsabilidade social parecem ser muito eficientes. As empresas tendem a preparar do lado “psicológico” dos voluntários, destacando a “importância” do desprendimento e do “espírito de solidariedade” desses sujeitos e, por isso, o “orgulho” que as empresas manifestam em empregar e remunerar esse profissional.

O “trabalho em equipe” e o “espírito” de integração ao corpo das empresas são muito valorizados, nos dias atuais, no âmbito das relações e atividades profissionais, durante o expediente de trabalho. Da mesma forma, isso ocorre na esfera das ações de responsabilidade social, desenvolvidas pelo voluntariado corporativo. A “solidariedade” dos voluntários, recompensada psicologicamente pelo “resultado” das suas horas de dedicação a um certo projeto social de combate à pobreza e elevação da qualidade de vida de uma determinada população-alvo, consolida e reforça o “espírito” de equipe e de pertencimento à

empresa, garante a “felicidade” do funcionário, eleva a produtividade e os lucros do empresário, e assegura uma certa “estabilidade” desse trabalhador no emprego.

Por outro lado, estamos convencidos de que uma dessas “táticas” de grande eficiência situa-se no lastro da “coação” econômica. Isto é, da mesma forma que o Estado, em sentido restrito”, usa da coerção material sobre o conjunto da sociedade civil, porém, disfarçada de persuasão e convencimento, as empresas estão “recomendando” o engajamento de seus funcionários à sociabilidade neoliberal como forma de manutenção e crescimento no emprego. Mais do que isso: um número significativo de companhias privadas vem considerando a adesão de candidatos a emprego a algum tipo de atividade voluntária, numa acepção social-democrata, como um diferencial que “eleva” a qualidade curricular desses profissionais, no mercado de trabalho atual, ou como fator determinante para a obtenção das vagas em competição.

Com efeito, esse “voluntariado corporativo”, que trabalha em equipe, coopera com os programas de responsabilidade social de interesse das empresas e se sente recompensado em fazer um serviço voluntário, ou o faz para garantir sua “estabilidade” no emprego, será aquele que, certamente, não vai compor os sindicatos, não vai reivindicar melhores salários e, portanto, não vai se posicionar contra a sociabilidade neoliberal da social-democracia e sua força hegemônica.

Nesse contexto, as corporações capitalistas, que vão se engajar a esse padrão de sociabilidade, ao se constituírem, por essa razão, como “empresas cidadãs”, vão converter a força social de mobilização, presente no grupo de funcionários engajado ao serviço voluntário corporativo, no chamado “capital social”. Em outras palavras, ao promoverem ações de responsabilidade social, estimulando a cidadania ativa por intermédio do voluntariado, as empresas cidadãs estão aprimorando sua imagem perante a sociedade civil e agregando qualidade aos seus produtos e serviços.

Por exemplo, quando a Fundação Abrinq, dirigida por um grupo de fabricantes de brinquedos, emite o selo “Empresa Amiga da Criança” em produtos de outras companhias, “parceiras” dessa fundação empresarial, está “melhorando o *marketing* social” (MONTAÑO, 2002, p. 213) dessas empresas e de sua produção pelos “serviços prestados” à sociedade. Nesse mesmo horizonte, como veremos no próximo capítulo deste trabalho, no momento em que o Instituto Brasil Voluntário “premia” as escolas públicas e particulares de todo o país

com o selo “Jovem Voluntário Escola Solidária”, está agregando valor ao desempenho dessas instituições no campo da promoção do voluntariado, nos limites do imaginário “terceiro setor”.

Com efeito, essas empresas ampliam seus negócios e os lucros, ao mesmo tempo em que isentam “o capital de impostos estatais, conseguindo subsídios, entre outros benefícios” (MONTAÑO, 2002, p. 213). Nessa perspectiva, as “empresas cidadãs” contribuem “para a manutenção da ‘harmonia social’, para a aceitação pela comunidade da presença da indústria e de seus eventuais prejuízos àquela e/ou ao meio ambiente” (MONTAÑO, 2002, p. 213).

Por conseguinte, o agente voluntário, empregado nas grandes e médias empresas e que desenvolve “ações-diretas” de solidariedade social-democrata, será extremamente funcional à empresa capitalista, dita “cidadã”. O voluntariado corporativo vai ampliar a produtividade e a “mais-valia relativa” do empregador, não vai contestar a superexploração no trabalho, vai atuar no setor de responsabilidade social ou nas fundações empresariais, em vez de integrar grupos sindicais, vai atenuar a pobreza de alguns segmentos da sociedade, suavizando a formação de “tensões sociais”.

Esse voluntariado e as ações de “responsabilidade social” das ditas “empresas cidadãs”, em escala ascendente, vêm, sobretudo, possibilitando a inversão da tendência de queda das taxas de lucro dos empresários, engajados à sociabilidade do chamado “setor sem fins lucrativos”, e reforçando a hegemonia neoliberal da social-democracia brasileira.

6.4. Movimentos sociais

A formação dos movimentos sociais: sentido “amplo” e sentido “restrito”

Compreendemos a categoria “movimentos sociais” como a mais abrangente de todas as outras, dada a amplitude e o pluralismo de concepções e conceitos, de possibilidades e formas de mobilização, de participação e engajamento dos sujeitos.

A princípio, podemos sugerir que os movimentos sociais podem ser encarados de duas formas: em sentido “amplo” e em sentido “restrito”. Entender os movimentos sociais, em sentido “amplo”, significa pesquisar, analisar e compreender todas as formas de mobilização e organização dos cidadãos, no plano da sociedade civil, uma vez que essas se constituem como tipos de “movimentação” dos sujeitos no contexto social. Assim,

poderíamos afirmar que este trabalho se situa no campo de estudo dos “movimentos sociais”, posto que visa elaborar uma análise científica de determinadas formas de mobilização e organização ou “movimentação” da sociedade civil brasileira, em sua história recente.

Em contrapartida, os movimentos sociais compreendidos em seu sentido “restrito” consistem nas formas de mobilização dos sujeitos, constituídas exclusivamente como “movimentos sociais”, e não como campanhas, aparelhos “privados” de hegemonia, organizações sociais, partidos políticos em sentido restrito, etc. Logo, esses movimentos, tomados em seu sentido “restrito”, não existem no plano institucional-legal brasileiro, ou seja, na qualidade de instituição ou entidade da sociedade civil.

Essa diferença não significa, porém, que seja necessário analisar o fenômeno “movimento social” organicamente isolado, seja de outras formas de “movimentação” da sociedade civil, como a proliferação das ONGs ou a formação do voluntariado de combate à miséria, seja de organismos da aparelhagem estatal. Ao contrário, percebemos a separação dos movimentos sociais, em sentido “amplo” e em sentido “restrito”, como mera distinção “didática” ou “metodológica”, visando analisar e compreender melhor a definição e o funcionamento da natureza específica de cada uma dessas formas, sem, entretanto, romper sua “totalidade”, isolando-as como elementos organicamente estanques.

Nessa trajetória, o objetivo deste item de nosso trabalho é, justamente, compreender possíveis definições para esses movimentos em sentido “restrito”, sendo que os movimentos sociais já vêm sendo tratados aqui em seu sentido “amplo”. De fato, sem nos desprendermos do “pluralismo” nas formas de mobilização e organização da sociedade civil, como estamos tratando, basicamente, de dois projetos de sociedade e sociabilidade antagônicos em “guerra de assédio” ao longo de nossas análises, buscaremos promover uma aproximação dos conceitos de “movimento social”, em sentido “restrito”, em favor da sociabilidade neoliberal da social-democracia e, por outro lado, com base no pensamento contra-hegemônico democrático de massas.

De acordo com uma das definições mais atualizadas, formuladas pela pesquisadora Maria da Glória Gohn, os “movimentos sociais” constituem-se como “ações sociais de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2003, p. 13). Essas ações podem variar da “simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações,

passatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.), até pressões indiretas” (GOHN, 2003, p. 13).

No entanto, a orientação reformista do pensamento de Gohn (2003), acerca do conceito de “movimentos sociais”, nos limites do neoliberalismo, é revelada quando a autora assinala que os movimentos sociais “exercitam o que Habermas denominou com agir comunicativo” (GOHN, 2003, p. 13). Isto é, os movimentos sociais de maior visibilidade na sociedade capitalista vêm, atualmente, se desenvolvendo “por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais”, utilizando-se de “novos meios de comunicação e informação, como a internet”, de forma a possibilitar o surgimento e o desenvolvimento de novos conhecimentos no campo da mobilização social (GOHN, 2003, p. 13), predominantemente a serviço da hegemonia social-democrata.

Nesse caminho, ao favorecerem a razão comunicativa e a atuação em “rede”, as “ações-diretas”, que preenchem as agendas desses movimentos, são, em sua maioria, focalizadas em demandas sociais específicas e localizadas. Daí os chamados “Novos Movimentos Sociais” europeus, que tomaram corpo nos anos de 1970, sugerirem um projeto de cidadania bem adequado à realidade dos países social-democratas da atualidade.

Nessa perspectiva, os movimentos sociais vão receber maior visibilidade na sociedade capitalista contemporânea, por seu caráter de “conciliação” e “consenso” entre os grupos sociais; de abandono do antagonismo ou da “luta de classes” e, também, da idéia de “revolução permanente”; e de reformismo “dentro da ordem”. Aqueles que irão promover a “humanização do capitalismo”, como estratégia de “radicalização da democracia”, não farão oposição ao crescimento econômico dos Estados e defenderão a lógica do “capital social”, vão receber todas as apologias e estímulos da parte do grupo dirigente.

Segundo Giddens (1996), em tempos de “paz”, quando o Planeta não se divide mais em dois pólos ético-políticos, organicamente antagônicos, por intermédio da Guerra Fria, os Estados-nação deixam de estar, permanentemente, preparados para o conflito bélico e militar. Assim, na perspectiva neoliberal da social-democracia, os governos e os movimentos sociais, em seu sentido amplo, militam pela manutenção deste espírito de “paz” “muito mais convergentes do que costumavam ser” (GIDDENS, 1996, p. 265-266). Logo, consolidam uma relação cooperativa de trabalho e militância em conjunto, afastando a possibilidade de antagonismo, oposição e confronto entre si.

Nesse sentido, os movimentos sociais, na concepção “restrita”, se não quiserem refluir seu crescimento e estancar a ampliação de sua participação política na sociedade civil, deverão se associar e se agrupar em redes e, sobretudo, formalizar seu regime de cooperação ou sistema de parcerias com os Estados (entendidos como governos) e as organizações sociais (ou conjunto de aparelhos “privados” da hegemonia burguesa). Além de forças políticas nacionais, os organismos multilaterais, como o Banco Mundial (GARRISON, 2000), recomendam agregar também forças internacionais a essas redes e parcerias, por questões ético-políticas (persuasão) e econômicas (coerção).

Sobretudo no caso brasileiro, alguns pesquisadores do campo dos movimentos sociais, geralmente inclinados em sentido à aprovação do projeto de sociabilidade neoliberal da social-democracia, identificam, a partir de 1990, quando começa a se enfraquecer a formação de uma “vontade coletiva nacional-popular” no Brasil, uma fase de “crise” dos movimentos sociais.

De acordo com Gohn (1997, p. 45), a “cultura” dos movimentos sociais no Brasil se materializou, fundamentalmente, durante os vinte anos de Regime Militar (1964-1985), em torno do processo de “abertura” política e redemocratização do país. Nesse quadro, como analisamos nos Capítulos 2 e 3, os “movimentos populares” receberam papel de destaque e os movimentos sociais clandestinos tiveram bastante visibilidade, por seu posicionamento de oposição radical à ditadura.

De fato, a consolidação e “radicalização” da chamada “democracia social-liberal” no Brasil, por intermédio do “instável equilíbrio” entre força e consenso, fortaleceu a sociabilidade social-democrata como uma vontade coletiva “nacional”. Com efeito, a quase totalidade dos movimentos sociais de oposição ao Estado perdeu “posições” nas “trincheiras” da sociedade civil ou sucumbiu ao neoliberalismo, e os movimentos populares, tal como se constituíram nas décadas de 1960, 1970 e 1980, tiveram de modificar suas estruturas para resistirem ao atual projeto de cidadania. Com isso, também se alterou o “perfil” da militância no âmbito dos movimentos sociais (GOHN, 2003, p. 31).

Nesse contexto, como vimos acima, as organizações não-governamentais, principalmente aquelas que se constituíram como aparelhos “privados” da hegemonia neoliberal, tomaram a dianteira no processo de mobilização e organização social. Ao passo que muitas ONGs, nos anos de 1970, numa posição secundária de “apoio”, “assumiram um

claro papel articulador do lado dos movimentos sociais e captador de recursos para eles” (MONTAÑO, 2002, p. 270), percebe-se uma grande virada nessa relação, a partir da década de 1990. Essas organizações, que, como vimos anteriormente, existiam à sombra de movimentos sociais, como os movimentos populares, nos anos de repressão e redemocratização, passaram, contínua e predominantemente, a assumir o protagonismo das “ações-diretas”, na área social.

Assim, interessa aos grupos dominantes e dirigentes que os movimentos sociais, em sentido “restrito”, de maior poder de articulação política e penetração hegemônica nas “trincheiras” da sociedade civil, os quais aderem ao seu projeto de sociedade e sociabilidade, deixem de ser uma forma de mobilização constituída como “movimentos sociais”, se organizem e institucionalizem como “organizações da sociedade civil”, nos marcos do chamado “setor sem fins lucrativos”. Nessa perspectiva, constituídos como “entidades civis”, esses movimentos passarão a “existir” no plano institucional-legal – cujas modalidades vimos no item deste capítulo que versa sobre o conceito de ONGs –, sua visualização política, nacional e internacionalmente, é facilitada para os órgãos de fomento e seu poder de organização favorece a “razão comunicativa” com a sociedade política e o empresariado.

Portanto, essa tendência de institucionalizar os movimentos sociais no formato de aparelhos “privados” da hegemonia neoliberal da social-democracia consiste em mais uma estratégia da classe hegemônica, no sentido de fortalecer seu poder de direção. Assim, ao “persuadir” ou “seduzir” as forças sociais de mobilização e organização da sociedade civil, utilizando como meio de “coerção” a captação de recursos, destinados aos seus projetos e programas, os formuladores da hegemonia neoliberal insistem na possibilidade de geração de empregos, de arrecadação tributária, de capital social, de combate à miséria e desenvolvimento para a toda sociedade, nesse processo capilar de conversão dos movimentos sociais, em sentido restrito, nas organizações do suposto “terceiro setor” (GOHN, 2003, p. 31; MONTAÑO, 2002, p. 212; NEVES, 2003, p. 149).

Crítica à tentativa da hegemonia de “conquistar” os sujeitos políticos coletivos que compõem os movimentos sociais para o seu projeto de sociabilidade.

Todavia, não podemos calar a suposição de que todo esse “desenvolvimento social”, propalado pelos militantes da sociabilidade neoliberal da “terceira via”, pode se

constituir como uma falsa aparência ou “simulacro”, ao ser dirigido ao processo de conversão dos movimentos sociais em entidades do chamado “setor sem fins lucrativos”.

De fato, o próprio documento do IBGE supracitado (BRASIL, 2004) atesta que o crescimento do contingente de funcionários empregados por essas entidades (48%), no período 1996-2002, “foi relativamente bem menor do que o observado para o número de organizações (que foi de 157%)” (BRASIL, 2004, p. 45). Das 276 mil FASFIL oficialmente inscritas no Cadastro Central de Empresas do IBGE até 2002, apenas 1% desses aparelhos “privados” de hegemonia foi considerado de “grande porte”, por contar com cem (100) ou mais empregados (BRASIL, 2004, p. 27). Ademais, o referido documento supõe que esteja havendo uma redução no número de contratações, devido ao encolhimento na abrangência dos serviços prestados por essas entidades; a precarização das relações de trabalho, por conta da contratação “informal” nas prestações de serviço; e a proliferação do voluntariado nessas instituições (BRASIL, 2004, p. 45).

Em contrapartida, não podemos reduzir todos os movimentos sociais, seja em sentido “amplo” ou “restrito”, a formas de organização e mobilização da sociedade civil, íntima e radicalmente ligadas ao projeto de sociedade e sociabilidade social-democrata. Pelo contrário, o pluralismo dos movimentos sociais é um elemento percebido e, até certa medida, estimulado pela hegemonia neoliberal. Como analisamos acima, o grupo dominante e dirigente coopta essas formas de mobilização, por meio do uso da persuasão ético-política e da coerção econômica.

No entanto, novos “focos” de constituição de outros padrões de sociabilidade e de materialização de vontades coletivas diferenciadas podem estar se formando nas “trincheiras” da sociedade civil, e conquistando “espaço”, nesse terreno, à revelia ou não do poder hegemônico. Mesmo nos casos daqueles movimentos sociais, ditos “focalizados”, isto é, que desenvolvem “ações-diretas” exclusivamente direcionadas “aos setores portadores de carecimentos pontuais, com necessidades básicas insatisfeitas” (MONTAÑO, 2002, p. 191), de demandas “específicas”, como de direitos humanos e meio-ambiente, ou das chamadas “minorias”, como de grupos étnicos, homossexuais, feministas, etc., não é seguro afirmar sua total ou parcial adesão e participação no processo de “educação” das massas, nos marcos da direção política, cultural e ideológica exercida pelo neoliberalismo social-democrata, ainda que o poder de sedução e cooptação seja intenso.

Porém, o movimento social, em sentido “restrito”, que, conforme analisamos no Capítulo 3 deste trabalho, toma fôlego no espaço da sociedade civil brasileira e conquista “posições” na guerra de assédio com a hegemonia burguesa, é representado pelos sujeitos políticos coletivos que, por exemplo, constituem o MST. Apesar das tentativas de persuasão ou mesmo de pressão e cooptação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para a cultura cívica neoliberal da social-democracia, esse movimento social vem operando, desde os anos de 1980, na contestação e resistência à força da hegemonia, tendo como suporte a consolidação de seu projeto de sociedade e sociabilidade contra-hegemônico.

Com relação a outros movimentos sociais, em sentido “restrito”, como os derivados da luta sindical e que vêm se institucionalizando como aparelhos “privados” (por exemplo, a CUT e a Força Sindical), os de trabalhadores desempregados ou os de luta por moradia digna (Movimento dos Sem Teto), estamos convencidos de que se faz necessário investigar, de forma particular e rigorosa, a essência, a estrutura e o funcionamento de cada um deles, a fim de se precisar o modelo de sociedade e civismo a que cada um deles se presta a disseminar.

Em contrapartida, compreendemos os *movimentos sociais*, tomados em seu sentido “restrito”, como a mobilização de determinados sujeitos, que formam grupos específicos dentro da sociedade civil, constituídos pela adesão voluntária a interesses ou idéias comuns, materializando a “vontade coletiva” desse grupo, que dá suporte às suas linhas de intervenção ou “ação coletiva” na sociedade.

Gramsci indaga-se “como se formam as vontades coletivas permanentes e como tais vontades se propõem objetivos imediatos e mediatos concretos, isto é, uma linha de ação coletiva” (GRAMSCI, 2002, p. 287-288). Nesse caminho, como analisamos no Capítulo 5, o processo de formação da vontade coletiva é, por definição, “molecular” e de “análise difícilíssima”. Porém, os movimentos sociais, nesse processo, terão um papel estratégico importante, que vai ser refletir a vontade coletiva dos grupos específicos, que dá sustentação à sua linha de ação concreta.

Assim, um conjunto de movimentos sociais, que surgem como “explosões ‘sintéticas’ inesperadas”, tende muitas vezes, ao invés de solidificar e acentuar a amplitude de uma vontade coletiva, seja “nacional-popular”, hegemônica ou de novo tipo, expressando um outro modelo de sociabilidade diferenciado, a “destruir mais do que reconstruir” seu

próprio projeto de sociedade e civismo e a vontade coletiva de viabilizá-lo (GRAMSCI, 2002, p. 288).

De fato, os movimentos sociais, em sentido “restrito”, constituem-se como sendo “explosões” ou “erupções” de determinados grupos, nas “trincheiras” da sociedade civil. Isso é inevitável na medida em que se avalia a própria estrutura de sua forma de mobilização: os movimentos sociais não são constituídos legalmente como “organizações sociais”. A união dos sujeitos políticos coletivos é voluntária e, algumas vezes, têm suas ações coletivas reprimidas ou proibidas, conforme vivenciamos no caso do Regime de 1964, atraídas para o projeto de sociabilidade hegemônico ou cooptadas, como se percebe no momento histórico contemporâneo, ou estimuladas para favorecer o fortalecimento da hegemonia capitalista.

Contudo, vão resistir apenas os movimentos sociais, em sentido “restrito”, quando o processo capilar de formação da vontade coletiva, expressa pela união de seus militantes, manifesta desenvolvimento e consolidação, por meio de suas ações concretas. Nesse caso, constituíram-se os movimentos sociais, que se fortaleceram em torno da viabilização de uma “vontade coletiva nacional-popular”, como grande estrato dos “movimentos populares”, no período de Ditadura Militar, Abertura Política e Redemocratização do Brasil; os movimentos sociais clandestinos, em sua maioria, ligados às atividades do Partido Comunista; os movimentos de greve, que contestavam o Regime de 1964; o sindicalismo militante amputado sob os auspícios da Lei de Segurança Nacional; etc.

Com efeito, ainda que os movimentos sociais, compreendidos em sua conotação “restrita”, não consistam em formas de mobilização da sociedade civil, institucionalizadas como aparelhos “privados” de hegemonia, a despeito de sua possível atuação em “rede” ou das parcerias que venham consolidar, podem se constituir como partidos políticos, em sentido “amplo”. Por exemplo, a direção política, cultural e ideológica e o projeto de sociedade e sociabilidade, que dão suporte às ações do MST, por exemplo, não teriam o potencial de consolidar uma vontade coletiva, de tendência “nacional-popular”, elaborando ações coordenadas no desenrolar de seu processo histórico? Dessa maneira, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra não estaria desenvolvendo ações sociais que lhe conferem o “status” de partido político, em sentido “amplo”, isto é, em meio às formas de mobilização e organização da sociedade civil?

Por outro lado, de partidos políticos, em sentido “amplo”, alguns movimentos sociais – neste caso, a minoria – podem também, no processo “molecular” de fortalecimento da vontade coletiva de seus militantes, converter-se em partidos políticos, mas de sentido “restrito”. Ou seja, sua conquista de “posições”, nos espaços da sociedade civil, pode se ampliar e se tornar tão significativa que, em algum momento de seu desenvolvimento, pode motivar a sua institucionalização como “Novo Príncipe” dos parlamentos e da “grande política”.

Um exemplo interessante, que caracteriza e confirma essa idéia, é a formação do Partido dos Trabalhadores, no ano de 1980, contexto em que o Regime de 1964 demonstrava um desgaste irreversível. O PT acaba, nesse caminho, sendo, basicamente, o resultado do fortalecimento do sindicalismo militante dos operários da região do ABC paulista, durante a segunda metade da década de 1970, da conquista de “posições”, no âmbito da “guerra de assédio”, travada com a hegemonia burguesa da época, e, sobretudo, da “catarse” ou “tomada de consciência” operada pelos trabalhadores que lideravam e organizavam as massas, engajadas a esse movimento sindical (SILVA, 1981).

Portanto, com a ampliação dos processos de “ocidentalização” e de “socialização da participação política”, na esfera da sociedade civil brasileira, não é correto uniformizar o projeto hegemônico de sociedade e sociabilidade aos quais a totalidade dos movimentos sociais, seja em sentido “amplo” ou “restrito”, está engajada na atualidade. Porém, por se constituírem como parte integrante da totalidade estatal (sociedade civil + sociedade política), os movimentos sociais participam do processo de “educação” das massas para algum modelo de civismo, formam e consolidam determinada “vontade coletiva” sob a égide de alguma direção política, cultural e ideológica, e podem conquistar espaços na sociedade civil.

Nesse caminho, com a hegemonia do neoliberalismo social-democrata no Brasil, os movimentos sociais, em sentido “restrito”, não terão mais o papel estratégico de destaque, que se configurou durante os períodos de repressão e redemocratização do país. Assim, um estrato significativo desses movimentos, que ainda “resistiu” à hegemonia neoliberal, buscou adaptar-se às recomendações desse modelo, a fim de poder dialogar com o poder constituído e buscar o atendimento de seus interesses e demandas.

O Estado, em sentido restrito, por outro lado, “persuade” ou mesmo coopta os movimentos sociais, estabelecendo “parcerias” com esses, no sentido de conquistar mais aliados no processo de “educação” do povo, para conquistar mais “posições” nas “trincheiras” da sociedade civil, em favor do fortalecimento da hegemonia capitalista, e, concomitantemente, assegurando a possibilidade de reverter as quedas tendenciais das taxas de lucro.

Mas as resistências e contestações à ordem social-democrata existem no conjunto das relações sociais. Tendo em vista o grau de “ocidentalização” que nosso país já atingiu, acreditamos que ainda vão emergir, ou podem já existir, novos tipos de direção política, cultural e ideológica, que impulsionem diferenciados padrões de sociabilidade, para além do capitalismo ou do socialismo que até então conhecemos. Assim, há que se aventar a existência de um “assédio” recíproco dos movimentos sociais para a conquista de “posições”, seja na sociedade civil, seja na totalidade estatal, em favor de uma contra-hegemonia, que pode estar restringindo, mesmo de maneira quase invisível e ainda pouco significativa, a ampliação do poder de dominação e direção do neoliberalismo social-democrata.

Portanto, nos termos da construção de um projeto hegemônico democrático de massas, no âmbito da chamada “sociedade regulada”, proposta por Gramsci, o pluralismo das formas de mobilização dos sujeitos políticos coletivos é algo que, além de estimulado, não pode ser reduzido a “polarizações” ético-políticas, como a tradicional “capitalismo *versus* socialismo”. Contudo, há que se perceber o rumo histórico em que essas formas de mobilização vêm avançando, para que as ações dos militantes e cidadãos em geral tomem a direção política adequada aos interesses das classes populares e ampliem seu poder de hegemonia.

6.5. Voluntariado e sua complexidade

Na trajetória deste trabalho, estamos analisando a lógica do serviço voluntário e da existência do grupo social, que desenvolve esse tipo de “ação-direta”, chamado de “voluntariado”, na órbita do padrão de sociabilidade neoliberal da social-democracia, como uma das estratégias do Estado-classe, para ampliar o poder de dominação econômica e direção política do capitalismo.

Comprendemos, também, que esse projeto de sociedade e sociabilidade da “terceira via”, adaptado à brasileira, é posto em funcionamento a partir de 1995, quando

Fernando Henrique Cardoso chega à Presidência da República. Para tanto, um de seus primeiros atos é a criação, no âmbito do “Núcleo Estratégico” do aparelho de Estado, do Conselho da Comunidade Solidária, com o objetivo de estabelecer a mediação e a cooperação entre os supostos “três setores”, a fim de “educar” as massas para o seu modelo de civismo.

Esse Conselho institui uma série de programas sociais, como o *Programa Voluntários*, cujo suporte consiste na difusão de um conceito de “solidariedade” renovado, baseado no senso de “responsabilidade social” da nova social-democracia e conjugado à tradição de ajuda e caridade da cultura cívica do povo brasileiro. Nesse sentido, é estimulada a proliferação das formas de mobilização e organização da sociedade civil, nos marcos do chamado “setor sem fins lucrativos” – ou são persuadidas as já existentes a compor o bloco de movimentos e organizações sociais militante dessa sociabilidade.

Nessa perspectiva hegemônica, a melhor definição para “agente voluntário” e “trabalho voluntário” encontra-se em documentos do “Programa Voluntários”, instituído em 1996, em conjunto com a própria Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe “sobre o serviço voluntário e dá outras providências”⁷⁸.

O *agente voluntário*, na ótica do projeto de sociabilidade neoliberal, será “toda pessoa que, de maneira espontânea e gratuita, doa seu tempo de trabalho e talento para ações que beneficiam outros e melhoram a vida de todos”⁷⁹. Com essa definição, o Conselho da Comunidade Solidária, conforme analisamos anteriormente, está disseminando a idéia do voluntário como aquele “cidadão-ativo”, que vai ajudar ao próximo, imbuído de seu senso de compromisso ou responsabilidade social, com sua força de trabalho para aliviar os bolsões de pobreza e elevar os níveis de qualidade de vida de alguns segmentos específicos da sociedade.

Mas em que condições materiais a força de trabalho do agente voluntário vai se materializar como serviço? Será por intermédio das diretrizes impressas na Lei nº 9.608/98, cuja definição de *serviço voluntário* é a seguinte: consiste na “atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de

⁷⁸COMUNITAS. *Programa voluntários: transformando problemas em oportunidades de ação voluntária*. Disponível em:

<http://www.comunitas.org.br/historia.php?pagina=pg_historia/historia_programas.php&menu=pg_historia/principal_menu.php> . Acesso em: 26 dez. 2004.

⁷⁹COMUNITAS. Idem.

fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade” e, sobretudo, “não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim” (BRASIL, 1998b).

Conforme é salientado no artigo 1º da referida lei, o trabalho voluntário não é remunerado. No entanto, de acordo com seu artigo 3º e seu parágrafo único, o voluntário pode ser ressarcido pelas despesas comprovadas, que eventualmente foram geradas durante a prestação de seu serviço, no entanto, desde que elas tenham sido expressamente autorizadas pela entidade a que foi prestado o trabalho voluntário (BRASIL, 1998b). Ademais, o “Termo de Adesão”, a ser assinado pela organização social e o agente voluntário, segundo o artigo 2º da lei nº 9.608/98, consiste no documento que vai materializar a “responsabilidade social” desse “cidadão-ativo”, obrigando-o a reconhecer seu comprometimento com a instituição e a “clientela” a quem serão destinados seu tempo de trabalho, sua criatividade, sua boa vontade, seu espírito “solidário”.

Com efeito, essas normas podem estar funcionando, para além de assegurar o processo de “educação” das massas em favor do modelo de sociabilidade desejável à hegemonia social-democrata, a desvinculação empregatícia e previdenciária tende a favorecer a precarização do mercado de trabalho, no campo dos “serviços sociais”, prestados pelos aparelhos “privados” de hegemonia, engajados ao chamado “setor sem fins lucrativos”. Como analisamos acima, o documento do IBGE, que trata da evolução das FASFIL no período 1996-2002 (BRASIL, 2004), confirma o decréscimo do quadro de funcionários regularmente empregados por essas organizações da sociedade civil, em relação ao aumento do número dessas entidades, nos últimos anos.

Ao mesmo tempo, em um período histórico marcado pela carência de postos no mercado de trabalho, aquela ausência de vínculo empregatício e previdenciário é, de certa maneira, *compensada* pela possibilidade de “ressarcimento” das despesas geradas pela prestação de serviço do voluntário. Na prática, essa diretriz da lei nº 9.608/98 ratifica a compreensão dos pesquisadores do IBGE, quando estes assinalam que aquela queda relativa na contratação regular de funcionários pode estar atrelada, além da ampliação do contingente de agentes voluntários, a um possível acréscimo de empregos “informais” nessas fundações do imaginário “terceiro setor”.

Assim, uma fração desses aparelhos “privados” de hegemonia, muitos deles popularmente conhecidos como ONGs, não emprega monitores ou pessoal para desenvolver seus projetos sociais. De fato, recruta e incorpora aos seus quadros os trabalhadores voluntários, mas se compromete a um tipo de remuneração por serviços prestados. Geralmente, essa remuneração vai consistir na doação de cestas básicas ou em ajudas de custo, como vales-transporte ou vales-alimentação, aos agentes voluntários, principalmente os mais pobres.

Outrossim, essa forma de doação em alimentos ou em capital é, algumas vezes, destinada também à clientela que representa o foco dos programas sociais, desenvolvidos por esse grupo de organizações sociais. Em casos, por exemplo, de aparelhos da sociedade civil que “militam” no campo específico do tratamento de jovens, situados na chamada “situação de risco” e provenientes de comunidades carentes das grandes metrópoles brasileiras, seus clientes são obrigados a estar regularmente matriculados na rede oficial de ensino para participar das atividades dos projetos sociais, como desportivos, culturais, etc., durante o turno em que não estão na escola. Assim, no sentido de evitar a “sedução” (ou “fascínio”) exercida pela marginalidade, e também pela dificuldade ou impossibilidade de conseguir emprego em regime de meio expediente, para contribuir ou, algumas vezes, prover o orçamento familiar, esses clientes recebem uma “bolsa” ou “ajuda de custo”, muitas vezes, abaixo do valor do salário-mínimo nacional, cestas básicas ou outra forma de “auxílio”, visando manter seus quadros de clientela.

Nesse sentido, para os coordenadores dessas organizações não-governamentais e militantes que atuam nessa órbita, “todos saem ganhando”! O voluntário “ajuda” sua clientela, faz o “bem” ao próximo, desenvolve sua “responsabilidade social”, promove o desenvolvimento social e, em alguns casos, pode receber alguma bonificação ou gratificação pelos serviços prestados. O foco ou público-alvo dos projetos sociais recebe a assistência que vai aliviar o sofrimento por sua pobreza material, elevar sua qualidade de vida e, portanto, fazê-lo “mais feliz”. E os aparelhos “privados” da hegemonia neoliberal da social-democracia, imersos na sociabilidade do suposto “terceiro setor”, por sua vez, vão fortalecer e consolidar os seus projetos, garantindo-lhes e, possivelmente, ampliando suas fontes de recursos (públicos ou privados), e também “educando” a população com base na “cultura

cívica”, que dá sustentação às suas práticas. Esta é, pois, a vitoriosa lógica de “sucesso” e “resultado” do padrão de sociabilidade da “terceira via”, no caso brasileiro.

Por conseguinte, compreendemos que o *voluntariado*, no entendimento da hegemonia neoliberal da social-democracia, será justamente a conquista desse “resultado” de “sucesso”, agregando a proliferação de frações de “cidadãos ativos”, que realizam trabalho voluntário, movidas pela sua vontade e pelo “conformismo” da necessidade de “ajudar”, isto é, pelo seu espírito de “solidariedade” convertido no senso de “responsabilidade social”, à adesão das populações-foco, constituídas como os “cidadãos clientes” dessas “ações-diretas”. Portanto, o voluntariado, nessa perspectiva, vai consistir no conjunto, em franco processo de expansão, dos agentes voluntários, “seduzidos” e “conquistados” pelo padrão de sociedade e sociabilidade da hegemonia burguesa.

No entanto, essa evidência, ainda que seja predominante em face da realidade brasileira, não indica que devemos uniformizar ou reduzir a complexidade e o pluralismo das ações voluntárias ao modelo de “trabalho voluntário”, disseminado pelo grupo dominante e dirigente, como também esse conceito de “voluntariado”, que funciona como uma das estratégias da hegemonia capitalista, para ser mantido seu poder de dominação e direção.

Na realidade, como temos afirmado ao longo deste trabalho, por mais que a nova social-democracia se declare “pluralista”, a tendência de nivelar todas as ações voluntárias à sua medida é explícita. Os intelectuais orgânicos dessa hegemonia reduzem o conceito de “voluntário”, “voluntariado”, “trabalho voluntário” à órbita do “terceiro setor”. Nessa concepção, toda ação voluntária está intimamente ligada à filantropia do dito “setor” de finalidade não-lucrativa e, por definição, estabelece parcerias com o mercado e a aparelhagem estatal. Por conseguinte, o voluntariado como um todo vai servir à humanização do capitalismo.

Nesse caminho, como a hegemonia capitalista trava, em sua “guerra de assédio” contra forças contra-hegemônicas, uma luta para desmobilizar as “tensões sociais”, no sentido de garantir as já conquistadas e, possivelmente, novas posições na sociedade civil, vai interessar a essa força dirigente somente um pluralismo “dentro da ordem”, isto é, que não estimule a formação de uma contra-hegemonia.

Todavia, conforme salientamos acima, a nova social-democracia concebe a possibilidade, a despeito da força hegemônica do capital, da formação de forças sociais, que

se mobilizam em torno de uma “vontade coletiva nacional-popular” e da viabilização de um projeto de sociedade e sociabilidade nesses passos. Nessa trajetória, há que se esvaziar a formação dessas forças contrárias à ordem, para detê-las. Dessa maneira, por meio da coerção econômica, a hegemonia atrai para seu modelo de sociedade grande parte dos sujeitos políticos coletivos, que se mobilizam e organizam nas “trincheiras” da sociedade civil. E, com relação às forças de mobilização e organização sociais que resistem ao sistema, o neoliberalismo da social-democracia ignora, deturpa, insiste em dizer que cooperam com a hegemonia ou mesmo reprime essas formas de ação, mobilização ou organização da sociedade civil, buscando, o máximo possível, anular o pluralismo de idéias e projetos societários ameaçador do poder de dominação e direção da burguesia.

Portanto, não interessa ao poder hegemônico apresentar as diferenças do voluntariado, no lastro do imaginário “terceiro setor”, em relação à adesão e às ações voluntárias que se desenvolveram, por exemplo, nos movimentos populares das décadas de 1970 e 1980. Ou do voluntariado de alívio dos bolsões de pobreza, em comparação ao trabalho voluntário desenvolvido conjuntamente à militância de movimentos sociais emancipatórios, como o MST. Ou do voluntariado que eleva índices de “qualidade de vida” em populações específicas, em relação a outras ações voluntárias que emergem na sociedade civil “ocidental” e podem gerar a consolidação de novas vontades coletivas.

Com efeito, como percebemos no caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (GARRISON, 2000, p. 22), se a hegemonia não consegue deter sua força de ação e mobilização, essa tende a se igualar, deturpando a realidade, uniformizando, reduzindo e esvaziando a força contra-hegemônica, no sentido de enquadrá-la ao seu projeto ético-político de sociabilidade, dotado de um pluralismo “maniqueísta”.

Contudo, no horizonte de um projeto de sociedade e sociabilidade democrático de massas, e pluralista por essência, entendemos que esse agente voluntário de combate à miséria é um “intelectual urbano-industrial”, compreendido numa acepção gramsciana.

Segundo Gramsci (2000, p. 18), “seria possível dizer que todos os homens são intelectuais”, ainda que nem todos os homens tenham o ofício de “intelectuais”, na esfera social. Dessa maneira, vão emergir, historicamente, “categorias especializadas para o exercício da função intelectual”, sobretudo os intelectuais intimamente relacionados aos

grupos sociais “mais importantes” (GRAMSCI, 2000, p. 18). Portanto, Gramsci está convencido de que não existe sujeitos “não-intelectuais” (GRAMSCI, 2000, p. 52).

De fato, todos os homens desenvolvem algum tipo de atividade intelectual, no seio do seu expediente profissional, mesmo que este seja caracterizado pelo trabalho predominantemente manual ou instrumental (GRAMSCI, 2000, p. 18). Assim, desde o indivíduo, cuja função na vida constitui-se como intelectual de profissão, “filósofo” ou “artista”, até o operário ou trabalhador “braçal”, todos os homens são considerados “intelectuais” ou “filósofos” (GRAMSCI, 2000, p. 58). Nessa perspectiva, por exemplo, a filosofia do senso comum, definida como “a concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio”, consiste na chamada “filosofia dos não-filósofos” (GRAMSCI, 2001a, p. 114).

Desse modo, todos os homens são considerados “intelectuais”, também porque fazem parte e ajudam a compor uma “determinada concepção de mundo”, possuem uma “linha consciente de conduta moral” e contribuem “para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar” (GRAMSCI, 2000, p. 58). Assim, “a tarefa dos intelectuais é determinar e organizar a reforma intelectual e moral, isto é, adequar a cultura à função prática” (GRAMSCI, 2001a, p. 126).

Nessa trajetória, constituem-se como intelectuais urbano-industriais os chamados “intelectuais de tipo urbano [que] cresceram junto com a indústria e são ligados às suas vicissitudes” (GRAMSCI, 2000, p. 22). Esses intelectuais urbanos “não possuem nenhuma iniciativa autônoma na elaboração dos planos de construção; colocam em relação, articulando-a, a massa instrumental com o empresário, elaboram a execução imediata do plano de produção estabelecido pelo estado-maior da indústria, controlando suas fases executivas elementares” (GRAMSCI, 2000, p. 22). Em suma, os “intelectuais de tipo urbano” são profissionais, que, ao surgirem no contexto da estrutura urbano-industrial, desenvolvem um tipo exercício intelectual, não devendo extrapolar os limites da racionalidade necessária à execução de sua atividade produtiva.

Com efeito, entendemos esse voluntariado de combate à miséria da social-democracia como um grupo social de “intelectuais de tipo urbano”. Imbuídos do espírito de responsabilidade social, agregado à vontade de ajudar e fazer filantropia, esses intelectuais

partem para as “ações-diretas”, que constituem o modelo de “cidadania-ativa”, e, portanto, seu nível de consciência, com relação ao conjunto das relações sociais, não prescinde dos estágios “econômico-corporativo” ou “meramente econômico”, nos termos de Gramsci.

Dessa maneira, salientamos que esse voluntariado é “seduzido” ou “persuadido”, “conquistado” e ampliado em quantidade, porque seu nível de consciência não atinge o das “superestruturas”. Em outras palavras, compreendemos que esse grupo de voluntários adere ao projeto de sociedade e sociabilidade neoliberal, em escala crescente, proliferando-se na sociedade civil, pois não tomam consciência de que suas práticas, na perspectiva do combate à miséria e elevação dos níveis de qualidade de vida, apenas estão reforçando o poder de dominação econômica da burguesia e de direção política, cultural e ideológica dos grupos dominantes do Estado.

Nesse caminho, o exemplo mais preciso de intelectuais de tipo-urbano industrial, nesta conjuntura histórica, consiste no grupo de trabalhadores que compõe o chamado “voluntariado corporativo”. Seja pela via da persuasão e da conquista, seja pela trajetória da força ou da opressão econômica, esses voluntários estão mais preocupados em dar alguma assistência a populações, geralmente dos segmentos mais pobres, demandárias de “ações-diretas” específicas, e obter “resultados” satisfatórios, a partir do seu trabalho voluntário, do que em desenvolver uma nova vontade coletiva ou um novo projeto de sociabilidade.

Entretanto, todo esse voluntariado correspondente à cultura cívica hegemônica, constituído por intelectuais urbano-industriais, não deixa de promover ou fazer parte do movimento de “reforma intelectual e moral”, dirigido pela nova social-democracia. Ao mesmo tempo em que as massas estão sendo “educadas” e, nesse percurso, aderem ao projeto de cidadania da “terceira via”, adaptado à realidade brasileira, essas massas estão contribuindo para que a cultura urbano-industrial do final do século XX se consolide e aprofunde, no âmbito da “estrutura” ou conjunto das relações sociais dos países capitalistas e, particularmente, no Brasil.

Por outro lado, como esse voluntariado, típico da cidadania neoliberal da social-democracia, visa a uma determinada concepção de combate à pobreza e de elevação da qualidade de vida, ao desenvolver suas “ações-diretas” focalizadas, em demandas sociais específicas e localizadas, estamos seguros de que seu serviço voluntário é *assistencialista*.

Partindo das reflexões de Pedro Demo (2001), compreendemos a ação social assistencialista como o cultivo de problemas históricos e estruturais com ações paliativas, emergenciais e compensatórias, que se julgam curativas dos males, sob a aparência de ajuda ao próximo, de solidariedade ao semelhante ou de caridade cristã, sem atingir as “raízes” das dificuldades, ou seja, a essência ou os reais causadores dos problemas históricos e estruturais, para equacioná-los em definitivo.

Nessa trajetória, por mais que persista o discurso neoliberal de assegurar o “comprometimento” do cidadão voluntário com as populações desfavorecidas, e sejam criados mecanismos para que essa responsabilidade social não seja apenas um “senso comum”, como o “termo de adesão”, previsto pela Lei nº 9.608/98 (BRASIL, 1998b), esse voluntariado de combate à pobreza não vai ultrapassar os limites do “assistencialismo” e das práticas compensatórias, por mais que seja divulgado como uma prática de assistência social eficiente.

O termo “pobreza” é aqui compreendido como “miséria” em sua conotação material e política. Como assinala Demo (2001, p. 19), pobreza é mais do que “carência material”. Na realidade, pobreza ou miséria constitui-se como a repressão exercida por uma classe dominante do poder econômico e dirigente do poder político, a qual impede o acesso das massas aos benefícios sociais, materializados com recursos materiais.

Nesse contexto, esses recursos, que serviriam, justamente, para promover o bem-estar da população e o desenvolvimento social, são os excedentes materiais gerados na esfera das relações de produção, os quais são expropriados da classe trabalhadora, constituem-se como o lucro da burguesia dominante e dirigente, e geram o “capital”. Logo, esses excedentes darão origem à riqueza do pequeno grupo social proprietário dos meios de produção e do capital, em concomitância à carência e à miséria dos segmentos trabalhadores populares da totalidade social.

Ademais, essas classes populares são “educadas” – “seduzidas”, por meio da persuasão, ou “impedidas”, por intermédio da coerção – a atingir o nível de consciência do conjunto das relações sociais de produção ou da “estrutura”, que sustenta, exatamente, o regime político-econômico capitalista. Assim, quando a classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que não tem acesso aos bens materiais, que podem gerar o seu bem-estar social, e não atinge o nível das “superestruturas”, no sentido de evitar a queda tendencial da taxa de

lucro e a crise de hegemonia da burguesia, a pobreza “material” e “política” das massas é gerada e, progressivamente, ampliada.

Os países do capitalismo avançado experimentaram períodos de ampliação da miséria econômica de seus povos, que geraram a articulação de vontades coletivas contra-hegemônicas. Todavia, os grupos de intelectuais orgânicos da hegemonia capitalista, dialeticamente, reestruturaram seus modelos econômico e político, nos momentos de crise, com o propósito real de evitar as “tensões sociais” e barrar o fortalecimento de forças contra-hegemônicas, processos esses gerados pela pobreza material em escala crescente. Nesse caso, por exemplo, conforme analisamos no Capítulo 2, situa-se a ascensão do fordismo, como novo modo de produção da existência, durante a primeira metade do século XX.

Portanto, o voluntariado, como elemento integrante do projeto de sociedade e sociabilidade da hegemonia neoliberal social-democrata, é qualificado como o grupo de “cidadãos-ativos” que desenvolve “ações-diretas”, na linha do assistencialismo. Mesmo dotados do chamado “senso de responsabilidade social” e dos mecanismos de consolidação do seu comprometimento, as ações localizadas e específicas dos agentes voluntários, nessa perspectiva, serão focalizadas, pontuais, provisórias e compensatórias de um bem-estar social de que o Poder Público, a nosso ver, tem por obrigação conceder à população.

Os problemas históricos e estruturais gerados no seio do capitalismo, e que nosso país conhece de perto, como a fome, a ausência de saneamento básico, a mortalidade infantil, a quase indigência dos idosos e portadores de necessidades especiais, o analfabetismo de jovens e adultos, etc., de acordo com o discurso hegemônico, serão “combatidos”, por exemplo, com as “ações-diretas” do voluntariado, os aparelhos “privados” da hegemonia social-democrata, como as Oscips e/ou as Fundações Empresariais, etc.

Assim, “combater pobreza” ou “combater miséria” para os grupos dirigentes e seus intelectuais orgânicos significa *aliviar*, *atenuar* ou *minimizar* seu impacto social, sua influência na sociedade. E elevar os níveis de qualidade de vida dos setores mais pobres da sociedade vai se constituir, portanto, como sinônimo do “combate à pobreza”, uma vez que não significa promover amplo “bem-estar social”, como se propôs, por exemplo, o Estado capitalista keynesiano ou *Welfare State*.

Como analisaremos no próximo capítulo, no momento em que documentos elaborados por organizações civis, diretamente relacionadas a atividades de megacorporações

econômicas, traçando as diretrizes e metas de seus programas de estímulo e valorização desse voluntariado de combate à pobreza, o objetivo de atingir uma “sociedade *mais justa*” ou uma “realidade *mais humanizada*” não significa tornar a sociedade justa, por definição. O advérbio “mais”, nesse caso, significa manter a estrutura desigual e injusta, que constitui, como argumentamos, a essência do capitalismo, no entanto, atenuar seu impacto na sociedade, visando evitar as “tensões” e assegurar e fortalecer a hegemonia neoliberal.

Por conseguinte, esse voluntariado, funcional à hegemonia neoliberal, consiste no grupo de intelectuais urbano-industriais, que vai buscar o “empreendimento” da “justiça social” com a “humanização da realidade capitalista”, por meio de “ações-diretas” assistencialistas. Em outros termos, o serviço voluntário, nesse horizonte, dará um atendimento aparentemente efetivo e qualificado, no sentido de reverter os problemas históricos e estruturais da sociedade, sem atingir sua “essência”, ou seja, não ultrapassando os limites do alívio ou do combate paliativo, casual e compensatório.

Na realidade, porém, compreendemos que, ao evitar as “tensões sociais” com suas “ações-diretas”, os voluntários, em vez de combater a miséria, no sentido de tornar a sociedade *mais justa*, estarão, pelo contrário, ampliando e multiplicando os bolsões de miséria. Nesse contexto, adesão desse voluntariado a estratégias implementadas pela hegemonia social-democrata vai servir para reforçar seu projeto de sociabilidade, ampliar a vontade coletiva neoliberal e afastar possíveis fases de crise de hegemonia, como o sistema de parcerias e a relação cooperativa entre os supostos “três setores”. Assim, o trabalho voluntário dos cidadãos social-democratas apresenta-se como a única alternativa possível para combater, na acepção hegemônica, a pobreza, que, no entanto, alivia seu impacto social, mas não combate as “raízes” ou a “essência” desse problema histórico e estrutural e o mantém no conjunto das relações sociais de produção capitalistas.

Em contrapartida, estamos convencidos também que todo esse movimento de estabelecer o voluntariado de combate à pobreza, como elemento estratégico para a hegemonia neoliberal social-democrata reforçar seu poder de dominação e direção, não simboliza a totalidade irrestrita das ações voluntárias, ou mesmo do trabalho voluntário, que se manifesta nas “trincheiras” da sociedade civil.

Compreendemos que seria um paradoxo ou uma contradição concordarmos com as posições de Gramsci e, sobretudo, de Carlos Nelson Coutinho à luz da realidade brasileira,

no que se refere ao processo de “ocidentalização” da sociedade civil de nosso país, e salientarmos, por outro lado, que todas as “ações-diretas” voluntárias são funcionais ao imaginário “setor sem fins lucrativos” e ao projeto de sociabilidade que lhe dá sustentação.

Ora, se julgamos que a sociedade civil brasileira atingiu um grau de “socialização da participação política” ou de complexificação, em que o “equilíbrio instável” com o Estado-coerção apresenta-se como inevitável, seria, pois, incorreto supor o “unilateralismo” de todas as formas de movimentação e organização dos sujeitos políticos coletivos, no “plano” da sociedade civil. Logo, não podemos julgar (e “condenar”) a totalidade das ações voluntárias como assistencialistas e funcionais à hegemonia capitalista. É, por isso, sempre necessário operar uma análise cuidadosa caso a caso, para evitar reduções ou resultados equivocados.

No entanto, os intelectuais ou formuladores, diretamente ligados aos segmentos hegemônicos, embora se classifiquem como social-democratas “pluralistas”, tendem a “uniformizar” a realidade das formas de mobilização e organização sociais. Esse fato se manifesta, por exemplo, em documentos do Banco Mundial (GARRISON, 2000) e do IBGE (BRASIL, 2004). Nesses casos, os movimentos sociais ou os aparelhos “privados” de hegemonia, constituídos pelo termo genérico de ONGs, estão integrando o chamado “terceiro setor”.

Assim, as formas de movimentação dos sujeitos políticos coletivos, à margem daquelas que correspondem aos interesses dos grupos dominantes e dirigentes, ou estão sendo ignoradas, ou incorporadas, mesmo que de maneira deturpada e refutável, ao modelo hegemônico por esses formuladores ou pesquisadores inclinados à Direita. Com efeito, esse processo de “uniformização” ou “homogeneização” das formas de mobilização e organização dos sujeitos visa, justamente, evitar que essas formas convertam as ideologias, que lhes dão suporte, e suas respectivas práticas sociais, na formação de novas vontades coletivas, possivelmente até naquelas “nacionais-populares”, podendo ganhar relevo como novas forças contra-hegemônicas e fazer frente ao poder da hegemonia social-democrata.

Logo, não pretendemos incorrer no erro teórico, no paradoxo ou na distorção da realidade das ações voluntárias, que tendem a uniformizá-las. Temos consciência de que o voluntariado de combate à miséria, na concepção neoliberal da social-democracia, agrega a maior parte das ações voluntárias no Brasil de hoje. Esse fato transparece na pequena mostra,

que apresentamos no primeiro capítulo deste trabalho. Ademais, podemos supor até que seria a quase totalidade delas. Entretanto, isso não significa que não existam outras formas de ação voluntária, a não ser aquela que visa promover “mais” justiça social e fortalecer a hegemonia da “terceira via” neoliberal.

Não obstante os bolsões de miséria constituam-se, como vimos, problemas históricos da estrutura de nosso país, eles geram também problemas emergenciais e conjunturais, em determinados momentos.

A própria fome, ao mesmo tempo em que se constitui como um problema histórico e estrutural do capitalismo brasileiro, não deixa de ser também emergencial. Antes de se traçar estratégias para combater, de maneira efetiva, a miséria e os bolsões de pobreza, que, evidentemente, criam o problema da fome em amplos grupos sociais, seja em regiões agrestes, seja em comunidades carentes das grandes metrópoles, a fome merece “ações-diretas” emergenciais, no sentido de evitar a desnutrição e a morte.

O voluntariado, constituído pelo grupo que doa alimentos ou que trabalha, para que esses alimentos cheguem às famílias vitimizadas pela fome, não deixa de ser necessário nesse primeiro momento, de combate emergencial. Ademais, a esse combate emergencial deve estar aliado um processo de reflexão e formação sociopolítica global, a fim de evitar que esse primeiro momento se encerre em si mesmo, perpetuando a ação emergencial como ação efetiva e definitiva para o combate à fome e à miséria.

No entanto, o que se vê, no conjunto das relações sociais do Brasil, é exatamente esta discrepância: as práticas emergenciais são apresentadas e estimuladas como medidas eficazes e permanentes de combate à fome e, mais do que isso, à miséria. Na perspectiva hegemônica, alivia-se a miséria e eleva-se o nível de qualidade de vida da população, combatendo a fome no plano emergencial. Assim, como analisamos, o voluntariado torna-se assistencialista e funcional à manutenção do poder de dominação e direção das elites.

Contudo, uma vez aliviado o problema da fome, no âmbito emergencial, o Estado, em sua acepção ampliada, deve traçar as estratégias e táticas que privilegiarão, em um primeiro momento, o combate definitivo da fome, a médio e longo prazos; em um segundo estágio, o real combate à pobreza; e em terceiro lugar, a conquista da igualdade e da justiça social, que implica em um processo de emancipação das massas, por meio da formação de uma vontade coletiva nacional-popular.

Como vimos no Capítulo 3 desta dissertação, o projeto de combate à fome, idealizado no seio da ACCMV, movimento social, em sentido “restrito”, liderado por Herbert de Souza, o Betinho, seguiu, inicialmente, essa linha de combate emergencial da fome, em concomitância com o desenvolvimento de um programa de elevação das massas. No entanto, o processo de correlação de forças políticas que existia no interior do próprio movimento conquistou-o, ao longo do tempo, para integrar-se ao projeto de sociedade e sociabilidade neoliberal da social-democracia, o que enfraqueceu as forças contra-hegemônicas que se formavam dentro do movimento e eliminou o processo de emancipação das massas.

No caso, porém, das chuvas mais fortes ou mesmo das enchentes, nas regiões metropolitanas dos grandes centros urbanos, graves problemas de deslizamentos de encostas e destruição de moradias são gerados. Nesse exemplo, são os segmentos mais pobres da sociedade os mais prejudicados, porque a maioria deles reside em favelas, morros ou áreas de risco geográfico. Muitas pessoas ficam desabrigadas e necessitam durante algum tempo, até o momento de recobrar sua capacidade de auto-sustentação, da ajuda material do aparelho de Estado e, sobretudo, de outras pessoas que se sensibilizam, solidarizam e podem colaborar.

Nesse sentido, a “solidariedade” não é compreendida como sentimento de caridade cristã nem como senso de responsabilidade social, na acepção hegemônica. Ao contrário, solidariedade será aqui compreendida como o sentimento que leva a pessoa, que pode ajudar o concidadão, a colaborar para que este supere o problema emergencial por que passa e recobre, o mais rápido possível, sua capacidade individual de se sustentar e continuar vivendo. Esse conceito de solidariedade, portanto, não contraria os princípios de um projeto de sociabilidade democrático de massas.

Assim, as pessoas que doam alimentos, remédios, vestuários ou outros recursos não deixam de se constituir como voluntárias, no entanto, não ultrapassam o limite da doação emergencial. Porém, o serviço voluntário não deixa de ser percebido nesses casos, pois as pessoas desabrigadas precisam da força de trabalho voluntária, que se efetiva através de “ações-diretas”, como a colaboração no serviço da defesa civil e no cuidado às vítimas das tragédias, seja em hospitais, seja nos abrigos improvisados, usualmente, em escolas. Por conseguinte, uma vez restabelecida a capacidade de auto-sustentação das pessoas afetadas pela emergência, não há mais a necessidade de manter a assistência e, por extensão, esse voluntariado.

Contudo, é verdade também que problemas emergenciais e conjunturais não são únicos e exclusivos das populações mais pobres. É possível que aconteçam com segmentos mais privilegiados, como o impacto de fenômenos naturais (terremotos, maremotos e outros) em locais específicos onde residem grupos sociais economicamente elevados. Porém, as classes populares estão mais suscetíveis a conviver com problemas emergenciais, que, de tempos em tempos, podem se repetir. Por exemplo, epidemias, serviço de saúde pública deficitário, etc. Nesses casos, as ações voluntárias, sejam em forma de doação material ou de força de trabalho, de prática de assistência a esses problemas, podem acabar tornando-se, também, uma modalidade de assistencialismo.

De fato, é preciso salientar que problemas emergenciais como esses, que, conseqüentemente, acabam gerando algum tipo de mobilização social, podem e devem ser evitados com políticas adequadas, preventivas, a fim de que mais tarde não seja necessário lançar mão de medidas curativas e, por isso, dolorosas, provenientes do Estado, ou esperar por iniciativas da sociedade civil, como as ações-diretas provenientes de certo voluntariado.

Por outro lado, grandes guerras, com forte aparato bélico e estratégico-militar, revelam-se ainda na era moderna e contemporânea como a “política-potência”, eficiente ou não, empregada por alguns Estados-nação, para conquistar submeter outros povos ao seu poder de dominação econômica e direção política. Nesse contexto, o voluntariado não deixa de ter uma posição privilegiada, já que vai se constituir no grupo de “voluntários de guerra”, seja para atuar no tratamento de feridos e mortos, nos aparelhos de burocracia ou mesmo no frente de combate.

Repudiamos, sobretudo, as “guerras de movimento”, principalmente aquelas que vêm se desenhando no cenário político internacional dos últimos anos, uma vez que servem apenas para empobrecer, aterrorizar e exterminar de forma brutal milhares ou milhões de pessoas, que apenas são obrigadas a sofrer com o impacto de suas conseqüências. No entanto, entendemos que os Estados devem evitá-las, por intermédio de costuras políticas internas, quando há divergências radicais entre determinadas regiões de uma nação, ou diplomáticas, que se referem a conflitos de origem internacional, no sentido de disseminar a “paz” entre as partes conflitantes.

Essa “cultura de paz” não significa, porém, disseminar a ideologia de que “todos são iguais”, independente de classe social. Não entendemos o conceito de “paz” como

conciliação de interesses de classe ou silenciamento dos antagonismos sociais. Estamos convencidos de que o melhor caminho para a conquista da “paz mundial” não é o da “razão comunicativa”, da “radicalização da democracia”, das relações de “cooperação internacional”, das “parcerias público-privadas”, da relação de colaboração com os governos e os mercados, da “cidadania ativa”. Entretanto, estamos seguros de que a “paz” será efetivamente materializada pela via da formação de uma vontade coletiva, que tenha como direção a justiça e a igualdade social, a elevação e emancipação das massas.

Com efeito, a “política-potência” deve ceder espaço à “política-hegemonia”; a “guerra de movimento”, à “guerra de posição”. A correlação de forças ético-políticas e econômicas precisa, pois, acontecer nas “trincheiras” da sociedade civil, no “terreno” da hegemonia, evitando o derramamento de sangue, o genocídio, a tragédia e a barbárie. E, nesse contexto, as ações voluntárias vão se posicionar de acordo com a vontade coletiva que expressam através de suas práticas, com o projeto de sociedade e sociabilidade proveniente de um determinado modelo hegemônico.

Por outro lado, quais seriam os interesses, proclamados ou velados, ou as “moedas de troca”, que servem de “recompensa” ou “gratificação” ao se realizar um serviço voluntário?

Para os formuladores hegemônicos social-democratas, trata-se do senso de responsabilidade social de cada agente voluntário, conjugado à sua iniciativa filantrópica e caridosa de ajudar o próximo. Os defensores do voluntariado corporativo, por sua vez, apostam apenas na responsabilidade social. Todavia, em um período histórico em que o desemprego se configura como um problema estrutural, ao mesmo tempo em que a “cidadania ativa” é delineada como a cultura cívica adequada ao “intelectual de tipo urbano” do começo do século XXI, a moeda de troca do voluntariado será, realmente, a vontade de ajudar, o impulso solidário de responsabilidade social ou os dois elementos reunidos? Não poderia haver outras motivações para a proliferação do voluntariado de combate à miséria, como conseguir uma vaga de trabalho numa grande empresa ou manter-se no emprego?

No caso de formas de ação voluntária, que, não necessariamente, obedecem ao apelo neoliberal da social-democracia, a formação de novas vontades coletivas, de forças políticas contra-hegemônicas e a elaboração de novas sociabilidades constituem-se como

exemplos de “moedas de troca”, para algum tipo de trabalho voluntário ou de adesão voluntária a alguma militância.

Vimos no Capítulo 2, por exemplo, que o voluntariado agregado à militância dos movimentos populares brasileiros, durante o Regime de 1964 e o período de redemocratização, ao mesmo tempo em que visava à materialização das reivindicações de suas demandas específicas (moradia, transporte urbano, etc.), as pessoas engajadas apelavam por Abertura Política e democracia, algumas vezes em direção à consolidação de uma “vontade coletiva nacional-popular”.

O voluntariado que atua em campanhas populares, como as “Diretas já”, de “Desarmamento” e anti-violência urbana, de proteção ambiental ou de combate a epidemias, ou que serve a forças militares em “guerras de movimento”, detém interesses bem situados, em cada um desses casos.

Portanto, é inevitável pensar a ação voluntária, seja assistencialista e conservadora da ordem, seja progressista, seja emancipatória e revolucionária, sem que o voluntário tenha alguma meta ou interesse, a partir de sua “ação-direta”. Proclamadas e transparentes, veladas e ocultas, as “moedas de troca” da ação voluntária existem e correspondem à “natureza” ou à lógica a que essa ação obedece em sua constituição.

Buscamos, assim, focalizar e analisar, didaticamente, um pouco da complexidade em que se desenvolve o conjunto das ações voluntárias ou voluntariado. Constatamos que esse conjunto pode ultrapassar os limites do assistencialismo, que favorece o fortalecimento da hegemonia neoliberal e do seu poder de dominação econômica. No entanto, percebemos também que se aprofunda esse fortalecimento e as ações voluntárias, por sua vez, engajam-se, em escala ascendente, ao projeto de sociedade e cidadania neoliberal da social-democracia.

Para tanto, no próximo capítulo, propomos a análise de alguns casos de ações voluntárias, imersas nessa cultura cívica hegemônica, que segue o mote do “combate à pobreza”, propalado pelas elites neoliberais, tanto no plano da “educação”, disseminada pela totalidade estatal, como também no campo restrito da educação escolar.

7. Voluntariado na Educação Escolar: formando o cidadão que “faz a sua parte”

Uma das estratégias de mobilização e atuação protagonizada pelos chamados “cidadãos ativos”, as quais vêm recebendo o apoio e o estímulo advindo da aparelhagem estatal, dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial, e de outras empresas, públicas e privadas, por, justamente, estarem na agenda do projeto de sociabilidade neoliberal da social-democracia, é materializada pelo conjunto de voluntários ou *voluntariado*, que serve, conscientemente ou não, àquela hegemonia.

Com efeito, a partir da década de 1990, principalmente em sua segunda metade, quando percebemos a série de *movimentos* na sociedade civil que materializam a reforma “intelectual e moral” do Estado brasileiro, a “explosão” de voluntariado se manifesta pelo engajamento de um número crescente de cidadãos, “socialmente responsáveis”, mas mobilizados pela sua vontade de ajudar o próximo, em iniciativas que apresentem resultados no combate à miséria, na elevação da qualidade de vida dessa população e no atendimento a demandas específicas em locais determinados. Essas iniciativas têm como vetor o sistema de “parcerias”, seja com organismos governamentais ou da sociedade civil, nacionais ou estrangeiros, refuncionalizando o conceito de “solidariedade”, rejeitando idéias e ações de contestação e contraposição à aparelhagem estatal e ao modelo capitalista como um todo.

Para o projeto de sociabilidade neoliberal, que coloca em pauta a expansão do serviço voluntário nos limites da responsabilidade social e da política de “combate à miséria”, não vão bastar as medidas e ações educativas da sociedade política para permitir a proliferação do voluntariado. Discutiremos também que esse projeto chega às escolas – percebidas pelos ideólogos da hegemonia neoliberal como um espaço privilegiado para a formação da cidadania solidária, participante, protagonista da realidade social – predominantemente a partir da união e organização do empresariado nacional e estrangeiro, que “abraça a idéia” da cidadania responsável e participante, através das ações voluntárias e planeja sua consolidação por meio da expansão e evolução de uma chamada *cultura do voluntariado*.

Para tanto, faremos a abordagem do trabalho realizado pela Organização Não-governamental “Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário”, cuja presidente, Milú Villela, presidira também o “Comitê Brasileiro do Ano Internacional dos Voluntários”, que

representou o Brasil para divulgar os resultados no campo das ações de voluntariado, a convite da Organização das Nações Unidas em 2001, no sentido de vislumbrar a ligação do poder hegemônico neoliberal com a sociabilidade disseminada nas escolas engajadas aos projetos desenvolvidos por essa organização social.

7.1. Voluntariado organizado no país: a Aparelhagem Estatal atuante em programas “solidários”

Ainda que a prática de filantropia e solidariedade materializada em ações voluntárias de ajuda ao próximo não se constitua como um conjunto de iniciativas novo no Brasil, será a partir da primeira administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) que aquelas ações receberão um formato funcional à Reforma do Estado, operada, como vimos anteriormente, no âmbito das duas gestões de FHC (1995-2002), conquistando o apoio de vários segmentos da sociedade civil e proliferando-se agudamente.

Será, portanto, nessa trajetória, como analisamos anteriormente, que o Comunidade Solidária vai lançar em 1996 o *Programa Voluntários*, no sentido de materializar uma “cultura do voluntariado” que concilie uma chamada “concepção tradicional” de voluntariado – que se constitui através de uma “ação gratuita, espontânea, feita em função de um interesse público, que vai além do interesse de quem faz” para *aquela que precisa* – com uma visão “contemporânea”, cuja referência é a da ação social “de cidadania, de participação e de responsabilidade”⁸⁰.

De fato, o agente voluntário – que é definido por esse programa como “toda pessoa que, de maneira espontânea e gratuita, doa seu tempo, trabalho e talento para ações que beneficiam outros e melhoram a vida de todos”⁸¹, mobilizando-se a “ajudar” o necessitado pelo espírito de solidariedade –, na perspectiva do Programa Voluntários, deve encarar sua ação social como uma “virtude cívica”, que deve estar alicerçada “na idéia de que a sociedade funciona melhor se todos os cidadãos, se todas as pessoas assumirem

⁸⁰ COMUNITAS. *Programa Voluntários*: transformando problemas em oportunidades de ação voluntária. Disponível em: http://www.comunitas.org.br/historia.php?pagina=pg_historia/historia_programas.php&menu=pg_historia/principal_menu.php>. Acesso em: 26 dez. 2004.

⁸¹ COMUNITAS. Idem.

responsabilidades”⁸². Em suma, o Programa Voluntários, conduzido pelo Conselho da Comunidade Solidária, associa a ação de voluntariado à *responsabilidade social* ou a *compromisso cívico* dos cidadãos.

Nessa trajetória, como vimos anteriormente, o Programa Comunidade Solidária articula-se *verticalmente*, integrando-se aos níveis federal, estaduais e municipais de governo, e *horizontalmente*, posicionando-se de maneira estratégica, tendo em vista aquela integração, pela ligação do Conselho da Comunidade Solidária, presidido pela ex-Primeira Dama, d. Ruth Cardoso, com a Secretaria Executiva do Programa e os ministérios setoriais.

Como órgão consultivo diretamente vinculado à Casa Civil, ou *Conselho de Governo*, “sendo composto por ministros das áreas vinculadas aos objetivos e por representantes da sociedade civil, todos indicados pelo Presidente da República”, o Conselho da Comunidade Solidária inaugura programas que dinamizam “ações nas áreas de *redução da mortalidade infantil, alimentação, apoio ao ensino fundamental, desenvolvimento urbano, geração de emprego e renda, e qualificação profissional*” (SILVA E SILVA et al., 2001, p. 75).

Diretamente vinculados ao Ministério da Educação e do Desporto estão os Programas *Alfabetização Solidária, Capacitação Solidária, Universidade Solidária* e, logo, o *Programa Voluntários*.

De fato, se uma das direções das atividades desenvolvidas pelo Programa da Comunidade Solidária aponta para o “apoio ao ensino fundamental”, um conjunto de medidas postas em funcionamento pelo MEC, durante a gestão do Ministro Paulo Renato Souza, no âmbito das duas administrações de FHC, acompanha as recomendações do Conselho da Comunidade Solidária, adequando-se aos seus objetivos gerais e, em alguns casos, particularmente ao plano estratégico do Programa Voluntários.

A começar pela campanha de 1996, *Acorda Brasil! Está na Hora da Escola!*: o conteúdo do folheto de propaganda apela para o recrutamento de um voluntariado que possa doar utensílios escolares e materiais pedagógicos, como máquinas de escrever, televisores, videocassetes, materiais de esporte, de biblioteca, etc., patrocinar seminários e cursos de atualização nas escolas para o corpo docente, além de assinaturas de jornais e revistas para o uso desses profissionais, e até mesmo prestar “auxílio administrativo” às escolas ou oferecer

⁸² COMUNITAS. Idem.

aulas de reforço a crianças com dificuldade de aprendizagem, nas instituições públicas de ensino fundamental (SAVIANI, 2000, p. 201; 1999, p. 84).

De fato, o folheto publicitário deixa clara a concepção de política educacional do MEC, cujo empenho se manifesta na redução de “custos, encargos e investimentos públicos buscando senão transferi-los, ao menos dividi-los (parceria é a palavra da moda) com a iniciativa privada e as organizações não-governamentais” (SAVIANI, 2000, p. 200-201). Trata-se, pois, de uma política educacional adequada ao “ajuste fiscal” materializado pelo funcionamento do Plano Real e à Reforma do Estado em processo de implementação, que pressupõe, dentre vários aspectos, estabelecer as chamadas “parcerias” com o imaginário “terceiro setor”.

Nessa trajetória, a partir do ano 2000, o Programa Voluntários e a Rede Globo de Televisão unem-se para a implantação do *Projeto Amigos da Escola*. Administrado pela TV Globo e desenvolvido em parceria com empresas estatais, como a Petrobrás, e grande parte das Secretarias Municipais de Educação de todo o país, este projeto busca fortalecer “a formação e a organização de ações voluntárias para colaborar com a educação pública” no ensino fundamental, “por meio da mobilização da sociedade para o exercício da responsabilidade social⁸³. Portanto, muito mais do que uma ação de ajuda à população carente que tem acesso a escolas públicas de ensino fundamental deficitárias, trata-se de incentivar a mobilização de voluntários como ação de compromisso e responsabilidade social.

Muito semelhante ao proposto no folheto de propaganda da campanha *Acorda Brasil! Está na Hora da Escola!*, veiculada pelo MEC nos anos de 1990, o Projeto Amigos da Escola subsidia a implementação de atividades conjuntas e locais, orientando voluntários e parceiros das escolas participantes. Como foco de atuação do projeto foram eleitos: “Gestão Escolar, Reforço Escolar, Estímulo à Leitura, Esportes e Artes, Instalações e Equipamentos e Saúde”⁸⁴.

Nessa trajetória, ao longo da primeira metade dos anos de 2000, o Projeto Amigos da Escola continua funcionando e buscando a multiplicação do engajamento de voluntários e instituições escolares. As pessoas adultas, que têm tempo disponível e algum tipo de

⁸³ AMIGOS DA ESCOLA. *Histórico e objetivos do programa*. Disponível em: <<http://redeglobo6.globo.com/Amigosdaescola/0,6993,1245,00.htm>> . Acesso em: 07 mai. 2004.

⁸⁴ AMIGOS DA ESCOLA. *Idem*.

habilidade para “doar”, por meio do trabalho voluntário, ainda são “seduzidas” e aderem ao chamado da Rede Globo. As escolas públicas de ensino fundamental do país, por sua vez, também permanecem se rendendo à persuasão exercida pela mídia. Até janeiro de 2005, o *ranking* total apontava para o contingente de 27.234 escolas participantes no país⁸⁵.

Com efeito, mais do que estimular o voluntariado na aparelhagem escolar através de campanhas nacionais direcionadas às escolas públicas, o MEC busca, em 1998, promover o estímulo ao voluntariado na escola pública como meta para o desenvolvimento do ensino fundamental no país⁸⁶ (SILVA, 2004, p. 123-124).

Por força do inciso I do artigo 9º da LDB, nº 9.394/96 (BRASIL, 1998a, p. 12), a União é incumbida do dever de elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE) em colaboração com estados, DF e municípios. No começo do ano de 1998, dois projetos de Plano Nacional de Educação são enviados para apreciação no Congresso Nacional: o documento que seria o resultado do II CONED (Congresso Nacional de Educação), chamado de “Proposta da Sociedade Brasileira” (BRASIL, 1997a), e o projeto elaborado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão da aparelhagem Estatal integrante do MEC (BRASIL, 1998c).

Conforme a análise de Neves (2000), a Proposta da Sociedade Brasileira reflete os interesses de valorização da escola e do setor público, de democratização do acesso e de qualidade do ensino em todos os níveis e modalidades, pelos quais militaram os educadores que participaram do I e do II CONED (1996 e 1997). O teor desse documento manifesta o posicionamento de oposição desses educadores militantes às políticas neoliberais, postas em prática pela elite da social-democracia brasileira. Dentre reivindicações e metas, o texto da sociedade civil exige a revogação do marco legal da Educação Brasileira, que se verifica a partir de 1995 e reforça um modelo de estrutura e funcionamento funcional ao neoliberalismo social-democrata (BRASIL, 1997a).

O documento do MEC (BRASIL, 1998c), no entanto, elaborado às pressas e encaminhado após o texto do II CONED ao Congresso Nacional, reflete toda a filosofia neoliberal, que dá suporte ao processo de “reforma intelectual e moral” do Estado

⁸⁵ AMIGOS DA ESCOLA. *Ranking*. Disponível em:

<<http://redeglobo6.globo.com/Amigosdaescola/0,6993,1248,00.html>> . Acesso em: 2 jan. 2005.

⁸⁶ “19. Valorizar a participação da comunidade na gestão, manutenção física e melhoria do funcionamento das escolas, incentivando o trabalho voluntário, sem eximir o Poder Público das suas obrigações constitucionais” (BRASIL, 1998c, p. 34).

(aparelhagem estatal + aparelhos “privados”) brasileiro. Por conseguinte, o parlamento brasileiro aprova o novo Plano Nacional de Educação, sancionado por meio da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, pelo Presidente FHC (BRASIL, 2001), o qual predominantemente repete as diretrizes, as metas e, sobretudo, a política educacional que se verificam no projeto de 1998, do INEP/MEC.

Não obstante o PNE aprovado pelo Congresso Nacional (BRASIL, 2001), não houvesse logrado o “incentivo ao trabalho voluntário” como elemento integrante do processo de valorização do ensino fundamental na rede pública de ensino (SILVA, 2004, p. 125), nove dias mais tarde, a Presidência da República baixa o Decreto-lei nº 6, de 18 de janeiro de 2001, cujo artigo 9º⁸⁷ versa sobre a promoção do *voluntariado* e da *solidariedade* como atividade “de enriquecimento do currículo, de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica e cultural”, não somente no ensino fundamental da rede pública, mas agora abrangendo todo o universo da Educação Básica⁸⁸. Portanto, de elemento composto como *meta* para desenvolver o *ensino fundamental* em escolas públicas, o voluntariado, referente ao modelo de “cidadania ativa” social-democrata, torna-se *instrumento* ou *atividade de enriquecimento do currículo*.

De acordo com Merola (2004), o trabalho voluntário tornou-se *disciplina* de caráter *obrigatório* em algumas escolas da Cidade do Rio de Janeiro. Por exemplo, os alunos do 2º e 3º ano do ensino médio da Escola Alemã Corcovado tiveram de cumprir 40 horas anuais de “trabalho social” a partir de maio de 2004. Para os gestores dessa escola, “o voluntariado é um pré-requisito para o mercado de trabalho, que valoriza quem tem facilidade de adaptação e conviver em grupo” (MEROLA, 2004, p. 10). Essa iniciativa da escola conquistou os alunos, que acharam interessante a imposição do trabalho voluntário de combate à pobreza como “atividade obrigatória” e se sentiram “privilegiados” por poderem “conhecer a vida real”, através dessa iniciativa (MEROLA, 2004, p. 10).

⁸⁷ “Artigo 9º - *Atividades de enriquecimento do currículo*: As escolas, no desenvolvimento de seu projeto educativo, devem proporcionar aos alunos atividades de enriquecimento do currículo, de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica e cultural, incidindo, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação”

BRASIL. Decreto-lei nº 6, de 18 de janeiro de 2001. *Ministério da Educação*. Disponível em: <http://web.porto.ucp.pt/portalanpri/decreto_lein6.htm> . Acesso em: 25 jul. 2004.

⁸⁸ BRASIL. Idem.

No caso do Colégio Mopi, foram contemplados com bolsas de estudo somente os alunos do ensino médio “que aceitaram ser voluntários em instituições cadastradas pelas escolas” (MEROLA, 2004, p. 10). Dentre o universo de instituições conveniadas com esse colégio para fins de combate à pobreza e elevação dos níveis de qualidade de vida de certas frações da sociedade, alguns desses bolsistas puderam optar pela Associação Saúde Criança Renascer, direcionada à assistência de crianças do Hospital da Lagoa (MEROLA, 2004, p. 10).

Em instituições escolares na Cidade de São Paulo, por exemplo, os alunos que se engajam em projetos sociais indicados pelas instituições educacionais recebem alguns *bônus* em suas avaliações e podem render, em alguns casos de escolas privadas, descontos em mensalidades. Por exemplo, no caso da Escola Lourenço Castanho, o voluntariado de combate à miséria compõe o currículo escolar, tornando-se “disciplina [que] vale nota para os alunos do ensino médio” (MEROLA, 2004, p. 10).

Por conseguinte, através de exemplos como esses e outros, que vêm tomando corpo na sociedade brasileira, o engajamento de escolas, profissionais da educação e alunos em projetos sociais de cidadania responsável e em ações de voluntariado acabam se institucionalizando no sistema educacional do país.

No caso paulista, o voluntariado de combate à miséria e elevação dos níveis de qualidade de vida, de atividade “facultativa” para o enriquecimento curricular, torna-se “parte da proposta pedagógica das escolas do Estado de São Paulo e que pode ser registrada no histórico escolar”⁸⁹. Em 29 de agosto de 2002, o então Secretário de Educação do Estado de São Paulo e presidente do CONSED (Conselho Nacional dos Secretários de Educação) assina a Resolução nº 143, que disciplina “a implementação do Programa Estadual Jovem Voluntário – Escola Solidária” no sistema de ensino estadual. Assim, a iniciativa da Escola Lourenço Castanho representa, sobretudo, a adequação de suas atividades educacionais à legislação estadual vigente.

Como analisaremos no próximo item deste trabalho, o programa “Jovem Voluntário – Escola Solidária”, implantado no Estado de São Paulo em caráter obrigatório, trata-se de um programa da iniciativa privada, que visa “educar” a população de todo o

⁸⁹ FAÇA PARTE. *Voluntariado agora faz parte do histórico escolar em São Paulo*. Disponível em: <http://facaparte.org.br/nwe/visualizar_ac.asp?id=318&ssecao=saladeimprensa> . Acesso em: 27 fev. 2005.

território nacional para o modelo de sociabilidade hegemônico, tendo como vedete o estímulo e a proliferação dessa cultura do voluntariado de combate à miséria.

Portanto, torna-se inevitável conciliar a orientação do Conselho da Comunidade Solidária com algumas medidas levadas a cabo pelo Ministério da Educação e do Desporto entre 1995 e 2002. Como órgão consultivo do Governo Federal, ou na qualidade de Conselho de Governo, o Comunidade Solidária propunha e pôs em funcionamento um “novo padrão de relacionamento entre Estado e sociedade”⁹⁰: trata-se de uma concepção de desenvolvimento social fundada no fortalecimento das parcerias entre a aparelhagem de Estado, o mercado e a sociedade civil, seja ela organizada através de seus aparelhos “privados” de hegemonia ou através de ações individuais dos cidadãos, a partir de um padrão de Estado de novo tipo, “social-liberal”, no horizonte de uma administração pública “gerencial”.

Nesse caminho, a sociedade civil começou a ser “educada” para a chamada “cidadania ativa”, que corresponde ao projeto de sociedade e sociabilidade da hegemonia neoliberal da social-democracia. O discurso do “combate à miséria” e da “elevação dos níveis de qualidade de vida dos segmentos mais pobres da sociedade” tornou-se mais visível e consolidou-se como “meta” para o desenvolvimento social do país, em tempos de neoliberalismo. Assim, os cidadãos ativos seriam aqueles que, em parceria com o Estado (entendido como governo) e com os empresários, formariam o suposto “terceiro setor” no país e, impulsionados pelo seu senso de responsabilidade social, iriam a campo para desenvolver “ações-diretas”, sem finalidade lucrativa, vínculo empregatício e previdenciário, que promoveriam o “combate” a pobreza e seu impacto social no país.

A escola, por sua vez, entendida como aparelho “privado” de hegemonia, ou, na linguagem neoliberal, propriedade pública não-estatal, seria mais um dos espaços sociais onde a pobreza teria de ser combatida. Por essa razão, começou a agregar as forças de mobilização social, compreendidas como voluntariado, para ajudar no melhor funcionamento da aparelhagem escolar ou no melhoramento da formação de seus alunos.

Ora, para os intelectuais orgânicos das elites dirigentes, a formação desse voluntariado, constituído como elemento de promoção do desenvolvimento social no país (CARDOSO, 1998), atuante na aparelhagem escolar, seria a garantia do melhor

⁹⁰ COMUNITAS. *Comunidade Solidária: inovação e transformação*. Disponível em: <http://www.comunitas.org.br/historia.php?pagina=pg_historia/principal.php&menu=pg_historia/principal_menu.php> . Acesso em 26 dez. 2004.

envolvimento das escolas com as comunidades, o que asseguraria a qualidade do trabalho educacional desenvolvido nessas instituições.

A curto e médio prazo, o voluntariado atuante na escola pública, cuja clientela é predominantemente oriunda das classes populares, combateria pobreza ao melhorar o nível de qualidade de vida das comunidades ao redor das respectivas escolas, a partir de campanhas e projetos a serem desenvolvidos com o envolvimento de todos os agentes educacionais, os alunos e responsáveis e vizinhos, como coleta inteligente de lixo, alfabetização de adultos, doação de alimentos e cestas básicas, etc.

Percebemos, assim, que a hegemonia neoliberal apropria-se do discurso do grupo de educadores críticos e progressistas das décadas de 1970 e 1980, pautado no envolvimento das escolas com as comunidades vizinhas, o qual militava pela redemocratização do país, democratização da escola pública e união da escola com a comunidade. Evidentemente, o discurso hegemônico se constrói, também, porque parte desses mesmos educadores “mudou de lado”, incorporando o vigente padrão de sociabilidade ao integrar-se a sujeitos políticos coletivos hegemônicos. No entanto, o real objetivo dos formuladores dos grupos dirigentes é “igualar” seu discurso ao dos educadores que permanecem se posicionando crítica e contrariamente ao “Estado de classe”, buscando esvaziar esse posicionamento, devido à ilusória semelhança dos discursos, e arruinar a luta contra-hegemônica de resistência a essa avalanche neoliberal social-democrata.

Contudo, ao apropriar-se do discurso “progressista” dos educadores que, há décadas, defendem o estímulo ao envolvimento das escolas com as comunidades, o voluntariado de combate à miséria, que se constitui nessas instituições para essa finalidade, não deixa de ser assistencialista, porque vai “combater” pobreza sem promover o combate às suas causas, mas aliviando seu impacto nas comunidades. Dessa forma, o voluntariado não vai estar resolvendo problemas históricos e estruturais da sociedade brasileira, como a qualidade da escola pública e a pobreza localizada nas classes subalternas, mas elevando níveis de qualidade de vida, que evitam a formação de “tensões sociais” e possibilidades de rebelião popular e formação de forças contra-hegemônicas, que podem ameaçar o poder de dominação e direção das elites neoliberais.

Por outro lado, a longo prazo, partindo da ingênua e ilusória concepção de que elevação do nível de escolaridade constitui-se como sinônimo de “ascensão social”⁹¹ – que, nessa perspectiva, significa, na verdade, ascensão “material” do indivíduo –, o voluntariado estaria “combatendo pobreza” na escola ao promover o “melhoramento” da formação básica dos alunos das classes populares.

Uma vez dotado de uma educação de base, supostamente, de “melhor qualidade”, cada cidadão, formado por essas escolas servidas por voluntários, teria assegurada uma certa condição de “igualdade” para “competir” por trabalho e melhores condições de vida, no âmbito da estrutura neoliberal. Assim, ao mesmo tempo em que o voluntário é compreendido como um “líder”, um “empreendedor”, um “articulador” de mobilização ou um cidadão ativo socialmente responsável, o aluno, que receberá aquele serviço, estará sendo capacitado para “incluir-se” no conjunto das relações sociais.

Portanto, a partir da “persuasão” ou da “sedução” exercida por campanhas da aparelhagem estatal (*Acorda Brasil!*) ou projetos de organismos da sociedade civil (*Amigos da Escola*), centenas de milhares de “cidadãos ativos” vão se constituir como o voluntariado de combate à miséria e melhoramento da qualidade de vida das classes populares, também na instituição escolar. Ao mesmo tempo em que assimilam a cultura cívica neoliberal e aderem ao seu projeto de sociabilidade, os voluntários vão também formar as novas gerações de cidadãos competitivos, cidadãos consumidores e cidadãos ativos.

Por isso, no próximo item deste capítulo, dissertaremos sobre a geração de novos voluntários de combate à pobreza, formada no seio da instituição escolar pública e privada.

7.2. Voluntariado organizado no país: Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário

Os sujeitos que “fazem a sua parte”

Em 2001, a Organização das Nações Unidas chama de *Ano Internacional do Voluntário*, demonstrando o engajamento daquela entidade no desenvolvimento de uma cultura de “responsabilidade social” e “voluntariado” em escala planetária. Nesse contexto,

⁹¹ De acordo com a crítica de Bárbara Freitag a essa concepção de “ascensão social”, “o título acadêmico se presta mais a adornar paredes e alimentar o próprio orgulho do diplomado que a emancipá-lo de sua condição de classe. Esta emancipação somente se daria se ele, com auxílio de sua qualificação adquirida, conseguisse redefinir suas relações de trabalho” (FREITAG, 1980, p. 116).

surge uma iniciativa, da parte do empresariado brasileiro – diga-se de passagem, predominantemente do setor financeiro – de organizar o trabalho e os grupos de voluntariado no país, tendo como direção “educar” as novas gerações para uma nova sociabilidade, que é composta por uma “cultura de voluntariado” de combate à miséria.

Nesse contexto, referimo-nos à criação da ONG *Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário*, fundada por um grupo de empresários e intelectuais, presidido pela psicóloga Maria de Lourdes Egydio Villela, que prefere ser chamada publicamente de Milú Villela (FOLHA DE S. PAULO, 2001, p. 10).

Executiva bem sucedida no mundo dos negócios, Milú Villela é a principal acionista, com 33% do capital total, do Banco Itaú⁹² – segundo maior banco privado do país. No currículo, além da fundação do Instituto Brasil Voluntário, assinala a presidência do Museu de Arte Moderna de São Paulo, da fundação Itaú Cultural, do Banco Itaú, e também do Centro de Voluntariado de S. Paulo (FOLHA DE S. PAULO, 2001, p. 10; JORNAL DO BRASIL, 2002, p. 19).

De fato, partimos da vertente de que Milú Villela constitui-se como “intelectual orgânica” e, ao mesmo tempo, o “ponto de intersecção” ou o elo de ligação de alguns sujeitos políticos coletivos hegemônicos, que encabeçam uma tentativa de organização educacional, moral e cultural da ação do voluntariado no Brasil, na perspectiva da “cidadania ativa” e “socialmente responsável”. Visando “combater a miséria”, na perspectiva da social-democracia, e “elevar” os níveis de “qualidade de vida” da população mais pobre, as ações da principal acionista do Banco Itaú, em confluência com as daqueles sujeitos políticos coletivos, inscritos como aliados ou “parceiros”, têm como direção o projeto de sociabilidade da hegemonia neoliberal, disseminado em escala mundial e que precisa ser aprofundado no espírito da sociedade civil brasileira.

⁹² A revista *Exame*, através de seu *Guia de boa cidadania corporativa* (EXAME, 2004), em parceria com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, pesquisou as atividades de 256 empresas e elaboraram um *ranking* com as dez empresas-modelo do ano de 2004, que se destacaram em ações de responsabilidade social empresarial. Nesta lista, o Banco Itaú ocupa o sétimo lugar, com 0,13% do seu faturamento bruto investido em projetos sociais (EXAME, 2004, p. 8). No entanto, é considerado ainda como um desafio “aproximar o banco Itaú de sua fundação, a Itaú Social” (EXAME, 2004, p. 41), visando a uma maior integração entre o setor que desenvolve a “responsabilidade social” da empresa com a dinâmica empresarial do banco. De acordo com o *Guia*, tal movimento de aproximação “aparece como uma das reivindicações dos funcionários, numa pesquisa realizada recentemente” (EXAME, 2004, p.41) – revelando que os funcionários pesquisados do Itaú foram “educados” para o projeto de sociabilidade neoliberal da social-democracia.

Ora, vimos ao longo deste estudo que a expansão do serviço voluntário, disseminado como *cultura*, por meio de um *processo educativo* desenvolvido no âmbito, seja de aparelhos “privados” de hegemonia, seja da família, das relações sociais no cotidiano, seja do Estado compreendido em sua totalidade, constitui-se como um dos mecanismos que irão permitir a consolidação da cidadania desejável ao projeto de sociabilidade hegemônico. Assim, não seria incorreto assinalar que a criação do Ano Internacional do Voluntário (2001) pela ONU⁹³ significa, em primeiro lugar, internacionalizar o voluntariado e sua cultura a partir dos países capitalistas avançados e, sobretudo, tornar única a sociabilidade que interessa à hegemonia desses mesmos países⁹⁴.

Com efeito, no contexto brasileiro, Milú Villela cria, junto com Heloísa Coelho (Rio Voluntário), José Roberto Marinho (Fundação Roberto Marinho), M. Elena Johannpeter (Grupo Gerdau/Centro de Voluntariado do Rio Grande do Sul), Roberto Klabin (SOS Mata Atlântica) e Valdir Cimino (Instituto Viva e Deixe Viver), a “organização social” sem fins lucrativos “Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário”. Pela via da “educação formal” ou “escolarização”, esse aparelho “privado” da hegemonia capitalista nasce em 2001 para organizar o “voluntariado” no país, em função, justamente, do Ano Internacional do Voluntário, tendo o jovem como seu foco de formação da cidadania “solidária” e “ativa” (FAÇA PARTE, 2003, p. 15), na perspectiva da sociabilidade hegemônica.

Porém, atualmente, Luís Norberto Paschoal preenche a vice-presidência do Faça Parte. A equipe de Planejamento Estratégico dessa organização social é composta por Frei Betto, M. Cecília Roxo Nobre Barreira, M. Lucia Meirelles Reis, Priscila Cruz e Roger

⁹³ Já em 1993 o Itaú desenvolvia uma parceria com a ONU, através do Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância – e o Centro de Pesquisas e Estudos em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), “baseada na convicção de que a cooperação entre a sociedade civil e a iniciativa privada é fundamental para influenciar a implementação de políticas públicas eficazes” (INSTITUTO ETHOS, 1999, p. 54) – isto é, “educando” na perspectiva de uma sociabilidade neoliberal social-democrata em processo embrionário no Brasil. Dessa parceria resultou a criação do *Projeto Educação e Participação*, que, dentre várias realizações, “implementou o Prêmio Itaú-Unicef, os Encontros Regionais de Educadores, o apoio técnico-pedagógico e financeiro a ONGs e a publicação e a distribuição de uma coletânea de livros” (INSTITUTO ETHOS, 1999, p. 54).

⁹⁴ O banco Itaú, ainda que consista uma empresa de “capital nacional”, está intimamente ligada ao capital monopolista internacional. Desde 1999, o Banco Itaú ocupa um prestigiado lugar no chamado Índice Dow Jones de Sustentabilidade, cuja sigla em inglês é DJSI, “integrando um grupo de pouco mais de 300 empresas do mundo todo que aliam solidez financeira a uma postura de responsabilidade ambiental e social” (EXAME, 2004, p. 40). Além do Itaú, apenas a Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) faz parte do índice. Daí a importância de o Itaú buscar a integração do setor empresarial e de responsabilidade social do banco, para assegurar sua permanência entre as maiores e lucrativas empresas do mundo e estar alinhada com o capital financeiro internacional.

Wright⁹⁵. Além desses, outros nomes também já compuseram essa equipe, como o atual vice-presidente, Luís Norberto Pascoal, Mário Fleck e Sérgio Valente⁹⁶.

No que se refere ao grupo de elaboração de planejamento educacional e materiais do Instituto Brasil Voluntário, fazem, ou já fizeram, parte da equipe: Adelaide Barbosa Fonseca, Ana Lúcia Viviani Bemfica, Carolina Carvalho Fernandes, Cecília Berner, Fernando José de Almeida, Frei Betto, Kátia Gonçalves, Maria Lúcia Meirelles Reis, Neide Cruz, Priscila Cruz (FAÇA PARTE, s.d., p. 39).

No quadro dos parceiros do Instituto, estão Design com Z, DM9DDB, Editora 3, Fundação Educar (DPaschoal), Instituto Modus Faciendi e Ripasa. O patrocínio é assinado por Alston, Banco Fibra, Banco Itaú, Banco Real, Petrobrás, Coteminas, Cyrela, Gradiente, IBMEC, Natura e Shopping Iguatemi. E os apoiadores do Faça Parte são AME (Ação Mineira para a Educação), Brinquedos Estrela, Centro de Voluntariado de São Paulo, Fundação Bradesco, Instituto Ayrton Senna, SESI, Instituto Ethos e ONU/Unesco⁹⁷ (FAÇA PARTE, s.d., p. 38).

Ora, uma vez que a sociedade civil brasileira, a partir da segunda metade dos anos de 1990, revelou grande disposição para a ação de voluntariado, Milú Villela, em 2001, promove o aprofundamento da organização do voluntariado brasileiro com a criação do Instituto Brasil Voluntário e, no ano seguinte, vai para representar o Brasil em pronunciamento na Assembléia Geral da ONU, defendendo o voluntariado como “estratégia

⁹⁵FAÇA PARTE. *Membros*. Disponível em: <http://www.facaparte.org.br/new/visualizar_fp.asp?id=8> . Acesso em: 2 jun. 2005.

⁹⁶FAÇA PARTE. *Membros do programa*. Disponível em: <http://www.facaparte.org.br/new/visualizar_fp.asp?id=8>. Acesso em: 7 mai 2004.

⁹⁷ O mesmo documento supracitado do Instituto Brasil Voluntário menciona o nome de dezenas de pessoas, que, de alguma forma, contribuíram para o funcionamento da organização. São eles: André Esteves (Banco Pactual), Ana Maria T. Pereira, Antonio Carlos das Neves (Fundação Bradesco), Antonio Carlos Gomes da Costa (Instituto Modus Faciendi), Antonio Jacinto Caleiro Palma (CIEE), Carlos Jereissati Filho, Carlos Tilkian (Brinquedos Estrela), Chico Pinheiro, Christovam Buarque (Ministro da Educação durante o primeiro ano do mandato do Presidente Lula da Silva e representante da ORUS no Brasil), Cláudio Haddad (IBMEC), Danilo Miranda (SESC), Éktor Passini (Fundação Victor Civita), Fábio Colleti Barbosa (Presidente do Banco Real), Felícia Dal’Ava (Alstom), Hélio Mattar (Fundação Abrinq), Isidorio Teles de Sousa (Pensart), José Luiz Alquéres (Alstom), Luís Fernando Furlan (Sadia), Luiz Junqueira Machado (Itaú Social), Malu Montoro Jens (Colégio Santa Cruz), Mário Fleck (Accenture), Mário Sérgio Cortella, Moacir Gadotti (docente da Universidade de São Paulo), Myriam Tricate (Colégio Magno), Neylar Lins (Fundação Odebrecht), Nizan Guanaes (DM9DDB), Oded Grajew (Instituto Ethos e militante do PT na primeira década dos anos de 2000), Paulo Meirelles Santos, Paulo Queiroz (DM9DDB), Pedro Moreira Salles (presidente do Unibanco), Plínio Bocchino (SOS Mata Atlântica), Roberta Rocha (Abre de Página), Roberto Klabin (SOS Mata Atlântica), Rosana Delellis (Formarte), Sérgio Valente (DM9DDB), Vânia Dohme (Editora Informal), Vera Gissoni (Universidade Castelo Branco) e Zeuner Fraissat (Design com Z) (FAÇA PARTE, s.d., p. 38).

mundial para o desenvolvimento social” e comprovando o “amadurecimento” dos brasileiros, em seu engajamento ao voluntariado.

Assim, é consolidada uma iniciativa organizada e ampliada, sob a direção política, cultural e ideológica do empresariado brasileiro, sob a égide do neoliberalismo da social-democracia, que vai obter o apoio e o estímulo ético-político e material de aparelhos “privados” de hegemonia, como a ONU, associada ao Banco Mundial e ao FMI, obedecendo às recomendações hegemônicas para o desenvolvimento social.

A formação da “cultura do voluntariado” e do “voluntariado jovem” de combate à pobreza na escola

Para tanto, o processo educativo de formação *cultural* do voluntariado aponta o aparelho escolar como “espaço estratégico”, ou seja, aquele que melhor contribuirá para sua organização, porque, depois da família, “a escola é a mais importante instituição socializadora, participando cada vez mais cedo da vida das crianças e trabalhando com crescente ênfase na formação de valores”. E esses mesmos valores, desde que traduzidos em ações de voluntariado, vão reforçar “o papel da escola como centro de cidadania, cultura, encontro, local em que se exercita a convivência democrática” (FAÇA PARTE, s.d., p. 12).

Nesse horizonte, a subjetividade protagonista dessa formação moral e cultural será a *juventude*: de acordo com manual do Faça Parte, o *jovem* é concebido como “o ator social decisivo na busca de soluções” para os problemas emergenciais da sociedade, ou seja, um agente engajado, atuante e participativo, que precisa de “voz e espaço” para se constituir como “uma poderosa força de renovação social” (FAÇA PARTE, s.d., p. 16). Nessa perspectiva, o Instituto Brasil Voluntário vai se adequar a uma das metas para promover o processo de “radicalização da democracia” e, estrategicamente, dando andamento ao modelo de desenvolvimento social, que se observa no programa de governo da social-democracia brasileira, *Avança Brasil* (CARDOSO, 1998, p. 293-294). Ademais, mobilizar a juventude “socialmente responsável” corresponde a um modelo ético-político ainda maior: a chamada “terceira via” ou a “nova social-democracia” inglesa (GIDDENS, 1999, p. 92).

De fato, a juventude “solidária” detém um fantástico espírito de “renovação”, um “potencial transformador”, que se traduz na sua preocupação “com as oportunidades de educação e emprego”, na necessidade de enfrentar as “mesmas dificuldades”, compartilhando

“as mesmas esperanças”, e, sobretudo, na busca “de um país diferente, mais justo, mais igualitário” (FAÇA PARTE, s.d., p.16).

Para tanto, interessa ao Instituto Brasil Voluntário unir a força “transformadora” do jovem atuante a uma cultura organizada das ações voluntárias, porque, “pelo fato de provocar o questionamento de valores e de posturas pessoais, a ação voluntária propicia ganhos que se revelam extremamente importantes na adolescência e na juventude” (FAÇA PARTE, s.d., p. 17).

E, com efeito, esses ganhos, nessa perspectiva, trafegam pela via da *transformação*, não da pobreza em abundância e bem estar para todos, não da hegemonia neoliberal em uma contra-hegemonia democrática e socialista, mas de *valores sociais*: o desejo é transformar o “imobilismo” do jovem em “interesse social e comunitário”, o “egoísmo” em “solidariedade” (arraigada àquele conceito difundido pelo Conselho da Comunidade Solidária), o “conflito” e a indignação em “colaboração” e parceria, o debate “macropolítico” pelo voluntariado.

Dessa maneira, não é por acaso que o Faça Parte elege o aparelho escolar como o “foco” de difusão e ampliação dos “valores” que constituem a “cultura do voluntariado”, e parte para a ofensiva sobre os currículos escolares, adaptando-se inclusive às diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica (FAÇA PARTE, s.d., p. 12; FAÇA PARTE, 2004, p. 14). Além disso, a cultura cívica do voluntariado de combate à pobreza, por força do Decreto-lei nº 6, de 18 de janeiro de 2001, já havia se tornado, legalmente, fonte de “enriquecimento” curricular da Educação Básica⁹⁸. Por essa razão, em documento de 2003, o Instituto Brasil Voluntário afirmar que o “projeto de voluntariado educativo se insere no contexto das Diretrizes Curriculares Nacionais” (FAÇA PARTE, 2003, p. 14).

Entretanto, como salientamos anteriormente, no caso específico do Estado de São Paulo, o então secretário estadual de Educação e presidente do CONSED – aparelho “privado” de hegemonia inscrito como “parceiro” do Faça Parte –, Gabriel Chalita, assinou resolução em que torna obrigatório o desenvolvimento de programas de voluntariado, na perspectiva hegemônica, em todas as escolas da rede estadual. Contudo, esse documento

⁹⁸ BRASIL. Decreto-lei nº 6, de 18 de janeiro de 2001. *Ministério da Educação*. Disponível em: <http://web.porto.ucp.pt/portalanpri/decreto_lei6.htm>. Acesso em: 25 jul. 2004

dispõe sobre a implantação oficial do principal programa do Instituto Brasil Voluntário, cujo foco de “sedução” e “conquista” é a juventude, no sistema curricular dessa rede⁹⁹. Trocando em miúdos, servir voluntariamente às comunidades, de uma “ação-direta” de caráter “voluntário”, torna-se mais do que um compromisso do “cidadão ativo”, dotado da chamada “responsabilidade social”. Na verdade, passa a se constituir como um serviço a ser prestado obrigatoriamente, ou um “voluntariado obrigatório”.

Nessa trajetória, Frei Betto¹⁰⁰ está convencido de que a aparelhagem escolar deve ser “um centro conectado à comunidade circundante, de modo a reduzir a distância entre texto e contexto, saber e compromisso social, e introduz no currículo, como tema transversal, a cultura e a prática do voluntariado” (FAÇA PARTE, s.d., p. 28). Para tanto, de acordo com o manual, a “fundamentação de um projeto de voluntariado na escola será enriquecida a partir de sua vinculação com o conteúdo trabalhado em sala de aula” (FAÇA PARTE, s.d., p.23). Só assim, segundo Fernando José de Almeida¹⁰¹, constitui-se “o verdadeiro e motivador ambiente de aprendizagem” (FAÇA PARTE, s.d., p. 30).

Com efeito, segundo o manual, a instituição escolar, disseminando projetos de voluntariado, que, no tratamento dos “temas transversais”, promovem a “interdisciplinaridade” (FAÇA PARTE, 2003, p. 14) nos currículos escolares e permitem “vincular teoria e prática” (FAÇA PARTE, s.d., p.13), “ganha mais respeito da comunidade, desperta o interesse de seus alunos para com os estudos (diminuindo o fracasso, a repetência e a evasão), desenvolve uma gestão mais democrática e eficiente, dissemina uma cultura de paz e solidariedade e promove a inclusão e a participação social” (FAÇA PARTE, s.d., p. 12). Ora, todos esses aspectos atendem ao artigo 9º do Decreto-lei nº 6, de 18 de janeiro de 2001, que reza sobre a inclusão do estímulo ao voluntariado como elemento de enriquecimento curricular, nas escolas de Educação Básica do país.

É, pois, nesse horizonte que emerge o principal “empreendimento” do Faça Parte, isto é, o programa *Jovem Voluntário – Escola Solidária*. Segundo Milú Villela, presidente do Instituto Brasil Voluntário, esse consiste num “programa nacional”, que visa “reconhecer” e “dar visibilidade” às ações voluntárias que acontecem em muitas escolas de todo o Brasil, em

⁹⁹ FAÇA PARTE. *Voluntariado agora faz parte do histórico escolar em São Paulo*. Disponível em: <http://facaparte.org.br/nwe/visualizar_ac.asp?id=318&sseciao+saladeimprensa> . Acesso em: 27 fev. 2005.

¹⁰⁰ Teólogo, integrante da sociedade política brasileira na atualidade e membro da equipe de planejamento estratégico e de elaboração do Instituto Brasil Voluntário.

¹⁰¹ Professor da PUC-SP, ex-secretário de Educação do Município de São Paulo e colaborador do Faça Parte.

consonância com as “ações-diretas” internacionais, no mundo capitalista, para atingir as “Oito Metas do Milênio” apontadas pela ONU (FAÇA PARTE, 2004). Uma vez cumprido esse objetivo, ainda como assinala a presidente da ONG Faça Parte, novos projetos de voluntariado deverão ser estimulados e viabilizados, a fim de que se cumpra “uma das mais importantes metas da educação contemporânea: a formação de jovens capaz de oferecer o melhor de si e de seu coração para a realização do grande ideal de todos nós – construir um mundo mais humano” (FAÇA PARTE, s.d., p. 2).

Logo, há que se prestar atenção no uso do advérbio *mais* no contexto da frase. Tornar o mundo “mais” humano não corresponde a vislumbrar um projeto educativo, que promova, capilarmente, um processo de ruptura com o projeto de sociabilidade da hegemonia neoliberal e consolide a formação de uma vontade coletiva nacional-popular. Significa, porém, “humanizar” o mundo capitalista, com efeito, atendendo, necessariamente, aos interesses dos “líderes econômicos” e dos “blocos hegemônicos”, ou seja, do empresariado e, mais especificamente, do setor empresarial de que Milú Villela faz parte, e da sociedade política.

Nesse contexto, em suma, a escola consiste no espaço privilegiado para o desenvolvimento dessa cidadania atuante, participativa, solidária e “transformadora” – terminologia usurpada aqui de seu conteúdo crítico, progressista e contra-hegemônico. O jovem, por sua vez, deve ser encarado como o protagonista que vai assimilar essa cultura cívica, quando desenvolve a capacidade de “trabalhar em equipe”, “trocar experiências”, “entrar em contato com diferentes visões”, no sentido de fortalecer “um melhor relacionamento consigo mesmo e com os outros”, envolvendo-se “na solução de problemas reais com criatividade e liderança” e, portanto, consolidando “valores de responsabilidade social”, através das atividades escolares.

Dessa maneira, o jovem voluntário vai contribuir declaradamente, do ponto de vista dos formuladores do referido instituto, “para a construção de uma sociedade mais justa” (FAÇA PARTE, s.d., p. 17). Nesse contexto, o jovem voluntário de combate à pobreza será aquele “cidadão ativo”, que vai “transformar o mundo”, *humanizando* o capitalismo neoliberal ou tornando a realidade capitalista *mais* humanizada. Esse cidadão não promoverá justiça social, o que pressupõe igualdade irrestrita, porém, *mais* justiça social. O voluntário vai “transformar” a realidade, mas “dentro da ordem”, sem modificar sua estrutura. Assim,

reafirma-se o caráter assistencialista desse serviço voluntário, que não vai reverter o quadro histórico e estrutural brasileiro de injustiça social, mas evitar “tensões sociais” ao suavizar os contrastes provocados, por essência, pelo capitalismo.

Ademais, não declaradamente, o serviço do jovem voluntário de combate à miséria estará formando, conforme analisamos no capítulo anterior, o “intelectual de tipo urbano” (GRAMSCI, 2000, p. 22). Esse voluntário, constituído como um intelectual urbano-industrial, vai estar adequado às relações sociais de produção do capitalismo neoliberal, porque foi qualificado para ingressar em um mercado de trabalho competitivo, que exige de seus profissionais “sensibilidade social e habilidades de “empreendedorismo”, capacidade de atuação coletiva e intercâmbio com diversas realidades” (FAÇA PARTE, s.d., p. 36).

Com efeito, o objetivo central do programa Jovem Voluntário – Escola Solidária consiste em “disseminar e consolidar a cultura das ações voluntárias”, estimulando o protagonismo do jovem para que, nos próximos anos, “se amplie a perspectiva da transformação social pela ação do jovem, na escola ou fora dela” (FAÇA PARTE, s.d., p. 7). Portanto, será reconhecendo os projetos de voluntariado e responsabilidade social desenvolvidos pelas escolas, públicas ou privadas, que se promoverá uma “transformação social” que, na realidade, significa consolidar o projeto de sociabilidade hegemônico, no âmbito das ações sociais, como *cultura do voluntariado* de combate à pobreza.

As parcerias do Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário

Para tanto, o Instituto Brasil Voluntário costura alianças políticas e *parcerias* com órgãos da aparelhagem estatal e personalidades da sociedade política, aparelhos “privados” de hegemonia dirigidos por setores da burguesia nacional e, conforme pontuamos acima, em escala planetária, como os organismos multilaterais.

De acordo com o manual do Faça Parte, o programa “Jovem Voluntário – escola Solidária conta com o apoio do Ministério da Educação (MEC), do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação (CONSED), da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), da União Nacional dos Dirigentes de Educação Municipal (UNDIME), do Programa das Escolas Associadas à Unesco (PEA-Unesco) e de outros representantes da comunidade educacional” (FAÇA PARTE, s.d., p. 7).

Com exceção do MEC e dos programas desenvolvidos pela Unesco, que pertence às Nações Unidas, isto é, aparelho “privado” internacional da hegemonia capitalista, oficialmente, desde a década de 1960 (MELO, 2004), os demais aparelhos “privados”, que dão suporte ao principal programa do Instituto Brasil Voluntário, perfazem o mesmo movimento dos educadores e intelectuais críticos e progressistas que aderiram ao projeto ético-político de sociabilidade neoliberal. Principalmente nos “anos de chumbo” do Regime de 1964, o CONSED, a UNDIME e, principalmente, a ANDIFES constituíram-se como organizações da sociedade civil de resistência às políticas educacionais do Governo Militar, em face do posicionamento crítico dos educadores, que a esses aparelhos “privados” se engajavam.

No entanto, uma vez estabelecida a aliança política com o Instituto Brasil Voluntário, e formalizada por intermédio da parceria firmada com essa entidade, que emerge a partir de interesses político-econômicos de representantes do capitalismo financeiro nacional, transparece a aliança do CONSED, da UNDIME e da ANDIFES ao projeto cívico hegemônico. Em outros termos, torna-se visível que essas associações civis passam a se inscrever, também, como aparelhos “privados” da hegemonia neoliberal da social-democracia brasileira.

A primeira edição do programa completou-se em 2003. As escolas, que desenvolveram projetos de qualidade para a materialização dessa “cultura do voluntariado”, receberam o *Selo Escola Solidária* no formato de diploma, onde assinam um representante do MEC, do CONSED, da UNDIME, da Unesco e Milú Villela, presidente do Instituto Brasil Voluntário.

O planejamento e a documentação do programa Jovem Voluntário – Escola Solidária

Para tanto, o Instituto Brasil Voluntário desenvolve toda uma linha de planejamento para que as ações voluntárias, que devem emergir nas relações escolares, obtenham os devidos resultados. Essa organização social cria uma *home page* na Internet (<www.facaparte.org.br>) e desenvolve um conjunto de publicações, objetivando apresentar o conteúdo desse planejamento e atrair (“seduzir”) os possíveis leitores, para “conquistá-los”.

Essa afirmação se confirma, na medida em que se tem acesso ao *site* e a alguns desses documentos e se observa a sua estrutura¹⁰².

Tanto a página virtual, quanto as publicações, são muito coloridas, cheias de desenhos, os quais se aproximam, principalmente, do universo lúdico infantil, por seu formato jocoso e agradável, e de poesias e “músicas”, produzidas especialmente para o programa Jovem Voluntário Escola Solidária, tendo como base o mote “faça parte, faça a sua parte”. No caso específico dos documentos impressos, estes não têm a estrutura de um “documento”, tipo “oficial”, em laudas de papel timbrado ou em formato de livro. Pelo contrário, são muito cheios de cores vivas (azul, vermelho, amarelo, verde, etc.), lotados de ilustrações e têm aparência de “revistas”, direcionadas a um universo de crianças, em razão de suas dimensões, como tamanho (largura e altura) e número de páginas.

Mais do que isso, o Instituto Brasil Voluntário estimula a publicação de livros infantis, que poderiam ser enquadrados na linha dos “para-didáticos”. A estratégia que se verifica com essas publicações não é nova: trata-se de “educar”, para a cultura cívica neoliberal da social-democracia, por intermédio de “lições de moral” explícitas e bem sinalizadas nas historinhas, também muito ilustradas.

Por exemplo, com o apoio do Ministério da Cultura, publicado pela Editora Educar (Fundação DPaschoal), é publicado, e editado pela terceira vez em 2004, o livrinho *A semente da verdade*, acompanhado do seguinte subtítulo: *Um conto folclórico oriental sobre ética e honestidade*. A autora é Patrícia Engel Secco. O próprio título, acima desse fulminante subtítulo, já anuncia o teor da história que vai ser apresentada. E, na contra-capa, aparece a seguinte frase, grafada entre aspas, em letras grandes: “A educação nos ensina a compreender o valor da determinação, da justiça e da verdade” (SECCO, 2004, contra-capa). Logo, a idéia é “educar”, implícita e explícita, para arraigar “valores” culturais, como “determinação”, visando fortalecer a sociabilidade hegemônica.

O Instituto Brasil Voluntário desenvolve, também, materiais em vídeo. Na mesma linha dos outros “documentos” produzidos para o trabalho desenvolvido no Faça Parte, os vídeos cumprem a função de mostrar, “em movimento”, “o que é” esse aparelho “privado” de

¹⁰² No caso do Projeto Amigos da Escola, não tivemos acesso a documentos impressos. Todas as informações obtidas e aqui analisadas provêm da *home page* da Rede Globo de Televisão. E, nesta página, a apresentação segue a mesma linha daquela que se configura nos documentos impressos ou virtuais do Instituto Brasil Voluntário: sempre como muitas cores e ilustrações, arraigadas ao universo infantil.

hegemonia e o que ele “faz” e “pretende fazer”. Para tanto, vários sujeitos, que se integram como membros do Instituto – entre eles, a presidente, Milú Villela –, apresentam-se durante, aproximadamente, um minuto cada um, discursando sobre o voluntariado que estimulam. Atores de novelas da Rede Globo de Televisão aparecem como “narradores” ou “âncoras” da matéria tratada nos vídeos. E a produção, como um todo, é muito bem feita e “seduz”, pelo menos, os olhares de seus expectadores.

Porém, no caso particular de “documentos” dirigidos à formulação de projetos de voluntariado na Educação Escolar, em parceria com o Ministério da Cultura, também com o selo da Lei de Incentivo à Cultura, já durante o governo do Presidente Lula da Silva, o Faça Parte publica, em 2003, pela Editora Educar, um guia para orientar as escolas, que se candidatarem ao título de “Escolas Solidárias” (FAÇA PARTE, 2003). O objetivo do documento é “auxiliar professores e alunos na elaboração de projetos de voluntariado educativo, e grupos de amigos que desejarem montar um projeto social dentro ou fora da escola” (FAÇA PARTE, 2003, p. 3).

Nesse contexto, sete passos metodológicos são, didaticamente, apresentados, para que os projetos sejam elaborados e executados com êxito. São eles: convocação; diagnóstico; elaboração do projeto; ação; reflexão; registro; reconhecimento e comemoração (FAÇA PARTE, 2003, p. 4).

A “convocação”, constituída como etapa inicial, consiste na obtenção do apoio de todos os sujeitos que atuam na escola, sejam profissionais da educação, funcionários de apoio e alunos, como também aqueles que estão fora dela – e, nessa posição, o referido documento inclui a comunidade, organizações não-governamentais, associação de bairro, comércio e empresas, etc. Nessa perspectiva, “convocar” significa “convidar, chamar, informar, conquistar o interesse e o apoio, integrar e comprometer escola e comunidade em um só objetivo” (FAÇA PARTE, 2003, p. 5).

Portanto, já a primeira etapa do processo de construção de projetos de voluntariado de combate à pobreza visa à persuasão, sedução e, conforme está expresso no documento aqui analisado, “conquista” do interesse, do apoio e do comprometimento dos voluntários. Assim, essas forças “conquistadas” devem ser dirigidas a um único objetivo: combater a miséria, aliviando os bolsões de pobreza, elevando a qualidade de vida dos

segmentos “beneficiados” e mantendo o conjunto das relações sociais capitalistas, porém, com “mais” justiça social.

Após a convocação, que, independentemente das formas de procedimento escolhidas, deve eclodir na “conquista” do voluntariado, o “diagnóstico” é o segundo passo, que significa “identificar quais são as reais necessidades daquela pessoa, grupo ou organização social que receberá a ação voluntária” (FAÇA PARTE, 2003, p. 6). Mas também, essa etapa visa reconhecer “o perfil dos participantes, identificando qual será o tempo, trabalho e talento que os voluntários poderão dispor ao projeto”, a fim de que sejam bem adaptados ao plano de ação (FAÇA PARTE, 2003, p. 6). Com efeito, a fase do diagnóstico permitirá “identificar quais serão as ações, os recursos necessários, o tempo previsto, as ferramentas e os meios para a implantação do projeto” (FAÇA PARTE, 2003, p. 6).

Estamos convencidos de que essa segunda etapa do processo de construção de projetos de voluntariado demonstra o grau de formalidade técnica e pedagógica do trabalho educativo, de formação do “voluntariado jovem”, a que se destina o Instituto Brasil Voluntário. A chamada “avaliação diagnóstica” consiste em uma das principais técnicas pedagógicas, ou, especificamente, “modalidades da avaliação educacional” (HAYDT, 1997, p. 16-17), visando constatar o grau de aprendizagem, de dificuldade e as formas de relacionamento, que os alunos apresentam no início de um determinado período letivo. Não por acaso, a organização social presidida por Milú Villela conta com um grupo de educadores e especialistas em educação, com pós-graduação em algumas das melhores universidades do país, como a PUC-SP, na sua equipe de elaboração e planejamento educacional.

Uma vez convocada e conquistada a solidariedade do voluntariado e, em seguida, diagnosticado que tipo de voluntariado dispõe e a quais demandas sociais a aparelhagem escolar poderá atender, o terceiro momento é a “elaboração do projeto” de “ação-direta”. Nessa fase, o grupo de pessoas envolvidas terá a tarefa de decidir em que área específica irá desenvolver seu serviço voluntário, por exemplo, “meio ambiente, educação, saúde, assistência social, lazer, defesa de direitos, cidadania” (FAÇA PARTE, 2003, p. 8). O público que será assistido por esses voluntários também deverá ser focalizado: “crianças, jovens, idosos e comunidade” (FAÇA PARTE, 2003, p. 8).

O documento recomenda que a ação planejada deve ter como suporte a apreciação dos seguintes aspectos: justificativa (por que fazer?); objetivo(s) (que metas deverão ser alcançadas?); grupo de trabalho (quem está disposto a fazer parte?); público alvo (a quem se destina tal projeto de voluntariado?); plano de ação (como fazer?); cronograma (qual o tempo necessário para o desenvolvimento da ação?); recursos (quanto, em termos de recursos materiais, financeiros e humanos, é necessário para a realização do projeto? E quem são os “parceiros” engajados?) (FAÇA PARTE, 2003, p. 8).

Novamente, o documento supracitado apresenta a sofisticação técnico-pedagógica do Instituto Brasil Voluntário, ao buscar que cada instituição escolar desenvolva projetos ou programas de voluntariado de combate à pobreza, racional e didaticamente, bem planejados. E esse planejamento bem estruturado permitirá reforçar a idéia de focalização dessas ações voluntárias, uma vez que serão, tecnicamente, dirigidas e executadas junto a populações e demandas sociais específicas e localizadas, como vimos acima. Portanto, a “focalização”, implícita nas orientações do Faça Parte, conflui com aquela recomendada pelo Conselho da Comunidade Solidária às organizações civis, no trato às demandas sociais.

O quarto momento de construção de um projeto de voluntariado, recomendado pelo Instituto Brasil Voluntário, consiste na “ação”. Em 2004, o Faça Parte lança uma publicação, com o apoio do Ministério da Cultura, organizada por Antonio Carlos Gomes da Costa. No documento *Casos e contos: viagem por um Brasil solidário* (COSTA, 2004), é divulgado o balanço de algumas “ações” do voluntariado jovem de combate à pobreza, desenvolvidas em escolas que receberam o selo *Escola Solidária*, no ano de 2003.

Em entrevista realizada, em outubro de 2004, na sede do Faça Parte, localizado no edifício central do Banco Itaú, situado na Avenida Paulista, centro financeiro do país, o membro da equipe de planejamento educacional, que nos recebera, informou-nos que a idéia inicial, ao preparar tal documento para publicação, seria a de expor o trabalho desenvolvido por algumas Escolas Solidárias, mas, com poucos exemplos, os relatos detalhados. No entanto, tantos casos “belos” e “interessantes” fizeram com que a idéia inicial fosse modificada e, portanto, o documento contou com dezenas de exemplos de “ações”, apresentadas de maneira sintética.

Assim, o organizador da publicação subdividiu a apresentação dos casos em itens temáticos. No primeiro deles, chamado de “Planejar e implementar”, são destacados

exemplos de escolas que souberam planejar com êxito os seus projetos e, conseqüentemente, colocá-los em funcionamento de forma bem sucedida. Em seguida, vem “Ensinar e aprender”, cujos relatos apresentaram casos em que as “ações-diretas” contribuíram para a aprendizagem dos alunos, como as chamadas “aulas de reforço”.

Na seqüência, o item “Pensar e agir” apresenta exemplos de escolas em que se buscou “problematizar” a realidade, direcionar o “senso de responsabilidade social” e indicar o serviço voluntário como a melhor solução. Em “De mãos dadas”, são mostrados alguns casos de parcerias estabelecidas entre as escolas, a aparelhagem estatal e aparelhos “privados” de hegemonia, como empresas capitalistas. Depois, em “Todos juntos somos fortes”, os exemplos são de união dos sujeitos, “independentemente da condição socioeconômica ou do nível de escolaridade”, para o desenvolvimento de ações voluntárias em conjunto (COSTA, 2004, p. 30). Nesse último caso, fica clara a aplicação do princípio neoliberal da social-democracia de conciliação de classes sociais, para silenciar conflitos e esvaziar o antagonismo.

No item “Rede de escolas solidárias”, os casos apresentados são de constituição de rede de escolas, unidas em parceria, para o desenvolvimento das “ações-diretas”. Em “Participação na comunidade”, os exemplos são de envolvimento bem sucedido das Escolas Solidárias com os problemas da comunidade. E o item “Sejam bem-vindos” refere-se ao movimento oposto, ou seja, ao da receptividade das comunidades às práticas “solidárias” das respectivas escolas. Nesses dois últimos casos, são apresentados episódios, que vão servir, como assinalamos acima, para esvaziar o discurso crítico e contra-hegemônico, das décadas de 1970 e 1980, em favor da relação “dialógica” e “problematizadora” a ser estabelecida entre escolas e comunidades.

Finalmente, o item “Passos para a cidadania” encerra a coletânea de exemplos, apresentando casos em que se pretende valorizar aspectos emocionais e subjetivos, como carinho, compreensão, etc., ao se desenvolver o serviço voluntário junto às comunidades. Com isso, o referido documento, sem qualquer pudor, afirma que, nesses casos, superou-se “a visão ingênua dos problemas a partir de um posicionamento pedagógico crítico, político e reflexivo” – evidentemente, sem ultrapassar os limites que poderiam detonar o “senso de responsabilidade social” de cada um desses agentes voluntários.

Dentre os vários exemplos interessantes, que participam da publicação, vamos analisar a citação, apresentada pelo referido texto, do relato feito por algum(a) provável profissional da Escola Municipal Joaquim Rocha Veras, da cidade de Camocim, do estado do Ceará, cuja identidade não é revelada. Assim se expressa essa pessoa: “Sabemos que, para acreditar no trabalho voluntário, precisamos acreditar na metodologia de um ensino transformador, dentro da concepção ação-reflexão-ação” (COSTA, 2004, p. 11).

Essa fala, sem dúvida alguma, revela alguns aspectos e nos conduz a algumas considerações. Primeiramente, como já vimos salientando durante a análise do programa “Jovem Voluntário – Escola Solidária”, os formuladores do Faça Parte têm se apropriado do discurso pedagógico de educadores críticos de décadas passadas, adaptado às suas concepções hegemônicas e esvaziado seu conteúdo contra-hegemônico. Na realidade, alguns desses educadores, de alguma maneira, contribuíram ou participaram de atividades do Faça Parte, como Moacir Gadotti, Cristovam Buarque e o próprio Frei Betto. Nessa trajetória, a fala comprova que os educadores locais, que trabalham nessas Escolas Solidárias, podem e estão incorporando a visão hegemônica, assumida pelo Instituto Brasil Voluntário, mas que se apropria da linguagem e de categorias de concepções teóricas histórico-críticas.

Em segundo lugar, o relato daquele membro da escola manifesta uma forte contradição entre o ideário de “ação-reflexão-ação”, que se apresentou nessa fala, e todo o conteúdo ético-político que dá sustentação, mais do que ao estímulo dado às ações de voluntariado de combate à pobreza do Faça Parte, porém, a algo muito maior, ou seja, o próprio projeto de sociedade e sociabilidade hegemônico.

De acordo com o educador de jovens e adultos e militante de movimentos de educação popular durante toda sua carreira, Paulo Freire, o ato educativo “não é própria e exclusivamente a permanência ou a mudança de algo”, mas “‘dura’ na contradição permanência-mudança” (FREIRE, 1992, p. 84). Esse processo dialético revela que o ato educativo consiste numa “ação”, que, constantemente reelaborada por meio do ato de “reflexão”, renova-se em uma “ação” repensada, materializando o “equilíbrio instável” de conservação e transformação da realidade. Assim, esse movimento de “ação-reflexão-ação” vai dar o suporte teórico-metodológico a um processo educativo crítico, transformador e, por isso, contra-hegemônico, concebido como uma “atividade contínua”, que, deve ser, “deste modo, continuamente refeita pela práxis” (FREIRE, 1980, p. 81).

Portanto, temos visto que, seja de forma racional ou ingênua, a equipe de intelectuais orgânicos do Instituto Brasil Voluntário ou o grupo de intelectuais urbanos, que aderem aos projetos dessa organização social, apropria-se da linguagem e das categorias usadas por Paulo Freire, destacando-as de seu contexto político e emancipatório. Porém, estamos convencidos de que esses sujeitos políticos coletivos social-democratas apenas promovem um substantivo *paradoxo* entre o discurso proferido e o real significado de sua intervenção na realidade. Essa afirmação se sustenta a partir da própria fala de Paulo Freire, supracitada. É evidente que um projeto de sociedade e sociabilidade de conservação do capitalismo neoliberal, que luta nas “trincheiras” da sociedade civil para manter e ampliar seu poder de dominação econômica e direção política, utilizando-se de estratégias bem sucedidas, como o estímulo ao voluntariado de combate à miséria, é, por definição, *inconciliável* com uma ação social de qualquer natureza, como a educativa, que tenha como embasamento a “filosofia da práxis”.

Compreendida como sinônimo de “materialismo histórico”, preconizado por Karl Marx e Friederich Engels, e que se configura como referencial teórico histórico-crítico para o desenvolvimento deste trabalho, a “filosofia da práxis” compreende o movimento dialético travado entre “permanência” e “mudança”, conforme sinalizou Paulo Freire, que, no âmbito das relações sociais de produção capitalistas, materializa-se na “luta de classes”. Logo, para um projeto de sociabilidade de conciliação das classes sociais, no sentido de se assegurar a manutenção do capitalismo neoliberal, a “filosofia da práxis”, que dá suporte ao ideário de “ação-reflexão-ação” presente na prática educativa crítica e transformadora, pensada e posta em funcionamento por Paulo Freire, é *organicamente* oposta a todo conteúdo ético-político, que sustenta o discurso e a ação de voluntariado fomentada pelo Faça Parte e desenvolvida pelos sujeitos políticos coletivos que aderem aos seus projetos.

A quinta fase do processo de construção de projetos de voluntariado nas Escolas Solidárias corresponde à “reflexão” do que foi, está sendo ou vai ser desenvolvido. De acordo com o documento do Instituto Brasil Voluntário, a reflexão consiste num meio de avaliação, que deve ser constantemente empregado a fim de julgar os resultados obtidos a partir das “ações-diretas”. Mais uma vez, o Faça Parte reproduz a orientação política do Conselho de Governo da Comunidade Solidária: a atenção aos resultados das práticas sociais, específicas e localizadas, de combate à pobreza.

Ademais, o trabalho de “reflexão”, conforme é apresentado no documento, pode se manifestar de várias formas, no entanto, não deve deixar de “considerar o diálogo como processo de mediação” (FAÇA PARTE, 2003, p. 11). Para tanto, o ato de “dialogar” é definido como “dar voz e vez a todos os integrantes do grupo, permitindo a troca de impressões e reflexões que são fundamentais para o sucesso do projeto” (FAÇA PARTE, 2003, p. 11).

Além de repetir aquele movimento, que temos apontado e criticado insistentemente, de utilizar categorias críticas descontextualizadas e paradoxais em relação ao seu modelo ético-político, a ação de “diálogo”, proposta pelo documento, no entanto, não contradiz e somente confirma suas “raízes” reformistas e social-democratas. Quando se “dialoga”, dando “voz e vez” a participantes, que devem expressar opiniões e trocar idéias sobre os projetos e as ações, não se está propondo, certamente, a discussão a respeito do modelo hegemônico a que essas atividades estão favorecendo.

Em outros termos, a “crítica”, recomendada pelo Faça Parte, é aquela que decorre desse movimento de reflexão, para avaliar os “resultados” dos projetos de voluntariado, a qual deve favorecer o processo de “mediação” entre o “que se tem” e o “que se quer obter” e, com efeito, a conquista de fins desejados. Dessa maneira, o “diálogo”, pelo qual milita o Instituto Brasil Voluntário, não vai ser aquele que promoverá a análise histórico-crítica das “ações-diretas” e de todo o conteúdo ético-político que lhes dá suporte, mas que, inspirado no princípio da “razão comunicativa”, vai ser funcional a um reformismo, favorável ao projeto de sociabilidade neoliberal social-democrata.

A sexta etapa do movimento de elaboração de projetos de voluntariado consiste no “registro” das experiências. Os conhecimentos, gerados a partir das experiências devidamente registradas, podem ser divulgados, ampliados, analisados, revistos e reeditados. O objetivo é formar uma base comum de dados, tornando-os disponíveis “para todos que necessitarem conhecer as etapas, os impactos, os resultados, as dificuldades e conquistas do projeto” (FAÇA PARTE, 2003, p. 12).

Dessa forma, verdadeiros documentos, elaborados a partir de casos específicos e localizados, vão sendo compostos, tendo como base as experiências vividas por esse voluntariado de combate à miséria e servindo para divulgar e reforçar a cultura social-democrata da “cidadania ativa”. Portanto, essa ação de registrar, seja com documentos (como

pautas ou relatórios), seja com fotos, filmagens ou gravações de áudio das atividades, deu origem à publicação *Casos e Contos* (COSTA, 2004), permitindo a divulgação, o conhecimento, e o desenvolvimento de nossa análise crítica, acerca de várias dessas experiências.

E o último item a ser contemplado, considerado como “fundamental” na realização de projetos sociais, consiste em “Reconhecimento e comemoração”. De acordo com o referido documento, além de valorizar e estimular, “reconhecer” as ações de voluntariado é um gesto que promove o comprometimento dos agentes (FAÇA PARTE, 2003, p. 13), fortalece o senso de responsabilidade social e, portanto, o projeto de sociabilidade social-democrata neoliberal.

Ainda segundo o texto, existem variadas formas de se reconhecer e comemorar o trabalho e os resultados alcançados pelas ações voluntárias. Dentre elas, o documento destaca três: a publicação em jornais locais, o que estimula a continuidade e a proliferação do voluntariado de combate à miséria, porque divulga e dá visibilidade ao envolvimento da comunidade nos projetos sociais; a homenagem, que celebra, gratifica e motiva as ações voluntárias; e a certificação, que pode ser a emissão de certificados ou o registro no histórico escolar, “contendo o nome do aluno, nome da escola bem como o do projeto, a carga horária, o período e o tipo de atividade realizada, entre outras informações” (FAÇA PARTE, 2003, p. 13).

De certa maneira, o Instituto Brasil Voluntário tenta “reconhecer” e “comemorar”, seguindo esses três passos, em nível nacional. Como vimos, publicou um documento que contém experiências realizadas em dezenas de “Escolas solidárias” e certificou milhares delas no ano de 2003 (COSTA, 2004).

O *Kit Selo Escola Solidária 2003*, entregue às escolas “reconhecidas” e “premiadas”, é composto, além do referido certificado, quatro cartazes de *merchandising* do Faça Parte e um CD Rom que contém arquivos eletrônicos do Selo. O programa “contou com a inscrição de mais de 10 mil escolas”, mas reconheceu os projetos de 8.752 instituições escolares em todo o país, da rede pública e particular (COSTA, 2004, p. 8). E a próxima

edição, segundo informação contida no *site* do Faça Parte, será concluída neste ano de 2005¹⁰³.

A “cultura do voluntariado” impulsionada pelo Faça Parte no ensino superior

Contudo, a *cultura do voluntariado*, levada a cabo pelo protagonismo do jovem voluntário, não se encerra ao final do ensino médio da Educação Básica. O Faça Parte também busca desenvolver programas de voluntariado, por meio da extensão universitária. Baseia-se no Artigo 43, em seus incisos VI e VII, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no Capítulo IV, da Educação Superior¹⁰⁴ (FAÇA PARTE, s.d., p. 34), e no Parágrafo 23 do item 4.3., Objetivos e Metas para o Ensino Superior, do Plano Nacional de Educação, validado a partir da Lei nº 10.172/2001¹⁰⁵ (FAÇA PARTE, s.d., p. 36), para assinalar que a ação voluntária pode se converter em atividade *extensionista*.

Nessa perspectiva, aquela pode permitir “que as Instituições Federais de Ensino Superior desenvolvam projetos que fortaleçam e apoiem municípios e comunidades, cumprindo a função social da universidade pública e atendendo ao compromisso ético de formação profissional – cidadão, professores, técnicos e alunos participam dessa prática pedagógico-comunitária, desenvolvendo a capacidade institucional de organização, diálogo, negociação e construção de projetos coletivos e construindo uma ponte entre o conhecimento produzido na universidade e a sociedade que a sustenta” (FAÇA PARTE, s.d., p. 36).

De fato, tem sido muito cogitada a possibilidade de converter as ações voluntárias, não somente em ações de programas de extensão universitária, como também nas próprias horas/aula práticas de estágio supervisionado de alguns cursos de graduação.

¹⁰³ FAÇA PARTE. *Selo Escola Solidária 2003*. Disponível em: <http://www.facaparte.org.br/new/selo_es.asp>. Acesso em: 18/11/2004.

¹⁰⁴ Capítulo IV – Da Educação Superior

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

VI. “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”;

VII. “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1998a, p. 29-30).

¹⁰⁵ B – Educação Superior

4.3. Objetivos e Metas

23. “Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas” (BRASIL, 2001).

Nesse sentido, estamos convencidos de que essa tendência segue a mesma linha do desmonte do emprego, que vimos salientando anteriormente. O emprego e o estágio são componentes do mercado de trabalho, que se deteriora em escala crescente no neoliberalismo da social-democracia, e o voluntariado de combate à miséria, a ser assumido também pelos estudantes do ensino superior, vai contribuir para esse processo de degradação.

Ora, se o voluntariado se torna o substituto dos estágios e das atividades de extensão, os empregadores, no caso dos estágios, terão mais um incentivo para aceitar estudantes em suas empresas, porque não vão pagar salários e, respaldados pela Lei nº 9.608/98, não terão problemas futuros com a Justiça do Trabalho. E, no que se refere às atividades extensionistas, as Bolsas de Extensão não precisarão existir e os recursos, que originalmente lhes seriam destinados, vão sendo aplicados em outros setores. Portanto, mais uma vez o estudante “perde” com essa política, pois a atividade de estágio ou de extensão, que atualmente já lhe garante poucos direitos, baixa remuneração e muito trabalho, tende a se transformar em serviço voluntário “compulsório”.

Por conseguinte, não é por acaso que na seção de “Agradecimentos” do manual do programa Jovem Voluntário – Escola Solidária, dentre celebridades do “mundo dos negócios” e da sociedade política, aparece o nome do ex-ministro da Educação do governo Lula da Silva, Cristovam Buarque (FAÇA PARTE, s.d., p. 38).

Entendemos que a parceria entre o MEC e o Faça Parte se consolida no momento em que os primeiros certificados de “Escola Solidária” são entregues em 2003, ano de gestão daquele ministro, onde são conferidas assinaturas de representantes do referido ministério¹⁰⁶. E, nesse período, já estava a caminho um projeto de Reforma Universitária, então fomentado

¹⁰⁶ No entanto, mesmo com a reforma ministerial ocorrida no primeiro semestre de 2004, quando o governo Lula da Silva chegava ao seu segundo ano de gestão, Cristóvam Buarque é substituído por Tarso Genro. Este, na qualidade de ministro da Educação, por sua vez, também vai manifestar apoio político ao Instituto Brasil Voluntário e ao programa “Jovem voluntário Escola solidária”. Esse dado é comprovado por uma citação, atribuída a Genro, apresentada na contra-capa de um dos documentos do Faça Parte (COSTA, 2004), junto a de outros sujeitos, como o presidente do CONSED, da UNDIME e do representante da Unesco no Brasil. Assim, o ministro faz apologia à publicação organizada por Antonio Carlos Gomes da Costa, a qual já foi analisada neste capítulo, e sobretudo ao trabalho de promoção e formação educacional do voluntariado de combate à miséria: “Editar as experiências das escolas que desenvolvem projetos de solidariedade e incentivam seus alunos a ações voluntárias na área da educação é participar da construção de uma nação. O Ministério da Educação apóia esta iniciativa que amplia os modos de educar e formar cidadãos brasileiros” (COSTA, 2004, contra-capa). Logo, essa fala, mais uma vez, revela que a hegemonia petista e seus intelectuais orgânicos, como Tarso Genro, dão continuidade e aprofundam o processo de “educação” das massas, através do voluntariado (“amplia os modos de educar”), para o projeto de sociedade (“construção de uma nação”) e sociabilidade (“formar cidadãos brasileiros”) neoliberal social-democrata.

por Buarque, no sentido de, entre outras medidas, elaborar “um novo contrato social entre a universidade e a sociedade” (LIMA, 2004, p. 35). Nesse anteprojeto de lei, ficava clara a orientação de transferência das fontes de financiamento da universidade pública para “alunos, familiares, organizações não-governamentais (ONGs), empresas, Estados nacionais e organismos internacionais”, e de “cooperação e solidariedade”, que reafirmaria o papel da universidade, pública ou particular, como uma “rede social de seres humanos [organizados e voluntários] em busca de um futuro melhor” (LIMA, 2004, p. 34).

Dessa maneira, se o Faça Parte vem buscando consolidar projetos de voluntariado, que permitam desenvolver sua cultura também no ensino superior público e privado, através de sua parceria com a Fundação Educar, o Instituto Ethos e a Unesco, que desenvolvem programas específicos na Educação Superior e de responsabilidade social articulados, a ação de voluntariado organizado pode se constituir como um interessante meio de Extensão Universitária, atender aos preceitos da Reforma e, sobretudo, conservar o poder de dominação e direção do neoliberalismo.

Como assinalam Martins e Neves (2004, p. 99), introduzindo o “espírito” da *responsabilidade social* como “resultado do padrão de sociabilidade introduzido pelos neoliberais nos anos 1990”, os profissionais formados pelas universidades que aderirem àquela cultura cívica – situados, assim, como os “intelectuais de tipo urbano” do século XXI – “constituirão um novo contingente de voluntários responsáveis pela implementação das políticas compensatórias nos marcos do capitalismo com justiça social”, *aliviando* a miséria e *suavizando* a luta de classes na sociedade burguesa.

A concepção de “voluntariado” do Faça Parte

Por conseguinte, mais do que simplesmente estimular ou multiplicar o contingente de voluntariado no país, a partir da intervenção dos jovens na escola e na comunidade, o Instituto Brasil Voluntário trabalha no sentido de constituir uma cultura do trabalho voluntário *organizado e espontâneo*. De acordo com o membro do Faça Parte, que nos recebeu em seu escritório, a meta da entidade é trabalhar o voluntariado, adaptando à realidade brasileira as concepções *canadense e italiana* de ações voluntárias.

Segundo esse membro, no Canadá, a ajuda mútua, a colaboração entre vizinhos, a solidariedade, etc., são mais do que idéias cívicas, mas comportamentos reais, arraigados à

cultura dos cidadãos canadenses. Para tanto, eles não precisam de campanhas ou outras estratégias de estímulo ou recrutamento para haver a cooperação entre amigos, vizinhos ou pessoas da comunidade, pois cooperar faz parte do dia-a-dia dessas pessoas.

Por outro lado, a abordagem italiana pauta-se na difusão de um voluntariado em redes, organizado. Nesse caminho, os italianos engajados em voluntariado destacam-se por sua iniciativa de buscar o agrupamento e a organização das ações voluntárias, doando um caráter secundário, de coadjuvante na sociedade civil, daqueles que as realizam isoladamente, que atuam sem uma direção objetiva, diretrizes precisas, um planejamento e um sistema de avaliação de resultados bem elaborados.

Assim, visando conciliar as concepções de trabalho voluntário, de ordem internacional, que refletem o projeto de sociedade e sociabilidade social-democrata de países, como a Itália e Canadá, o Faça Parte estimula a materialização de uma *cultura do voluntariado*, que se desenvolve através de um processo educacional de *internalização* e reprodução desta, de maneira que a solidariedade e a ajuda mútua, para “combater” miséria, se manifestem natural e espontaneamente, não carecendo de estímulos externos (campanhas, programas específicos, etc.), e a atuação seja organizada e focalizada, através de projetos bem planejados de grupos entrosados de maneira satisfatória.

A abrangência do Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário

Daí o Instituto Brasil Voluntário, com a intervenção atuante de sua presidente, Milú Villela, como vimos acima, buscar parcerias, ocupando espaços estratégicos na sociedade política e na sociedade civil brasileira e internacional. Além disso, o Faça Parte também estabelece ligações com a aparelhagem estatal e a sociedade política: como afirmamos anteriormente, o atual Ministro da Educação aprova o engajamento direto do MEC ao programa Jovem Voluntário – Escola Solidária. O Ministério da Cultura, por sua vez, manifesta sua parceria, apoiando publicações do referido instituto (FAÇA PARTE, 2003; FAÇA PARTE, 2004).

O CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), que ressurgiu no governo Lula da Silva, e o Fome Zero também são parceiros do Instituto Brasil Voluntário. Frei Betto, como vimos no primeiro capítulo, homem de confiança do atual Presidente da

República, que integra os quadros da Igreja Católica, engajado até o final do ano de 2004¹⁰⁷ ao programa Fome Zero¹⁰⁸ e ao governo Lula da Silva, é membro integrante da equipe de planejamento estratégico do Faça Parte.

Esse é, pois, o caso do programa *Fé no voluntariado*, desenvolvido pelo Instituto Brasil Voluntário desde o ano de sua fundação, reunindo fiéis de inúmeras denominações religiosas (dentre as quais a Católica recebe destaque) para um dia de doações de alimentos para o combate à fome no Brasil¹⁰⁹.

Por conseguinte, essa rede de sujeitos políticos coletivos vem desempenhando o papel de estimular a proliferação do voluntariado de combate à fome, atenuação da miséria e elevação da qualidade de vida, e está “educando” e “conformando” as massas para o projeto de sociabilidade hegemônico. Assim, essa rede completa seu movimento de consolidação, confluindo suas forças, em fevereiro de 2005, quando é assinado um termo de parceria pelo CONSED, pela Rede Globo de Televisão e pelo Faça Parte - Instituto Brasil Voluntário. A finalidade desse acordo é, por intermédio da ação integrada do Projeto Amigos da Escola (Rede Globo) e com o programa Jovem Voluntário – Escola Solidária (Faça Parte), a “integração entre escolas, jovens, famílias, empresas e sociedade em geral” (FAÇA PARTE, 2005)¹¹⁰.

De fato, havia um certo movimento de descontinuidade entre esses dois programas de voluntariado, dirigidos por aqueles dois “grandes” aparelhos “privados” de hegemonia empresariais. Ao passo que o Projeto Amigos da Escola, que emerge como “herdeiro” de uma das campanhas impulsionadas pelo governo FHC, mobilizava forças sociais das comunidades a atuar nas escolas, isto é, perfazendo uma trajetória “de fora para dentro” da instituição escolar, o programa do Faça Parte, cuja orientação predominante é a formação intelectual e moral do “voluntariado jovem”, fazia, basicamente, o percurso inverso, isto é, “de dentro para fora”.

¹⁰⁷TERRA. *Governo Lula: Frei Betto deixará o governo Lula*. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI424473-EI1194,00.html>>. Acesso em 27 nov. 2004.

¹⁰⁸TERRA. *Religiosos arrecadam alimentos para o Fome Zero*. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI170647-EI306,00.html>>. Acesso em 23 jul. 2004.

¹⁰⁹FAÇA PARTE. *Histórico*. Disponível em: <http://www.facaparte.org.br/new/visualizar_fp.asp?id=12> Acesso em: 7 mai. 2004.

TERRA. *Religiosos arrecadam alimentos para o Fome Zero*. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI170647-EI306,00.html>>. Acesso em 23 jul. 2004.

¹¹⁰ FAÇA PARTE. *Consed, Rede Globo e Faça Parte assinam termo de parceria*. Disponível em: <http://www.facaparte.org.br/new/visualizar_ac.asp?id=766&ssecacao=saladeimprensa>. Acesso em: 27/2/2005a.

Contudo, na medida em que os dois programas foram ampliando seu contingente de parceiros e participantes, sofisticando sua linguagem e seu discurso e conquistando mais “posições” na sociedade civil, a confluência de suas forças de mobilização tornava-se, estrategicamente, inevitável, para que a hegemonia neoliberal reforçasse seu poder de direção política, ideológica e cultural. De um lado, o Amigos da Escola, ao seduzir a população adulta, “solidária”, filantrópica, ou mesmo dotada de outros interesses, para “fazer a sua parte” dentro das escolas públicas de ensino fundamental, disposta a doar seu tempo disponível e seus conhecimentos para dar aulas de reforço, desenvolver atividades nas bibliotecas escolares, pintar paredes, auxiliar no trabalho burocrático nas secretarias, etc. De outro, a Escola Solidária, que, além de mobilizar pessoas adultas das comunidades, funcionários e educadores das próprias escolas para a “ação-direta”, está, prioritariamente, “formando” e “conformando” o estudante da Educação Básica, seja da rede particular ou pública, como o “jovem voluntário” adequado à cultura cívica social-democrata.

Assim, um acordo firmado como parceria – e, mais do que isso, como aliança política estratégica indispensável para reforçar seu poder hegemônico – entre a Rede Globo e a liderança empresarial, acionista do Banco Itaú, conflui e completa formas de mobilização social, com a mesma sustentação ético-política, mas que proliferavam, pelo menos na aparência, de maneira “desligada” ou “paralela”. Podemos até levantar a hipótese de que esses dois programas somente agora se uniram em “aliança”, porque somente nesse momento histórico seus organizadores tiveram certeza de seu resultado – falar desse aprofundamento que pode ter chegado a um grau que agradasse aos dois e os desse certeza de que o melhor seria a intersecção.

No entanto, estamos seguros em afirmar que, mesmo em alguns casos pontuais, como Costa (2004) apresenta na sua coletânea de *Casos e contos*, o voluntariado de combate à miséria promova um certo melhoramento do processo educacional, seja nas escolas públicas das classes populares, seja nas instituições privadas de ensino cuja clientela provém de classes médias e altas, a tendência é de fortalecimento do poder de dominação econômica e direção política, ideológica e cultural do empresariado e do neoliberalismo.

Acreditamos, porém, que nem toda forma de ação voluntária ou todo grupo que se constitui como voluntariado reproduza essa estrutura. Pelo contrário, novas vontades coletivas podem estar, capilarmente, surgindo. Contudo, está arraigada à “cultura do

voluntariado”, que se quer aprofundar por intermédio do Projeto Amigos da Escola e do programa Jovem Voluntário Escola Solidária, agora unidos, a cultura cívica chamada de “cidadania ativa”, que corresponde ao projeto de sociabilidade neoliberal, batizado de “terceiro setor”. Compreendemos, assim, que se fortalece a inviabilidade do surgimento de uma vontade coletiva nacional-popular, da formação de uma contra-hegemonia e do encaminhamento de uma reforma intelectual e moral, em oposição ao modelo hegemônico, dentro das instituições escolares que “aderem” àquela sociabilidade e promovem a “ação-direta” dos voluntários de combate à miséria e melhoramento da qualidade de vida da população.

Portanto, somente será superado, de forma dialética e histórica, esse processo de ampliação da dominação e da hegemonia neoliberal, por meio da estratégia do voluntariado social-democrata, na medida em que as massas se “conscientizarem”, passando do plano da “estrutura” para o das “superestruturas complexas”, desse movimento de conservação e manifestarem o interesse, ou uma “vontade coletiva”, de realizar a transformação, “de baixo para cima”, do conjunto das relações sociais.

Considerações finais

Conforme foi nosso principal objetivo para o desenvolvimento desta Dissertação de Mestrado, buscamos comprovar que o voluntariado de combate à fome, à miséria, visando à elevação dos níveis de qualidade de vida dos segmentos mais pobres da população brasileira, constitui-se em mais do que uma “cultura do voluntariado”, correspondente à chamada “cidadania ativa” ou ao projeto de sociabilidade da hegemonia neoliberal. Na realidade, esse voluntariado consiste numa das várias estratégias, planejadas e aplicadas pelos grupos hegemônicos neoliberais da social-democracia, para reafirmar e aprofundar o poder de dominação econômica e direção política, cultural e ideológicas das elites, ou seja, do grande empresariado brasileiro e estrangeiro, associado à sociedade política nacional.

Para tanto, analisamos que essa cultura cívica “ativa” origina-se de um modelo ético-político, que conquista aquele poder de dominação e direção a partir dos anos de 1970, nos países do capitalismo avançado, visando reverter a “queda tendencial da taxa de lucro”, assinalada com o colapso do modelo de produção fordista, e a “crise de hegemonia”, apresentada pelo Estado keynesiano. Trata-se aqui, portanto, da conquista de “posições” do chamado capitalismo neoliberal, que, no âmbito do Estado, vai radicalizar a separação orgânica entre aparelhagem estatal, mercado e sociedade civil, diminuir o poder de intervenção do Estado, em sentido restrito, ao mínimo e elevar o poder de mercado ao máximo.

É preciso, nessa trajetória, deixar claro que não compreendemos que o Estado keynesiano, ou de bem-estar social, corresponde ao melhor ou ao mais adequado modelo, a fim de materializar e garantir a democratização dos direitos da cidadania e a justiça social. Se o fizéssemos, estaríamos caindo em contradição, posto que o *Welfare State* não prescinde dos limites do liberalismo econômico e do capitalismo monopolista e, no entanto, nosso referencial histórico-crítico corresponde ao *Estado ampliado*, que, dotado de um caráter “ético” e “educador”, vislumbra a criação da chamada *sociedade regulada*, como resultado de uma “vontade coletiva nacional-popular”.

Contudo, assinalamos que as relações sociais de produção, na égide do Estado de bem-estar, ainda que reproduzam o instável equilíbrio entre “força” e “consenso” ou “coerção” e “persuasão”, podem se apresentar *menos* autoritárias, desiguais e injustas do que o neoliberalismo, conforme este vem se desenhando, mundialmente, nos últimos trinta anos,

e, talvez, oferecer condições para que as classes trabalhadoras se reorganizem e redefinam suas estratégias e táticas, para a formação de novas vontades coletivas.

Porém, tal como foi posto em funcionamento, a partir da década de 1980, o neoliberalismo, como modelo econômico, ético-político e projeto de sociabilidade, não consegue atingir seus dois objetivos principais: reverter a queda da taxa de lucro e a crise do poder de direção. Além disso, amplia os quadros de miséria econômica no mundo capitalista, inclusive em seus países centrais. Nesse contexto, combater a miséria, gerada, em primeiro lugar, pelo colapso do fordismo e, na seqüência, pelo fracasso socioeconômico do neoliberalismo ortodoxo, vai se tornar uma meta importante, no âmbito do processo de redimensionamento social-democrata do capitalismo neoliberal, ao longo dos anos de 1990.

Assim, o chamado “terceiro setor” ou “setor sem fins lucrativos”, que nasce na América do final da década de 1970 e vai ser funcional à radicalização da separação orgânica neoliberal, estabelecida entre aparelhagem estatal, relações econômicas e relações sociais, será incorporado pela nova social-democracia, também chamada por seus formuladores de “terceira via”. O voluntariado, que emerge como o “protetor” da sociedade civil neoliberal ortodoxa, vai, entretanto, “combater” a pobreza e “elevar” a qualidade de vida de toda a população no neoliberalismo da social democracia. Dessa forma, percebe-se que o voluntariado, na verdade, de alívio à miséria, uma vez que as disparidades econômico-sociais constituem-se como a essência do modelo capitalista, é membro integrante do projeto de sociabilidade hegemônico, em escala planetária, e consiste numa estratégia dessa elite político-econômica, para manter-se como classe dominante e dirigente.

No Brasil, esse neoliberalismo social-democrata chega com força a partir de 1995, quando o Partido da Social Democracia Brasileira conquista o poder de hegemonia, personificado na figura do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e realiza a “reforma intelectual e moral” do Estado. Como analisamos exaustivamente ao longo deste trabalho, o Estado (sociedade política + sociedade civil), dotado de seu caráter “educador”, forma o conjunto da sociedade para o projeto de sociedade e sociabilidade neoliberal da social-democracia, adaptado à realidade brasileira. Nesse caminho, o voluntariado de combate à miséria é “formado” ou “educado”, tanto no âmbito da totalidade social, quando no próprio espaço escolar.

Dessa maneira, da parte da sociedade política, várias leis e medidas são concretizadas para estabelecer o vigor do chamado “setor sem fins lucrativos” no Brasil, isto é, a materialização “institucional-legal” do projeto de sociabilidade neoliberal social-democrata. Do lado da sociedade civil, essa hegemonia, capilarmente, conquista “posições” e, em escala crescente, consegue pôr em funcionamento e fortalecer seu projeto cívico e cultural.

Assim, os cidadãos, movidos pela “solidariedade” (senso de responsabilidade social e/ou vontade cristã de ajudar o próximo), tornam-se “ativos” e, conseqüentemente, voluntários. “Pareceria” e “cooperação” constituem-se como palavras da moda, e vão ajudar a evitar o confronto e o antagonismo de classes. As forças de mobilização contestatórias serão, predominantemente, substituídas pelo “diálogo tripartite” (aparelhagem estatal, mercado e sociedade civil). As organizações da sociedade civil, constituídas como aparelhos “privados” da hegemonia capitalista social-democrata, apreendem em sua maioria a força de mobilização social e “ação-direta”, “educando” esses “cidadãos ativos” para o modelo de sociabilidade hegemônico, conquistando mais adeptos e organizando-os em redes. E, também, muitas instituições escolares, além de receberem os voluntários, “educados”, para a “cidadania ativa”, por intermédio das medidas governamentais e das ações daquelas organizações civis, começam a “educar” os jovens, no contexto das práticas escolares, para esse mesmo projeto de sociabilidade.

Nesse contexto, uma “cultura do voluntariado” de combate à pobreza e elevação dos níveis de qualidade de vida começa a se formar e, efetivamente, vai se materializando na sociedade urbano-industrial brasileira. A instituição escolar, constituída também como aparelho “privado” de hegemonia, é parte integrante do conjunto das relações sociais e, como tal, educa as massas, no sentido cultural, técnico e profissional, como também para um projeto de sociabilidade. Dessa forma, as escolas, dos mais variados graus, que incorporam ao seu programa curricular e técnico-pedagógico as “ações-diretas”, com propósito de desenvolver “interdisciplinaridade”, “diálogo” entre escola e comunidade, etc., que brilham na constelação da “cidadania ativa” social-democrata, como o serviço voluntário de alívio à pobreza, também “educam” a população para o projeto cívico hegemônico.

Nessa trajetória, o projeto Amigos da Escola e o programa Jovem Voluntário – Escola Solidária, que se “institucionalizam” praticamente ao mesmo tempo, à luz do ano

2000, desenvolvem suas ações “educativas” particulares, visando, sobretudo, “formar” a população para o modelo de sociabilidade hegemônico, por meio do estímulo do serviço voluntário, diretamente ligado às práticas escolares, e do trabalho de consolidação da “cultura do voluntariado” de combate à pobreza. No entanto, uma vez estabelecidas e bem sucedidas as suas táticas, os programas se “completam” e, portanto, se “fundem” no ano de 2005, associando suas forças de mobilização e aprofundando o projeto cívico neoliberal.

Ora, mas com a adesão acelerada da aparelhagem escolar ao projeto de sociabilidade hegemônico – o que implica incorporar a “cultura do voluntariado” de combate à pobreza nas suas relações pedagógicas –, algumas questões se colocam: o que os voluntários vão fazer dentro das escolas? Quais serão as suas atividades e qual será a qualidade do serviço voluntário prestado?

Numa perspectiva de deterioração do mercado de trabalho, em que o serviço voluntário, como já analisamos, pode contribuir significativamente, os voluntários, que, das comunidades, vão para dentro das escolas públicas, não podem estar cooperando para o desemprego de professores, educadores e profissionais de apoio? Na mesma medida, o jovem voluntário não poderá desenvolver um trabalho de assistência social, em alguma instituição fora da escola, que, originalmente, não teria um profissional habilitado para prestá-lo de modo regular?

Dessa maneira, aventa-se a possibilidade de os concursos públicos para muitas carreiras do setor público, incluindo a rede pública escolar, deixarem de ser abertos e perderem “relevância” para os governos neoliberais, sendo que os voluntários ocupam os postos de profissionais de serviços gerais, orientadores educacionais, professores de educação física, bibliotecários, assistentes sociais, psicólogos, etc. Na rede privada, mas, principalmente, no ramo das organizações sociais do chamado “setor sem fins lucrativos”, a geração de postos de trabalho, em tempos de desemprego crescente, que se torna mote dos defensores desse “terceiro setor”, vai consistir numa falácia. Nesse caso, o “trabalho informal” e o serviço voluntário vão substituir o emprego regular, que, por se tornar cada vez mais raro nessas instituições, será alvo de intensa competitividade, seletividade e rotatividade, e vai ser, também, ocupado por salários cada vez mais baixos, dada a procura muitas vezes superior à demanda.

Ademais, quem pode garantir a qualificação do agente voluntário no desenvolvimento do seu serviço? Será que, por exemplo, todos os voluntários, que prestam serviço de “aulas de reforço” nas escolas públicas de Educação Básica, estão devidamente habilitados e qualificados para realizar tal tarefa? Ou aqueles voluntários que trabalham nas bibliotecas escolares, estariam eles capacitados para prestar serviços para-didáticos aos alunos? Ao mesmo tempo, o jovem voluntário será o indivíduo mais adequado a prestar assistência a idosos em asilos, pessoas portadoras de necessidades especiais em instituições especializadas, crianças de rua, adultos em processo de alfabetização, doentes em clínicas e hospitais, etc?

Portanto, esse voluntariado, que corresponde à cultura cívica “ativa” do neoliberalismo social-democrata, não passa de um recurso eficaz para assegurar a “falácia” do “combate à pobreza”. Ora, esse voluntariado corresponde ao projeto de sociabilidade hegemônico. Assim, essa forma de mobilização social vai servir ao modelo político-econômico capitalista, cuja essência é a manutenção do processo de concentração de renda das elites, isto é, da desigualdade e da injustiça social. Nesse contexto, a “pobreza” material é parte orgânica do capitalismo e, por isso, não vai deixar de existir no conjunto das relações sociais capitalistas.

Nesse caminho, o projeto de sociabilidade hegemônico não prevê o combate estrutural da pobreza ou da miséria, no sentido de eliminá-la. Todavia, a acepção de “combate”, voltada para esse problema histórico e estrutural dos países capitalistas, principalmente os da periferia, é, justamente, atenuar, aliviar, minimizar ou suavizar o impacto social da pobreza. Daí a chamada “elevação dos níveis da qualidade de vida”, prioritariamente, nos segmentos mais pobres da sociedade. Como postula o neoliberalismo da “terceira via”, o chamado “bem-estar social” não é mais a garantia dos direitos sociais, convertidos agora em serviços públicos, mas promover “qualidade de vida”, sem obrigar a aparelhagem estatal de mantê-la integralmente.

Assim, nessa perspectiva, as massas terão seu “sofrimento”, causado pelo impacto da pobreza, aliviado por “ações-diretas”, como as do voluntariado “socialmente responsável”. Com efeito, essas ações voluntárias vão se materializar como uma estratégia hegemônica eficiente para assegurar seu poder de dominação e direção, uma vez que vão evitar as “tensões sociais”, a “rebelião” vinda “de baixo”, que poderão ser responsáveis pela

formação de forças contra-hegemônicas e a consolidação de novas vontades coletivas, em oposição a esse capitalismo.

Logo, o voluntariado da sociabilidade hegemônica, por sua vez, será um instrumento eficiente para, por meio de suas “ações-diretas”, combater pobreza, sem combatê-la, e elevar índices de qualidade de vida, suavizando, assim, as conseqüências da miséria. Por isso, a ação voluntária, nesses limites, vai se constituir como uma prática social assistencialista, porque não vai combater a essência do problema histórico e estrutural da pobreza, e compensatória, pois será uma atuação que visa compensar medidas e políticas públicas não aplicadas para assegurar o bem-estar social da população.

Dessa maneira, esse voluntariado social-democrata, que impulsiona com suas práticas a “falácia” do combate à pobreza, vai se tornar uma estratégia ético-política eficiente para garantir, portanto, o poder de dominação econômica e direção política, cultural e ideológica das lideranças capitalistas nacional e internacional, associadas.

Contudo, mesmo que a realidade apresente um quadro de substantiva predominância das ações voluntárias, nos marcos da “cidadania ativa” social-democrata, não se pode fechar os olhos para a formação de novas vontades coletivas, que podem, processualmente, estar se constituindo nas “trincheiras” da sociedade civil. Por essa razão, consideramos “reprodutivistas” algumas leituras da conjuntura atual, nas quais esta supostamente apontaria para uma uniformidade das práticas sociais e das ações voluntárias, inseridas no âmbito da sociabilidade neoliberal, em sua totalidade.

Como analisamos nesta dissertação, os intelectuais orgânicos da hegemonia tendem a “uniformizar” as formas de movimentação e organização da sociedade civil, sob os auspícios da sociabilidade neoliberal da social-democracia. Isto seria considerado um “equivoco”, se não fosse proposital: apresentar a aparência de que não há a formação de forças contra-hegemônicas na atualidade e buscar esvaziar essas formações, por meio da difusão do “simulacro” de que o consenso social-democrata é total.

Dessa maneira, estamos convencidos de que as análises histórico-críticas não podem seguir essa linha de “uniformização”, para não incorrer em erro. Ora, se partirmos do pressuposto de que todas as formas de mobilização da sociedade civil, incluindo a totalidade das ações voluntárias, correspondem ao mesmo projeto cívico, em primeiro lugar, estaria se estabelecendo uma contradição entre essa “uniformidade” e a concepção de

“ocidentalização” da sociedade civil em Gramsci, que prevê a formação de uma sociedade complexa e robusta. Em segundo lugar, o discurso hegemônico estaria sendo “reproduzido”, apesar de criticado, e, por isso mesmo, conservado como a realidade inevitável ou o “fim da história”. E, em terceiro lugar, por conseguinte, sendo funcional ao capitalismo social-democrata e se constituindo como mais uma estratégia para a manutenção do seu poder de dominação e direção.

Por conseguinte, há que se estimular o maior aprofundamento do processo de “ocidentalização” da sociedade civil brasileira – e também internacional –, a fim de que forças contra-hegemônicas comecem a se fortalecer e constituir novas vontades coletivas, de preferência, de caráter “nacional-popular”. Assim, na “guerra de posição” do presente momento histórico, o “assédio”, exercido entre grupos dominantes e grupos dominados, deve ser recíproco.

Com efeito, da mesma forma que a classe dominante e dirigente, na órbita do capitalismo neoliberal, tenta combater, esvaziando, desqualificando e cooptando, as forças contra-hegemônicas “nacionais-populares”, as classes populares podem se servir de estratégias e táticas, impulsionadas pela burguesia hegemônica, para conferir às suas forças de mobilização e organização um potencial transformador e emancipatório. Nesse caminho, o grande desafio que se coloca a essas forças contra-hegemônicas, no campo da cultura do voluntariado de combate à miséria, consiste, justamente, na esquerda contra-hegemônica aprender a disputar o espaço desse voluntariado, que serve ao projeto de sociabilidade hegemônico, para subtraí-lo da influência da direita neoliberal da social-democracia e convertê-lo em força de mobilização para a formação de uma vontade coletiva “nacional-popular”. A esse fim, portanto, se presta nosso trabalho de militância política e “educação” da sociedade civil, no campo da ciência e da pedagogia.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 9-23.

BRASIL. Congresso Nacional de Educação. *Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira. Poder executivo*. Belo Horizonte / Minas Gerais: Ministério da Educação e do Desporto, 9 nov. 1997a.

_____. Conselho da Comunidade Solidária. *O Governo e o Terceiro Setor*. Documento de referência para a XV Reunião do Conselho da Comunidade Solidária. Brasília / Distrito Federal, 1997b.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei Darcy Ribeiro*. A reforma do ensino: nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Rio de Janeiro: Auriverde, 1998a.

_____. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 19 fev. 1998b.

_____. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 24 mar. 1999. Seção 1. capa.

_____. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Congresso Nacional. Plano Nacional de Educação. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, nº 8, 10 jan. 2001. Seção 1. p. 1.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. *Plano Nacional de Educação*. Brasília / Distrito Federal: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1998c.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Gestão Pública para um Brasil de todos: Plano de Gestão para o Governo Lula*. Brasília/Distrito Federal: Secretaria de Gestão, 2003.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *As Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2002 / IBGE*, Gerência do Cadastro Central de Empresas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004.

_____. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília; Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula*. 5ª ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Avança Brasil: mais quatro anos de desenvolvimento para todos*. Brasília/Distrito Federal: s. Ed., 1998.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Casos e contos: viagem por um Brasil solidário*. São Paulo: Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. El concepto de sociedad civil em Gramsci y la lucha ideológica en el Brasil de hoy. In: *II Conferencia Internacional de estudios gramscianos*. México, Universidad Autónoma de Puebla, enero 2000, mimeografado, 26 p.

_____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Plano Nacional de Educação: duas formulações. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº 104, p. 162-180, julho 1998.

DEMO, Pedro. *Política social, educação e cidadania*. 4ª ed. Campinas/São Paulo: Papyrus, 2001.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: ANPOCS; Relume Dumará, 1995.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Democracia: polêmicas, confrontos e direcionamentos*. Rio de Janeiro, 2003. 230 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2003.

ENGELS, Friederich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. Introdução (a “As lutas de classes na França de 1848 a 1850”). In: MARX, Karl.; ENGELS, Friederich. *Textos*. São Paulo: Alfa-ômega / Edições Sociais, sem data. v. 3. p. 93-110.

EXAME. *Guia de boa cidadania corporativa*. São Paulo, nº 3, Abril, 2002.

_____. *Guia Exame 2004: boa cidadania corporativa*. São Paulo, nº 5, Abril, 2004.

FAÇA PARTE. *Construindo um projeto de voluntariado*. São Paulo: Editora Educar Dpaschoal/Faça Parte, 2003.

_____. *Jovem Voluntário, Escola Solidária*. São Paulo: Faça Parte, sem data.

_____. *Oito jeitos de mudar o mundo: nós podemos*. São Paulo: Editora Educar DPaschoal/Faça Parte, 2004.

FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FOLHA DE S. PAULO. *Companhias estão mais atuantes, mas a adesão precisa aumentar: entrevista com Milú Villela*. Caderno Especial: voluntariado. São Paulo, 28 out. 2001.

FORTES, Marcio. Voluntariado cresce no Brasil: milhões de pessoas dedicam seu tempo e seu conhecimento para ajudar o próximo. *Jornal O Dia*. Rio de Janeiro, p. 15, 22 out. 2002.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação/uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. *Extensão ou comunicação?* 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 4ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- GARCIA, Joana. A filantropia empresarial – ou de como transformar o negócio em social. *Praia Vermelha*, nº 5, Rio de Janeiro, UFRJ, jul-dez 2001.
- GARRISON, John W. *Do confronto à colaboração: relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil*. Brasília/Distrito Federal: Banco Mundial, 2000.
- GENRO, Tarso. *Esquerda em processo*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- GIDDENS, Anthony. *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. 2ª ed. Brasília/Distrito Federal: Instituto Teotônio Vilela; Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. SP: Unesp, 1996.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: _____. (org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis / Rio de Janeiro: Vozes, 2003, p.13-32.
- _____. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a, v.1.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v.2.
- _____. *Cadernos do cárcere*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 3.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b, v. 4.
- _____; BORDIGA, Amadeo. *Conselhos de fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. Porto Alegre/ Rio Grande do Sul: L & PM, 1980.
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HAYDT, Regina Cazaux. *Avaliação do processo ensino-aprendizagem*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1997.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. SP: Companhia das Letras, 1995.
- INGRAO, Pietro. *As massas e o poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- INSTITUTO ETHOS. *O que as empresas podem fazer pela educação*. São Paulo: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, 1999.
- JAGUARIBE, Helio. *Introdução ao desenvolvimento social*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

JORNAL DO BRASIL. *Milú Villela faz a sua parte*. Economia. Rio de Janeiro, 19 mai. 2002.

KONDER, Leandro. *Hegel: a razão quase enlouquecida*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

LANDIM, Leilah. Notas em torno do terceiro setor e outras expressões estratégicas. *O Social em questão*, nº 4, Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, PUC-Rio, 1999.

LESBAUPIN, Ivo. *Poder local x exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. 2ª. ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LIMA, Kátia Regina S. Reforma universitária do governo Lula: o relançamento do conceito de público não-estatal. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate*. São Paulo: Xamã, 2004, p. 23-46.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A proposta de autonomia universitária do governo Lula. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate*. São Paulo: Xamã, 2004, p. 91-110.

MARX, Karl. A questão judaica. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2003. p. 13-44.

_____. Capital Financeiro. In: _____. *O Capital*. Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974, v. 5, p. 363-371.

_____. Lei: tendência a cair a taxa de lucro. In: _____. *O Capital*. Livro III. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, v. 4, p. 239-305.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2003. p. 61-193.

_____. *O Capital*. Livro I. 20ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 1.

_____. *O Capital*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, v. 2.

_____. Prefácio à “Contribuição à crítica da Economia Política”. In: ____; ENGELS, Friederich. *Textos*. São Paulo: Alfa-ômega / Edições Sociais, sem data. v. 3. p. 300-303.

____; ENGELS, Friederich.. *A ideologia alemã* (Feuerbach). 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. Crítica ao Programa de Gotha. In: _____. *Obras escolhidas*. Estado da Guanabara/Rio de Janeiro: Vitória, 1961. v. 2. p. 205-236.

_____. Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas. In: _____. *Textos*. São Paulo: Alfa-ômega / Edições Sociais, sem data. v. 3. p. 83-92.

_____. Manifesto do Partido Comunista. In: _____. *Textos*. São Paulo: Alfa-ômega / Edições Sociais, sem data. v. 3. p. 13-47.

MELO, Adriana Almeida Sales de. *A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina, Brasil e Venezuela*. Maceió/Alagoas: Edufal, 2004.

MENDES, Candido. *Lula: a opção mais que o voto*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

MEROLA, Ediane. Ser legal agora vale nota. *Revista Megazine. Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, p. 10-11, 27 abr. 2004.

- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- NETTO, José Paulo. Repensando o balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 29-34.
- NEVES, Lucia. Maria. Wanderley. Determinantes das mudanças no conteúdo das propostas educacionais no Brasil dos anos 90: período Itamar Franco. In: ____ (org.). *Educação e política no limiar do Século XXI*. Campinas / São Paulo: Autores Associados, 2000. p. 5-58.
- ____. Educação: um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. 4ª ed. Petrópolis / Rio de Janeiro: Vozes, 2003, p. 133-152.
- ____. Por que dois Planos Nacionais de Educação? In: ____ (org.). *Educação e política no limiar do Século XXI*. Campinas / São Paulo: Autores Associados, 2000. p. 147-182.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- SAVIANI, Dermeval. *A nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas*. 6ª ed. Campinas / São Paulo: Autores Associados, 2000.
- ____. *Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional*. 2ª ed. Campinas/São Paulo: Autores Associados, 1999.
- ____. *Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações*. 7ª ed. Campinas/São Paulo: Autores Associados, 2000b.
- SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. 2ª ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- ____. Recriar o público pela democracia popular. In: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (orgs.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 213-223.
- SECCO, Patrícia Engel. *A semente da verdade: um conto folclórico oriental sobre ética e honestidade*. 3ª ed. São Paulo: Editora Educar, 2004.
- SILVA, Artur de Moraes. Voluntariado e educação: elementos estratégicos na Reforma do Estado brasileiro. *Movimento* – Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, EdUFF, nº 10, p. 116-128, set. 2004.
- SILVA, Luís Inácio da. *Lula sem censura: “... e aí a peãozada partiu pro pau”*. 3ª ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- SILVA E SILVA, Maria Ozanira da *et al.* Comunidade solidária: contradições e debilidades do discurso. In: SILVA E SILVA, Maria Ozanira da (coord.). *O Comunidade Solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 71-92.
- SIQUEIRA, Ângela Carvalho de. As más lições da experiência: as reformas da educação superior no Chile e na China e suas semelhanças com o caso brasileiro. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate*. São Paulo: Xamã, 2004, p.111-146.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. 3ª ed. São Paulo; Paz e Terra, 2000.

SOUSA, Maria do Socorro Alves de. A representação da questão social no programa comunidade solidária. In: SILVA E SILVA, Maria Ozanira da (coord.). *O Comunidade Solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 93-110.

VIEIRA, Evaldo. *A República brasileira: 1964-1984*. São Paulo: Moderna, 1985.

WERNECK, Nísia. *Como os voluntários podem fazer parte do Programa Fome Zero?* São Paulo: Faça Parte/Fome Zero, sem data.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)